



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

**FACULDADE DE LETRAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA**

**PAULO DOS SANTOS NASCIMENTO**

**O DISCURSO SOBRE A MINERAÇÃO EM ALAGOAS, O CASO  
BRASKEM: CAPITALISMO, IDEOLOGIA E DISPUTA DE SENTIDOS**

**MACEIÓ**

**2023**

**PAULO DOS SANTOS NASCIMENTO**

**O DISCURSO SOBRE A MINERAÇÃO EM ALAGOAS, O CASO  
BRASKEM: CAPITALISMO, IDEOLOGIA E DISPUTA DE SENTIDOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, como exigência parcial para obtenção do grau de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho

**MACEIÓ**

**2023**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB4 - 661

- N244d Nascimento, Paulo dos Santos.  
O discurso sobre a mineração em Alagoas, o caso Braskem: capitalismo, ideologia e disputa de sentidos / Paulo dos Santos Nascimento. – 2024.  
209 f. : il.
- Orientador: Helson Flávio da Silva Sobrinho.  
Tese (doutorado em Linguística e Literatura : Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2023.
- Bibliografia: f. 193-201.  
Anexos: f. 202-209.
1. Análise do Discurso. 2. Mineração. 3. Crime socioambiental. 4. Braskem.  
5. Resistência. I. Título.

CDU: 80

# TERMO DE APROVAÇÃO PAULO DOS SANTOS NASCIMENTO

Título do trabalho: “O DISCURSO SOBRE A MINERAÇÃO EM ALAGOAS, O CASO BRASKEM: CAPITALISMO, IDEOLOGIA E DISPUTA DE SENTIDOS”

TESE aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTOR em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Documento assinado digitalmente  
 HELSON FLAVIO DA SILVA SOBRINHO  
Data: 29/11/2023 11:58:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGL/Ufal) Examinadores:

Documento assinado digitalmente  
Prof. Dra. Amanda  AMANDA CAVALCANTE DE MACEDO  
Data: 30/11/2023 11:20:52-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
Prof. Dra. Luciana  LUCIANA NOGUEIRA  
Data: 02/12/2023 11:13:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

 FABIANO DUARTE MACHADO  
Data: 04/12/2023 08:31:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Fabiano Duarte Machado (IFAL)

Documento assinado digitalmente  
 SOSTENES ERICSON VICENTE DA SILVA  
Data: 11/12/2023 06:41:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva (PPGL/Ufal)

Documento assinado digitalmente  
 LIDIA MARIA MARINHO DA PUREZA RAMIRES  
Data: 09/12/2023 10:30:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dra. Lidia Maria Marinho da Pureza Ramires (PPGL/Ufal)

Maceió, 24 de novembro de 2023.

**Para meu pai, Osmundo Nascimento Filho, com  
gratidão.**

**Para meu filho, Paulo Henrique, com esperança.**

**Para todas as vítimas da mineração em Maceió, com  
solidariedade.**

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus agradecimentos, em primeiro lugar, aos meus familiares, representados de modo especial nas pessoas do meu pai, sr. Osmundo Nascimento Filho, e das minhas mães, sr<sup>a</sup> Iraci Farias dos Santos e sr<sup>a</sup> Ademirdes Sampaio. Sem os alicerces construídos a partir da dedicação incondicional de vocês nos primeiros anos de minha formação humana, não apenas o meu percurso acadêmico teria sido inviabilizado, mas a minha própria história pessoal.

Ainda no âmbito da minha família, externo meu agradecimento ao meu filho, Paulo Henrique Honorato Nascimento, por me dar todos os dias razões abundantes para estudar e viver. Sua chegada redimensionou meu trajeto pessoal, enchendo meus dias de alegria, de contentamento e de motivação.

Gostaria ainda de agradecer de modo especial ao prof. Dr. Helson Flavio da Silva Sobrinho, meu orientador, pelo acolhimento a um orientando “estrangeiro” no universo da Linguística e estreante no campo da Análise do Discurso. Não somente sua reconhecida *expertise*, mas sobretudo sua permanente atitude de acolhimento significaram um grande apoio na minha caminhada no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da UFAL.

Agradeço de modo encarecido pelas relevantes contribuições da banca de qualificação e de defesa deste trabalho, compostas pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Amanda Macedo, pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana Nogueira, pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lidia Ramires, pelo prof. Dr. Fabiano Duarte e prof. Dr. Sóstenes Ericson Silva. Este agradecimento se radica na convicção de que as interpelações oriundas destas bancas foram decisivas para o nosso processo de amadurecimento com a AD e para a finalização desta tese.

Finalmente, agradeço a todas e todos que fazem o Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da UFAL (PPGLL), da equipe técnico-administrativa aos corpos docente e discente. Pesquisar, tendo como condições de produção uma pandemia e um desgoverno, para além de todos os compromissos cotidianos, é um gesto de resistência. Portanto, é imperativo externar nossa gratidão ao PPGLL pela acolhida nesse tempo, e pela possibilidade dada a mim de contribuir em uma das pautas mais urgentes para a sociedade alagoana neste tempo.

*Durante o período colonial, convidava-se o povo a lutar contra a opressão. Depois da libertação nacional, convidam-no a lutar contra a miséria, o analfabetismo, o subdesenvolvimento. A luta, afirma-se, continua. O povo verifica que a vida é um combate interminável.*

*(Frantz Fanon, **Os condenados da terra**)*

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo descrever/analisar os efeitos de sentido produzidos pelo discurso sobre a mineração em Alagoas, mobilizados pelo crime socioambiental promovido pela empresa Braskem, visível a partir do ano de 2018 na cidade de Maceió. Para tanto, a presente pesquisa está filiada à Análise do Discurso de base materialista (AD), proposta e desenvolvida inicialmente na França por Michel Pêcheux, como uma perspectiva teórico-metodológica de tratamento dos processos discursivos. Concebido como uma prática política determinada por condições de produção específicas, e realizada por sujeitos constituídos sócio-historicamente, o discurso tem sido tratado na AD como efeito de sentido entre locutores. O *corpus* desta pesquisa foi construído a partir de superfícies linguísticas de caráter heterogêneo, incluindo materiais publicitários, propagandísticos e jornalísticos forjados para a circulação na internet, no rádio e na TV aberta, por produções artísticas audiovisuais e por inscrições populares em locais públicos, como pichações. Para além da operacionalização dos dispositivos teórico e analítico da AD, o processo de análise também mobilizou outros aportes, tais como o Materialismo Histórico-Dialético, os estudos sobre a Genealogia da Mineração na América Latina e os estudos Decoloniais. Dessa forma, autores como Marx (2017a, 2017b), Marx e Engels (2005, 2007), Althusser (1980, 1983), Foster (2011), Harvey (2014), Galeano (1983), Araújo (2020) e Quijano (2005), foram cruciais para o aprofundamento da compreensão do objeto desta pesquisa. Pelas análises aqui empreendidas, este trabalho ratifica que o discurso sobre a mineração em Alagoas, cujo referente é o colapso territorial/comunitário de cinco bairros maceioenses, constitui parte dos dispositivos de colonialidade que visam manter a ordem político-econômica inaugurada no período colonial. A partir de condições de produção específicas, que incluem sua presença nos grandes meios de comunicação midiática em Alagoas, esse discurso produz um conjunto de “evidências” que culpabilizam a natureza/terra pelo acontecimento, e significam a prática de mineração como “parceira da sociedade e do Estado”. Desse modo, a tese defendida com esta pesquisa é a de que o discurso sobre a mineração, enquanto um dispositivo de colonialidade, funciona para garantir a continuidade da exploração mineralógica em Alagoas. Apesar dos efeitos de sentidos produzidos por esse discurso hegemônico, esta pesquisa conclui que o respectivo processo discursivo também é atravessado por derivas no campo das significações, abrindo a possibilidade de um acontecimento discursivo em que a revolta e a resistência surgem de novas formas-sujeito, produzindo novos domínios de saber sobre a mineração.

### **Palavras-chave**

Discurso. Mineração. Crime socioambiental. Braskem. Resistência.

## ABSTRACT

This thesis goals to describe/analyse the effects of meaning produced by mining's discourse in Alagoas, mobilized by the socio-environmental crime promoted company Braskem, visible from the year 2018 in Maceió, Alagoas State. Therefore, this research is affiliated to materialist Discourse Analysis (DA), initially proposed and developed in France by Michel Pêcheux, as a theoretical-methodological perspective for treating discursive processes. Conceived as a political practice determined by specific production conditions, and realized by socio-historically constituted subjects, the discourse has been treated in DA as an effect of meaning between speakers. The *corpus* of this research was constructed by heterogeneous nature linguistic surfaces, including advertising, propagandistic and journalistic materials made to internet, radio and TV circulation, by audiovisual artistic artifacts and by popular inscriptions in public spaces, as graffiti. Beyond to the operationalization of DA's theoretical and analytical devices, the analyses process also mobilized other contributions, such as Historical-Dialectical Materialism, studies on the Latin America Mining Genealogy and the Decolonial Studies. This way, authors such as Marx (2017a, 2017b), Marx and Engels (2005, 2007), Althusser (1980, 1983), Foster (2011), Harvey (2014), Galeano (1983), Aráoz (2020) and Quijano (2005) were crucial for deepening the understanding of this thesis's object. Through our analyzes, this research asserts that the mining's discourse in Alagoas, whose referent is the territorial/community collapse to five residential neighborhoods, constitutes parts of the coloniality devices that aim to keep the political-economic order founded in colonial period. Based on specific production conditions, which include its presence in major media outlets in Alagoas, that discourse produces a set of "evidences" that blames nature/land for the event, and signifies the mining's practices as a "partner of society and State". Thus, the thesis defended with this research is that the mining's discourse, as a coloniality device, works to guarantee the mineralogical exploration continuity in Alagoas. Despite the meanings's effects produced by this hegemonic discourse, this research concludes that the respective discourse process is also crossed by drifts in the field of meanings, opening the possibility to a discursive event in which revolt and resistance emerge from new subject-forms, producing new knowledge domains about mining.

### **Keywords**

Discourse. Mining. Socio-environmental crime. Braskem. Resistance.

## RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo describir/analizar los efectos de significado producidos por el discurso sobre la minería in Alagoas, movilizado por el crime socioambiental promovido por la empresa Braskem, visible desde el año de 2018 en la ciudad de Maceió. Para ello, la presente investigación se afilia al Análisis del Discurso (AD) de base materialista, inicialmente propuesto y desarrollado en Francia por Michel Pêcheux, como una perspectiva teórico-metodológica para el tratamiento de los procesos discursivos. Concebido como una práctica política determinada por condiciones de producción específicas y llevada a cabo por sujetos sociohistóricamente constituidos, el discurso a sido tratado en AD como un efecto de significado entre hablantes. El *corpus* de esta investigación se construyó a partir de superficies lingüísticas de carácter heterogéneo, incluyendo materiales publicitarios, propagandísticos y periodísticos producidos para circulación en internet, radio y televisión abierta, por producciones artísticas audiovisuales y por inscripciones populares en lugares públicos, como los graffitis. Además de la operacionalización de los dispositivos teóricos y analíticos de la AD, el proceso de análisis también movilizó otros aportes, como el Materialismo Histórico-Dialéctico, los estudios sobre la Genealogía de la Minería en América Latina y los estudios Decoloniales. Así, autores como Marx (2017a, 2017b), Marx y Engels (2005, 2007), Althusser (1980, 1983), Foster (2011), Harvey (2014), Galeano (1983), Aráoz (2020) y Quijano (2005) fueran cruciales para profundizar en la comprensión del objeto de esta investigación. A través de los análisis realizados aquí, este trabajo confirma que el discurso sobre a minería en Alagoas, cuyo referente es lo colapso territorial/comunitario de cinco barrios de Maceió, constituye parte de los dispositivos de colonialidad que apuntan a mantener el orden político-económico inaugurado en el período colonial. A partir de condiciones específicas de producción, que incluyen su presencia en los principales medios de comunicación de Alagoas, este discurso produce un conjunto de “pruebas” que culpam a la naturaleza/tierra por el evento, y significan la práctica de minería como “socio de la sociedad y del Estado”. Así, la tesis defendida con esta investigación es que el discurso sobre la minería, como dispositivo de colonialidad, sirve para garantizar la continuidad de la exploración mineralógica en Alagoas. A pesar de los efectos de significado producidos por este discurso hegemónico, esta investigación concluye que el respectivo proceso discursivo también está atravesado por derivas en el campo de los significados, abriendo la posibilidad de un evento discursivo en el que la revuelta y la resistencia emergem de nuevas formas-sujetos, produciendo nuevos dominios del conocimiento sobre la minería.

### **Palabras clave**

Discurso. Minería. Crime socioambiental. Braskem. Resistencia.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Ato em Maceió cobra agilidade nas indenizações de famílias afetadas pelo afundamento do solo .....	101
<b>Figura 2</b> – Documentário sobre o afundamento do solo é exibido em Maceió na quinta-feira .....	101
<b>Figura 3</b> – MPE vai fiscalizar termos entre Braskem e famílias afetadas pelo afundamento do solo .....	101
<b>Figura 4</b> – Estudo avalia percepções de pessoas afetadas pelo afundamento de solo .....	102
<b>Figura 5</b> – Tremor de terra que afunda bairros faz cinco anos sem ninguém punido .....	110
<b>Figura 6</b> – Entenda como a Braskem faz a compensação financeira dos moradores das áreas de risco .....	128
<b>Figura 7</b> – Central do Morador .....	132
<b>Figura 8</b> – Atualização Maceió .....	135
<b>Figura 9</b> – Entenda o caso .....	136
<b>Figura 10</b> – Entenda as ações da Braskem em Maceió .....	137
<b>Figura 11</b> – Dizer popular anti-mineração no bairro do Pinheiro, Maceió-AL .....	174
<b>Figura 12</b> – Dizer popular anti-mineração no bairro do Bebedouro, Maceió-AL .....	176
<b>Figura 13</b> – Dizer popular anti-mineração no bairro do Pinheiro, Maceió-AL .....	178
<b>Figura 14</b> – Dizer popular anti-mineração no bairro do Pinheiro, Maceió-AL .....	180

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AD – Análise do Discurso de base materialista
- ADN – Ácido desoxirribonucleico
- AIE – Aparelho ideológico de Estado
- AII – Aparelho ideológico da Informação
- AL – Alagoas
- ANM – Agência Nacional de Mineração
- ARE – Aparelho repressivo de Estado
- ARN – Ácido ribonucleico
- CID – Catálogo Internacional das Doenças
- CFP – Conselho Federal de Psicologia
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNP – Conselho Nacional de Petróleo
- CP – Condições de produção do discurso
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
- DPE – Defensoria Pública do Estado de Alagoas
- DPU – Defensoria Pública Da União
- FD – Formação discursiva
- FDC – Formação discursiva canavieira
- FI – Formação ideológica
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração
- JA – Justiça ambiental
- JnT – Justiça nos Trilhos
- MAB – Movimento de atingidos por Barragens
- MAN – Movimento Nacional pela Soberania Popular na Mineração
- MPB – Música Popular Brasileira

MPE – Ministério Público do Estado de Alagoas  
MPF – Ministério Público Federal  
MUVB – Movimento Unificado das Vítimas da Braskem  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NACAB – Núcleo de Apoio às Comunidades Atingidas por Barragens  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
ONG – Organização não-governamental  
PIB – Produto Interno Bruto  
PL – Projeto de Lei Complementar  
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
PPGLL – Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da UFAL  
SD – Sequência discursiva  
TAG – Transtorno de Ansiedade Generalizada  
TEPT – Transtorno do Estresse Pós-Traumático  
UFAL – Universidade Federal de Alagoas  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
WCDE – World Commission on Environment and Development

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Deslocamento de sentidos na SD 27

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	14
<b>2. DAS BASES TEÓRICO-FILOSÓFICAS AO PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	21
2.1 Aportes teórico-filosóficos .....	21
2.2 Constituição do <i>corpus</i> discursivo .....	33
2.3 Percurso metodológico .....	34
<b>3. AS RAÍZES COLONIAIS DA IDEOLOGIA E DO DISCURSO CAPITALISTA-MINERADOR</b> .....	39
3.1 O extrativismo minerador e a ideologia colonial .....	39
3.2 Mineração, Estado e luta de classes .....	48
3.3 De Potosí a Maceió .....	58
<b>4. DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE A MINERAÇÃO EM ALAGOAS</b> .....	65
4.1 As CP do discurso sobre a mineração em Alagoas .....	65
4.2 A mineração industrial em Alagoas .....	72
4.3 Da “redenção econômica” ao colapso ambiental .....	78
<b>5. OS SENTIDOS SOBRE A MINERAÇÃO NA MÍDIA ALAGOANA A PARTIR DE 2018</b> .....	93
5.1 Mídia e ideologia da informação .....	93
5.2 A publicidade da mineração e seus rituais discursivo-ideológicos .....	116
5.3 O verbal e o não-verbal no discurso sobre a mineração .....	125
<b>6. SENTIDOS EM DERIVA E EM RESISTÊNCIA: NOTAS SOBRE UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO</b> .....	143
6.1 Resistência e acontecimento discursivo: Alagoas em questão .....	143
6.2 Arte, polêmica e sentidos em deriva .....	149
6.3 Dos dizeres populares anti-mineração .....	171
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	184
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	194

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*No ponto zero da ontogênese do mundo moderno encontramos a exploração mineiro-colonial. A produção do mundo-moderno nasceu dessa exploração.*

*(Horacio Aróz, **Mineração, genealogia do desastre**)*

A chegada do ano de 2018 traria consigo o início de convulsões sociais profundas para a sociedade alagoana, responsáveis por modificar significativamente a dinâmica urbana na cidade de Maceió, capital do estado. Estamos nos referindo ao desencadeamento de um processo responsável pela desterritorialização de pelo menos 60 mil pessoas, atrelado aos efeitos deletérios da extração mineralógica. No centro de tudo isso está a Braskem, quarta maior empresa do ramo petroquímico do mundo, cujas atividades industriais em Alagoas tiveram início ainda na década de 1970 (Carvalho, 2015; Cavalcante, 2020). Cinco bairros da capital alagoana – Pinheiro, Bom Parto, Mutange, Bebedouro e parte do bairro Farol – seriam definitivamente penalizados, compondo na atualidade um cenário de escombros e de devastação.

É importante ressaltar que a despeito desse acontecimento em específico, a presença das atividades de mineração tem imposto penalidades à sociedade maceioense desde sua instalação na orla sul dessa cidade na década de 1970. Segundo Cavalcante (2020), há uma série de ocorrências históricas, por vezes significadas como “acidentes”, derivadas do tipo de atividade industrial do setor de mineração, cujos prejuízos incidem repetidamente sobre os nichos ecológicos e sobre algumas comunidades periféricas. Fazemos essa ressalva para argumentar que o crime socioambiental<sup>1</sup> aqui tratado não pode ser desvinculado dessa sequência histórica. Em Maceió, ele é produto e ápice de uma (ir)racionalidade produtiva que tem na violência uma potência econômica (Marx, 2017a).

---

<sup>1</sup> Apesar das abundantes referências a um “crime socioambiental” presentes neste trabalho, é oportuno indicar que nunca houve instauração de processo penal contra a empresa Braskem, relativo aos acontecimentos aqui tratados. Adiante buscaremos fundamentar a utilização desse significante (crime socioambiental) a partir de nossa própria posição-sujeito pesquisador.

A partir do ano de 2018 as populações residentes nos cinco bairros referidos passaram a sofrer os efeitos das subsidências<sup>2</sup> decorrentes de 40 anos de extração de sal-gema<sup>3</sup> em área urbana por parte da Braskem. Crateras nas ruas, rachaduras, trincas e fissuras nas edificações foram cronicamente dominando a paisagem urbana, e dando início a convulsões que resultariam em um amplo processo de evacuação compulsória. Porque fazem parte das circunstâncias de enunciação das discursividades que analisaremos nesta tese, procuraremos resumir o conjunto de efeitos deletérios desencadeados por esse processo. Eles se espriam por diferentes campos da dinâmica urbana, precarizando ainda mais condições de vida que já eram muito desafiadoras antes da irrupção dessas convulsões.

Como indica Orlandi (2006), todo acontecimento não para de produzir sentidos. Assim, desde então tem-se dado uma frenética disputa de sentidos em torno desse acontecimento. Essa disputa movimenta diferentes posições-sujeito, ensejando diferentes significações, muitas delas antagônicas. Falam aí o Estado, a mídia hegemônica e alternativa, os movimentos sociais, as comunidades desterritorializadas, assim como a própria Braskem. Descrever e analisar esse processo discursivo corresponde a seguir o movimento da ideologia. Afinal, como veremos adiante, por nossa filiação à Análise do Discurso de base materialista, concebemos a ideologia como uma prática (Pêcheux, 2014), o que posiciona os esforços de análise discursiva no campo do político.

Para Galindo (2021, s/p), ao nos referirmos ao crime da Braskem em Maceió, estamos falando do “maior crime socioambiental em área urbana em curso no mundo”. Muito embora o acontecimento aqui referido não tenha ocupado o mesmo espaço na grande mídia nacional – como nos casos da mineradora Samarco na cidade de Mariana-MG (2015), e da mineradora Vale na cidade de Brumadinho-MG (2019) –, os detalhes do caso maceioense possuem uma densidade que lhe tira do âmbito da insignificância.

Os crimes e injustiças socioambientais perpetrados por grandes empresas do ramo da mineração Brasil afora não constituem propriamente uma novidade (Sant’ana Júnior e Rigotto, 2020). Como este trabalho buscará discutir, a mineração faz parte do conjunto de intervenções

---

<sup>2</sup> A subsidência é um fenômeno de rebaixamento da superfície do terreno devido às alterações ocorridas no suporte subterrâneo. O fenômeno ocorre em diversos lugares do mundo devido à extração de água, de petróleo, de gás e de outros minerais do subsolo.

<sup>3</sup> A sal-gema é a principal matéria-prima relacionada ao extrativismo da Braskem, e serve à produção de produtos químicos como a cloro-soda e o plástico de tipo PVC. Sua extração ocorre por meio de minas subterrâneas, algumas delas em profundidades de mais de mil metros. Desde o início de suas atividades em Maceió na década de 1970, a Braskem perfurou 35 minas de extração de sal-gema sob os solos de cinco bairros da capital alagoana.

sistêmicas próprias da instauração e da continuidade da ordem colonial e capitalista. Nas últimas décadas tem-se verificado em toda América Latina um *boom* minerador (Aráoz, 2020), impulsionado pela conjuntura neoliberal e pela nova demanda por minérios em todo o mundo (Araújo, 2016), sempre acompanhado de violações profundas aos direitos de organização social de inúmeras e diferentes comunidades.

A história da mineração, da perspectiva de suas vítimas, é uma história de violências e de violações com diferentes tons. Em Alagoas, ela engrossa o repertório de fatos históricos que testemunham sobre a violência colonial e capitalista. Nesta tese, inclusive, argumentaremos acerca de uma relação entre o latifúndio da cana e seus efeitos no campo, e as minas de sal-gema da Braskem e seus efeitos na cidade. Esse conjunto de elementos históricos fazem de Alagoas uma geografia dilapidada. Como veremos na tessitura das seções que compõem esse trabalho, é nossa intenção perguntar sobre o lugar de certos processos discursivos na manutenção dessa (des)ordem.

Como pretendemos demonstrar nas quatro últimas seções deste trabalho, o processo de investigação que resultou na tese a que chegamos nos conduziu a um conjunto de argumentos que gostaríamos de sumarizar, resguardando a ordem de seu aparecimento no conjunto do nosso trabalho de análise. Na estrutura de nossa argumentação, essas reflexões sucedem a explicação das filiações teóricas e filosóficas que presidem essa investigação, a apresentação da constituição de nosso *corpus* discursivo, e a exposição acerca do percurso metodológico aqui empreendido, todos desenvolvidos na seção 2.

O primeiro desses argumentos, desenvolvido especialmente na seção 3, é o de que a ideologia capitalista-mineradora tem suas raízes no período colonial. É daí que surgem os sentidos de mercantilização da natureza/terra, historicamente decisivos para a mineração. Como pretendemos argumentar, as práticas da mineração industrial na atualidade são coextensivas da mineração pré-industrial, que durante o período colonial compôs o conjunto de “métodos idílicos” responsáveis pelo processo de acumulação primitiva do capital (Marx, 2017b). Enquanto expressão de uma colonialidade do poder (Quijano, 2005), assim como no período colonial, as práticas da mineração industrial têm imposto diferentes formas de sofrimento às populações originárias, autóctones, quilombolas, rurais, e também a distintas populações em contextos urbanos.

Em Alagoas, os conflitos desencadeados pela atividade de mineração, especialmente aqueles precipitados pelo crime socioambiental da Braskem em Maceió, herdam elementos de

memória oriundos do que estamos chamando de formação discursiva canavieira (FDC). Antes da mineração, a cultura do latifúndio canavieiro construiu os traços específicos que determinariam a relação entre sociedade e poder político-econômico, agora reproduzidos nos modos majoritários com que a sociedade alagoana responde aos efeitos deletérios da mineração. Nesse processo sócio-histórico, a ideologia dominante funciona pelo silêncio e pela naturalização da violência, especialmente daquela praticada contra a interação metabólica natureza/sociedade (Marx, 2017a; Foster, 2005; Saito, 2021).

Nas seções 4 e 5 fizemos a opção por recortar descritivamente as condições de produção e as circunstâncias de enunciação daquilo que nomeamos como o discurso sobre a mineração em Alagoas<sup>4</sup>. Em seu sentido lato, essas condições de produção têm a ver com a fase neoliberal do capitalismo, com a nova demanda por minérios incitada em todo mundo, com as reconfigurações organizacionais das grandes empresas mineradoras, e com a adesão desse setor produtivo às retóricas da “sustentabilidade” e da “responsabilidade social das empresas”, próprias da fase posterior à década de 1990.

A partir da descrição das condições de produção em seu sentido estrito, isto é, relativas à situação específica de enunciação, procuramos analisar um conjunto de “notícias” veiculadas na mídia alagoana, assim como algumas produções verbais e não-verbais da própria comunicação pública da Braskem. Pelo batimento descrição/análise aqui realizado, concluímos que o discurso sobre a mineração, produzido pela própria empresa e posto em circulação na mídia, funciona para legitimar a continuidade da exploração mineralógica em Alagoas, por meio de dois grandes núcleos de sentido: i) primeiro, pela produção da “evidência” que significa o acontecimento como da ordem do natural/geológico; ii) segundo, pelos sentidos determinados pelas formações imaginárias, por meio das quais a Braskem é (auto)projetada como “parte da solução” para o colapso produzido nos territórios em questão.

O terceiro argumento resultante de nosso percurso de pesquisa tem a ver com os gestos de revolta e de resistência aqui analisados. Chegamos a tal argumentação apoiando-nos em Pêcheux (2014) e em Indursky (2008), a partir das reflexões que esses autores empreendem acerca do conceito de assujeitamento pela ideologia. Não há ritual de interpelação ideológica sem falhas, afirmava Pêcheux (2014). Isso é possível, segundo Indursky (2008), porque em todo processo de interpelação ideológica há sempre um espaço de recusa, de deriva e de

---

<sup>4</sup> Os detalhes relacionados à circunscrição desse objeto teórico serão abordados na seção seguinte.

resistência, que faz com os sujeitos possam se desidentificar com certas formações ideológicas para se identificar com outras.

Desse modo, indicamos a gestação de um acontecimento discursivo marcado pela emergência de um novo conjunto de saberes e de articulações na América Latina e no Brasil, que fazem resistência à mineração. Reconhecemos aí uma nova forma-sujeito que produz novos saberes para os quais a mineração não é mais significada como “vetor de desenvolvimento”, mas como vetor de violência e desagregação social. Em referência a esse acontecimento discursivo, destacamos o discurso do documentário *A Braskem passou por aqui: a catástrofe de Maceió* (Pronzato, 2021), e as manifestações languageiras que nomeamos de dizeres populares anti-mineração, produzidas pelas populações desterritorializadas na forma de pichações e inscrições deixadas nos escombros das áreas destruídas.

Desde já, consideramos importante explicar que as referências ao “crime socioambiental da Braskem”, abundantes nesta tese, são uma escolha pessoal pautada em nossa própria posição-sujeito diante desses debates. Como qualquer movimento de linguagem, esse significante também é marcado pela opacidade e pela determinação da posição ideológica que ocupamos. Não há aqui nenhuma reivindicação de neutralidade ou de transparência, pois não há uma relação termo a termo entre linguagem e mundo, muitos menos uma tentativa de driblar os efeitos da ideologia e a determinação pelo inconsciente marcada pelos silêncios acerca dos quais se referiu Pêcheux e Fuchs (1997) e Pêcheux (2014).

Ao decidir pela utilização de certos conceitos-chave nesse trabalho, muito mais do que uma pretensão de neutralidade e de transparência, o que desejamos é demonstrar como os termos centrais comumente usados no processo discursivo que analisamos estão decididamente marcados pela ideologia capitalista-mineradora, cuja pretensão é manter o capitalismo isento da crítica. Desse modo, para ficarmos com alguns exemplos de nossas tomadas de posição, neste trabalho não falamos em “desastre ambiental”, mas em **crime socioambiental**. Não falamos em “bairros afetados” ou em “sujeitos atingidos”, mas em **bairros e sujeitos violentados pela mineração**. Não falamos em “realocação de moradoras(es)”, mas em **expulsão**, em **deslocamento compulsório**, em **desterritorialização** e em **gentrificação**.

A exemplo do que afirmava Aráoz (2020, p. 35) acerca de sua pesquisa sobre a mineração industrial na América Latina, este estudo também está “arraigado e envolvido com os corpos e os territórios afetados pela (des)civilização”. É desse modo que consideramos absolutamente oportuno nosso encontro com a Análise do Discurso de base materialista (AD),

iniciada na França com o trabalho de Michel Pêcheux e ampliada no Brasil por muitas pesquisadoras e pesquisadores, com destaque para a produção de Eni P. Orlandi. Com isso, não estamos atribuindo um caráter messiânico e asséptico à AD, como se esse campo estivesse imune aos riscos do idealismo e do esvaziamento do político.

Estamos bastante atentos ao debate sobre o esvaziamento do político nesse campo (Ferreira, 2016; Silva Sobrinho, 2016). Enquanto em alguns contextos, como o francês, por exemplo, enfatizar a luta de classes e o assujeitamento pela ideologia se tornaram gestos *démodé*, *depassé* ou *dégoûté* (Ferreira, 2016), a natureza de nosso objeto exige a fidelidade aos pressupostos fundantes do materialismo histórico-dialético, assim como às orientações políticas que encontramos nas etapas iniciais de formulação da AD ainda na França.

Dito isto, consideramos importante ratificar que não desejamos operar com a AD, como comumente se nota em muitas produções acadêmicas nesse campo, como um mero aparato metodológico. Nosso objeto nos instiga a resistir ao que Silva Sobrinho (2016) identificou como sendo um relaxamento em relação ao marxismo pela AD praticada no Brasil. Reconhecemos, sem dúvida, os limites do materialismo histórico-dialético quando se trata de interpretar as múltiplas facetas da vida social nas formações sociais do Ocidente na atualidade. Mas a despeito disso, também reconhecemos que a história de certas geografias, como a alagoana, não nos permite prescindir do marxismo, se quisermos ir à raiz dos processos que estão na base da formação e do funcionamento de formações sociais como esta.

Enquanto evento suscetível a múltiplas aproximações e distintas interpretações, o acontecimento aqui em foco tem despertado o interesse de diferentes campos da pesquisa acadêmica. Muitos estudos têm sido produzidos em áreas como o Direito, como a Psicologia Social, como a Arquitetura e o Urbanismo, como a própria Geologia, visando produzir conhecimentos acerca de diferentes dimensões desse crime socioambiental. Sem as pretensões de objetividade e de neutralidade, marcadamente importantes em determinados domínios da atividade científica, nossa pesquisa se insere nesse conjunto de esforços como um convite para que a Linguística e a Análise Materialista de Discurso integrem essas iniciativas coletivas.

Uma palavra falada, um texto escrito posto em circulação, uma pesquisa publicada, produzem efeitos de sentido sobre os quais dificilmente exercemos o controle. O discurso é efeito de sentido entre locutores (Orlandi, 2020). Portanto, é da relação entre locutores que os

sentidos emergem e fazem o seu trabalho. Contudo, se pudéssemos jogar com a possibilidade do controle sobre os efeitos de sentido desta tese, elegeríamos a desnaturalização do inaceitável como nosso grande propósito. Assim como em outras latitudes latino-americanas, a formação sócio-histórica e econômica do estado de Alagoas tem naturalizado e perpetuado a violência capitalista e mineradora. Sendo assim, gostaríamos que nosso gesto de interpretação do acontecimento aqui estudado, enquanto movimento de sentidos, fosse visto como um dos modos de se dizer “não!” a essas formas de dominação.

## 2. DAS BASES TEÓRICO-FILOSÓFICAS AO PERCURSO METODOLÓGICO

*Nos relacionamos com os autores para elaborarmos, avançando, o que estamos construindo com nossa autoria. Descolonizar a vida intelectual não é minha preocupação menor. Porque temos a colonização em nossa história, não é pequeno o risco, quando olho à minha volta, dos que estabelecem com o que vem de fora uma relação de adulação intelectual e de submissão, próprias da ideologia do colonizado.*

*(Eni P. Orlandi, **Ler Michel Pêcheux hoje**)*

### 2. Aportes teórico-filosóficos

Considero absolutamente fortuito o meu encontro com a Análise do Discurso de orientação pêcheutiana. Ao entrar em contato com o campo da(s) análise(s) do discurso pela primeira vez, ainda durante a formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas (graduação e mestrado), eu me depararia com um terreno marcado pela diversidade de teorias, de conceitos e de práticas surpreendentemente (ao menos para mim!) independentes. Naquele momento, eu descobriria que muitos dos procedimentos sob a alcunha de “análise do discurso” extrapolavam as ciências da linguagem, se espraiando por áreas como a Antropologia Cultural, a Etnografia e a Psicologia Discursiva, por exemplo (Iñiguez, 2004). Portanto, é imperativo especificar as bases teóricas e filosóficas que guiam a presente investigação.

Essa pesquisa está orientada pela AD, tal como formulada originalmente na França pelo filósofo Michel Pêcheux, e alargada no Brasil por importantes pesquisadoras e pesquisadores, com um destaque para as contribuições de Eni P. Orlandi<sup>5</sup>. Desde sua proposição inicial na segunda metade da década de 1960, a AD se distingue de outros procedimentos heurísticos sob a alcunha de “análise do discurso” pelo acento dado ao caráter material do sentido, e por sua consideração do lugar que a ideologia possui na produção dos processos discursivos (Pêcheux, 1997; Pêcheux; Fuchs, 1997; Pêcheux, 2014). É desse modo que desde seus momentos fundantes a proposta de Michel Pêcheux tem sido adjetivada como uma análise materialista de discurso.

---

<sup>5</sup> Apontamos aqui para os desdobramentos específicos que a AD têm tido desde sua inserção no Brasil, levando em consideração sua recepção em muitos outros países, o que lhe proporcionou um significativo caráter de heterogeneidade quando a pensamos nessa totalidade intercultural.

Em sua síntese acerca das condições de possibilidade do surgimento da AD na França, na década de 1960, Florêncio *et al.* (2009) dirão que esta surge como uma das respostas às convulsões políticas, sociais, culturais e estudantis daquele período, herdadas ainda do clima do pós-guerra. No campo epistemológico, estaríamos falando da insurgência contra os saberes estabelecidos naquele momento, dentre elas, o questionamento do estruturalismo enquanto paradigma hegemônico no interior da Linguística. O sujeito, a história, a ideologia e o inconsciente, excluídos anteriormente da reflexão sobre a língua, são nela introduzidos por esta nova proposta em gestação (Florêncio *et al.*, 2009).

Apesar de seu surgimento ter-se dado no interior do campo da Linguística, desde seus momentos fundantes a AD tem sido referenciada como ciência de entremeio (Pêcheux; Fuchs, 1997; Orlandi, 2006). Isso se dá fundamentalmente por duas razões. Primeiro, pela articulação epistemológica que a AD propõe, mobilizando em sua teoria três grandes campos do conhecimento, que são a Linguística (com sua afirmação sobre a não-transparência da linguagem), o Materialismo Histórico-Dialético (com a teoria da ideologia que lhe é subjacente), e a Psicanálise (e seus postulados sobre o inconsciente) (Orlandi, 2020).

Em segundo lugar, a AD se constitui enquanto ciência de entremeio pelas interpelações que faz à Linguística, em particular, e às ciências humanas e sociais de um modo geral. Em relação à Linguística, tais interpelações têm a ver com o apagamento da historicidade aí verificado. Em relação às ciências humanas e sociais, elas têm a ver com o questionamento acerca da transparência da linguagem assumido nessas práticas científicas. Na concepção de Orlandi (2006, p. 10) “entremeio significa, sobretudo, não pensar relações hierarquizadas, ou instrumentalizadas, ou aplicações”. Trabalhar no entremeio, para essa autora (*idem*, p. 12), significa “ser aberto, dinâmico (não positivista), não sendo tomado como aplicação automática da teoria, mas como *mediação* entre teoria e análise, na busca dos procedimentos próprios ao objeto que se analisa” [grifo no original].

Não é da língua, enquanto sistema formal de signos, nem da fala que trata a AD. Como seu nome indica, seu objeto é o discurso. Nesse âmbito, o discurso é antes de tudo uma práxis produzida no interior de relações sociais, ligada às exigências de reprodução da existência humana (Florêncio *et al.*, 2009). Ele também pode ser visto como uma prática política cujas funções têm a ver com a reformulação das demandas sociais (Pêcheux, 2014). Definido especificamente a partir de categorias linguísticas, pode-se dizer que enquanto a linguagem é a materialidade específica do discurso, este é a materialidade específica da ideologia. Como explicaremos mais adiante, a AD considera que este último elemento (a ideologia) possui uma

relação íntima com os processos discursivos, visto que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (Pêcheux, 2014, p. 82).

Enquanto práxis político-social o discurso é um dos modos com que os sujeitos interveem na concretude da história. E como se pode deduzir da citação acima, essa intervenção nunca é neutra, mas se faz sempre a partir das posições que os sujeitos ocupam na diversidade ideológica de uma formação social, considerando os diferentes interesses de classe aí presentes. Não há fato social que não reclame sentidos. Os processos discursivos têm a ver justamente com essa injunção à interpretação (Orlandi, 2007b), que faz com que a tarefa de significação seja um imperativo. É desse modo que o discurso deve ser compreendido como “efeito de sentido entre locutores” (Orlandi, 2020), visto que, movidos por tal imperativo, os sujeitos precisam dar sentidos aos fatos, e ao fazê-lo significam a si mesmos.

Entretanto, na contramão do que se poderia supor, a AD não visa “desvelar sentidos falsos”, distinguindo-os de “sentidos verdadeiros”. Também não está no seu escopo atravessar a espessura da linguagem para “encontrar do outro lado o que os sujeitos queriam realmente dizer”. Em lugar disso, há muitas maneiras mais apropriadas de se delimitar seus propósitos. Por exemplo, de modo resumido Orlandi (2008, p. 42) indica que “o que a análise de discurso faz é explicitar o funcionamento do discurso em suas determinações históricas, pela ideologia”. Assim, reconhecer o caráter de não-transparência e de opacidade da linguagem, em lugar de mobilizar a pesquisa em torno da avaliação de “conteúdos”, é condição fundamental para a explicitação de como o discurso funciona em uma dada formação social.

Tomando o que dissemos até aqui, devemos afirmar que analisar discursos é uma forma bastante *sui generis* de compreender como funciona uma determinada formação social. E em conformidade com isso, não podemos pôr entre parênteses o fato de que, em nosso caso, estamos nos referindo a uma formação social com um longo histórico de dominação capitalista. Nessas condições, analisar discursos significa descrever como o movimento da ideologia corrobora, no conjunto de outros fatores, para a reprodução/transformação das condições de produção capitalistas (Althusser, 1980; Pêcheux, 2014). Desvelar o caráter material do sentido, desse modo, significa descrever como os processos discursivos funcionam em relação às possibilidades de manutenção ou de transformação das condições concretas de existência.

A AD pode ser vista como um dispositivo peculiar de interpretação dos processos de significação acima referidos. Para operacionalizá-lo, a(o) analista de discurso deve dispor devidamente de pelo menos dois dispositivos, que são o teórico e o analítico. Enquanto o

dispositivo teórico está relacionado aos princípios gerais da AD, permanecendo o mesmo independentemente das análises de diferentes processos discursivos, o dispositivo analítico é a individualização desse processo, sendo definido (1) pela questão específica posta pela(o) analista, (2) pela natureza dos materiais analisados e (3) pela finalidade da análise (Orlandi, 2020). É dessa forma que passamos a descrever esquematicamente os dispositivos teórico e analítico concernentes à presente pesquisa.

Como objeto fundamental de qualquer projeto em AD, o discurso é justamente o primeiro elemento a que se deve fazer alusão na descrição do dispositivo teórico. Tendo feito isso um pouco acima, passamos à descrição de outros conceitos fundamentais na AD, iniciando pelo de ideologia. Como também já nos referimos anteriormente, o conceito de ideologia, tal como funciona no dispositivo teórico da AD, está alicerçado na maneira como ele tem sido concebido por diferentes autores da tradição marxista. Para além das elaborações que encontramos sobre a ideologia na própria obra marxiana (Marx; Engels, 2007), na tradição do marxismo encontramos desdobramentos importantes, dentre os quais destacamos as contribuições de Lukács (2018), de Althusser (1980) e de Mészáros (2004).

Dessa forma, é oportuno afirmar que a concepção de ideologia adotada na presente pesquisa dialoga estreitamente com a maneira com que esse conceito foi concebido e operacionalizado pelo filósofo marxista Louis Althusser, especialmente em suas reflexões sobre os aparelhos ideológicos de Estado (Althusser, 1980). Para esse autor, a ideologia tem um caráter omni-histórico, de tal modo que a condição “ser ideológico” é inescapável aos indivíduos. Não se pode estar “fora da ideologia” (Althusser, 1980, p. 68). Para Althusser, é a ideologia que responde à demanda por significação, uma vez que ela consiste numa “representação imaginária dos indivíduos com suas condições concretas de existência” (id. *ibid.*, p. 77). Em outros termos, a relação dos sujeitos com suas condições concretas de existência nunca é neutra, mas é sempre mediada pela instância ideológica.

A esse respeito é oportuno compartilhar a ressalva de Florêncio *et al.* (2009) em relação à concepção de imaginário, tal como a encontramos na definição althusseriana de ideologia. Eles nos dizem:

Vale ressaltar que imaginário, no sentido supracitado, não se refere a irreal, mas a um conjunto de imagens, ou seja, o modo através do qual os homens criam formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta – as coisas, o bem e o mal, o justo e o injusto, o certo e o errado, os bons e os maus costumes etc. (Florêncio *et al.*, 2009, p. 34).

De Althusser (1980, p. 93) também tomamos um dos pontos mais decisivos para as análises de processos discursivos, que é sua tese por meio da qual se afirma que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. Não desenvolveremos esse tópico por ora, uma vez que o mesmo necessitará retornar quando da exposição sobre a concepção de sujeito presente na AD. No mais, ao assumir a tese de Althusser acima mencionada, Pêcheux e Fuchs (1997) e Pêcheux (2014) procurarão acrescentar a ela os elementos de natureza discursiva que descrevem como ocorre o processo de interpelação. Disso resultarão as reflexões sobre as formações ideológicas e discursivas, sobre as quais ainda falaremos.

A ideologia funciona conforme os interesses presentes nas lutas que configuram as formações sociais e os conflitos e lutas de classes. Partindo dessa compreensão, a descrição desse funcionamento a partir de sua produção nos/pelos aparelhos ideológicos de Estado também é um ponto fundamental. Por exemplo, ao trabalhar com materialidades midiáticas nesta tese, nossa intenção é justamente mostrar como a luta de classes se manifesta nessas regiões, e como, por meio delas, a reprodução/transformação das condições de produção capitalistas são possíveis. É dessa forma que também consideramos fundamental refletir nesta pesquisa sobre a atuação do que Althusser (1980, p. 44) chamou de “aparelhos ideológicos da Informação”.

Para além das formulações althusserianas, a AD pode ser considerada um campo de conhecimentos onde a ideologia tem recebido uma conceituação muito peculiar, quando pensamos no modo como esse termo vem sendo assumido por diferentes tradições. Às vezes concebida como “conjunto de ideias”, ou como “*Zeitgeist*”, às vezes concebida como “falsa consciência”, em Pêcheux (2014) encontramos uma subversão no entendimento desse conceito, pois a ideologia passa a ser pensada como uma prática política. O núcleo dessa prática tem a ver com a produção de evidências, cujas principais são a evidência do sujeito (efeito ideológico elementar)<sup>6</sup> e as evidências de sentido (Pêcheux, 2014), que nesta tese receberão uma atenção especial.

As evidências de sentido, por sua vez, são cristalizações e naturalizações dos processos de significação. Por meio delas forjam-se “verdades” autoevidentes do tipo “todo mundo sabe...” (Pêcheux, 2014). Com base nisso, ao trabalhar com a ideologia, a AD está trabalhando com uma matriz de significação. É desse modo que Orlandi (2008, p. 43) indica que ela não é

---

<sup>6</sup> Para Pêcheux (2014) a evidência do sujeito se assenta no esquecimento acerca daquilo que o determina, isto é, no esquecimento dos rituais de interpelação aos quais o indivíduo foi assujeitado.

dissimulação, ocultação ou falsa consciência, mas “*interpretação* do sentido em uma direção”. A ideologia, segue Orlandi (id, ibid.), “não se relaciona à *falta*, mas, ao contrário, ao *excesso*: é o preenchimento, a saturação, a completude que produz o efeito de evidência” [grifos no original]. Incitados irremediavelmente pela injunção à interpretação, os sujeitos não podem não significar os fatos. As diferentes posições que ocupam na composição ideológica de cada formação social serão determinantes nessa tarefa.

Para detalhar os modos de relação com a ideologia, especialmente a maneira com os indivíduos são afetados na relação com a língua, Pêcheux e Fuchs (1997) e Pêcheux (2014) propuseram o conceito de formações ideológicas (FI). Pelo conceito de FI recusa-se a ideia de que as palavras, as expressões, as proposições, etc., possuam sentidos fixos, invariáveis, apolíticos, ou, como dirá Pêcheux (id. ibid.), “em relação transparente com a literalidade do significante”. Por esse conceito a produção do sentido é demarcada no campo político e ideológico. É justamente em função disso que Florêncio *et al.* (2009) sugerem que as análises de processos discursivos devem, entre outras tarefas, se dedicar à identificação das FI subjacentes à produção dos sentidos. Isso porque elas “dão sustentação ao dizer, produzindo sentidos que discursivamente procuram camuflar conflitos e deixar passar a ideia de ausência de contradições de classes” (Florêncio *et al.*, 2009, p. 72).

Por sua vez, as formações discursivas (FD) são modos com que as FI são representadas na linguagem. A partir de sua subordinação às FI, elas “determinam *o que pode e deve ser dito*” (Pêcheux, 2014, p. 147) por diferentes posições-sujeito no horizonte das disputas por sentido em torno dos fatos. Uma mesma FI pode comportar várias FD, o que indica a possibilidade do conflito e da contradição nessas matrizes de significação. Apesar de poderem ser equiparadas a domínios de saber, não se deve conceber as FD blocos homogêneos de onde brotam os sentidos. Conforme Orlandi (2020, p. 42), em lugar disso, elas devem consideradas como “constituídas pela contradição, pela heterogeneidade e por fronteiras fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações”.

Compreender o exato papel que as FI e as FD desempenham nos processos discursivos é fundamental para o entendimento de como o sujeito é concebido pela AD. Pensando a partir das condições de produção próprias das décadas de 1960 e de 1970, em referência à conjuntura intelectual que viu o nascimento da AD, diríamos que temos uma teoria inovadora e revolucionária em seu modo de conceber o sujeito. A esse respeito, o próprio Pêcheux (2014) fará menção a uma teoria não-subjetivista da subjetividade. De fato, a AD não pode se furtar à discussão sobre o sujeito, visto que desde sua fundação assumem-se as teses althusserianas por

meio das quais se afirma que “só existe prática através e sob uma ideologia”, e que “só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos” (Althusser, 1980, p. 91).

Na AD o sujeito é o produto das relações sócio-históricas que lhe afetam. Ele não pré-existe aos efeitos dessas relações. É somente afetado pela história, pela ideologia, pela língua e pelo inconsciente que o sujeito pode produzir sentidos. Ele o faz por sua inscrição em certas FD, que, como vimos acima, fornecerão os sentidos às suas práticas de linguagem.

Como explica Pêcheux (2015c, p. 156)

Isto supõe que o sujeito deixe de ser considerado como o eu-consciência *mestre do sentido* e seja reconhecido como *assujeitado ao discurso*: da noção de subjetividade ou intersubjetividade passamos assim a de assujeitamento. O efeito-sujeito aparece então como resultado do processo de assujeitamento e, em particular, do assujeitamento discursivo.

Portanto, não há processo de significação sem o assujeitamento pela ideologia, do mesmo modo como não há forma-sujeito que não proceda da interpelação ideológica. É parte da tarefa da(o) analista descrever esses processos e anular as ilusões subjacentes à produção das evidências de sentido.

Pela determinação do inconsciente e da ideologia, o sujeito precisa “esquecer” seu assujeitamento na formação discursiva que lhe domina, e assim passar à condição origem do dizer. Do mesmo modo os processos de significação precisam que o sujeito “esqueça” a contingencialidade da relação linguagem-mundo. Aqui o sujeito funciona pela ilusão de que existe uma relação direta e necessária entre seu discurso e os fatos. Esses “esquecimentos”, que Pêcheux e Fuchs (1997) e Pêcheux (2014) chamaram respectivamente de esquecimentos nº 2 e nº1, não são “lapsos na memória” nem “defeitos” na formação das subjetividades. Eles são, outrossim, condições para que haja forma-sujeito em sua unicidade (imaginária), dentre as quais a forma-sujeito do capitalismo seria o melhor exemplo contemporâneo.

Para além do que foi exposto acima, e fazendo avançar a tese de Althusser (1980), Pêcheux (2014) também reconheceu que a interpelação ideológica que constitui o sujeito não é um procedimento inerrante. Nos seus termos, ela é um “ritual sujeito a falhas”. Dito de outra forma, o sujeito da AD possui muitas possibilidades de se relacionar com a ideologia, e uma delas é a resistência, entendida como a possibilidade de se identificar com outras FI. Partindo da noção de fragmentação na forma-sujeito (Indursky, 2008), assumimos nesse trabalho a perspectiva por meio da qual se afirma que existem modalidades diversas de resposta à interpelação ideológica, dentre elas a desidentificação. Neste caso, assume-se que o sujeito pode

desidentificar-se com certas FD para identificar-se com outras, ensejando movimentos de ruptura radical, de surgimento de novas formas-sujeito e de novos domínios de saber.

Além dos papéis decisivos desempenhados pelas FI e pelas FD na produção dos processos discursivos, compete também compreender que importância tem a exterioridade, incluindo aí a história e as circunstâncias específicas de enunciação. A língua significa, também, pela memória e pela história. Os processos discursivos existem em função do real da história. Os acontecimentos não cessam de reclamar sentidos. Por isso a AD desde sempre enfatizou a dependência orgânica entre o discurso e suas condições de produção (CP). Para Pêcheux e Fuchs (1997, p. 182), elas concernem às “determinações que caracterizam um processo discursivo, isto é, às características múltiplas de uma situação concreta”.

Vale salientar que a AD recusa a ideia de “contexto”. Nem a história, nem as CP devem ser entendidas como “contexto” por meio do qual os processos discursivos seriam mecanicamente “influenciados”. Na contramão disso, pensa-se as CP como constitutivas do discurso, visto que além dos elementos de exterioridade que elas comportam, dentre os quais se incluem os meios concretos pelos quais os discursos são postos em circulação, estão no seu escopo a memória discursiva, as formações imaginárias e as relações de força<sup>7</sup>.

Tem sido comum na AD pensar-se as CP a partir de seus sentidos amplo e restrito (Orlandi, 2020). O sentido amplo inclui as condições sócio-históricas e ideológicas que dão sustentação ao discurso em questão. Por meio de sua descrição fica demonstrada a filiação que todo discurso tem com outros discursos que lhe precedem, ou que lhe sejam contemporâneos, o que contribui enormemente na explicitação do complexo nó de discursividades funcionando em continuidade histórica. O sentido restrito das CP, por sua vez, inclui as circunstâncias específicas de enunciação, ou seja, a situação imediata que elicia a produção de sentidos. Como dissemos antes, os meios concretos pelos quais os sentidos circulam também compõem esse complexo.

Pela natureza do objeto e da questão norteadora aqui proposta, o dispositivo teórico desta pesquisa inclui a memória discursiva (interdiscurso), as formações imaginárias, o silêncio e a desidentificação. Iniciemos essa descrição pela memória discursiva, visto que reconhecemos que os sentidos produzidos e postos em circulação em torno do acontecimento que nos interessa produzem uma intensa mobilização no interdiscurso e em um certo conjunto de noções pré-

---

<sup>7</sup> Discorreremos sobre estes conceitos mais abaixo, quando da descrição do dispositivo teórico da presente pesquisa.

construídas. Afinal, emergem daí termos como “desenvolvimento”, como “progresso”, como “catástrofe”, como “desastre”, como “fenômeno”, como “guerra”, como “crime”, cujos sentidos contemporâneos só são possíveis pela movimentação que todas essas palavras fazem na memória discursiva.

Orlandi (2020, p. 31-32) define a memória discursiva (interdiscurso) da seguinte maneira:

O interdiscurso é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas palavras”. No interdiscurso, diz Courtine, fala uma voz sem nome.

Já afirmamos que a língua significa também pela história. Os sentidos são possíveis porque as palavras, os enunciados, as proposições etc. já fizeram sentido antes em dizeres esquecidos. Lembremos com Courtine e Marandin (2016) que os discursos se repetem. Mas essa repetição, como sabemos, não é um retorno literal, e sim ressignificação. Afinal, são novas as circunstâncias incitando a interpretação. Para adiantar um exemplo, gostaríamos de demonstrar neste trabalho como certas repetições, a partir de sua inscrição em determinadas FD e pela mobilização que fazem em certas noções pré-construídas, produzem como efeitos de sentido a desresponsabilização da mineração diante dos fatos abordados nesta tese. Para isso, como veremos, concorre a utilização de expressões como “fenômeno geológico”.

A natureza da questão norteadora que nos mobiliza também abre um interesse especial acerca de como as formações imaginárias (Pêcheux, 1997) estão implicadas na produção dos sentidos aqui analisados. Em toda exposição sobre as formações imaginárias é sempre oportuno lembrar que não é do sujeito empírico propriamente que falamos (Pêcheux, 1997; Orlandi, 2020). Como nos adverte Orlandi (2020, p. 38), o conceito de formação imaginária não remete “aos sujeitos físicos nem a seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que podem ser sociologicamente descritos”. Com esse conceito remete-se às imagens e às projeções sempre presentes em toda prática discursiva, e que permitem a passagem das posições empíricas às posições-sujeito de discurso.

Desse modo, tem-se a imagem da posição-sujeito que o locutor faz de si, a imagem que o locutor faz da posição-sujeito do interlocutor, além da imagem e da projeção acerca do referente. Ao descrever a dinâmica desse jogo enunciativo, Orlandi (id. *ibid.*) demarca a complexidade inerente a todo esse processo, uma vez que pela antecipação serão também

incluídas “a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele”, tal como, “a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso, e assim por diante”.

Cada posição-sujeito se constituirá justamente a partir das imagens produzidas, de tal maneira que o discurso não funciona pela posição empírica dos indivíduos (ou grupos), mas pelas formações imaginárias que presidem cada situação em particular. Enquanto imagem e projeção, cada posição-sujeito se constitui por sua identificação ideológica. Consideramos, assim, as formações imaginárias como um operador teórico fundamental quando pensamos na nossa questão de pesquisa. Nos sentidos produzidos em torno da destruição dos cinco bairros maceioenses, certas projeções e autoprojeções têm sido decisivas para os próprios rumos concretos da vida das populações implicadas e dos territórios destruídos.

Interessa-nos do mesmo modo a maneira como o silêncio funciona nas discursividades que pretendemos analisar neste trabalho. A AD tem-nos chamado a atenção para a negligência acadêmica acerca do silêncio, que, conforme Orlandi (2007, p. 12), tem sido tratado como “excrecência” e como “resto da linguagem”. Nosso objeto de pesquisa, em contrapartida, exige que se assumam toda uma região de significações vinculadas ao silêncio. Dessa forma, partimos do pressuposto de que o que se tem dito sobre o desaparecimento dos cinco bairros maceioenses é tão importante quanto o que se silencia acerca disso. O dito e o não-dito significam, cada qual a seu modo, e por isso nos interessam com a mesma intensidade quando pensamos em nosso objeto de investigação.

Florêncio *et al.* (2009) nos indicam que o trabalho sobre o não-dito e o silenciado são etapas fundamentais em todo processo de análise filiado à AD. Parte-se do dito, isto é, da descrição da materialidade discursiva e dos recursos linguísticos empregados em sua construção. Para esses autores, a materialidade discursiva é a “porta de entrada para a elucidação do discurso” (Florêncio *et al.*, 2009, p. 87). Mas como a ideologia opera também pelo silêncio, é preciso perguntar sobre o que está sendo silenciado quando um certo discurso diz “X”. Como nos lembra Orlandi (2020), perguntas desse tipo não devem conduzir a(o) analista à arbitrariedade de tamponar esses silêncios aleatoriamente. Contudo, dentro de situações específicas, como a que nos interessa, é imperativo explicitar os apagamentos que o discurso visa produzir.

Descrever os dispositivos teóricos e analíticos de uma pesquisa, do modo como aqui fizemos, é, de certa forma, introduzir a(o) leitora(or) no conjunto de pressupostos filosóficos que lhe presidem. Por seu caráter de entremeio, a AD assume certos pressupostos que lhe

aproximam de determinadas tradições epistemológicas, ao mesmo tempo em que lhe distanciam de outras. Dessa forma, do mesmo modo como Pêcheux (2015a) sugeriria a necessidade que o marxismo tinha de “contrair relações extraconjugais” com outros domínios de saber, em nossa compreensão a AD também tem. Essas relações são sempre incitadas pela natureza do processo discursivo em análise, e pelos pressupostos teóricos que caracterizam as(os) “parceiras(os)”.

Partindo disso é que na descrição das bases teórico-filosóficas da presente pesquisa incluímos a menção ao marxismo e aos estudos decoloniais. Reconhecemos que classe social é um recorte conceitual articulado a partir da (ir)racionalidade econômica. Enquanto tal, ele pode isolar (ilusoriamente) o econômico de outras variáveis também importantes para a compreensão do funcionamento do poder (gênero, raça, sexualidade etc.). Mas a despeito desses riscos, nosso objeto de pesquisa nos instiga a pensar que é cedo, em termos históricos, para que se prescindia das possibilidades que temos ao utilizarmos a luta de classes como uma categoria de análise.

É importante ratificar que ao trabalhar com essa categoria, o fazemos em diálogo não apenas com a obra marxiana (Marx; Engels, 2005; Marx, 2017a), mas também com as ressignificações encontradas em alguns autores do materialismo histórico-dialético. Por exemplo, são Althusser (1983) e Silva Sobrinho (2017) quem nos ajudam a pensar a categoria luta de classes como um “elo decisivo” para a compreensão dos modos de dominação nas formações sociais contemporâneas. Por sua vez, Harvey (2014) tem nos ajudado a ressignificar essa categoria, criticando os estreitamentos que só reconhecem o “proletariado tradicional” – os trabalhadores fabris organizados em sindicatos ou em partidos – como protagonista dessas lutas. Neste trabalho, reconhecemos a luta de classes em qualquer espaço onde se dê a produção de valor, incluindo aí os territórios destruídos pela mineração em Maceió.

Mas além do conceito de luta de classes, outro pressuposto assumido nesse trabalho tem a ver com o conceito de metabolismo natureza/sociedade, como foi desenvolvido ao longo da obra marxiana. Esse conceito pode ser compreendido como uma descoberta tardia dos comentadores de Marx, que tem sido amplamente explorado em favor de uma “ecologia marxista” (Foster, 2011) e de um “ecossocialismo marxista” (Saito, 2021). Partindo-se dos cadernos de ciências naturais escritos por Marx em sua passagem pela França (os *Cadernos de Paris*), sobretudo das anotações aí presentes acerca da supressão da fertilidade dos solos produzida pela agricultura capitalista, esses autores vão enfatizar a centralidade do conceito de metabolismo natureza/sociedade na obra marxiana, que aqui nos interessa como um pressuposto.

Para Marx (2017a), ao exaurir o potencial de fertilidade dos solos, a irracionalidade da agricultura capitalista seria responsável pela produção de uma falha na interação metabólica natureza/sociedade, concebida como “um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza” (*apud* Foster, 2011, p. 201). Desse modo, conforme as posições de Foster (2011) e de Saito (2021), a crítica marxiana da exploração do trabalho não pode estar desvinculada da crítica à exploração da natureza, visto que trabalho e natureza, para Marx (2017a), são justamente as duas grandes fontes produtoras de riquezas.

Diante disso, pressupomos que é perfeitamente justificável generalizar a crítica à agricultura capitalista do século XIX aplicando-a também à mineração industrial do século XXI. Como essa pesquisa insistirá, a mineração, talvez mais do que qualquer outro setor produtivo, é um tipo de atividade industrial onde a falha na interação metabólica natureza/sociedade é exacerbada. Nesse sentido, pressupomos que o caso maceioense é uma repetição histórica da vocação mineradora para o colapso dessa interação. Disso testemunham incontáveis comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, rurais etc. espalhadas no tempo e no espaço latino-americano, às quais agora se juntam as populações urbanas violentadas pela mineração da Braskem em Maceió.

A perspectiva dos estudos decoloniais também é uma imposição do nosso objeto de pesquisa. Junto com o latifúndio monocultor da cana, a extração de minerais é uma das primeiras formas de exploração do trabalho e da natureza nas regiões colonizadas pela Europa a partir do século XV. Como discutiremos na seção seguinte, a mineração foi um dos meios identificados por Marx (2017b) em suas descrições do processo de acumulação primitiva do capital. Portanto, desde suas formas pré-industriais esse tipo de extrativismo faz parte da construção e da consolidação da ordem colonial e capitalista, sendo corresponsável pelo processo de divisão internacional do trabalho e da exploração mercadológica da natureza.

Autores como Galeano (1983), como Aráoz (2020) e como Quijano (2005), por exemplo, nos ajudam a compreender não somente os detalhes históricos dessas empreitadas coloniais, mas também os meios pelos quais essa ordem se mantém na contemporaneidade. Em sua genealogia da mineração Aráoz (2020, p. 21) dirá que “no século XXI seguimos enjaulados – material e espiritualmente, econômica e politicamente, cultural e geograficamente – dentro de parâmetros, dispositivos e mecanismos de uma formação geossocial de caráter colonial”. Ao assumir essa perspectiva como um pressuposto teórico neste trabalho, é nossa intenção perguntar como se dão os processos discursivos nesses dispositivos de colonialidade.

## 2.2 Constituição do *corpus* discursivo

Gostaríamos de iniciar a descrição do *corpus* discursivo da presente pesquisa afirmando que sua construção não esteve pautada apenas pela obrigação de selecionar fatos de linguagem que se tornariam objetos de análise. Sua construção tem início numa experiência de encontro com o real, como diria Pêcheux (2015a). Discutiremos melhor na quinta seção deste trabalho como os sentidos sobre o colapso territorial/comunitário provocado pela mineração da Braskem em Maceió passou a circular gradativamente nos meios de mídia local, dando início a um intenso e repetitivo movimento de interpelação ideológica. Mas não é aí que localizamos nossa entrada na frenética disputa de sentidos de que tratamos nesta tese.

Inicialmente fomos profundamente afetados pelos sentidos produzidos pelas próprias populações residentes nessas áreas, por meio de uma modalidade linguística muito peculiar que optamos chamar neste trabalho de dizeres populares anti-mineração<sup>8</sup>. Essas manifestações populares, que situamos como materialidades de um discurso de resistência (ver seção 6), foram a porta de entrada para composição de nosso *corpus*. A construção de um *corpus* discursivo, como sabemos, é parte integrante dos rituais de análise, uma vez que em AD não trabalhamos com “coleta de dados”. Quaisquer *corpora* têm a ver, outrossim, com “‘fatos’ da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva” (Orlandi, 2020, p. 61)<sup>9</sup>.

De acordo com Courtine (2014, p. 54) um *corpus* discursivo é definido como

um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das condições de produção do discurso. A constituição de um *corpus discursivo* é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa.

Baseando-se nas indicações de J. Dubois, Courtine (2014) também nos chama a atenção para o fato de que é impossível, na constituição de um *corpus*, que se dê conta do que esses autores chamam de “universal do discurso”, isto é, da totalidade das manifestações discursivas próprias de um determinado domínio de saber. Conforme indica Courtine (2014, p. 55), “há

<sup>8</sup> Estamos nos referindo às pichações e inscrições produzidas pelas(os) vítimas diretas nos escombros das áreas destruídas, durante o processo de evacuação compulsória iniciado em 2018. Denominadas pela antropologia urbana como *catastroffiti* (Souza; Simas; Eduardo, 2023), neste trabalho referimo-nos a essas manifestações de revolta e de resistência como dizeres populares anti-mineração. Para mais detalhes, ver cap. 5.

<sup>9</sup> Trabalhamos com os fatos de linguagem guiados pelo que Orlandi (2020) chamou de exaustividade vertical, como forma de marcar a diferença em relação a concepções de representatividade pautadas pela racionalidade estatística e positivista.

discursos que jamais serão objeto de análise alguma”, o que impõe à(ao) analista a necessidade de que a construção do *corpus* parta de um campo discursivo de referência. Para esse autor (id. *ibid.*), isso deve ser feito “impondo-se aos materiais uma série sucessiva de restrições que os homogeneízem”.

Com vistas à escolha das sequências discursivas (SD) que comporiam o nosso *corpus*, efetuamos essas restrições homogeneizantes guiando-nos inicialmente por alguns princípios de referência que seriam ampliados na medida em que fomos avançando nas reflexões sobre nosso objeto de pesquisa. Em seu conjunto geral esses princípios foram os seguintes:

- a) SD que remetessem às formações imaginárias presentes no processo discursivo em análise, evocando as imagens que a mineração faz de si em sua relação com as formações sociais capitalistas;
- b) SD articuladas em torno de significantes como “desenvolvimento/progresso” e “sustentabilidade”;
- c) SD relacionadas à explicação causal do colapso socioambiental dos cinco bairros maceioenses a partir de 2018;
- d) SD caracterizadas pela resistência à mineração em Alagoas a partir de 2018.

Guiados por nossa questão de pesquisa e pelas restrições homogeneizantes acima expostas, chegamos a um *corpus* de arquivo<sup>10</sup> (Pêcheux; Fuchs, 1997; Courtine, 2014) composto por 30 sequências discursivas<sup>11</sup> procedentes de posições-sujeito marcadas pela heterogeneidade ideológica. Dentre a grande diversidade que encontramos nas superfícies linguísticas relativas ao discurso sobre a mineração em Alagoas, nossa questão de pesquisa nos conduziu a trabalhar com objetos simbólicos de natureza variada, verbais e não-verbais. Do ponto de vista da forma, entram aí relatórios técnico-científicos, produções verbais e imagéticas de mídia (matérias, panfletos, notas etc.), materiais para circulação especial na internet, o uso da cor, material audiovisual na forma de um documentário e pichações nas áreas devastadas.

### **2.3 Percorso metodológico**

Desde o ano de 2018 a destruição progressiva dos cinco bairros maceioenses tem sido uma pauta dificilmente desconhecida para quem vive em Maceió. Há a partir daí uma

---

<sup>10</sup> Courtine (2014) diferencia os *corpora* de arquivo, construídos a partir de materiais pré-existent e em circulação na vida pública, dos *corpora* experimentais, produzidos a partir de pesquisas empíricas por questionários ou outros meios de produção de fatos de linguagem. Para mais detalhes, ver Courtine (2014, p. 58).

<sup>11</sup> Ver anexo 1.

mobilização de sentidos intensa e diversificada, articulada por meio de muitas posições-sujeito diferentes. Não cremos ser possível (nem desejamos), no escopo de uma pesquisa como esta, esgotar as possibilidades de análise inerentes a esse processo. Estamos afirmando isto porque entendemos que a entrada em um processo discursivo, para quem pretende analisá-lo, também é determinada pela posição ideológica que se ocupe. É dessa forma que afirmamos que nossa entrada no processo discursivo aqui abordado se deu inicialmente pelo contato com o discurso de resistência.

Entretanto, muito cedo foi-se impondo a necessidade de ampliar nosso campo discursivo de referência, uma vez que todo discurso remete a outros discursos (Orlandi, 2020), não sendo possível isolar o discurso de resistência de suas condições de produção. Seria necessário, a partir daí, se perguntar sobre a relação entre o discurso de resistência, a história e as discursividades hegemônicas partícipes dos gestos de significação, cujo referente tem sido o colapso dos bairros do Pinheiro, Bom Parto, Mutange, Bebedouro, e parte do bairro do Farol, a partir de 2018 em Maceió. É a este campo complexo e heterogêneo, composto pelos discursos hegemônicos e pelo discurso de resistência, que decidimos chamar neste trabalho de “discurso sobre a mineração em Alagoas”.

Nosso objeto, portanto, tem a qualidade de um “discurso sobre”, que Orlandi (2008, p. 44) definiu como “uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos”. Segundo essa autora, “é no ‘discurso sobre’ que se trabalha o conceito de polifonia. Ou seja, o ‘discurso sobre’ é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos *de*)” (id. *ibid.*). Essa observação é importante para que se demarque um traço crucial de nosso objeto: ele é heterogêneo em relação às superfícies linguísticas que mobiliza (texto, imagem etc.) e em relação às formações ideológicas que lhe subsidiam. Daí seu caráter iminente polifônico.

A partir do que dissemos até aqui, convém então pontuar que essa pesquisa tem como seu objeto o discurso sobre a mineração em Alagoas a partir de 2018. Dada a heterogeneidade desse objeto, em momentos específicos nesse trabalho usaremos o adjetivo “hegemônico” para diferenciar as posições-sujeito de onde procedem esse discurso, visto que o discurso de resistência não deixa de ser um discurso sobre esse mesmo referente. Assim, interessam-nos os sentidos produzidos e postos em circulação em função do acontecimento em Maceió, considerando a empresa Braskem, por sua posição no jogo de forças na formação social alagoana, como um intérprete privilegiado.

Pelas razões acima apresentadas, a circunscrição desse objeto teórico nos conduziu a um primeiro conjunto de perguntas norteadoras, algumas das quais foram as seguintes:

- i) que sentidos são produzidos em torno do acontecimento relativo ao colapso socioambiental dos cinco bairros maceioenses, a partir de 2018?
- ii) por meio de quais materialidades linguísticas específicas esses sentidos circulam e interpelam?
- iii) como se constitui a heterogeneidade dos discursos e dos sentidos em torno de tal acontecimento?
- iv) que formações ideológicas (FI) e que formações discursivas (FD) são mobilizadas nessa disputa por sentidos?
- v) que formações imaginárias presidem o respectivo processo de produção e de circulação de sentidos?
- vi) que posições-sujeito podem ser identificadas como hegemônicas nessa disputa pela estabilização de sentidos e pela produção da memória social?
- vii) que gestos de revolta e de resistência podem ser aí identificados?
- viii) o que tal movimentação discursiva tem a dizer acerca do funcionamento da formação social alagoana na atualidade?

No processo de desenvolvimento dessa pesquisa, as perguntas norteadoras acima mencionadas se apresentaram como importantes meios de delimitação de nosso objeto, e de circunscrição de nossa discussão em uma perspectiva tacitamente discursiva. É no interior desse campo específico de investigação, centrado no discurso e nos sentidos, que delineamos nosso problema de pesquisa: quais efeitos de sentido são produzidos e postos em circulação acerca do colapso socioambiental dos bairros Pinheiro, Bom Parto, Mutange, Bebedouro e parte do Farol, na cidade de Maceió, a partir do ano de 2018?

Tomando então o objeto teórico acima delimitado, a tese a ser defendida com a presente pesquisa pode ser enunciada do seguinte modo: o discurso hegemônico sobre a mineração é um dispositivo de colonialidade que funciona para garantir a continuidade da exploração mineralógica em Alagoas. Como materialização do movimento da ideologia, o discurso hegemônico sobre a mineração compõe o complexo de elementos que visam garantir a reprodução das condições de produção nessa formação social. Como Pêcheux (2014) havia

indicado, apesar da ideologia nunca comparecer como elemento único a ser considerado nessa reprodução, ela é ao mesmo tempo um de seus itens mais determinantes.

Instigados, portanto, pela tese a acima definida, o objetivo geral do presente estudo consiste em analisar os discursos produzidos e postos em circulação acerca da destruição dos referidos bairros maceioenses a partir do ano de 2018. Em decorrência disto, os objetivos específicos que se desdobram a partir daí são:

- i) analisar as raízes coloniais da ideologia capitalista-mineradora;
- ii) descrever as condições de produção e as situações específicas de enunciação do discurso sobre a mineração em Alagoas;
- iii) descrever/analisar os sentidos produzidos e postos em circulação pela empresa Braskem em Maceió, a partir de 2018;
- iv) descrever/analisar os sentidos dissidentes produzidos em torno do acontecimento.

Já em Pêcheux e Fuchs (1997) encontramos importantes indicações alusivas ao processo de dessuperficialização dos materiais submetidos à análise na AD, que, partindo da superfície linguística e passando pelo objeto do discurso, visam atingir o processo discursivo propriamente dito. Dessa forma procuramos tomar inicialmente cada SD observando suas propriedades linguísticas e o modo como elas estão afetadas pelos esquecimentos nº 1 e nº 2 já referidos. Nessas superfícies encontramos alguns dispositivos analíticos cuja identificação “possibilita a compreensão dos sentidos das palavras e dos enunciados, imprescindíveis ao processo de desvendamento de uma discursividade” (Lima *et al.*, 2017, p. 3). Nas SD com as quais trabalhamos esses dispositivos analíticos comparecem na forma de paráfrases, de metáforas, de polissemia, de jogos de palavras e de interdiscurso.

Esse primeiro passo do processo de dessuperficialização de nossos materiais foi abrindo gradativamente a identificação do objeto discursivo deste trabalho, que, como já indicamos, foi nomeado como o discurso sobre a mineração em Alagoas. Como nos lembram Pêcheux e Fuchs (1997), aqui trabalha-se especificamente com a anulação da ilusão referencial produzida pelo esquecimento nº 2. Nessa etapa, a remissão das superfícies linguísticas às suas respectivas FD também se impõe como necessária, seguida da identificação das FI subjacentes. Além de identificar as FI colonial e decolonial, ao longo das análises aqui realizadas a natureza de nosso objeto foi nos conduzindo a trabalhar com a FI do capital amplamente tematizada na AD. Dessa forma, no trabalho com nosso objeto discursivo, parte de nossa tarefa consistiu em descrever

os aspectos de contradição e de tensionamento entre diferentes FD abrigadas pelas FI acima mencionadas.

Como culminância desse movimento trabalhamos o processo discursivo resultante da relação entre as superfícies linguísticas aqui destacadas, o objeto discursivo e suas respectivas condições de produção. Esse movimento nos possibilitou refletir sobre o conjunto de “evidências” produzidas pelo discurso sobre a mineração em Alagoas que tenta estabilizar sentidos em relação ao acontecimento que nos interessa. Também nos proporcionou a compreensão de como o silenciamento e a censura são acionados no processo discursivo em análise. Por último, mas não menos importante, a descrição/análise do processo discursivo aqui trabalhado nos conduziu a inserir a temática das derivas de sentido, da revolta e das resistências nos processos de significação, sempre decisivas para uma compreensão mais abrangente da complexidade das formações sociais capitalistas.

Ao circunscrever nossos objetivos de pesquisa, nos movemos a partir de uma situação concreta específica. Em função do *boom* minerador atualmente verificado em toda América Latina (Aráoz, 2020), Maceió passa a compor um conjunto expressivo de comunidades-vítimas da mineração. Mas a despeito disso, a presente pesquisa visa contribuir com a compreensão da particularidade por pressupor que, ao nos referirmos aos fatos ocorridos nesta cidade, estamos falando de uma formação social com sua própria história de relação com o capitalismo e com a mineração. Apesar da ocorrência de tantos outros crimes socioambientais cometidos por mineradoras no Brasil, nunca há repetições em sentido estrito, visto que cada formação social tem suas próprias características e cada processo discursivo daí decorrente tem suas próprias configurações. Dessa forma, a particularidade não pode não nos interessar nessa investigação.

Não obstante, também nos interessa a universalidade, com todos os riscos próprios de qualquer generalização. Como argumentaremos na seção seguinte, a (ir)racionalidade do capitalismo extrativista é herdeira da volúpia colonial europeia iniciada no século XV. Desde então, os sentidos que subsidiam as atividades de mineração, tão vivos e atuantes na contemporaneidade, precisam ser considerados no conjunto de fenômenos que fundaram a Modernidade. Portanto, ao falar do crime socioambiental da Braskem em Maceió, estamos falando da formação social colonial-capitalista que por tantos séculos tem conformado a (des)organização da vida social no ocidente. É desse modo que a universalidade entra no escopo da presente investigação.

### 3. AS RAÍZES COLONIAIS DA IDEOLOGIA E DO DISCURSO CAPITALISTA-MINERADOR

*É a América latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até os nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos.*

*(Eduardo Galeano, As veias abertas da América Latina)*

#### 3.1 O extrativismo minerador e a ideologia colonial

Um discurso atravessa a história das sociedades latino-americanas desde as primeiras investidas coloniais do século XV. Ao tom e ao som da voz do colonizador, as regiões do planeta que viriam se chamar América Latina<sup>12</sup> passariam a ser discursivizadas como fontes de riquezas materiais, e a serem posicionadas nesse lugar, naquilo que os estudos pós-marxistas (Pennaforte, 2014; Wallerstein, 2004) vão chamar de “sistema-mundo” fundado no século XV pela agenda colonial europeia.

Ocorre aqui algo semelhante ao que foi descrito por Orlandi (2008), em seu estudo sobre o discurso colonizador e a constituição das identidades na sociedade brasileira. Estamos nos referindo ao fato das identidades latino-americanas e brasileiras terem sido ditas por um Outro: outro-europeu, outro-colonizador. No caso que nos interessa, não se trata somente de um movimento de determinação das subjetividades dos povos colonizados, mas se trata de um discurso que organiza e dá sustentação material a toda ordem sócio-histórica, político-econômica e socioambiental nessas regiões do mundo.

No centro de tal ordem sócio-histórica, político-econômica e socioambiental, estão a espoliação, a pilhagem, a expropriação autoritária e voraz de corpos e territórios. Melhor seria afirmar que a espoliação, a pilhagem, a expropriação autoritária e voraz de corpos e territórios constituem os gestos fundantes de uma ordem social que dura cinco séculos, e que tem no empreendimento minerador, objeto desta tese, um de seus tentáculos centrais. A mineração é

---

<sup>12</sup> Apesar do histórico processo de naturalização da nomenclatura desses continentes como “América Latina”, alguns grupos identificados com a formação discursiva do Bem Viver têm proposto um resgate dos modos ancestrais de referência a essas regiões do mundo como *Abya Yala*, que no idioma do povo Kuna significa “terra madura”, “terra em florescimento”, ou ainda “terra viva”. Para mais detalhes ver Acosta (2016).

um dos meios pelos quais essas regiões do planeta, suas riquezas naturais e as comunidades humanas aí presentes têm sido exploradas sem trégua.

Assim sendo, para os fins de nossa argumentação consideramos necessário interpretar discursivamente a história colonial, ainda que de modo parcial, para a partir disso refletir acerca de como os elementos de discursividade e de funcionamento ideológico contribuíram para configurar as sociedades latino-americanas, brasileira e alagoana, e a relação disso com a atualidade e com nosso objeto de investigação. A história, enquanto espaço de exterioridade da dinâmica languageira, é elemento imprescindível em AD, embora não o seja do ponto de vista cronológico.

Para a(o) analista de discurso não importam tanto a cronologia e a história enquanto narrativa de “fatos”, entendidos simplesmente como “contexto histórico” onde as práticas discursivas se dão. A história, para a AD, importa enquanto lugar de discursividades e de produção de sentidos, mesmo porque “não há história sem discurso” (Orlandi, 2008, p. 18). E uma das tarefas da(o) analista de discurso, frente à história, é seguir o caminho feito pelo funcionamento da ideologia enquanto imperativo de significação.

Dito isto, postulamos a ideia de que o discurso sobre a mineração na atualidade é herdeiro direto das discursividades coloniais, regidas ideologicamente pelo ímpeto extrativista. Desse modo, não consideramos exagerado afirmar que onde quer que aporem, as tecnologias minerário-extrativistas atuais reproduzem a mesmíssima ordem colonial gestada há mais de quinhentos anos. Sob as promessas do “desenvolvimento/progresso”, a mineração industrial produz vítimas entre comunidades tradicionais, rurais, ribeirinhas, autóctones e também urbanas, e violam a interação metabólica natureza/sociedade de que falou Marx (2017a).

Como veremos em outra seção, o atual modelo minerador e as práticas extrativistas em grande escala existentes na atualidade possuem dimensões e magnitudes que não podem ser comparadas ao extrativismo mineiro-colonial. Esta, entretanto, não é a questão central. A questão central que deverá discutida nesta tese é a de que modo o modelo minerador atual herda e reproduz o discurso mineiro-extrativista oriundo do sistema-mundo colonial.

No período colonial, a exploração da terra por meio das técnicas mineiro-extrativistas da época é parte constitutiva do projeto de enriquecimento europeu, e precisa ser narrado como prática majoritária com que se deu o genocídio a que foram submetidas as populações originárias da América Latina. Primeiro, pela volúpia da prata. Posteriormente, do ouro. Em seguida, de outros minérios ligados à sanha do colonizador. Em termos mais diretos, a sanha

mineradora do chamado “ciclo da prata”, e da obsessão por recursos minerais em geral, está na base do desaparecimento rápido e gradual dos povos que aqui habitavam antes da chegada dos europeus.

Conforme Galeano (1983), mais que as baionetas e as armas de fogo, o genocídio dos povos latino-americanos originários se deve às minas de prata e de ouro, nas quais os povos originários foram desaparecendo em função do trabalho forçado e da *mita*<sup>13</sup>. Os impactos socioambientais que presenciamos na atualidade, provenientes dos grandes empreendimentos mineradores, são repetições em grande escala da volúpia colonial que desterritorializou comunidades indígenas, saqueou recursos telúricos, envenenou fontes de recursos hídricos, dizimou contingentes enormes de espécies animais, e condenou à morte precoce milhares de corpos humanos em períodos de tempo incrivelmente curtos.

Apesar dessas considerações acerca dos impactos socioambientais produzidos pelos grandes empreendimentos de mineração na atualidade, é fundamental afirmar que a vocação desse setor de atividade produtiva para a destruição e o desequilíbrio ecológico são ancestrais, e lançam raízes ainda no período colonial. O que os registros históricos não cansam de confirmar é o fato de que não há mineração “sustentável”. Nessa direção, a seu modo, já a mineração pré-industrial que vamos encontrar no período colonial produzirá suas mazelas sobre incontáveis ecossistemas (Aráoz, 2020).

Para ficarmos apenas com um exemplo, Figueiredo (2011), em sua narrativa acerca das sucessivas expedições animadas pela febre do ouro no Brasil durante o século XVII, explica como a mineração pré-industrial, caracterizada por técnicas primitivas de extração de minerais nos leitos dos rios, foi destilando sua vocação para a morte e a destruição dos ecossistemas locais, no caso por ele comentado, impactando os nichos de fauna onde esta atividade esteve presente:

O impacto ambiental causado por essa massa humana predatória logo fez com que até os ‘imundos animais’ começassem a faltar nas áreas de mineração. Mais uma vez é o governador-geral quem conta o caso: ‘Faltando-lhes estes para poderem alimentar a vida, largaram as minas e fugiram para os matos com os seus escravos, a sustentarem-se com as frutas agrestes que neles achavam’ (Figueiredo, 2011, p. 138).

---

<sup>13</sup> A *mita* foi um sistema de trabalho imposto nas regiões andinas das colônias espanholas, especialmente vinculada com a mineração da prata, ao qual se atribui o desaparecimento significativo dos indígenas escravizados, cognominados *mitayos*. Para mais detalhes, ver Galeano (1983, p. 52).

É importante sinalizarmos que isso que temos chamado de “volúpia colonial” pela prata e pelo ouro não tem a ver apenas com as razões relacionadas à uma suposta “cobiça humana”, como se estivéssemos à procura de uma “razão psicológica” para tais empreitadas. Não existem razões psicológicas de nenhuma natureza pairando de modo etéreo sobre suas determinações histórico-sociais e político-econômicas. Desse modo, para muito além de tais razões, é preciso situar tal volúpia colonial no contexto das profundas transformações que possibilitaram ao continente europeu sua entrada na Modernidade.

Como aponta Galeano (1983, p. 28), no início do século XVI “a América aparecia como uma invenção a mais, incorporada, junto com a pólvora, imprensa, papel e bússola, ao efervescente nascimento da Idade Moderna”. Alberto Acosta (2016), ao narrar esse período de transição na história das dinâmicas econômicas entre a Europa e o Oriente, nos informa que a riqueza auferida com a expropriação colonial na América Latina produziu, pelo menos, alguns efeitos de alcance paradigmático, que redefiniriam o ordenamento histórico-social e político-econômico do Ocidente nos séculos subsequentes: (1) ela proporcionou a expansão de grandes impérios europeus, como o dos Áustrias; (2) transferiu o centro do sistema mundial da Ásia para a Europa; (3) e teve valor decisivo para o surgimento do capitalismo.

Esses autores estão fazendo referência aos gestos de expropriação colonial e de acumulação de capital que permitiram o salto econômico das potências europeias da época e sua participação exitosa nos intercâmbios comerciais com o Oriente. A exploração de recursos minerais na América Latina vai proporcionar ao colonizador êxitos antes impensáveis, enquanto se constituirá como enorme tragédia civilizatória para as populações originárias deste continente. Potosí<sup>14</sup>, na Bolívia, será emblemática disso que ao se constituir como “benção” para a Europa, se tornou a maldição para a América Latina.

Convém assinalar que a expropriação colonial europeia na América Latina, enormemente pautada pela exploração minerária entre os séculos XVI e XVII, está organicamente relacionada com o processo de acumulação primitiva, enquanto etapa arquetípica do capitalismo e sua expansão comercial e global. Como nos indica Aráoz (2020), as origens do capitalismo, enquanto sistema hegemônico de produção econômica e de organização social, se devem muito mais aos horrores das minas de cidades como Potosí, como

---

<sup>14</sup> Potosí é uma cidade boliviana identificada pela historiografia do período colonial como o maior de todos os centros espanhóis de extração de prata (Galeano, 1983; Aráoz, 2020). Como veremos em seguida, a despeito dessa participação no enriquecimento espanhol, Potosí herdou índices profundos de precariedade socioeconômica, que perseguem sua população quase cinco séculos depois.

Antioquia, Nóvita, Popayan, Barbacoas, Zaruma, Chachapoyas, Cerro de Pasco, Carabaya, Oruro, San Antonio del Nuevo Mundo, dentre outros polos sul-americanos de extração colonial da prata, do que à ética dos puritanos calvinistas da Europa, como sugeriu Max Weber (2001) em seu estudo clássico sobre a ética protestante o espírito do capitalismo.

Nesse fluxo de mudanças que conduziu o continente europeu à vanguarda da economia mundial, a “invenção” da América Latina como uma região subordinada e exportadora de bens primários, especialmente de minérios como a prata e o ouro, é um fato fundamental da história colonial, e profundamente relevante para compreendermos alguns aspectos importantes do objeto desta tese. Não obstante, é possível concluir provisoriamente que, do mesmo modo como ocorre com as formações ideológicas que subsidiam o discurso sobre a mineração industrial na atualidade, desde muito cedo na história deste continente a ideologia dominante e o discurso coloniais funcionaram para subordinar culturas autóctones, silenciar possibilidades de resistência e naturalizar a violência impetrada contra corpos e territórios deste lado do planeta.

É neste extrativismo mineiro colonial que também encontraremos um dos germens do discurso sobre a mineração da atualidade, relacionado à cisão entre “humanidade” e “natureza”, e também relacionado a uma suposta “capacidade ilimitada” de exploração mercadológica dos recursos naturais (Acosta, 2016). Em seu funcionamento discursivo, a ideologia colonial produz a inédita cisão que colocou o ser humano como um elemento exterior à natureza, condição necessária para a exploração exaustiva desta.

**Princípio Potosí** é a expressão utilizada na literatura especializada (Aráoz, 2020) para dar inteligibilidade ao projeto de expropriação colonial que teve na empresa mineradora lugar de destaque. Potosí, no interior da Bolívia, apesar de ser mais um dentre os muitos centros de extração mineral durante o período colonial, é o que de mais agudo e chocante existe em termos da capacidade colonizadora de violência e de subjugação de corpos e de territórios. Nesse sentido, o princípio Potosí tem a ver, em primeiro lugar, com um aspecto fundamental da história da atividade de mineração surgida a partir da colonização: ela é uma atividade essencialmente vinculada com a conquista.

Aráoz (2020) nos fornece um panorama das dimensões numéricas da exploração mineral em Potosí, que fazem compreender porque esse centro de saqueio mineiro-colonial tornou-se paradigmático para os estudos históricos. Conforme este autor, “o tamanho de Potosí era muito superior ao de todas as minas do mundo na época” (Aráoz, 2020, p. 121). Sua descrição das dimensões quantitativas de Potosí segue nos indicando que

os estudos históricos estimam que Potosí forneceu a metade de toda a prata que saiu da América com destino à Espanha ao longo do período colonial, sendo assim a geometria fundamental da nova geografia da capital. Essa riqueza contribuiu à formação e à consolidação definitiva da Espanha como Estado-nação moderno (idem, p. 122).

Apesar das impressionantes cifras vinculadas à extração mineral em Potosí, aqui absolutamente simplificadas, existem outros aspectos que lhe dão *status* de princípio de inteligibilidade. Para a consecução dos objetivos de nossas análises nesta tese, pelo menos dois destes aspectos precisam ser explicitados, uma vez que são parte do funcionamento histórico da ideologia dominante que não cessou de produzir seus efeitos materiais sobre as sociedades latino-americanas desde então. Estamos nos referindo (1) ao que denominaremos, junto com outros teóricos de “maldição da abundância”, e (2) à produção da dialética riqueza-pobreza nas sociedades colonizadas. Apesar destes dois aspectos estarem aqui apresentados deste modo, como aspectos separados, eles constituem um único movimento histórico.

A prodigalidade e a variedade de amplos recursos e bens da natureza, próprios dos geossistemas latino-americanos, fascinaram desde sempre os olhos do colonizador, que, como já sinalizamos, tratou de sistematizar o saqueio enquanto estratégia para a obtenção de vantagens econômicas em face dos intensos intercâmbios comerciais da época. No centro da ordem colonial, e com o objetivo de legitimá-la, surgem então os sentidos fundantes do extrativismo mineralógico, que são sentidos concomitantes com a desqualificação dos povos originários da América Latina.

De acordo com Acosta (2016, p. 110), a partir de então começa a circular o discurso que significa os povos originários da América Latina como “mendigos sentados sobre sacos de ouro”. Situamos aqui um importante balizamento histórico, pois consideramos esses gestos de interpretação colonial como os gestos fundantes da ideologia capitalista-mineradora. Partindo da posição-sujeito do colonizador, começam a circular sentidos impensados sobre os povos originários da América Latina e sobre seus respectivos nichos ecológicos. As populações originárias do continente, nesse movimento de significação, são “mendigas”, isto é, sua existência é deslocada discursivamente para o campo das relações monetárias. Ao fazê-lo desse modo, o colonizador produz um apagamento nos modos próprios de relação entre esses povos e a natureza/terra, significando essa relação sob o signo do valor de troca (Marx, 2017a).

Enquanto os povos originários passam a ser “mendigos”, os nichos ecológicos onde vivem passam a ser, no discurso colonial, “sacos de ouro”. Portanto, já na interpretação do colonizador a natureza/terra nessas latitudes é uma mercadoria. É preciso reconhecer, portanto,

que as guerras coloniais são, antes de qualquer coisa, guerras por sentido. Nelas reconhecemos uma memória discursiva (interdiscurso) que será determinante para os sentidos que encontraremos no discurso sobre a mineração na atualidade.

A chamada “maldição da abundância” consiste, desse modo, no fato de que a riqueza dos recursos naturais fez com que, desde as primeiras etapas da mundialização do capitalismo, os países do Sul Global integrassem esse sistema de modo subalterno, ocupando a posição de exportadores de bens primários. Obviamente, a “maldição da abundância” diz respeito aos amplos recursos naturais de que dispõem os países latino-americanos, e que transcendem em muito os recursos propriamente minerais. No entanto, desde o período colonial até a atualidade, a abundância dos mais variados minérios disponíveis no chão da América Latina continua significando a morte de amplos ecossistemas e a desterritorialização sistemática de inumeráveis grupos humanos.

Como efeito direto dessa “maldição da abundância”, o princípio Potosí sinaliza para a produção da dialética riqueza-pobreza nas regiões colonizadas do mundo. É preciso não perdermos de vista que o sistema colonial de extração de minerais esteve totalmente assentado na escravidão indígena e na desterritorialização desses povos. Desse modo, em Potosí evidencia-se o contraste que opõe a produção de riquezas em cifras inéditas, opulência e ostentação, oriundas dos lucros auferidos com a prata, concomitantemente com a produção dos mais profundos níveis de morte, miséria e espoliação.

Enquanto esteve na condição de grande polo mineiro-colonial, uma parte da própria cidade de Potosí viu surgir fartos frutos concebidos pelos braços indígenas e pela prata: palácios, cassinos, templos, erigidos em função da fruição do colono. Em contraste, outra Potosí definiu sob os flagelos da fome, da escassez material, da contaminação de suas fontes hídricas, da peste, e do trabalho forçado nas minas. O princípio Potosí, portanto, torna inteligível as entranhas do extrativismo minerador, cujas raízes encontramos no período colonial, mas que pouco sofreu mutações nos séculos seguintes.

Gostaríamos também de abordar um dos elementos centrais que vinculam o setor de mineração e a ideologia colonial, e que é imprescindível para as análises do discurso sobre a mineração industrial que desejamos empreender nesta tese. Desse modo, partimos do seguinte argumento: o discurso e as múltiplas práticas extrativistas da mineração industrial na atualidade são coextensivos e perpetuadores do processo de acumulação primitiva do sistema capitalista, que teve origem no período colonial.

Para desenvolvermos melhor esse argumento, precisamos compreender como Marx (2017b) situou historicamente o processo de acumulação primitiva, e sua relação com o subsequente modo de produção capitalista. Posteriormente, é preciso analisar como esse processo está replicado historicamente no modo como o setor de mineração industrial impõe sua presença na atualidade. Na medida em que objetivamos empreender uma análise de teor discursivo do setor de mineração, são essas as práticas que nos referenciam.

Conforme Marx (*idem*), o processo de acumulação primitiva seria uma espécie de “marco zero” do sistema capitalista e de seu modo de produção: movimento primeiro da grande maquinaria econômico-produtiva que se imporia no Ocidente a partir de então. Como seu ponto de partida, a acumulação primitiva se constitui num tipo de acumulação de capital que não é resultado do modo de produção capitalista, mas lhe é anterior. Por meio dela são produzidos os excedentes de capital necessários para os processos de reinvestimento exigidos pelos empreendimentos capitalistas, além de uma série de transformações na base social e econômica dessas formações sociais sem as quais o capitalismo não é viável.

Dentre estas transformações, tem destaque o surgimento de uma nova classe de proletários forjada pela submissão às “leis naturais do desenvolvimento econômico” (Marx, 2017b, p. 820), tais como as encontramos no modo capitalista de produção. Marx dedica todo o capítulo 24 do Livro I de *O Capital* para oferecer um sumário dos “métodos idílicos” pelos quais esse processo de acumulação primitiva foi possível. Esses meios são múltiplos, diversificados, e dentre os tais temos um modo de produção equivalente ao chamado modelo minerador.

Dito de um modo direto: a violência, a pilhagem, o saqueio, a imposição da fome e da escravidão (inclusive de crianças), o uso estratégico de aparatos legais e a desterritorialização são os “métodos idílicos” identificados por Marx como aqueles que possibilitaram historicamente o processo de acumulação primitiva do sistema capitalista. Assim, desde suas origens mais remotas, a imposição do sistema capitalista representou a presença do terrorismo, da violência, da subjugação e da morte para quantias incalculáveis de grupos humanos.

A violência, portanto, não lhe é “acidental”. Ela é estrutural e estruturante desse modo de produção econômica. Ela é, como Marx dirá (2017b, p. 821), uma “potência econômica”. É importante ainda destacar que, apesar da descrição dos eventos históricos relacionados ao processo de acumulação primitiva feita por Marx concentrar-se nos conflitos situados na Europa, o próprio pensador alemão reconhecerá que o gérmen desse “pecado original” esteve

radicalmente presente nas empreitadas coloniais que se precipitaram por outras regiões do planeta, e que chamamos atualmente de Sul Global:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (Marx, 2017b, p. 821).

Mais adiante, este autor reitera:

Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder de Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica (id. *ibid.*).

A atividade de mineração foi desde sempre, portanto, parte desse conjunto de “métodos idílicos” que dão à violência capitalista seu caráter de “potência econômica”. No volume 1 de *O Capital* Marx (2017a) descreve com pormenores a natureza violenta das atividades de mineração, apresentando-nos um quadro da exploração do trabalho nas minas de carvão da Inglaterra no século XIX. Com o foco no trabalho infantil e no trabalho das mulheres, esse autor exporá as condições de insalubridade do trabalho que arregimentava crianças a partir dos 10 anos de idade, e também os impactos disso na educação das mesmas.

Marx (*idem*) ainda exporá as condições gerais do trabalho de mulheres nessas mesmas minas de carvão, assim como temas correlatos do interesse de todos os trabalhadores, tais como os processos judiciais nos casos de morte em função do trabalho mineiro e a precariedade do sistema responsável pela inspeção das 3.217 minas que existiam na Inglaterra em 1867. Tendo sido no passado um dos instrumentos da fase de acumulação primitiva do capitalismo, o setor de mineração sempre conservou esse aspecto de ser expressão de violências economicamente potentes. O discurso da “sustentabilidade” que atualmente satura sua publicidade deve ser pensado como forma de interpelação ideológica (Althusser, 1980; Pechêux, 2014) em face desse passado de genocídios e de ecocídios. Afinal, nenhum discurso faria sentido se não mantivesse níveis estreitos de relação com discursos antecedentes (Orlandi, 2020).

Esse aspecto da discussão – isto é, a proposição da violência como “potência econômica” no capitalismo – é muito importante para as análises que se sucederão nesta tese. Sem perder de vista a enorme sequência de crimes socioambientais perpetrados por grandes empresas mineradoras na América Latina e no Brasil no transcorrer de muitas décadas, essa

tese tem interesse específico na realidade maceioense, enquanto um local da presença de atividades de mineração. Nesse sentido, não é raro que, assujeitados pela ideologia capitalista-mineradora, distintos sujeitos sociais falem em “acidentes”, ou em “catástrofes”, ou em “desastres”, ou, como no caso de Maceió, em “fenômenos geológicos” ocorridos a partir de atividades de mineração industrial.

### **3.2 Mineração, Estado e luta de classes**

Queremos voltar a uma das questões pontuadas por Marx (2017b), quando este autor sugere que o sistema colonial lançou mão do poder de Estado para impulsionar a fixação histórica do modo capitalista de produção. Para nossos objetivos, compreender o lugar do Estado em sua relação com o modelo minerador é item obrigatório. Sem esse entendimento a compreensão do discurso sobre a mineração fica parcialmente prejudicada.

Entretanto, gostaríamos antes de reafirmar o caráter da perspectiva teórico-filosófica que preside nossos dispositivos de análise, fundada no materialismo histórico-dialético, e com isso reconhecer com Marx e Engels que estamos falando do estado burguês, cujo poder executivo sempre funcionou como “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx; Engels, 2005, p. 42). As relações específicas entre o estado burguês e o setor de mineração atravessam de modo intocável a história colonial e chegam aos nossos dias com força renovada.

O extrativismo minerador será tão central para os objetivos econômicos da coroa espanhola durante o período colonial, que um autor como Araújo (2020, p. 123) adjetivará como “Estado mineiro” a este mesmo estado moderno. As atividades de exploração mineral surgem como “políticas de estado”, proporcionando os meios pelos quais a Espanha pôde se posicionar em face dos conflitos geoeconômicos da época.

Neste momento, ainda não podemos falar em um discurso do “desenvolvimento/progresso” que incluía em suas promessas as regiões exploradas. Trata-se, até aqui, de uma ordem onde a subjugação, a subalternização e a dominação – apesar da complexidade das formações ideológicas que lhe subjazem – se apresentam na forma mais crua possível. Para os nossos objetivos, é imprescindível compreendermos que o *continuum* mineração/Estado assenta suas raízes na ideologia colonial, e que tal *continuum* foi ganhando novas nuances a cada diferente etapa da história.----

De uma mineração pré-industrial, que no período colonial surge como braço estatal de produção de riquezas, chegamos na atualidade a uma mineração industrial que, ao se autoafirmar como a “indústria das indústrias” (e assim nos interpelar acerca de seu caráter necessário e inescapável) satura a sociedade de enunciações relacionadas ao “desenvolvimento sustentável” e ao “progresso econômico”. Desse modo, a mineração industrial da atualidade continua a encontrar no estado burguês seu aliado mais cobiçado e estratégico. Acosta e Brand (2018) e Aráoz (2020) são bastante incisivos ao afirmarem que tais alianças transcendem as colorações ideológicas dos governos nacionais, de tal modo que o *boom* minerador ocorrido durante as décadas de 1990 e 2000 até a atualidade, teve grande aquiescência de muitos governos cognominados “progressistas”<sup>15</sup>.

Nesse ínterim, as promessas de “desenvolvimento/progresso” funcionam para estabilizar o *continuum* mineração/estado burguês. Contudo, antes de avançarmos para outros aspectos deste *continuum*, gostaríamos de destacar duas dimensões específicas destes discursos, a partir de um primeiro gesto de análise. Notemos o que diz a SD 1, extraída de uma peça publicitária intitulada *A mineração se reinventa*, publicada na plataforma YouTube Brasil pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM):

#### **SD 1:**

*Incrível como as coisas mudam, né? Pensa no bicho-preguiça, aquele animal pacato e na dele! Quem diria que ele iria se tornar uma celebridade da internet?! Eh, o mundo dá voltas! O bicho-preguiça muda, o telefone muda, o carro muda, os penteados mudam, a sociedade muda. Isso inclui eu, você, meu avô e a sua tia que ficou viúva e agora usa o mesmo aplicativo de paquera que você. Até a mineração muda sem parar, e olha que a mineração está aí desde que a minha avó era criança e ouvia historinha pra dormir. Já pensou nisso? Imagine os Três Porquinhos sem a mineração. Coitados! E os Sete Anões? Desempregados! Mas hoje não tem esse lance de picareta e marreta, não. Isso já era! Agora é papo de filme de ficção científica. A coisa não para de evoluir. A mineração ajudou a mudar o mundo, e teve que se reinventar. Mas, peraí: você acha que tem que acabar a mineração? Opa, cadê a cadeira? E o celular? O carro? O ônibus? A bike? Já era! Volta andando pra casa! Aliás, que casa? Tá perdido, amigo! Largado e pelado na vida! Vamos combinar, né?! A mineração tá aí desde o tempo do homem das cavernas. Imagina mandar um “zap” sem o minério que faz o seu celular?! Que dureza! A questão não é parar com a mineração, mas evoluir. É fazer melhor, pra fazer mais e sempre!*

---

<sup>15</sup> Daremos maior atenção ao chamado “boom da mineração”, sob os auspícios das políticas neoliberais, quando tratarmos das condições de produção do discurso sobre a mineração em Alagoas, em seu sentido lato.

A mineração industrial, para radicalizar seu *continuum* junto ao estado burguês, fala de si nos termos da “mudança” e da “inovação” (“a mineração muda sem parar”), na tentativa de conjurar sentidos que lhe vinculam a degradações ambientais progressivas, a acidentes laborais frequentes e a crimes socioambientais perpetrados a partir de diferentes práticas industriais. Portanto, o setor fala de si como uma “nova mineração”, como uma “mineração reinventada”, distante de práticas arcaicas e artesanais (“picareta e marreta”), e afinada com recursos tecnológicos de ponta (“agora é papo de ficção científica”).

Desse modo, cria-se discursivamente um abismo artificial entre “aquela mineração” (poluente, antiecológica e ultrapassada) e “esta mineração” (sustentável, socialmente responsável e tecnicamente moderna). Orlandi (2020, p. 88) nos chama a atenção para o fato de que “não há texto, não há discurso que não esteja em relação com outros, que não forme um intrincado nó de discursividade. E a natureza dessas relações é importantíssima para o analista”. Pensando a partir desse “intrincado nó de discursividade” do qual fala Orlandi, reconhecemos que os sentidos vinculados à ideia de uma “nova mineração”, de uma “mineração reinventada”, assim como de uma “mineração tecnicamente sustentável”, buscam apagar sentidos anteriores, que lhe posicionam em regiões simbólicas onde antes vigoravam significações atreladas à insustentabilidade e o arcaísmo.

Como um segundo aspecto a ser destacado na SD 1, a mineração industrial fala de si nos termos de um ente atemporal (“desde o tempo do homem das cavernas”) e necessário (“você acha que tem que acabar com a mineração?”), imprescindível não apenas para a evolução das coisas, mas também para a própria existência das sociedades. Aqui, o *continuum* junto ao estado burguês é requerido em função do fato de que a mineração forneceria as próprias condições materiais que tornam a vida social possível (“a mineração ajudou a mudar o mundo”).

Para utilizarmos uma metáfora oriunda do campo religioso, diríamos que neste caso a mineração industrial falaria de si como um “grande demiurgo”, que apesar de não criar o mundo *ex nihilo*, modifica-o, extraindo a ordem das profundezas do caos, dando forma material às sociedades. Sem a mineração, um enorme número de “itens essenciais” à vida cotidiana não seria possível: “a cadeira”, “o carro”, “o celular”, “o ônibus”, “a bike”. Filiado à formação discursiva de mercado, o discurso minerador corrobora o funcionamento da ideologia capitalista em sua expressão mercantil e produtivista: sem ela (a mineração) não há produção nem circulação de mercadorias, e conseqüentemente não há consumo.

Ao apontar na direção dos objetos de consumo acima referidos, a SD 1 ratifica uma das dimensões fundamentais da ordem capitalista, responsável pela manutenção e continuidade do próprio sistema. Pelo funcionamento da formação imaginária, a mineração posiciona-se no epicentro do processo produção-consumo, uma vez que ela seria a matriz primeira de toda cadeia produtiva. Ao vincular a “evolução das coisas” à possibilidade de consumir mercadorias, o discurso sobre a mineração sanciona a continuidade da exploração da natureza/terra.

Concomitantemente a essa movimentação de sentidos, produz-se o silenciamento acerca da ruptura drástica na interação metabólica natureza/sociedade organicamente atrelada à história da mineração. Diz-se “produção” para se silenciar “dominação”. Diz-se “evolução” para se silenciar “destruição”. Por meio de um deslocamento do campo político ao econômico, a memória discursiva subjacente a tal discurso remete à ideia de que “os fins justificam os meios”. E pelos sentidos extraídos da formação discursiva de mercado, o discurso sobre a mineração funciona para radicalizar o *continuum* junto ao estado burguês.

Amaral (2007, p. 39) define a formação discursiva de mercado como “responsável pela instituição de formas de identificação dos sujeitos no amplo processo de relações sociais, em particular das relações de trabalho”. Mais recentemente, o trabalho de Ramires (2017) também explorou elementos importantes vinculados à FD de mercado, neste caso, ao analisar como a partir dos processos de identificação com tal FD ocorre um assujeitamento tacitamente marcado pela ideia de “sucesso”, enquanto submissão e “êxito” em face da interpelação capitalista, efetivada por meio de grandes veículos de mídia televisiva.

Não podemos perder de vista, pensando nestas práticas discursivas, os processos de interpelação ideológica, tal como descritos por Althusser (1980) e desenvolvidos por Pêcheux (2014) em *Semântica e discurso*. No caso destas análises, a interpelação pela ideologia dominante consiste na produção de posições-sujeito para quem o setor de mineração passa a ser visto como imprescindível para o “desenvolvimento/progresso” social, tanto por suas especificidades produtivas, quanto por suas funções nas dinâmicas de mercado, assim como por seu lugar na produção de postos de trabalho, e por sua significância para a arrecadação tributária dos entes federativos.

Por meio dessa interpelação, a ideologia dominante produz como efeito de evidência o caráter de obviedade com o qual Estado vincula o “desenvolvimento/progresso” social à mineração industrial. Esse mesmo efeito de evidência gera a convicção de que o Estado não pode prescindir, nem limitar, muito menos regulamentar demasiadamente a mineração

industrial, enquanto fonte de produção de riquezas, de empregabilidade e de modernização social.

Para Acosta e Brand (2018, p. 60) “está claro que os governos ‘progressistas’ – e também neoliberais – mantêm os mitos do ‘progresso’, em sua deriva produtivista, e do ‘desenvolvimento’ como direção única, sobretudo em sua visão mecanicista de crescimento econômico, assim como seus múltiplos sinônimos”. Como poderemos ver na descrição das condições de produção do discurso sobre a mineração em Alagoas, esses mesmíssimos processos de interpelação ideológica foram decisivos para a inserção dessa forma de extrativismo neste estado, ainda durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Assim, é possível perceber que binarismos do tipo “direita-esquerda” não dão conta da complexidade dos processos de interpelação ideológica e de constituição de diferentes posições-sujeito numa sociedade estruturada em classes como a brasileira.

Para seguir com nossas reflexões acerca de como a ideologia dominante modula o *continuum* mineração/estado burguês, de modo especial na sociedade brasileira (mas não somente nesta), gostaríamos de aludir aos históricos conflitos entre este setor produtivo e as comunidades tradicionais e originárias no Brasil. Este país possui um longo e sangrento histórico de conflitos e tensões originados a partir do interesse de diferentes formas de extrativismo minerador (legais e ilegais) em áreas de preservação indígena (Cabette Fábio, 2022). Existem, inclusive, importantes gestos de análise oriundos de diferentes áreas da pesquisa acadêmica, debruçadas sobre os mais variados aspectos dessas formas de assédio e seus impactos para as comunidades tradicionais e para o conjunto da sociedade brasileira (Sant’ana Júnior e Rigotto, 2020). Obviamente, estamos nos referindo a uma discussão vasta e complexa que não temos a intenção nem a necessidade de explorar neste trabalho.

Antes de prosseguirmos, entretanto, é importante mencionar que desde a Constituição Federal de 1988 o Brasil dispõe de dispositivos jurídicos de proteção das reservas indígenas, que na atualidade cobrem cerca de 13% do território nacional. Dessa forma, as atividades de garimpo e de mineração industrial, embora não estejam completamente vedadas nessas áreas, conforme a legislação em vigor no Brasil, devem se submeter a trâmites políticos e burocráticos que levem em consideração de modo impreterível os interesses e a escuta dos povos indígenas. E é justamente neste campo – o dos interesses e da escuta dos povos indígenas – que a conjuntura brasileira atual tem se constituído como palco intenso de novas disputas e interesses,

em que o discurso do “desenvolvimento/progresso” circula e produz seus próprios efeitos sobre a cotidianidade.

O assédio minerador em terras indígenas, como temos tido a oportunidade de refletir nesta seção, é um fenômeno com uma longa história e uma incômoda frequência nas sociedades latino-americanas, assentando suas raízes ainda no período colonial. No entanto, no período em que esta tese tem sido produzida, provocado por um conjunto importante de fatores contextuais, podemos nos referir a uma espécie de *boom* minerador, referente à acentuada elevação nos pedidos de requerimento de lavra nas terras demarcadas pela União e sob a tutela das mais de 250 diferentes etnias indígenas no Brasil.

Nesse ínterim, como poderemos ver, chama bastante a atenção o fato de o Estado brasileiro (como nunca antes?) colocar-se de modo aberto e explícito como mediador dos interesses da mineração industrial, a despeito dos interesses dos povos indígenas e dos interesses de outros grupos étnicos e históricos cujas terras também sofrem assédio garimpeiro e minerador. Como nos lembra Orlandi (2016, p. 13), “a materialidade específica da ideologia é o discurso, e a materialidade específica do discurso é a língua”. Com base nisso, podemos argumentar que, tomando as práticas languageiras como referência, o discurso do “desenvolvimento/progresso” materializa a ideologia capitalista-mineradora, neste caso, produzindo efeitos sobre o ordenamento de um importante tema da sociedade brasileira, que é a relação desta com as comunidades originárias e tradicionais.

Retornando à questão da participação do estado brasileiro no super-assédio minerador junto às terras indígenas no Brasil, somos informados por Marta Salomon, em matéria intitulada *Garimpando com o cocar alheio*, publicada no dia 01 de julho de 2021 na *Revista Piauí*, que

fazia quase um ano e quatro meses que Bolsonaro havia enviado ao Congresso projeto de lei que regulamenta a exploração mineral em terras indígenas, uma exigência da Constituição para liberar a atividade, considerada ilegal. Desde então, vêm batendo recordes os pedidos de pesquisa e de permissão de lavra garimpeira que chegam à Agência Nacional de Mineração (ANM). Àquela altura, pedidos apresentados desde a posse de Bolsonaro se estendiam sobre 13,3 mil km<sup>2</sup> de terras indígenas e seus entornos, área equivalente a quase nove vezes a cidade de São Paulo. Apenas nos primeiros quatro meses de 2021, os processos minerários registrados na ANM que solicitam permissão para garimpo ou pesquisa em áreas indígenas somam 4,3 mil km<sup>2</sup>, mais do que o primeiro ano inteiro de mandato de Bolsonaro – eleito prometendo “nem um centímetro a mais para as terras indígenas” (Salomon, 2022, s/p).

Como já mencionamos anteriormente, as atividades de garimpo e de mineração industrial em áreas de preservação indígena são tipificadas como ilegais pela Constituição Federal de 1988, e só podem ocorrer mediante de aprovação de projetos de leis específicos. Seguindo a orientação econômica assumidamente neoliberal de seu governo, afinada com os interesses do grande capital, como menciona Salomon (2022) no trecho que citamos acima, o presidente, à época, Jair M. Bolsonaro fez chegar ao Congresso Nacional o projeto de lei (PL) 191, que regulamenta a atividade de mineração nas terras indígenas no país<sup>16</sup>. Como também pudemos ver, tal propositura tem ensejado desde então um assédio de proporções atípicas que colocam as áreas de preservação indígena no centro da agenda dos debates político, econômico e cultural no Brasil contemporâneo.

Apesar da importância que essa discussão possui, é preciso não perder de vista que estamos nos referindo a apenas uma dentre o conjunto de estratégias políticas arquitetadas pelo Estado brasileiro na atualidade, cuja finalidade é fazer avançar a mineração industrial em terras indígenas. Outra dessas estratégias a ser considerada neste trabalho, de caráter tacitamente discursiva, tem a ver com a cooptação de lideranças locais e com o aparelhamento de importantes órgãos de proteção aos direitos dessas populações, como a Funai<sup>17</sup>.

Vale salientar que de modo impreterível a presença das diversas formas de extrativismo em áreas de reservas indígenas no Brasil – seja o extrativismo garimpeiro e ilegal, seja o da mineração industrial e legal – tem representado, na prática, um enorme conjunto de violências históricas, dentre as quais podemos catalogar (1) as variadas formas de agressão aos ecossistemas: desmatamentos, contaminação de fontes hídricas, contaminação do ar, impactos sobre a fauna etc.; e (2) as variadas formas de agressão aos direitos humanos de inumeráveis populações: estupro, disseminação de doenças provocadas pela contaminação da água e do ar, desterritorializações compulsórias de diversas comunidades, perseguições e assassinatos de lideranças locais.

---

<sup>16</sup> Apesar do pedido de urgência da presidência em relação à tramitação do referido PL/191, no período de produção deste trabalho a mesma se encontrava parada na Câmara dos Deputados. Interpretamos esta proposição como mais um gesto relativo a um sistemático projeto de desmonte de conquistas históricas e de políticas públicas que nos últimos anos beneficiaram segmentos da população brasileira historicamente excluídos e marginalizados.

<sup>17</sup> A Fundação Nacional do Índio (Funai) é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal.

Nas discussões parlamentares acerca da legalização da mineração industrial em terras indígenas tem sido comum o argumento de que tal regulamentação é condição necessária para o combate ao garimpo ilegal e às consequências socioambientais a ele associadas. No entanto, na contramão deste argumento, nos últimos anos no Brasil têm-se assistido a repetidos crimes socioambientais cometidos por grandes empresas mineradoras cujas atividades estão devidamente regulamentadas e legalizadas. Ou seja, como já tivemos oportunidade de apontar, a “potência econômica” da violência, como sugeriu Marx (2017b), é parte estrutural e estruturante do modelo minerador, quer essas atividades sejam rústicas e ilegais, quer sejam praticadas em regime industrial e legalizadas.

Consideramos importante salientar ainda um outro aspecto do funcionamento da ideologia dominante relativo às relações históricas entre o estado burguês e o setor produtivo da mineração. Nesse sentido, apoiamo-nos, ainda que de passagem, nas reflexões que Althusser (1980) apresenta acerca do funcionamento da ideologia para a reprodução das condições de produção nas formações sociais capitalistas. Segundo este autor, toda formação social deve, ao mesmo tempo, produzir e reproduzir as condições que tornam possíveis os processos produtivos.

E é justamente essa demanda que dá sentido à noção de aparelhos ideológicos de Estado (AIE), enquanto os dispositivos instrumentais que, através da ideologia dominante, retroalimentam o sistema capitalista, sobretudo por meio dos processos de assujeitamento ligados à interpelação ideológica (Althusser, 1980). Dessa forma, destacam-se, segundo este filósofo marxista, os sistemas de ensino, os sistemas jurídico e político, a indústria cultural, mas também a instituição familiar, os meios de comunicação de massa e o aparelho sindical. Funcionando a partir de diferentes formas de interpelação ideológica, tais aparelhos cooperam para a reprodução das condições de produção nas formações sociais capitalistas por operarem formas sutis de ordenamento social e sua conseqüente naturalização.

Paralelamente a isso, Althusser reconheceu que a reprodução das condições de produção nas formações sociais capitalistas se dá também por meio de outros dispositivos, que ele chamou de aparelhos repressivos do Estado (ARE). Embora este autor tenha chamado a atenção para o fato de que ambas as formas de aparelho funcionam simultaneamente pela repressão e pela ideologia, o que distingue os aparelhos repressivos é o fato de que nestes a repressão física e violenta ocupa um lugar massivo e prevalente.

Para os nossos propósitos nesta tese, é importante a compreensão de que os aparelhos repressivos do Estado são parte fundamental da reprodução das relações de produção, das quais a mineração industrial ocupa um lugar muito privilegiado relativo aos interesses econômicos dos estados burgueses. Nas palavras de Althusser (1980, p. 55-56), o papel desses dispositivos estatais está assim descrito:

O papel do aparelho repressivo do Estado consiste essencialmente, enquanto aparelho repressivo, em assegurar pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise *relações de exploração*. Não só o aparelho de Estado contribui largamente para reproduzir a ele próprio (existem no Estado capitalista dinastias de homens políticos, dinastias militares etc.), mas também e sobretudo, o aparelho de Estado assegura pela repressão (da mais brutal força física às simples ordens e interditos administrativos, à censura aberta ou tácita etc.) as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos de Estado [grifo no original].

Tomando essas considerações althusserianas acerca da violência física e da repressão como modos de proceder massivo e prevalente dos aparelhos repressivos do Estado, podemos concluir acerca do duplo significado que a violência possui para o modo de produção capitalista, de um modo geral, e para o setor de mineração industrial, de modo específico: (1) ao mesmo tempo em que a violência se constitui em *modus operandi* nos processos produtivos, ligados às variadas formas de atentado à vida presentes como parte desse sistema desde o processo de acumulação primitiva, (2) é pelo uso da própria violência e da força, proporcionado pelo complexo capital/Estado, que o sistema reproduz suas condições de produção, perpetuando sua existência na medida em que neutraliza possíveis movimentos de resistência.

Dito de modo resumido, no capitalismo e na mineração desde sempre a violência e a repressão são condições necessárias para a exploração. E aqui é oportuno afirmar que nos inscrevemos numa perspectiva teórica, dentre a grande variedade de tendências hoje existentes em Análise do Discurso, para quem a luta de classes continua consistindo num “elo decisivo” para a compreensão da história (Althusser, 1983; Silva Sobrinho, 2017). Assim, reconhecemos que o funcionamento do complexo capital/Estado, assim como o uso da violência e da repressão aí presentes, se constituem como estratégias de ação no contexto da luta de classes que ainda caracterizam profundamente nossas formações sociais. Passemos a ver, portanto, como essa dinâmica conflitiva ocorre quando pensamos na história das relações entre a mineração industrial e os estados burgueses.

Se pudéssemos lançar mão de uma metáfora que desse conteúdo imagético e ilustrativo para as relações que estamos analisando, diríamos que o estado burguês tem funcionado como um eficiente “cão de guarda” da mineração industrial. Historicamente, o avanço desse setor tem sido possível graças a um conjunto muito variado de contingências políticas, econômicas e científicas, dentre as quais é preciso destacar o uso recorrente da violência estatal para a proteção e a salvaguarda dos interesses do capital. A mineração industrial, por sua natureza, é uma forma de extrativismo destinada à conflitividade frente a amplos setores das formações sociais onde atua.

Essa conflitividade decorre do choque de interesses que nesta tese, como já tivemos ocasião de salientar, têm a ver com interesses de classe. Como poderemos ver adiante neste trabalho, da posição-sujeito da mineração não há alternativas ao discurso do “desenvolvimento/progresso”. Esse “destino manifesto” anunciado pela religião do progresso impõe-se autoritariamente, sob o manto protetor do Estado, a despeito da heterogeneidade dos interesses presentes em nossas formações sociais, e em detrimento da heterogeneidade das visões de mundo aí presentes. É nesse sentido que os aparelhos repressivos do Estado funcionam para proteger e salvaguardar o discurso e os próprios processos produtivos que encontramos nessa modalidade industrial.

Em face disso, encontramos na bibliografia sobre o tema um extenso catálogo de práticas violentas e repressivas, perpetradas pelas forças do Estado, nas situações em que se organizam diferentes formas de resistência aos grandes empreendimentos mineradores (Mendonça *et al.*, 2020; Gerhardt; Araújo, 2020; Silva Costa *et al.*, 2020). Em Araújo (2020), por exemplo, encontramos uma lista que vai desde práticas de caráter repressivo como assédios judiciais contra ativistas, proibições de manifestações públicas organizadas por movimentos sociais, declarações de inconstitucionalidade a plebiscitos locais, até outras práticas caracterizadas pela força física direta, como o uso de cassetetes, de balas e de gás lacrimogêneo, utilizados para dispersar protestos públicos de teor antiminerador. Este autor (Araújo, 2020) nos chama a atenção para o instigante fato de que não há investimentos próprios da mineração industrial transnacional que não impliquem numa certa militarização dos territórios, cujo objetivo central é manter intocado os fluxos da exploração extrativista.

É importante ter em mente que essa parceria, que coloca as forças repressivas do Estado à disposição da salvaguarda dos interesses da mineração industrial, tem a ver sobretudo com o

fato de que a mineração moderna vem se constituindo desde o regime civil-militar brasileiro como “política de Estado”. Nesse sentido, o apoio estatal a este setor transborda as funções protetivas, e se espalha em facilidades fiscais, comerciais, financeiras e ambientais.

Além dos inúmeros crimes socioambientais de que temos notícia na atualidade, a repressão, a perseguição violenta e a judicialização de embates nos quais a mineração industrial tem sufocado seus oponentes são capítulos frequentes no cotidiano dos países latino-americanos. E não é mera casualidade que esses fatos ocorram em um ambiente onde também a impunidade se torna rotineira. Pelo contrário, como teremos ocasião de debater e de demonstrar em relação à atuação da Braskem em Maceió, toda essa dinâmica conflitiva ocorre em paralelo à produção de mais-valor em cifras cada vez mais altas por parte da mineração industrial.

### **3.3 De Potosí a Maceió**

O caminho que fizemos até aqui, tentando explicitar o funcionamento da ideologia na interface entre mineração e sociedades latino-americanas, é importante e necessário para as análises que apresentaremos nas próximas seções, oriundas da situação específica relacionada com o crime socioambiental da Braskem em Maceió. Como poderemos ver na seção seguinte, acessar o histórico das práticas da mineração industrial contribui com a melhor compreensão das práticas atuais da Braskem, enquanto parte de um conglomerado multinacional minerador, em face do crime socioambiental ocorrido em Maceió.

Compreender esse histórico minerador se constitui, portanto, como momento essencial para qualquer forma de análise dos eventos ocorridos na capital de Alagoas desde fevereiro de 2018. Todos os aspectos relacionados ao funcionamento da ideologia que sumarizamos nesta seção estão presentes nos conflitos deflagrados pela Braskem nos cinco bairros destruídos por sua atividade industrial em Maceió. Teremos ocasião de aprofundar a análise de cada um deles.

Antes de concluir esta parte da tese, porém, gostaríamos de trabalhar sobre um argumento que nos parece interessante, quando pensamos essas questões do ponto de vista da constituição dos sujeitos e dos processos de assujeitamento. Não fazemos essa opção por mero capricho ou diletantismo, mas sim recordando o fato de que os processos de assujeitamento sempre interessaram à Análise do Discurso (Orlandi, 2007b; Indursky, 2008; Pêcheux, 2014). De acordo com Paul Henry (1997), a tarefa inicial do projeto de Pêcheux de compreender as

relações entre o sujeito da linguagem e a ideologia, foi um objetivo que este filósofo nunca abandonou no percurso de construção de sua teoria ao longo dos anos 1960 a 1980.

Essa teoria, conforme o filósofo francês, decorre da teoria materialista dos processos discursivos, e se opõe a concepções idealistas que concebem o sujeito como “sempre-já dado” (Pechêux, 2014, p. 121). E como também já tivemos ocasião de recordar nesta seção, esta teoria não-subjetivista da subjetividade, em Pêcheux (apoiado em Althusser), está relacionada aos processos de assujeitamento que são possíveis por meio da interpelação pela ideologia.

Gostaríamos de explorar o argumento de que os processos discursivos deflagrados pelo crime socioambiental da Braskem em Maceió estão fortemente atravessados por processos de assujeitamento com um amplo lastro na história deste estado. Me refiro aos modos de assujeitamento que produzem diferentes posições-sujeito frente ao poder político-econômico, de um modo muito especial vinculado à cultura que se foi constituindo em torno do setor canavieiro alagoano. No nordeste do Brasil, de um modo geral, e em Alagoas em especial, o cultivo histórico de cana-de-açúcar possui uma dimensão que transcende enormemente o campo da produção econômica. No nordeste brasileiro e em Alagoas a cana-de-açúcar constituiu uma cultura, um modo de estar no mundo e de se relacionar com o poder (Diegues Jr., 2002; Albuquerque, 2009).

Nos termos próprios da AD, reconhecemos aí a presença de uma **formação discursiva canavieira** (FDC), cuja interpelação histórica, de nosso ponto de vista, tem relação com as atuais posições-sujeito frente ao crime socioambiental da Braskem em Maceió. Em consequência dessas afirmações, parte de nosso argumento consiste em afirmar que graças a esta FDC, de um modo muito especial em Alagoas, tem-se operado historicamente uma profunda naturalização das violências estruturais contra os biomas ecossistêmicos, contra vastos territórios e contra inúmeras comunidades humanas. O silêncio histórico em face de tais violências, como poderemos ver, é parte fundamental do funcionamento da ideologia que preside a formação discursiva em questão.

A título de digressão, gostaríamos de sumarizar alguns elementos históricos que permitem colocar em paralelo as ações violentas dessas duas formas distintas de extrativismo com larga história em Alagoas, que são o extrativismo monocultor e o minerador. Para seguirmos fiéis à intuição de Marx (2017b), esse paralelismo permite perceber com nitidez a “potência econômica” da violência como subjacente ao modo de produção capitalista. Isso é

importante para afastar qualquer gesto de interpretação que queira ver no paralelismo que estamos sugerindo a presença da “coincidência”.

Não carece mais uma explicação pormenorizada das raízes coloniais que alicerçam essas atividades econômicas. Contentamo-nos em afirmar que com os extrativismos monocultor e minerador, estamos falando de atividades econômicas de exportação de bens primários, produzidos prioritariamente em função de demandas do mercado internacional, e que são possíveis por meio da exploração de mão-de-obra local a baixíssimos custos. Mas além desses aspectos específicos onde se nota a atualização das relações de colonialidade que fazem de Alagoas uma geografia subalternizada, há outros paralelismos históricos em que a presença da violência ganha tons mais explícitos, e nas palavras de Araújo (2020), produzem uma espécie de “fenomenologia do horror”.

Ambas as formas de extrativismo – monocultor e minerador – produzem profundas alterações nos biomas ecológicos que lhes hospedam. Na medida em que teremos oportunidade de examinar as consequências ambientais do modelo minerador mais adiante nesta tese, nos contentamos aqui em sugerir seu paralelismo junto ao modelo monocultor, descrevendo as formas de violência que encontramos historicamente na atividade canavieira, olhando de modo especial para o estado de Alagoas.

O modelo monocultor de produção econômica, sobretudo o canavieiro, exige o sistema latifúndio e em Alagoas ele tem sido responsável pelo desaparecimento de cerca de 96% da Mata Atlântica (Nascimento; Santos, 2013)<sup>18</sup>. O sistema de latifúndio, cujos prejuízos sociais, econômicos e ambientais são amplamente conhecidos, produz alterações estruturais profundas nos ecossistemas por incidir de modo drástico na relação entre as inúmeras espécies animais e seus *habitats*.

Em Alagoas, por exemplo, a condenada prática da queimada da palha da cana, que antecede as colheitas, tem sido responsável pelo desequilíbrio da interação metabólica natureza/sociedade, assim como pelo próprio desaparecimento de algumas espécies que compunham a fauna regional. Costumamos nos referir aos processos de desterritorialização das comunidades humanas como parte da agenda do produtivismo capitalista, quando deveríamos

---

<sup>18</sup> De acordo com o portal *SOS Mata Atlântica*, “a Mata Atlântica abrange cerca de 15% do território nacional, em 17 estados. É o lar de 72% dos brasileiros e concentra 70% do PIB nacional. Dela dependem serviços essenciais como abastecimento de água, regulação do clima, agricultura, pesca, energia elétrica e turismo. Hoje, restam apenas 12,4% da floresta que existia originalmente”. Para mais detalhes, ver <https://www.sosma.org.br/>

incluir sempre o processo de desterritorialização das espécies não-humanas, como resultado da mesma agenda produtiva. Como teremos ocasião de examinar, o modelo minerador de um modo geral, e o crime socioambiental da Braskem em Maceió, explicitam o mesmíssimo *ethos* violento frente a vastos biomas e ecossistemas locais.

Outro aspecto deste paralelismo que estamos propondo tem a ver com o êxodo compulsório de variadas comunidades humanas, como intrinsecamente ligado a ambos modelos produtivos: monocultor e minerador. Em Alagoas, o complexo sucroalcooleiro atualmente ocupa cerca de 70% das terras agricultáveis do estado, situadas na mesorregião conhecida como a zona da mata<sup>19</sup>, que é a faixa territorial mais próxima ao litoral. Apesar da profunda crise sistêmica enfrentada pelo setor sucroalcooleiro nos últimos anos, o mesmo ocupa ainda a posição de “carro-chefe” da economia estadual (Lira, 2007; Carvalho, 2010).

De acordo com alguns autores vinculados às ciências sociais, interessados nas dinâmicas históricas e econômicas de Alagoas (Lira, 2007; Albuquerque, 2009; Carvalho, 2015), a hegemonia territorial da cana-de-açúcar só foi possível graças ao uso irrestrito da força do coronelismo, sempre endossado pelo poder do Estado, e efetivado por meio do confisco de terras de pequenos agricultores, sufocados pelo poder político-econômico das elites locais, quase sempre concentrado nas mãos de um número restrito de famílias.

O deslocamento compulsório dessas populações campesinas em direção aos centros urbanos, conforme Albuquerque (2009), é o que confere o caráter “rurbano” à sociedade maceioense. O modelo minerador, por sua vez, também está associado historicamente aos recorrentes deslocamentos forçados dos mais variados tipos de populações, dentre as quais somam-se agora as 60 mil pessoas violentadas pelo crime socioambiental da Braskem em Maceió desde 2018.

Para encerrar a descrição desse paralelismo entre as consequências socioambientais do modelo monocultor e do modelo minerador, ressaltamos a incidência que encontramos em ambos os modelos produtivos relativa aos profundos prejuízos ocasionados à saúde de territórios e corpos. Dessa forma, em ambos os modelos produtivos encontramos como praxe a

---

<sup>19</sup> Três mesorregiões compõem o espaço geoeconômico em Alagoas: (1) a zona da mata, mais próxima ao litoral e onde se dá a maior parte da produção econômica estadual; (2) o agreste, que consiste na faixa intermediária da geografia alagoana, com a presença de algumas atividades econômicas vinculadas à agricultura e à pecuária; (3) e o sertão, que consiste na faixa mais ao leste de Alagoas, e que por suas características climáticas e topográficas hospeda majoritariamente atividades econômicas ligadas à agricultura familiar e de subsistência.

contaminação recorrente de fontes hídricas, seja pelo descarte de dejetos e de rejeitos industriais próprios da mineração industrial, seja pelo descarte dos dejetos industriais próprios da produção sucroalcooleira. A mineração possui um vasto histórico de “acidentes” que estão na origem da contaminação do ar, expondo inúmeras comunidades ao risco de contaminação e de intoxicação aguda e crônica por agentes químicos diversos.

Apesar desses exemplos serem abundantes e relacionados a muitas localidades mundo afora, a própria Braskem em Maceió possui um histórico recorrente de eventos significados como “acidentes”, em que o risco de contaminação e de intoxicação das comunidades vizinhas ao seu complexo industrial esteve em questão (Cavalcante, 2020). De modo semelhante, o modelo monocultor e o complexo canavieiro, especialmente em Alagoas, têm produzido historicamente as mesmas modalidades de insegurança biológica para as populações próximas a essas atividades industriais. No caso das atividades canavieiras, a já mencionada queima da palha da cana, por exemplo, também está associada à elevação dos níveis de contaminação do solo e das condições respiratórias nas quais são forçadas a vivenciar as comunidades do entorno.

O que estamos propondo com esses paralelismos todos? Estamos argumentando acerca da existência de uma relação orgânica entre os extrativismos monocultor e minerador, com incidências diretas na maneira com que a sociedade alagoana tem lidado desde 2018 com o crime socioambiental da Braskem em Maceió. O que estamos aqui chamando de “relação orgânica” tem a ver como a similitude nos modos de funcionamento da ideologia dominante, tal como encontramos nessas modalidades de produção capitalista, cujo efeito histórico sobre as subjetividades tem sido este: a naturalização do saqueio, da violência e do terror, sob os auspícios do discurso do “desenvolvimento/progresso”. Pensando especificamente no modelo minerador, em tom de desabafo Aráoz (2020, p. 250) conclui que

a mineração moderna naturalizou a exploração; fez dessa a base da civilização. *A civilização ocidental mineralizou a condição humana*; provocou uma incrível capacidade de tolerar e acostumar-se à violência e à crueldade, método imprescindível de produção. Criou uma espécie (in)humana estranhamente incapacitada para sentir e reagir diante da devastação da Vida [grifos no original].

Como se pode concluir a partir da citação acima, o que este autor chama de “mineralização da condição humana” tem a ver com duas coisas: (1) com processos de assujeitamento responsáveis pela produção massiva da docilização popular (“incrível capacidade de tolerar e acostumar-se à violência e à crueldade”), (2) e também com uma

profunda atitude de dessensibilização/mortificação (“incapacidade de sentir e reagir diante da devastação da Vida”) junto à classe explorada pelo capitalismo. O que Aráoz atribui à mineração, de um modo geral, nós atribuímos, no caso alagoano, primeiramente ao modelo monocultor, mais antigo e com raízes históricas mais profundas na organização dessa formação social.

Embora reconheçamos que os limites desta tese não nos permitem examinar detalhadamente os processos discursivos próprios da cultura canavieira, temos clareza de que eles são peça-chave para a compreensão dessas dinâmicas. Desse modo, contentamo-nos em afirmar que a assujeitamento próprio da FD canavieira está entrelaçado, como memória discursiva, nas discursividades que circulam em torno do crime socioambiental da Braskem em Maceió, e cujo efeito continua sendo este: docilizar e dessensibilizar como condições para perpetuação da exploração dos territórios e dos corpos. Como sinalizava Pêcheux (2014), o sentido possui um caráter material que é preciso desvelar. Isso é pré-condição para qualquer gesto de resistência e de luta contra-hegemônica.

Lembremos com Pêcheux (2007) que a memória social, para além de uma concepção “psicologista” relacionada à somatória das memórias individuais, está inscrita de modo especial em práticas, aqui descritas como práticas de subserviência e submissão frente à monocultura e à mineração. No entanto, a memória não constitui apenas a repetição do mesmo. Como o mesmo Pêcheux (2007, p. 56) assevera, a memória também é “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”<sup>20</sup>.

Ao seguir o trajeto histórico da ideologia mineiro-colonial, foi nossa intenção nessa seção traçar uma linha de continuidade entre o período colonial e a atualidade. Para Aráoz (2020, p. 83), “no ponto zero da ontogênese do mundo moderno encontramos a exploração mineiro-colonial. A produção do mundo-moderno nasceu dessa exploração”. Pode-se presumir disto que os sentidos fundantes do extrativismo mineralógico têm relação não apenas com atividades estritamente econômicas. Em acordo com a citação acima, concluímos que esses sentidos contribuem com a consolidação da hegemonia capitalista historicamente verificada e com a configuração das formações sociais sob sua égide.

---

<sup>20</sup> Retornaremos a esse tópico na seção 6 desta tese, quando nos concentrarmos na análise dos discursos de resistência à mineração em Alagoas.

No outro polo dessas dinâmicas estão as comunidades autóctones, originais, quilombolas, rurais e urbanas, recorrentemente envolvidas em conflitos com prejuízos muitas vezes irreparáveis. Sua porção de culpa, ontem e hoje, reside em estarem “assentadas sobre sacos de ouro”. Dentre as tais agora somam-se os cinco bairros da capital alagoana. Pelo recorte no discursivo que marca nossa investigação é que nos aproximamos das significações em torno do colapso territorial/comunitário em Maceió, perguntando primeiramente pelas suas condições de produção.

## 4. SOBRE AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE A MINERAÇÃO EM ALAGOAS

*E me mandaram sair do Pinheiro. Mas pra onde eu vou sem dinheiro?  
Um teto e quatro paredes nas quais eu pendurava minha rede e  
cochilava após o almoço. Assim era o meu lar, seu moço, que vai  
sucumbindo, rachando, caindo, descendo ao fundo do poço. Voltarei à  
antiga Rua Belo Horizonte? Se alguém souber, então me conte...*

*(Jorge Vieira, **Pinheiro: bairro de vidas rachadas**)*

### 4.1 As CP do discurso sobre a mineração em Alagoas

Desde sua fundação nas décadas de 1960 e 1970, a AD vem propondo que seu objeto – os processos discursivos – seja compreendido como parte constitutiva da dimensão material que estrutura a dinâmica das distintas formações sociais. Dessa forma, o discurso não é mero “efeito simbólico” da materialidade da vida, como se poderia depreender de um modo apressado a partir da noção marxista de superestrutura, mas a própria materialidade da vida em movimento. Como nos lembra Orlandi (2016, p. 13), ele precisa ser concebido como “matéria e movimento”.

Contudo, embora os trabalhos de Eni P. Orlandi venham dando enorme contribuição e fazendo avançar significativamente a compreensão das relações entre discurso, língua e história, já em Pêcheux (2014, p. 82), especialmente em *Semântica e discurso*, essas relações estão desenvolvidas no sentido de que “não há processo discursivo que não esteja inscrito em relações ideológicas de classe”. Talvez por essa e por outras razões Courtine (2014) considere que a noção de condições de produção do discurso possua um enorme valor no aparato conceitual da AD, embora devêssemos questionar continuamente o suposto caráter de evidência presente no modo com que as(os) analistas de discurso trabalham com ela.

Muito embora a noção de condições de produção (CP) não tenha sua origem na AD, ela se constitui como um dos operadores conceituais mais importantes para os dispositivos teóricos e analíticos desse campo. Ainda no início da década de 1980 Courtine (2014, p. 45) sugeria que “a noção de CP se origina inicialmente da análise de conteúdo, da maneira como esta se encontra praticada, especialmente em psicologia social”. Além desses nichos originários mencionados – a análise de conteúdo e a psicologia social –, Courtine também indica a

sociolinguística como um dos campos onde se pode situar os primeiros usos desse constructo teórico.

Para compreendermos o sentido amplo dessas CP, precisamos iniciar recuando pelo menos duas décadas, indo até os anos de 1990 e inícios da década de 2000, onde encontramos a expansão da globalização capitalista e a renovação da demanda por minérios por ela produzida em todo mundo. Partindo do Sul em direção ao Norte Global<sup>21</sup>, esse período será caracterizado por uma elevação significativa dos investimentos neste setor, apresentando uma elevação mundial de cerca de 90% nos mesmos, enquanto na América Latina essas cifras estão estimadas na casa dos 400% (Araújo; Fernandes, 2016).

De modo concomitante, temos nesse mesmo período o recrudescimento dos conflitos históricos frente a diferentes atores e grupos sociais que fazem resistência aos grandes projetos mineradores. Essa conflitividade, como sinalizamos na seção anterior, sempre fez parte da trajetória mineradora na América Latina (Coelho *et al.*, 2021). É preciso acrescentar ainda que estamos nos referindo a um período de consolidação da fase neoliberal do capitalismo no Sul Global, em que o Estado se exime gradativamente de seu papel regulador das dinâmicas macroeconômicas.

Todo esse cenário de dinâmicas macroeconômicas, por sua vez, produziu no interior do setor de mineração industrial modificações estratégicas e “modernizantes”, como forma de adaptação à esta nova situação. Em outros termos, a mineração precisou se reinventar do ponto de vista de sua base organizacional para dar conta dos novos fluxos de produção oriundos do clima neoliberal. Dentre os pontos fundamentais dessa reinvenção organizacional estão, por exemplo, (1) a construção de relações mais fortes com os governos locais, (2) a elevação da ênfase na assim cognominada “responsabilidade social” das empresas mineradoras<sup>22</sup>, (3) assim como as novíssimas investidas na área de comunicação organizacional, com a ampliação da comunicação acerca dos “impactos positivos da mineração” e o aumento da “transparência” da arrecadação tributária junto aos respectivos governos.

Pensando de modo especial no campo das práticas de comunicação organizacional, esse mesmo cenário nos permite compreender parcialmente a inserção e a saturação relacionada ao

---

<sup>21</sup> Não tomamos esses termos em suas acepções geográficas. Estamos explorando o caráter polissêmico dessas palavras, extraíndo-as de uma formação discursiva decolonial, de onde esses termos indicam sentidos vinculados com o sofrimento humano causado pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Para uma discussão mais demorada sobre essas expressões, ver Santos (2010).

<sup>22</sup> Para uma interessante análise discursiva da noção de “responsabilidade social” no campo empresarial capitalista, ver Amaral (2007).

tema da “sustentabilidade” na publicidade mineradora. Podemos afirmar que nesse momento a retórica da “sustentabilidade” tornou-se uma espécie de obsessão para o setor da mineração industrial, saturando as formações sociais de sentidos associados a esta noção, por meio de métodos heterogêneos de propaganda.

Para ficarmos com um exemplo da agenda propagandística mineradora resultante desses ares neoliberais, cuja finalidade é produzir efeitos de sentido em torno de um “compromisso sólido” entre o setor de mineração industrial e a ideia de “sustentabilidade”, tomamos uma importante publicação brasileira oriunda desse setor produtivo, que é a revista *Mineração & Sustentabilidade*. A respectiva revista possui 41 edições digitais e impressas<sup>23</sup>, que têm sido disponibilizadas ao público brasileiro desde novembro de 2011 em intervalos trimestrais. No editorial de sua versão digital encontramos a seguinte descrição de seus objetivos: “A *Mineração & Sustentabilidade* é uma revista eletrônica e impressa que tem a responsabilidade ética e profissional de retratar a mineração de maneira simples e objetiva, valorizando sempre as ações sustentáveis que garantem um futuro melhor ao planeta”.

A despeito da opacidade que caracteriza essa enunciação, podemos afirmar que ela traduz bem as pretensões da revista *Mineração & Sustentabilidade*: interpelar ideologicamente em direções específicas, e produzir consensos acerca da importância da mineração industrial para o conjunto da sociedade. Nas edições já publicadas da revista, abundam as matérias em que se afirmam, por meio de “explicações técnicas” e de “exemplos-modelos”, o compromisso minerador com a “sustentabilidade” do planeta, com o “desenvolvimento regional” e com o “crescimento econômico”.

As sequências discursivas que seguem procedem do editorial da edição nº 1 de *Mineração & Sustentabilidade*, que tem por título *Um retrato da mineração sustentável*, assinado por Francisco Stehling Neto. Na SD 2 lemos o seguinte:

**SD 2:**

***É notório que hoje não há mais espaço para conflitos na área minerária. Empresas e comunidades procuram a mesa de negociação em busca de entendimento. O setor é ocupado por empreendimentos viáveis economicamente, socialmente justos e ambientalmente responsáveis.***

---

<sup>23</sup> Este é o número de edições publicadas pela revista *Mineração & Sustentabilidade* até a data de produção desta seção, em setembro de 2022.

Na afirmação inicial de que “é notório...” percebe-se a intencionalidade da produção de uma evidência, nos moldes do funcionamento da ideologia como assinalado por Pêcheux (2014, p. 146), quando nos adverte acerca de que “é a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve”. Entretanto, a partir do entendimento de que não há discurso que não esteja determinado pelas posições ideológicas que os sujeitos ocupam numa formação social estruturada em classes, compete-nos questionar: “é notório...” para quem?

Pelo que se pode depreender deste “é notório...”, o gesto de produção dessa evidência pode ser interpretado como uma tentativa de generalização da perspectiva específica do sujeito enunciador em questão, neste caso, dos sujeitos que aí falam em nome dos interesses da mineração industrial. Mas, do que trata a evidência aqui produzida pelo movimento de sentidos operado pela ideologia? Trata-se da “evidência” de que a atividade de mineração está isenta de conflitividades, visto que “não há mais espaço para conflitos na área minerária”.

Aqui a ideologia dominante opera para apagar sentidos historicamente associados aos frequentes embates entre a atividade de mineração, os direitos de grande número de comunidades humanas e os direitos do próprio meio ambiente<sup>24</sup>. O sentido dessas relações, antes vinculado com um vasto histórico de conflitos, é redirecionado para significantes que evocam imagens de harmonia, de dialogia e de paz, uma vez que “empresas e comunidades procuram a mesa de negociação em busca de entendimento”. Nesse discurso, as relações entre capitalismo e as respectivas formações sociais são simétricas, dão-se em clima de paz e de igualdade entre interesses. Aqui, não há lugar para o reconhecimento de antagonismos.

Ainda na SD 2 encontramos a articulação de três enunciados procedentes de distintas formações discursivas. Como já tivemos ocasião de mencionar neste trabalho, Orlandi (2007b, p. 56) nos adverte acerca do fato de que “pela análise da historicidade do texto, isto é, do seu modo de produzir sentidos, podemos falar que um texto pode ser atravessado por várias formações discursivas”. Apresentando isto esquematicamente, teríamos o seguinte:

- a. Enunciado 1: o setor [de mineração] é ocupado por empreendimentos viáveis economicamente;
- b. Enunciado 2: o setor [de mineração] é ocupado por empreendimentos socialmente justos;

---

<sup>24</sup> Sobre o conceito de “direitos da natureza”, ver Acosta (2016) e Acosta e Brand (2018).

- c. Enunciado 3: o setor [de mineração] é ocupado por empreendimentos ambientalmente responsáveis.

Pela articulação desses enunciados como presentes na SD 2 pode-se depreender o caráter de heterogeneidade do discurso, heterogeneidade que encontramos nas próprias formações discursivas de onde esses termos extraem seu sentido. No enunciado 1 acima destacado temos a afirmação de que o setor de mineração é ocupado por empreendimentos economicamente viáveis. Gostaríamos de remeter a expressão “viabilidade econômica” à mesma formação discursiva de mercado, já mencionada nesta tese. No enunciado 2, por sua vez, temos a afirmação de que o setor de mineração é ocupado por empreendimentos socialmente justos. Neste caso, remetemos a expressão “justiça social” à formação discursiva do socialismo, gestada sobretudo por movimentos político-sociais anticapitalistas do século XX. Finalmente, no enunciado 3 temos a afirmação de que o setor de mineração é ocupado por empreendimentos ambientalmente responsáveis. Desta vez gostaríamos de remeter a expressão “responsabilidade ambiental” a uma FD que chamaríamos de formação discursiva ecológica, gestada pelos grandes movimentos político-sociais centrados na pauta ecologista surgidos também no século XX.

O que encontramos aqui, enquanto trabalho da ideologia dominante, é um discurso que se forja por meio da apropriação de significantes procedentes de diferentes formações discursivas, algumas das quais em franco movimento de contradição, como seria o caso da FD de mercado e a FD socialista, por exemplo. No discurso que ora analisamos, esses significantes aparecem fundidos e “reconciliados”, tendo em vista a produção da evidência objetivada pela ideologia capitalista-mineradora que domina esse enunciado. Esse movimento de apropriação de sentidos potencialmente contraditórios, oriundos de formações discursivas antagônicas e fundidos num mesmo discurso, tem sido frequente no universo da propaganda mineradora.

Com frequência outros temas, para além daqueles vinculados com a noção de “desenvolvimento sustentável”, aparecem na propaganda da mineração industrial. Motes associados às pautas identitárias, por exemplo, como a equidade de gênero e de raça no setor organizacional, têm aparecido com frequência na propaganda mineradora com o objetivo de vincular esse setor às noções de responsabilidade e de justiça social<sup>25</sup>. No seu movimento de

---

<sup>25</sup> Como exemplo dessa estratégia de apropriação discursiva, encontramos a cada volume da própria revista *Mineração & Sustentabilidade* matérias que tratam do protagonismo feminino no setor minerário, com o objetivo de afirmar o compromisso do setor com as tendências relacionadas às reorganizações na divisão sexual do trabalho. Também as redes sociais têm sido um espaço de difusão desse discurso, em que o setor de mineração se apresenta como parceiro de pautas identitárias como a diversidade sexual e étnico-racial.

produção de evidências, a ideologia capitalista-mineradora tem sido capaz, ao menos discursivamente, de promover a fusão e a reconciliação de significantes historicamente antagônicos, materializados em práticas discursivas que interpelam as formações sociais numa única e mesma direção: a do capitalismo como uma atividade de paz, de não-violência e de “progresso”.

Para Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166) tessituras como as que descrevemos acima, em que sentidos contraditórios podem estar entrelaçados na mesma movimentação discursiva, só são possíveis devido ao fato de que

as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.), a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes [grifo dos autores].

Indursky (2008) também contribui para a compreensão desses processos ao se referir a um caráter de porosidade que encontramos nas fronteiras entre diferentes formações discursivas. Segundo a autora

as fronteiras de uma formação discursiva são suficientemente porosas para permitirem que saberes oriundos de outras formações discursivas aí se façam presentes. Em consequência disso, seu domínio de saber é frequentemente atravessado/invadido por saberes provenientes de outras formações discursivas, de outra forma-sujeito, de outras posições-sujeito, comportando, por conseguinte, igualdade, mas também diferença e divergência, sendo, pois, a contradição o que se instaura aí em lugar de igualdade de sentidos e unicidade do sujeito.

Tomemos ainda uma nova SD presente na mesma revista para examinar outros aspectos do movimento que busca associar o setor de mineração com a noção de “desenvolvimento sustentável”.

### **SD 3:**

*A maior parcela do empresariado brasileiro enxergou a necessidade de enquadrar-se nesse caminho [do desenvolvimento sustentável], até por uma questão de sobrevivência.*

Na SD 3 o “desenvolvimento sustentável” é o caminho tomado por grande parcela desse empresariado “até por uma questão de sobrevivência”. No modo como se articula a enunciação, assume-se tacitamente que se trata da sobrevivência da classe detentora dos meios de produção. Acima de quaisquer outras demandas, é o “empresariado” que precisa sobreviver, e o

“desenvolvimento sustentável” figura não como um fim em si mesmo, mas como um “caminho”, como um meio, uma estratégia que torna isso possível.

Como temos tido ocasião de refletir nessa tese, a (auto)projeção que encontramos no setor de mineração enquanto ente necessário e imprescindível à vida nas diferentes formações sociais capitalistas – discurso oportuno a um sistema que sobrevive da produção indiscriminada e do consumo massivo de mercadorias – tem se dado ao custo da sobrevivência de diferentes formas de vida comunitária e de diferentes nichos ecológicos. Dito de modo mais direto, historicamente a sobrevivência desse modo de produção econômica e de organização social da vida só pode se dar por meio de sacrifícios alheios. Dessa forma, na SD 3 o que encontramos é a assunção e a explicitação de que o “desenvolvimento sustentável” é antes uma retórica articulada em face da sobrevivência do modelo minerador, que tem como pano-de-fundo a crise de transição para o capitalismo neoliberal.

Com essas reflexões temos um pouco do cenário sócio-histórico que configuram as CP sobre a mineração industrial na atualidade, e que se relacionam também com as práticas discursivas relacionadas ao nosso objeto em particular. No contexto dessas descrições, gostaríamos de destacar finalmente os grandes encontros entre os líderes das nações do planeta, cujas pautas estiveram voltadas para o combate aos efeitos da globalização capitalista sobre os ecossistemas<sup>26</sup>. Dentre estes, destacamos a Cúpula do Milênio, ocorrida em 2000 em Nova York, a partir da qual foram postulados princípios e metas para o século XXI relacionados à redução dos drásticos efeitos da globalização capitalista no mundo. Essa proposição recebeu a alcunha de *Declaração do Milênio*, e conforme Amaral (2007), esteve relacionada com as noções de “liberdade”, de “igualdade”, de “solidariedade”, de “tolerância” e de “responsabilidade compartilhada”.

A partir da síntese aqui apresentada, relacionada à expansão do capitalismo neoliberal de um modo especial no Sul Global como o temos desde o final da década de 1990, o discurso da “responsabilidade social” das empresas, assim como seus desdobramentos no campo ecológico – “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, “responsabilidade ecológica”, “economia verde” etc. – passaram a compor de modo orgânico as estratégias organizacionais e discursivas de amplos setores do modo capitalista de produção. Longe de ser um fim em si

---

<sup>26</sup> Estamos nos referindo às principais conferências ambientais ocorridas nas últimas décadas ao redor do mundo, dentre as quais podem ser destacadas: a Conferência de Estocolmo (1972), o Protocolo de Montreal (1987), a ECO-92 (1992), O Protocolo de Kyoto (1997), a Rio+10 (2002), a Rio+20 (2012), o Acordo de Paris (2015), e mais recentemente a COP-27 (2022), no Egito.

mesmo, a “sustentabilidade” dos modos de vida do planeta passará a funcionar, no âmbito da produção capitalista, como uma retórica cujo objetivo é a obtenção de vantagens fiscais, burocráticas, e também propagandísticas.

Por meio do discurso da “responsabilidade social”, em todo capitalismo, e não somente no setor de mineração, se observará uma apropriação de significantes relacionados aos conceitos de “justiça”, de “inclusão”, de “equidade”, e de outros significantes oriundos de diferentes formações discursivas. Nessa apropriação, os significantes que tiveram suas origens no interior de lutas anticapitalistas, passam a funcionar em benefício da sobrevivência deste mesmo sistema de produção econômica. O setor de mineração, como demonstramos acima, não estará imune a esse amplo movimento de apropriação discursiva. Ele fará do discurso do “desenvolvimento sustentável” peça fundamental para suas reconfigurações no novo contexto de desafios apresentados pela agenda neoliberal.

#### **4.2 A mineração industrial em Alagoas**

As CP que objetivamos analisar nesta tese, em seu sentido estrito e imediato, têm a ver com a atividade de mineração no estado de Alagoas, e com o crime socioambiental da empresa Braskem na cidade de Maceió, tomando-se como referência os eventos desencadeados a partir do ano de 2018 com o colapso territorial/comunitário nos cinco bairros maceioenses. É sempre oportuno repetir que dentre os múltiplos efeitos deletérios produzidos por tal crime socioambiental, está o deslocamento compulsório de mais de 60 mil pessoas.

No centro desses eventos está a Braskem, uma empresa mineradora de capital aberto do ramo petroquímico e de produção de plástico, que hoje ocupa a sexta posição no mundo no campo da produção de resinas termoplásticas<sup>27</sup>, e a primeira posição dentre as Américas. Apenas no ano de 2020 a Braskem foi responsável pela produção de 15 milhões de toneladas de resinas termoplásticas, além de ser líder de mercado e pioneira na produção de biopolímero<sup>28</sup> em escala industrial. Na atualidade, a Braskem conta com 8 mil funcionários espalhados por suas 40 unidades presentes em vários países ao redor do planeta. Em Alagoas, a Braskem

---

<sup>27</sup> Termoplástico é um plástico que, a uma dada temperatura, apresenta alta maleabilidade podendo ser conformado e moldado. Exemplos de termoplásticos são polipropileno, o polietileno, o polimetil-metacrilato (ou acrílico) e o policloreto de vinil (popularmente conhecido como PVC), entre outros.

<sup>28</sup> De acordo com o site Vedantu, com divulga informações especializadas neste campo, os biopolímeros são produzidos por seres vivos, e alguns exemplos podem ser encontrados na celulose, no amido, na quitina, em proteínas e péptidos, no ADN e no ARN. Eles também podem ser sintetizados quimicamente a partir de materiais biológicos para serem aplicados na fabricação de capinhas de celular, por exemplo. Para mais detalhes, ver: [www.vedantu.com.br](http://www.vedantu.com.br)

ostenta 600 empregos diretos e está presente em quatro unidades industriais, duas na cidade de Marechal Deodoro e duas em Maceió.

A mineradora Salgema Indústrias Químicas S.A. (primeiro nome da empresa Braskem)<sup>29</sup> tem suas atividades iniciadas na cidade de Maceió no ano de 1976, no bairro Pontal da Barra, ainda durante os governos militares brasileiros (1964-1985). De acordo com a historiografia local, a exploração de sal-gema no estado de Alagoas dá-se de modo completamente fortuito, em função do fracasso nas primeiras tentativas de prospecção de petróleo nesse estado ainda na década de 1940 (Carvalho, 2015).

Comentando acerca das primeiras tentativas de prospecção de petróleo em Alagoas por parte do Conselho Nacional de Petróleo, e acerca do fracasso dessas prospecções, Carvalho (2015, p. 282) nos explica: “Em 1943, sem obter resultados positivos, o Conselho Nacional de Petróleo (CNP) transferiu os equipamentos de Alagoas para a Bahia, considerada como uma área promissora. O trabalho do CNP não encontrou petróleo, mas descobriu importantes jazidas de sal-gema que seriam aproveitadas décadas depois”. Encontramos um certo consenso entre os autores que se ocupam desta historiografia (Gonçalves, 2009; Carvalho, 2015; Cavalcante, 2020) quando se trata de afirmar que a instalação da Salgema na orla-sul de Maceió na década de 1970 está inserida no contexto da retórica do “milagre econômico”, amplamente propalada pelo desenvolvimentismo dos governos militares brasileiros.

Carvalho (2015, p. 304), por exemplo, vai chamar de “modernização conservadora” a um conjunto de investimentos econômicos daquele período, sobre os quais os governos federais e os governos estaduais alagoanos vão depositar expectativas messiânicas e redentoras para a superação do quadro de precariedade social presente neste estado. Dentre tais investimentos estão aqueles no campo da agroindústria sucroalcooleira (como o programa Proálcool), na infraestrutura (por meio de novas estradas e novos serviços de telefonia), no setor de serviços (por meio de investimentos no campo da hotelaria), e no setor químico-industrial (especificamente com a instalação da Salgema na orla-sul de Maceió).

O clima de autoritarismo político daquele contexto, associado aos péssimos indicadores socioeconômicos do estado de Alagoas, compuseram o cenário para que a instalação da

---

<sup>29</sup> Braskem é o terceiro nome da empresa mineradora em questão. Esta mineradora inicia suas atividades na década de 1970 com o nome de fantasia Salgema, como uma empresa estatal. Em meados da década de 1990, já em meio ao movimento de privatização influenciado pelas tendências neoliberais daquele momento, a Salgema passará se chamar Trikem. Finalmente, desde 2002, já integralmente no contexto da iniciativa privada, e mineradora passará a se chamar Braskem.

Salgema em Maceió fosse um gesto de imposição efetivado por intermédio do governo militar de Ernesto Geisel (1974-1979) com a aquiescência do governo estadual de Divaldo Suruagy (1975-1978). É importante acrescentar que a instalação da Salgema só foi possível graças à licença concedida à época pela Agência Nacional de Mineração, a despeito tanto do adensamento urbano das áreas mineradas quanto da ausência de estudos geofísicos.

Em dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, Gonçalves (2009, p. 42) apresenta as justificativas técnicas para a efetivação do empreendimento, ao mesmo tempo em que confirma o clima de desenvolvimentismo que funcionou como pano-de-fundo político-econômico desta empreitada estatal:

A efetivação da implantação da indústria Salgema foi objetivada através de uma estratégia desenvolvimentista que buscava explorar recursos naturais para complementar e fortalecer a produção da indústria nacional. Esta localização foi determinada pela grande concentração de matéria-prima presente na região, por estar próximo ao único porto do estado (o porto de Jaraguá), além da proximidade das águas para despejo dos efluentes líquidos. Na época, o cenário de Alagoas se encontrava com a sua produtividade econômica voltada para o açúcar, pois tal situação integrava o estado ao projeto de desenvolvimento nacional.

Pelo menos duas décadas antes, ainda nos anos de 1950, o filósofo marxista Henri Lefebvre já descrevia esses movimentos estratégicos subjacentes ao processo de industrialização das cidades. Nos seus termos, “a indústria nascente se instala perto de fontes de energia (rios, florestas, depois carvão), de meios de transporte (rios e canais, depois estradas de ferro), de matérias-primas (minerais), de reservas de mão-de-obra (o artesão camponês, os tecelões e ferreiros fornecem uma mão-de-obra já qualificada) (Lefebvre, 2001, p. 15).

Essas estratégias próprias dos grandes tipos de extrativismos, como se pode presumir, não deixam de produzir sempre enormes impactos deletérios nos nichos ecológicos e, conseqüentemente, para muitas comunidades humanas. Descrevendo esses impactos deletérios iniciais da instalação da Salgema, a partir da década de 1970, na orla-sul de Maceió, Santos *et al.* (2021, s/p) nos informam que “a implantação demandou aterro de ilhas e áreas alagáveis de um total de 202 hectares, além da construção de uma via de escoamento (Dique-Estrada) dos produtos da mineradora na área ciliar da Laguna Mundaú, descaracterizando a flora e a fauna, e propiciando um alto risco de poluição ambiental e de problemas de saúde à população local”.

Outro efeito do autoritarismo e das condições nas quais se deu a instalação da Salgema em Maceió tem a ver com o apagamento do protagonismo das populações moradoras do entorno

desse complexo industrial. Esse elemento, diga-se de passagem, faz parte do *modus operandi* do modelo minerador como um todo, quando da execução de novos empreendimentos. Em Maceió, isso representou sérios problemas para a segurança biológica das populações do entorno da Salgema, assim como para o fluxo de urbanização local e para o desenvolvimento dos potenciais turísticos daquelas localidades.

Além dos problemas acima elencados, a duplicação da planta industrial da Salgema, na década de 1980, também ocasionou a ameaça de deslocamento compulsório de parte das populações locais, cujos modos de vida tradicionais e interesses comunitários foram vencidos pelos interesses político-econômicos do capital minerador (Gonçalves, 2009). Nunca é demais repetir que a retórica desenvolvimentista dos governos militares, atrelada aos péssimos indicadores sociais alagoanos e à dependência praticamente hegemônica do setor sucroalcooleiro, estão na base da inserção da exploração mineral em Alagoas.

Em sua narrativa desses eventos, Cavalcante (2020, p. 25) indica que “não houve planejamento, nem observância do conceito de desenvolvimento sustentável. Prevaleceram o custo-benefício dos investidores, a força de Brasília e a cumplicidade das autoridades locais”. As supostas vantagens econômicas propagandeadas pela retórica do “desenvolvimento regional”, que de acordo com Carvalho (2015) duraram quatro décadas, estão na base da inobservância dos riscos socioambientais para as populações circunvizinhas àquele complexo industrial.

Em decorrência disto, esses riscos socioambientais foram se concretizando ao longo dos anos seguintes numa série de vazamentos de produtos químicos, em “acidentes” no interior do complexo industrial, assim como em contaminações do ar e em contaminação dos complexos lagunares contíguos à Salgema (Cavalcante, 2020). Como tivemos oportunidade de discutir na seção anterior, aqui também temos mais uma demonstração de como o discurso do “desenvolvimento/progresso” funciona para amalgamar os interesses do estado burguês aos interesses de suas elites econômicas.

Nesse ponto de nossa discussão, duas questões precisam ser retomadas da seção anterior, tendo em vista como elas estão presentes na história da instalação da Braskem em Maceió, e de sua relação com a sociedade alagoana nos anos seguintes. Como vimos anteriormente, as relações entre o setor de mineração e o estado burguês são marcadas por duas praxes: (1) a cooptação e o uso contínuo do aparelho repressor do Estado; e (2) o sufocamento, em muitas ocasiões pelo recurso da violência física, das resistências ao modelo minerador e

seus prejuízos socioambientais. Com a imposição da presença da Braskem em Maceió temos mais uma confirmação histórica dessas praxes.

Para compreendermos melhor as CP imediatas do discurso sobre a mineração em Alagoas, assim como as dimensões particulares do crime socioambiental da Braskem que veio à tona a partir de 2018 em Maceió, consideramos oportuno realizar algumas descrições de como funciona a extração de sal-gema, uma vez que os efeitos deletérios dessa modalidade de extrativismo minerário possuem especificidades que são relevantes para uma análise discursiva. O imaginário social mais comum em relação à atividade de mineração industrial, por sua vez, está associado às explorações à céu aberto. Segundo supomos, depois dos grandes crimes socioambientais cometidos nas cidades brasileiras de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), respectivamente pelas grandes mineradoras Samarco S.A. e Vale do Rio Doce, esse imaginário social tem sido reforçado e ampliado.

Como descreve Araújo (2020), a extração minerária a céu aberto de fato possui aspectos visuais e imagéticos muito impactantes, em função das novas tecnologias extrativistas capazes de deslocar volumes muito grandes de material rochoso e mobilizar grandes quantidades de insumos necessários a estes processos produtivos. Também os chamados passivos ambientais<sup>30</sup> oriundos desses processos produtivos impressionam por suas características imagéticas. As ocorrências de rompimento de barragens de rejeito, para ficar com os exemplos mais famosos das cidades de Mariana e Brumadinho, desencadeiam imagens impressionantes e agudas de destruição nos nichos ecológicos e em ambientes urbanos.

Por sua natureza, esses eventos deletérios tendem a possuir forte apelo imagético, a serem súbitos, e a eliciarem forte comoção emocional coletiva em função de sua exploração por grandes meios de mídia de massa (Pessoa, 2020). Em decorrência dessas características aqui resumidas, o movimento de discursividades daí oriundo também possuirá matizes muito singulares.

Em contraposição às características gerais da mineração a céu aberto, a modalidade de mineração presente em Alagoas, operada por meio de minas subterrâneas, possui configurações que vão determinar diretamente os processos discursivos decorrentes dos fatos que estamos descrevendo nesta seção. Apesar dos efeitos deletérios nos bairros oferecerem na atualidade ao espectador imagens agudas de destruição – uma “fenomenologia do horror”, nas palavras de

---

<sup>30</sup> Passivos ambientais são os resíduos oriundos da produção industrial. No caso específico da mineração industrial a céu aberto os principais passivos ambientais são a lavra por bancadas, os platôs e as barragens de rejeitos.

Aráoz (2020) –, o seu caráter crônico e indeterminado quanto aos nexos de causalidade suscita conflitos intensos entre os coletivos implicados, e colocam em ação um grande movimento de sentidos.

Ruiz *et al.* (2014, p. 147) comentam esse tópico sugerindo acertadamente, a nosso ver, que “a subsidência não é um evento suficientemente cataclísmico a ponto de mobilizar a opinião pública na busca de uma solução política para o problema”. Na prática, isso significa o desencadeamento de longos conflitos judiciais, acompanhados pela instabilidade emocional decorrente das narrativas acerca da “insegurança geológica” dos bairros. Como teremos ocasião de retornar, a partir do ano de 2020, com a irrupção da pandemia de coronavírus, esses eventos impuseram às populações dos bairros destruídos dificuldades ainda maiores.

Uma vez que o mineral sal-gema pode ser encontrado tanto na superfície quanto em regiões profundas do subsolo, sua extração pode ocorrer tanto por meio de métodos superficiais quanto por meio de métodos de lavras subterrâneas, com profundidades de até 2000 metros, chamadas de lavras por dissolução. Em comparação com os métodos de superfície, este último possui algumas vantagens comerciais pela maior rapidez nos processos de extração.

Os métodos subterrâneos caracterizam-se pela perfuração de poços que devem atingir as jazidas de sal-gema, nas quais são injetadas água com o propósito de dissolução do material sedimentado. Após essa etapa dá-se a sucção e o bombeamento da sal-gema dissolvida, que seguirá para as fases de beneficiamento industrial. Entre os anos de 1976 e 2019 a Braskem foi responsável pela operacionalização de 35 poços de sal, perfurados em área urbana sob o subsolo dos bairros populacionais Pinheiro, Bom Parto, Mutange, Bebedouro e parte do bairro Farol, na cidade de Maceió<sup>31</sup>.

A sal-gema é um minério encontrado em todo mundo, e sua extração tem sido praticada em diversas partes do planeta, obedecendo a critérios e normas técnicas convencionadas a partir de estudos rigorosos sobre a compactação das diferentes formações geológicas. Dentre tais critérios e normas técnicas estão aqueles vinculados com a manutenção intermitente das minas de sal-gema e aqueles relacionados à distância mínima entre as mesmas, que de acordo com Galindo (2021) deve ser de 100 metros. Como teremos a ocasião de detalhar mais adiante, a negligência na observação dessas condições técnicas e a inobservância de termos,

---

<sup>31</sup> No ano de 2019, no contexto dos “acordos” extrajudiciais oficializados junto aos poderes Executivo e Judiciário em Alagoas, a Braskem anunciou a desativação de seus poços de extração de sal-gema em Maceió, e passou a importar essa matéria-prima do Chile, que é um dos países sul-americanos com maior tradição mineradora.

licenciamentos e convenções ambientais (com o consentimento dos órgãos públicos estaduais de regulamentação) no período de quatro décadas, foram os vetores precipitantes do crime socioambiental na capital alagoana.

### **4.3 Da “redenção econômica” ao colapso socioambiental**

Os primeiros efeitos deletérios associados às atividades de mineração em Maceió são do ano de 2006, e estão relacionados ao aparecimento das primeiras rachaduras em algumas residências no bairro do Pinheiro. Nos anos seguintes, o conjunto habitacional Jardim Acácia, no mesmo bairro, registraria novos casos de prédios residenciais acometidos por rachaduras, assim como o aparecimento de crateras próximas às fundações desses prédios habitacionais, o que inclusive ensejaria a contratação de serviços de pesquisas no campo da geofísica, encomendadas pelas próprias populações locais, com o intuito de compreender a causa exata desses eventos desestabilizadores.

A despeito desses casos progressos aqui mencionados, o dia 28 de fevereiro de 2018 passou a ser tomado como referência histórica para a descrição do crime socioambiental de que se ocupa esta tese. A partir desta data, as consequências socioambientais concretas das quatro décadas do extrativismo minerário em Alagoas tornaram-se visíveis de modo inédito. Não estamos desconsiderando outros efeitos deletérios, igualmente visíveis, decorrentes da atividade de mineração em Maceió, como a contaminação de bacias hidrográficas ou as mudanças no perfil topográfico do entorno da empresa Braskem. O que queremos salientar é que a partir desta data cinco bairros maceioenses passarão a lidar com as consequências da subsidência dos solos e seus respectivos impactos na superfície.

Conforme avaliação de Ruiz *et al.* (2014), as subsidências decorrentes de minas subterrâneas ainda são um tema pouco discutido no contexto brasileiro. Ao contrário do que ocorre em outros países, onde existem legislações específicas acerca dessa questão, Ruiz *et al.* (2014, p. 142) indica que “não há nenhuma legislação específica sobre subsidência de minas no Brasil e obviamente, menos ainda, algum diploma legal que verse sobre a questão dos conflitos decorrentes”. Alguns estudos sobre o fenômeno da subsidência dos solos, realizados a partir da extração de outros minerais como o carvão (Milioli, 1993), por exemplo, mostram significativa semelhança com o que se observou em Maceió, a partir da extração de sal-gema.

Estamos nos referindo ao fato de que em todas essas atividades industriais, a subsidência dos solos afeta majoritariamente as populações periféricas, quando ocorridas no contexto urbano. Para Milioli (1993, p. 60), “a população mais atingida é a dos bairros periféricos, que

geralmente é pouco informada e mais vulnerável a injustiças nas negociações quando são registrados danos nas edificações”. Apesar da visão estereotipada deste autor em relação às competências formativas das populações periféricas (compreendidas como “pouco informadas”), suas conclusões convergem com o cenário maceioense, tendo em vista que os bairros destruídos pela mineração da Braskem são majoritariamente periféricos.

Esses eventos foram precipitados pelas fortes chuvas registradas na capital alagoana na data mencionada, muito acima dos índices pluviométricos aguardados para a época do ano. Os efeitos visíveis da subsidência dos solos têm a ver com o surgimento súbito de fissuras, fendas, trincas, crateras e rachaduras, que passaram a compor a paisagem urbana, atingindo prédios residenciais e comerciais, templos religiosos, prédios de grande valor histórico, afetando diretamente o cotidiano dos cinco bairros maceioenses.

Dias após a esse primeiro evento precipitante, em 03 de março de 2018, as áreas destruídas pela atividade de mineração em Maceió registraram um abalo sísmico com magnitude de 2,4mR (escala Richter – Rede Sismográfica Brasileira), ampliando os prejuízos físicos acima mencionados e ensejando as primeiras medidas de intervenção do poder público, tendo em vista os riscos potenciais de desastres associados à subsidência dos solos na região. De acordo com Galindo (2021), o abalo sísmico de março de 2018 foi o maior já registrado em Alagoas, cujos efeitos puderam ser verificados em um raio de aproximadamente 5 km, tomando-se como referência o bairro do Pinheiro.

Em decorrência da precipitação desses eventos um conjunto de narrativas heterogêneas, algumas delas com fortes traços fantasiosos, passou a circular motivadas pelo afã de tornar inteligíveis os acontecimentos, e sobretudo com o intuito de compreender as suas causas. Um aspecto importante a ser destacado na descrição desses eventos tem a ver com um suposto “desconhecimento” acerca das características das atividades de mineração no subsolo dos bairros destruídos<sup>32</sup>.

É importante destacar que nenhuma das narrativas iniciais com pretensões explicativas para esses eventos colocou em questão as atividades extrativistas da empresa Braskem. Além das justificativas “naturais” desses fatos, outras passaram a atribuir os mesmos ao processo de urbanização dos bairros em questão. De acordo com Santos *et al.* (2021), dentre essas suposições estiveram (1) a possibilidade de rebaixamento do lençol freático a partir da

---

<sup>32</sup> Voltaremos a esse tópico na seção 6, problematizando esse “desconhecimento” com base no processo de censura que se dá pelo impedimento do trânsito dos sujeitos em certas formações discursivas (Orlandi, 2007).

exploração de águas subterrâneas, feita em função de inúmeros poços d'água existentes na região, (2) algumas características geotécnicas do solo, (3) além de processos de erosão decorrentes de condições precárias de drenagem, produzindo a impermeabilização dos solos nas regiões de mineração urbana.

Na descrição que estamos fazendo desses eventos é oportuno acentuar o trabalho realizado por Abel Galindo, engenheiro civil com mestrado em geotecnia e professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). De nosso ponto de vista, essa menção se fundamenta em sua relevância histórica e também discursiva. Historicamente, com Galindo, a partir de 2006, dão-se as primeiras investigações acadêmicas que tomam o fenômeno da subsidência dos solos no bairro do Pinheiro como um objeto de pesquisa científica.

Desde então as atividades de extração de sal-gema nesses bairros são consideradas hipoteticamente como tendo relação direta com a movimentação dos solos na região. A partir de 2018, em consonância com as pesquisas realizadas pelo Serviço Geológico Brasileiro (CPRM), o trabalho de Galindo dará importantes contribuições acerca dos aspectos técnicos da extração de sal-gema nos bairros destruídos, dentre os quais estão os problemas relacionados à não-observância da distância mínima entre as minas de sal<sup>33</sup>, o diâmetro das respectivas minas<sup>34</sup> e a fusão ocorrida entre algumas delas em regiões profundas do subsolo dos bairros destruídos.

Ainda conforme Galindo (2021), com os anos houve a fusão entre algumas das 35 minas de extração de sal-gema em Maceió: entre a mina 9 (M9) e a mina 12 (M12), e entre as minas 7 (M7), a mina 18 (M18) e a mina 19 (M19). A fusão entre as M7, M18 e M19, conforme Galindo (2021), ocasionou o aparecimento de uma caverna subterrânea com diâmetro estimado em 250 metros, em profundidade aproximada de 1000 metros do subsolo dos bairros destruídos, adjetivada por este pesquisador como “o olho do furacão”. Essa e outras cavernas subterrâneas aparecidas como consequência da fusão das minas estão diretamente relacionadas com a subsidência dos solos e seus efeitos deletérios nos cinco bairros destruídos na capital alagoana.

De um ponto de vista discursivo, a atuação de Abel Galindo nesses eventos nos interessa pelo fato de que ela confirma o que em AD temos nos referido como relações de força. Essas

---

<sup>33</sup> Como já salientamos, a distância regulamentada entre as minas de extração de sal-gema deve ser de no mínimo 100 metros. De acordo com Galindo (2021), 80% das minas da Braskem em Maceió distam a menos de 50 metros umas das outras, o que representaria significativa infração técnica.

<sup>34</sup> Nos estudos realizados por Galindo (2021) constatou-se que o diâmetro de algumas minas de extração de sal-gema da Braskem em Maceió encontrava-se acima do recomendado pelos órgãos de regulamentação técnica dessas atividades extrativistas. Essa imprecisão técnica, com consequências para a insegurança geológica dos solos, é atribuída pelo pesquisador à negligência das rotinas de manutenção.

relações têm a ver com o *status* social que é conferido aos sujeitos, a partir das posições estratégicas que os mesmos ocupam na diversidade dos chamados “papéis sociais”. De acordo com Orlandi (2020, p. 37) as relações de força são conceituadas nos seguintes termos:

Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno. (...) Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na “comunicação”. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno.

Discutindo acerca das dinâmicas discursivas nas formações sociais ocidentais, ainda na década de 1970 Foucault (2009) descreveu como certos discursos estão amparados em instituições e em rituais que lhe colocam em posições de vantagem na grande conflitividade discursiva em dado momento histórico. São os “discursos de verdade” (Foucault, 2009, p. 19), dentre os quais o da ciência.

Desse modo, tomando os mesmos referentes, a palavra do catedrático, do cientista ou do professor, não somente significará de modo diferente em relação à palavra de outros sujeitos que não ocupam essas posições, mas terá eficácia social incomparavelmente maior. Portanto, considerando o trabalho de Galindo dessa perspectiva, é oportuno reconhecer que temos nestas intervenções um ingrediente importante para a entrada de outros sujeitos sociais na dinâmica discursiva que se produzirá em torno desses fatos a partir de então. Dentre esses sujeitos sociais estão o próprio Estado e seus entes específicos, os veículos de imprensa em suas diversas modalidades, e grupos organizados como representantes dos interesses das populações desterritorializadas.

Por solicitação da Defesa Civil de Maceió, ainda em março de 2018 os bairros destruídos receberiam a visita técnica do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM)<sup>35</sup>, responsável para iniciar as investigações que resultariam no estabelecimento do nexo de causalidade entre as atividades de extração de sal-gema de responsabilidade da Braskem e a subsidência dos solos dos bairros do Pinheiro, do Mutange, do Bom Parto, Bebedouro e parte do bairro Farol. O trabalho das equipes do Serviço Geológico Brasileiro resultaria em um relatório, tornado público em 08 de maio de 2019, em que se ratificaria esse nexo de causalidade (Brasil, 2019).

---

<sup>35</sup> A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma empresa governamental brasileira, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem as atribuições de Serviço Geológico do Brasil. Entre suas atividades, estão a realização de levantamentos geológicos, geofísicos, geoquímicos, hidrológicos, hidrogeológicos e a gestão e divulgação de informações geológicas e hidrológicas.

Apesar do caráter de provisoriedade com que este documento foi redigido e apresentado à comunidade maceioense, os nexos de causalidade entre as atividades de extração de sal-gema realizadas pela Braskem e a subsidência dos solos dos bairros destruídos é sinalizada de modo tácito. E é em função da importância desse relatório, quando pensamos em seu lugar nos rumos desse acontecimento, que destacamos dele a seguinte SD (4):

***SD 4***

*Está ocorrendo desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema, provocando halocinese (movimentação do sal) e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações rúpteis em superfície em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió-AL.*

A SD acima apresenta a conclusão do processo de perícia realizado pela CPRM, no ano de 2019, nas áreas mineradas pela Braskem em Maceió. Seu estilo é direto, dissertativo, pretensamente transparente, e dominado pelos ideais de neutralidade e de objetividade próprios da redação científica. No âmbito do processo discursivo que temos analisado, essa conclusão representa um momento muito importante, pois ela responde aos anseios das comunidades residentes naquelas localidades, naquele momento, por compreender a origem das subsidências. O que anteriormente estaria no campo das “especulações”, passaria agora ao campo da “certeza” vinculada com uma prova documental de caráter técnico-científico.

Nos próprios termos da SD 4, as subsidências são causadas pela “desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema”. Dessa forma, o extrativismo mineral é responsabilizado por “reativar estruturas geológicas preexistentes” que produzirão as “deformações rúpteis” e os consequentes prejuízos às estruturas físicas dos cinco bairros. Em conflito com o discurso hegemônico sobre a mineração, para quem, como veremos, a origem das subsidências estaria associada a fenômenos naturais, na SD 4 a natureza/terra sai do lugar de origem do problema e passa ao lugar de mais um ente a sofrer as consequências da intervenção capitalista.

Quando sugerimos que a conclusão apresentada na SD 4 ocupa um lugar especial no processo discursivo que analisamos, fazemos isso pautados na ideia de que há relações de força (Orlandi, 2020) muito peculiares condicionando todo esse jogo enunciativo. Afirmamos isso pelo fato do relatório da CPRM como um todo, e da SD 4 em especial, extrair seus sentidos de uma formação discursiva das ciências naturais. Como vimos um pouco acima quando nos referimos às intervenções de Abel Galindo, as relações de força são constitutivas do dizer, e a partir delas as palavras e expressões significam de modo distinto. Não por acaso o relatório da

CPRM seria considerado uma espécie de “divisor de águas” nas lutas entre a Braskem, as comunidades violentadas e o Estado.

Numa sociedade como a nossa, a palavra da ciência significa de modo muito peculiar em relação a certos referentes. Pelo *status* alcançado historicamente, a palavra da ciência costuma ser vista como decisiva e verossímil, justamente porque existe uma hierarquia de saberes institucionalizada em nossas sociedades, na qual a ciência ocupa posições privilegiadas. É exatamente essa hierarquia que justifica sua convocação pelo Estado, nessa e em tantas outras situações. Pela maneira como se articula, a SD 4 significa por essa história que elevou a palavra da ciência a uma condição privilegiada nas sociedades ocidentais. Essa sequência discursiva mobiliza no interdiscurso noções pré-construídas tais como “comprovado cientificamente”, o que, em termos pragmáticos, muitas vezes determina o fim dos debates.

Mas a despeito dessas colocações, convém mencionar que em resposta, a empresa Braskem buscou contestar as conclusões da CPRM, por meio de contratação de um estudo a ser realizado de modo “independente” por uma empresa alemã. Pelas formações imaginárias que aqui vigoram, a projeção feita pela Braskem em relação à CPRM posiciona esta última (uma empresa brasileira) em um lugar de inferioridade em relação aos estudos realizados no exterior. Nesse sentido, estamos de acordo com Simões e Cristaldo (2022) quando estes relacionam o uso dessas estratégias por parte da Braskem com a possibilidade de inversão da lógica do respectivo crime socioambiental.

Além de ratificar os nexos de causalidade entre a extração de sal-gema e a subsidência dos solos dos bairros destruídos pela mineração da Braskem, o referido relatório técnico da CPRM também contribuiu com uma circunscrição geográfica mais precisa do problema em questão. No início dessas discussões o bairro do Pinheiro esteve no centro das atenções, tendo em vista que ali se observaram as primeiras crateras superficiais, assim como as primeiras fendas, fissuras, trincas e rachaduras em variados tipos de edificações, decorrentes da movimentação dos solos.

Com o relatório técnico da CPRM o mapeamento das áreas impactadas foi ampliado, incluindo bairros vizinhos e impondo a necessidade de reorganização das demandas de evacuação das populações. Somado a essas questões, como já apontamos, o relatório técnico da CPRM teve enorme importância para o processo de judicialização do caso, tendo como principais atores do processo a Prefeitura Municipal de Maceió, a Defesa Civil do município de Maceió, a Defensoria Pública do estado de Alagoas, o Ministério Público Estadual (AL) e o

Ministério Público Federal. Esses litígios judiciais resultariam, como ainda teremos ocasião de refletir, numa série de “acordos de cooperação” entre a empresa de mineração Braskem e os respectivos entes estatais acima mencionados.

É oportuno registrar que apesar de firmar os chamados “acordos de cooperação” com os entes estatais mencionados, a Braskem sempre se recusou a reconhecer tecnicamente o nexo causal entre sua atividade de mineração e a destruição dos bairros maceioenses. Na ocasião da expedição do laudo técnico da CPRM, a empresa Braskem procedeu com a contratação de estudos independentes realizados por especialistas em geofísica do Brasil e do exterior, concluindo acerca da impossibilidade de se estabelecer relações causais entre sua atividade de mineração e a subsidência dos respectivos solos, e sugerindo possibilidades causais com outras variáveis técnicas.

Por ocasião da divulgação do laudo técnico da CPRM, a empresa Braskem divulgou uma nota pública à imprensa local e à sociedade alagoana e maceioense. Para nossos interesses, convém observar a seguinte sequência discursiva:

**SD 5:**

*A Braskem tem compromisso com a segurança das pessoas, tanto de seus integrantes quanto das comunidades em que atua, e analisará juntamente com as autoridades a melhor orientação sobre suas operações locais. A empresa possui laços com Alagoas há mais de quatro décadas e mantém seu compromisso inegociável com a sociedade alagoana.*

Em primeiro lugar, ratifica-se o “compromisso com a segurança das pessoas, tanto de seus integrantes quanto das comunidades em que atua”. A ilusão de transparência desse dizer deve ser pensada, em primeiro lugar, em sua relação com as condições de produção imediatas dessa enunciação, ou seja, com o gesto de responsabilização da empresa Braskem pela destruição dos bairros maceioenses. Contudo, a partir da ideia da movimentação de sentidos produzida pela ideologia, essa enunciação também deve ser pensada em sua relação com certa memória discursiva, quando pensamos nos sentidos históricos que circulam posicionando a mineração industrial em lugares de destruição de nichos ecológicos e de comunidades humanas.

Trata-se, assim, de um movimento de sentidos que se relacionam e que se superpõem, produzindo o apagamento de sentidos historicamente postos e ensejando uma nova interpelação na qual a mineração industrial aparece como “comprometida com a segurança das pessoas”. De acordo com Courtine (2014, p. 104), “toda formulação apresenta em seu ‘domínio associado’ outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos”. A formulação que estamos analisando produz

justamente como “efeito de memória” a denegação dos aspectos violentos, deletérios e ambientalmente nocivos, historicamente associados ao campo da mineração industrial. Na contramão disso, o que se verá a partir daí é a inundação do cotidiano alagoano de sentidos vinculados com as ideias do “cuidado” e da “parceria” entre mineração, Estado e sociedade.

Ainda na SD 5 encontramos as noções de “laço” e de “compromisso”, que marcariam as relações da mineração da Braskem com a sociedade alagoana. Aqui, o discurso dessa posição-sujeito explora a metáfora como forma de produzir significações em diálogo como formações discursivas associadas ao campo das emoções. É importante salientar que, como nos lembra Orlandi (2020), não estamos tomando a metáfora como simples “figura de linguagem”, mas como a tomada de uma palavra por outra no movimento da produção de significação por parte dos interlocutores em questão. Em referência a Pêcheux, essa autora ainda nos lembra que “em princípio, não há sentido sem metáfora”, e que

o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos) das quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório (Orlandi, 2020, p. 42).

Na enunciação que ora examinamos, esses “efeitos de substituição, paráfrases e formação de sinônimos” visam produzir a evidência de que há “laços”, isto é, relações de afeto sustentadas por longo tempo (“quatro décadas”), entre a empresa Braskem e a sociedade alagoana. O que se pode depreender desse gesto enunciativo é o fato de que a ideologia capitalista-mineradora produz uma espécie de interpretação de suas relações históricas com a sociedade alagoana, projetando sobre a totalidade dela as mesmas afirmações de “cuidado” e de “parceria” que atualmente inundam sua comunicação pública.

Visto de um ponto de vista discursivo, o enunciado de que existem “laços” históricos entre a mineração da Braskem e a sociedade alagoana produz uma forma de deslizamento de sentidos em que o domínio do econômico se movimenta em direção ao domínio dos afetos. Isso é possível em função dos sentidos pré-construídos vinculados com a noção de “laço”. Em outros termos, o enunciado “a empresa possui laços com Alagoas” dialoga com uma memória discursiva relacionada com o campo dos afetos humanos, dos compromissos relacionais e dessa dimensão da experiência humana considerada fundamental para o bom termo das relações intersubjetivas.

A despeito de toda conflitividade historicamente verificada nessa relação e nesses mesmos “laços”, ou ainda no intuito de apaga-la, a ideologia dominante faz nascer uma nova

narrativa histórica por meio da qual se postula uma “coerência” (ilusória) entre passado e presente. Desse modo, sustentamos que neste caso a ideologia dominante funciona para produzir uma forma de “reconciliação histórica” com um passado marcado por conflitos variados, na forma de prejuízos comunitários, de negligências técnico-produtivas e de relações marcadas por interesses político-econômicos suspeitos entre representantes das elites políticas e das elites econômicas em Alagoas.

O processo de êxodo urbano deflagrado por esse crime criou um novo fluxo de ocupação territorial que tem tido como destinos outros bairros da cidade de Maceió, popularmente na chamada “parte alta”, marcadamente de traços periféricos. Além dessas novas ambiências, o mesmo fluxo tem tido como destino outras cidades do interior do estado de Alagoas, e até mesmo outros estados da federação.

A movimentação compulsória dessas populações pelo crime socioambiental da Braskem para outros bairros de Maceió, e sobretudo seus inúmeros impactos socioespaciais, é uma discussão que começa a despertar o interesse de diferentes áreas da produção acadêmica local (Santos *et al.*, 2021). Isso ocorre especialmente em função dos dilemas que caracterizam especificamente o processo de urbanização da cidade de Maceió, que, de acordo com Santos *et al.* (2021), teve grande impulsionamento entre as décadas de 1970 e 2000. Dentre esses dilemas está a grande dificuldade de fazer com que a infraestrutura urbana acompanhe o processo de ocupação dos espaços da cidade, o que na prática tem se traduzido em grandes déficits em questões que vão da cobertura de saneamento básico à oferta de serviços essenciais como os de saúde coletiva, educação e segurança pública.

Por exemplo, Maceió é uma cidade que deve serviços de saneamento urbano a cerca de 70% de sua população, e em grande parte essas regiões descobertas estão entre aquelas que têm acolhido o fluxo de desocupação compulsória das populações desterritorializadas pelo crime socioambiental da Braskem. Portanto, pode-se presumir que esse processo compulsório de reocupação do espaço urbano em Maceió está tornando mais agudas demandas que já são deficitariamente atendidas pelo Estado, como aquelas relacionadas à saúde coletiva, à educação e segurança públicas, assim como à mobilidade urbana. Neste caso, o que se percebe é a substituição dos riscos geotécnicos por novos riscos sociais.

Com a judicialização do caso, a responsabilização da Braskem apontada pelo laudo técnico da CPRM<sup>36</sup>, e o estabelecimento dos chamados “acordos de cooperação”<sup>37</sup> entre a Braskem, a Prefeitura de Maceió, a Defensoria Pública Estadual e os Ministérios Públicos Estadual e Federal, iniciam-se as negociações diretas entre a empresa de mineração e as comunidades afetadas. As negociações entre a Braskem e as comunidades destruídas passou a ser realizada através de um programa elaborado pela Braskem denominado de “Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação”, que previa “auxílio à desocupação” no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), “aluguel social” no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), serviços de transportadoras, custos com imobiliária, disponibilidade de depósitos para guarda de móveis, e “apoio psicológico” e de “assistência social” para as comunidades.

De acordo com os números contabilizados pela própria Braskem, disponíveis nos seus portais na Internet<sup>38</sup>, até outubro de 2022 as cifras relacionadas ao “Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação” eram as seguintes: 14.500 imóveis identificados nas áreas de desocupação e monitoramento; 14.300 imóveis desocupados; 18.200 propostas de “compensação” apresentadas; 14.700 indenizações pagas; 5.700 propostas de “compensação” apresentadas para comerciantes e empresários; e mais R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) pagos em indenizações, “auxílios” financeiros e honorários de advogados. Aqui, é importante aprofundar algumas questões.

Em primeiro lugar, esses números são reflexo de processos ocorridos, até o momento de produção deste trabalho, no espaço de cinco anos. Como poderemos notar nas análises das seções seguintes, utilizados na “propaganda” da Braskem por meio de diversos dispositivos de comunicação, esses dados quantitativos acabam invisibilizando uma quantidade imensurável de angústias e dilemas pessoais e comunitários, além de invisibilizar as tensões e agruras do processo de “negociação”. Também é importante salientar que os “acordos de cooperação” firmados pela Braskem, aqui expressos por meio de seu “Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação”, passaram a permitir a “negociação” direta entre a empresa e as comunidades destruídas, sem a intervenção do Estado, exceto nos casos em que setores da própria população decidem acionar o judiciário por conta própria.

---

<sup>36</sup> É importante esclarecer que tanto a judicialização do caso, quanto o parecer da CPRM, não implicaram em nenhum tipo de condenação judicial para a empresa Braskem, passados quase cinco anos após o início dessas tratativas. Até o momento não há nenhuma forma de responsabilização oficial, ou criminalização da empresa, ou de qualquer dos seus representantes.

<sup>37</sup> Teremos oportunidade de analisar a discursividade implicada na noção de “acordos de cooperação”, que se constitui como praxe histórica no setor de mineração industrial.

<sup>38</sup> Ver <https://www.braskem.com/balancopcf>

Teremos ocasião de retomar esse tópico, pois consideramos importante refletir acerca da falta de protagonismo imposta às comunidades destruídas na composição de tais “acordos”. No entanto, neste ponto de nossas descrições consideramos oportuno fazer alusão às dimensões invisibilizadas pelos dados quantitativos apresentados pela Braskem, em referência à desocupação compulsória das áreas destruídas por sua mineração. O processo de evacuação das áreas destruídas deve ser descrito como marcado por grandes ambivalências e incertezas, que produziram grande instabilidade emocional nas comunidades atingidas. A princípio, sem as evidências acerca das causas da movimentação dos solos, produziu-se entre as comunidades a expectativa de tratar-se de um problema transitório, que exigiria deslocamentos temporários, seguido do retorno definitivo aos bairros.

Com o avanço gradativo do conhecimento acerca da gravidade da situação, dá-se um aprofundamento do clima de perplexidade e de incertezas, sobretudo relacionados à moradia e ao trabalho. Aqui talvez seja também oportuno relacionar os impactos produzidos na saúde dessas populações, com alguma ênfase na saúde mental, em decorrência das incertezas acima mencionadas, acrescidas do clima emocional produzido pela insegurança geológica. Com o advento da pandemia de coronavírus no Brasil, em março de 2020, os dramas vividos por essas comunidades se tornariam ainda mais agudos e desafiadores.

A situação vivenciada pelas comunidades atingidas em Maceió, contudo, impõe uma importante advertência. Os efeitos sobre a saúde mental, referenciados pelo modelo de uma psicopatologia biomédica e convencional, são comumente observados em situações de estresse agudo, relacionadas a ocorrências súbitas, como terremotos, maremotos, incêndios de grandes proporções, desastres aéreos, enchentes ou deslizamentos de terras. Como já pudemos mencionar, as subsidências, por sua vez, são fenômenos de natureza distinta, tendendo a serem crônicas e progressivas. Por suas características perceptíveis a partir de diferentes casos, pode-se afirmar que elas cumprem todos os critérios do que se tem chamado de uma violência lenta (Pavese, 2022).

O conceito de violência lenta tem sido utilizado para se fazer referência a um conjunto de violências sistêmicas, de caráter heterogêneo e prolongado no tempo, próprias do modo de produção capitalista. Para Pavese (2022), exemplos de violência lenta podem ser notados nos impactos climáticos ou no esgotamento dos recursos naturais, ou mesmo nos efeitos duradouros dos conflitos bélicos. O crime socioambiental da Braskem também se constitui como uma forma de violência lenta, deflagrada contra nichos ambientais e comunidades humanas durante quatro

décadas, cujos efeitos sobre a saúde mental dessas populações talvez não possam ser totalmente (ou unicamente) discernidos pelos referenciais da psiquiatria biomédica.

Desse modo, é seguro afirmar que dentre o grande número de impactos produzidos por este crime às populações em questão, está a produção e o agravamento de problemas de saúde que dificilmente serão acolhidos como uma demanda de saúde pública e coletiva, dada a compulsoriedade da evacuação. Essas doenças e agravos, produzidos como consequências diretas do crime socioambiental da Braskem, são amplamente testemunhados pelas próprias populações locais, como se pode ratificar nos reduzidos espaços de escuta desses sujeitos. Em se tratando de populações periféricas, em sua maioria, estamos nos referindo a um dos pontos mais sensíveis desse debate, uma vez que a compulsoriedade da evacuação impôs enormes dificuldades para que essas demandas de saúde possam ser devidamente acolhidas pelos serviços de saúde coletiva.

Até aquele momento, o processo de desocupação compulsória dos bairros destruídos já havia atingido cerca de 98% das respectivas áreas. No mesmo período, como se pode conferir nos veículos de comunicação da própria empresa, a Braskem registrou um lucro líquido de R\$ 3,9 bilhões, lucro correspondente ao primeiro trimestre de 2022, 56% superior ao registrado nos três primeiros meses de 2021, e 632% acima do trimestre anterior.

Além disso, desde sua vinculação institucional com a ideia de “responsabilidade social das empresas”, a lógica das compensações e os “acordos de cooperação” funcionam ainda como meios de interpelação ideológica para uma gestão das percepções (Aráoz, 2020), como se poderá ver com as análises acerca da circulação de sentidos por meio da grande mídia alagoana, por parte da empresa Braskem.

Ao todo, desde abril de 2019, foram celebrados quatro “acordos de cooperação” entre a empresa Braskem, o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE). Além de estabelecer os termos do já mencionado “Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação”, essa sequência de “acordos” estabeleceu uma série de ações e providências a serem assumidas pela mineradora, relacionadas às seguintes ações: (1) recuperação infraestrutural nos espaços públicos atingidos, assim como a instalação de instrumentos de monitoramento geológico e meteorológico (“acordo” 1 – abril/2019); (2) questões de monitoramento geofísico, sismológico e meteorológico (“acordo” 2 – dezembro/2019); (3) ações relacionadas à demolição dos imóveis (“acordo” 3 – janeiro/2020); e (4) ações relacionadas à segurança das populações (“acordo” 4 – setembro/2020).

Dentre todas essas ações – que deveriam cumprir função reparatória e contar com a mediação metódica dos entes estatais para a garantia da justiça, da lisura, e da igualdade de condições para as negociações – o pagamento das indenizações chama a atenção pelo funcionamento explícito da violência institucional e pela imposição de um profundo sentimento de injustiça às populações vitimadas por este crime socioambiental. Insistimos na conclusão de que esses fatos explicitam, em primeiro lugar, o modo de funcionamento das formações sociais sob a égide do capitalismo predatório, e em segundo lugar, as entranhas da relação entre certos aparelhos ideológicos do estado burguês (neste caso, aqueles representados pelo Poder Judiciário) e o próprio sistema capitalista.

Sob a justificativa da “necessidade de celeridade”, o primeiro aspecto crítico envolvendo a celebração dos “acordos de cooperação” tem a ver com a exclusão da participação das representações populares na construção dos termos desses “acordos”. Dessa forma, à empresa Braskem seriam entregues as prerrogativas de estipular as cláusulas dos “acordos”, algumas delas em flagrante conflito a praxe do sistema judiciário brasileiro, especialmente no que tange às concessões de indenizações. Portanto, além de não ter sido incriminada por meio de ação civil pública e dos ritos do processo penal, à empresa Braskem foi concedida a prerrogativa de determinar as condições para as “negociações” com moradores, comerciantes, empreendedores e representantes de outras entidades.

Conforme amplo testemunho popular, as “negociações” ocorreram impreterivelmente sob o clima da unilateralidade, expressa por meio da imposição dos interesses corporativos da Braskem sobre os interesses e demandas dos reclamantes. Essas imposições tiveram a ver, sobretudo, com avaliações arbitrárias dos valores dos imóveis desocupados e a consequente injustiça dos valores ofertados pela Braskem aos proprietários dos mesmos.

É preciso destacar mais uma vez que estamos nos referindo a bairros de caráter popular e residencial, com numerosa população idosa, e cuja maioria dos moradores, como pudemos ver anteriormente, é caracterizada por um perfil socioeconômico de baixa renda. Esse aspecto em específico exerceu grande influência na adesão popular aos termos dos “acordos”, uma vez que estamos falando de uma situação de caráter emergencial. Neste caso, a adesão popular passaria a funcionar como uma estratégia de sobrevivência e uma alternativa mais vantajosa quando comparada ao caminho da judicialização. Esse aspecto em específico, relativo aos conflitos jurídicos entre a empresa Braskem e as populações prejudicadas por seu crime, não deve ser compreendido como uma exceção.

Quando examinamos a história dos conflitos deflagrados por megamineradoras no Brasil e em outras partes do mundo, verificamos que estamos diante de uma praxe que compõe a cultura organizacional deste setor produtivo (Aráoz, 2020; Sant’ana Júnior e Rigoto, 2020). A violência que se expressa nas profundas fraturas produzidas em vastos nichos ecológicos e na interação metabólica natureza/sociedade costuma ter no aparelhamento do Poder Judiciário uma extensão. Conseqüentemente, a injustiça ambiental<sup>39</sup> que caracteriza cada crime praticado pelas grandes mineradoras, transtornando as coletividades, capilariza-se com as injustiças que atingem famílias e indivíduos, que em sua grande maioria não dispõem de recursos para enfrentamentos judiciais contra essas empresas.

Ainda no escopo desta discussão, gostaríamos de destacar um segundo ponto crítico relativo aos termos dos “acordos de cooperação” entre a Braskem e os entes públicos já mencionados, acerca do qual voltaremos na seção final desta seção. Esse ponto, enquanto parte da descrição das CP sobre a mineração em Alagoas, tem grande relevância para a compreensão do funcionamento do discurso da empresa Braskem. Estamos nos referindo ao futuro das áreas destruídas pelo crime socioambiental em questão, e que se constitui como um item de grande preocupação e interesse social. Na 14ª cláusula do “termo de cooperação” formalizado entre a Braskem e os referidos entes estatais, encontramos o seguinte: “Os pagamentos referentes aos terrenos e edificações pressupõem a transferência do direito sobre à Braskem, quando transferível”.

Contrariando preceitos doutrinários tradicionais, como os relacionados com a noção de justiça retributiva, e uma longa praxe do direito brasileiro relativa à concessão de indenizações, a cláusula acima mencionada, como pudemos conferir, transfere à empresa Braskem a posse dos bens imobiliários presentes nas áreas indenizadas. A grande contradição que encontramos neste ponto pode ser formulada nos seguintes termos: o mesmo sistema que tem na propriedade privada uma de suas colunas de sustentação, não somente atenta contra esta propriedade privada ao destruir fisicamente os cinco bairros, mas vai além disso, e por meio da cooptação do aparelho judiciário nega às populações implicadas o direito privado sobre seus bens imobiliários.

À guisa de conclusão desta seção, diríamos que desde o ano de 2018 a cidade de Maceió passou a conviver com um conjunto de efeitos deletérios decorrentes do acontecimento

---

<sup>39</sup> Para Saes *et ali.* (2021) justiça ambiental (JA) é um conceito que vincula problemas ambientais à justiça social. Ele descreve a imposição desproporcional de riscos ambientais às populações que têm menos recursos financeiros, políticos e informativos.

relacionado ao crime socioambiental da Braskem. A partir daí, a capital de Alagoas passou a integrar o conjunto multiforme de comunidades historicamente violentadas pela agenda do capitalismo minerador na América Latina. Por sua magnitude e densidade, tal acontecimento tem mobilizado as forças do Estado, que, a partir do *continuum* histórico com a mineração industrial em Alagoas, busca exercer formas muito contestadas de mediação entre a Braskem e as populações desterritorializadas.

Concernentes não apenas aos territórios destruídos, mas à toda cidade de Maceió, esses efeitos deletérios podem ser esquematicamente enumerados nas dimensões que envolvem a mobilidade urbana, a dinâmica no campo imobiliário, a segurança pública, a saúde coletiva, as questões trabalhistas e as questões que tocam a vida comunitária. Não obstante, os impactos que o acontecimento em questão produziu nos territórios destruídos, assim como em toda cidade, têm sido acompanhados por uma frenética e incessante produção de sentidos nas quais estão envolvidos diversos sujeitos e suas posições ideológicas.

Na seção seguinte analisaremos duas dessas posições-sujeito, às quais identificamos como locutores principais do discurso hegemônico sobre a mineração. Pela ordem aqui apresentadas, nos ocuparemos primeiramente da maneira como o acontecimento tem sido recepcionado em alguns instrumentos de mídia alagoanas, para ver como o discurso sobre a mineração aí presente está determinado pelo assujeitamento da ideologia capitalista-mineradora. Em seguida, considerando a Braskem como intérprete privilegiado do mesmo acontecimento, analisaremos os sentidos produzidos por suas atividades de mídia para ver como aí se opera a tentativa de estabilização de sentidos e a construção da memória coletiva.

## 5. OS SENTIDOS SOBRE A MINERAÇÃO NA MÍDIA ALAGOANA A PARTIR DE 2018

*Não há fato ou acontecimento histórico que não faça sentido, que não espere interpretação, que não peça que se encontrem causas e consequências. É isso que constitui, para nós, a história: esse fazer sentido, mesmo que se possa divergir desse sentido em cada caso.*

*(Paul Henry, Sentido, sujeito, origem)*

### 5.1 Mídia e ideologia da informação

Na seção anterior foi nossa intenção dedicar um espaço maior neste trabalho à descrição das condições de produção e às situações de enunciação relacionadas com nosso objeto de investigação, a saber, o discurso sobre a mineração em Alagoas. De certa forma, de um modo geral, este trabalho se filia a uma tendência em Análise do Discurso em que os gestos de interpretação partem de determinadas ocorrências significativas para as respectivas formações sociais. Partindo-se dessas ocorrências vai-se à análise dos processos discursivos relacionados às mesmas. É o que encontramos, por exemplo, nos gestos de análise que Pêcheux (2015a) fez do discurso político francês, tomando como referência a ocorrência relativa à vitória do candidato François Mitterrand nas eleições presidenciais na França em 1981, e à circulação do enunciado coletivo “*on a gagné*”.

Em outros termos, poderíamos afirmar que o tipo de procedimento que estamos desenvolvendo nesta tese parte da colisão com o real. Como o próprio Pêcheux afirma (2015a, p. 29), “não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”. Em nosso caso, o real da história tem a ver com uma situação específica relacionada aos modos de produção do capitalismo, mas que se assenta num longo histórico de reprodução da vida social que tem no funcionamento da ideologia um de seus aspectos mais relevantes. Compreender tal funcionamento da ideologia – neste caso capitalista-extrativista – em seu percurso histórico (ver seção 3), vinculando-a com a situação específica que mobiliza essa pesquisa é a difícil tarefa que estamos propondo.

Esta seção trabalhará com a análise de algumas SD extraídas de alguns veículos de mídia do estado de Alagoas e no trabalho de mídia desenvolvido pela própria Braskem. Entretanto, consideramos importante dizer que o crime socioambiental da Braskem em Maceió, desde as convulsões produzidas a partir de fevereiro de 2018, tem mobilizado uma enorme

discursividade que envolve sujeitos de enunciação muito diversos e ideologicamente heterogêneos e contraditórios.

A AD, por sua vez, tem afirmado insistentemente que os discursos existem sempre em disputa numa determinada formação social. Freire (2021, p. 68) nos explica isso afirmando que “há um embate entre discursos na sociedade. Eles lutam entre si, cada discurso se impondo para que prevaleçam os sentidos que sustenta em detrimento dos sentidos que outros discursos propõem”. Orlandi (2020, p. 37) se referiu a isso nos termos das “relações de sentido”, uma vez que nunca há discursos isolados operando a partir unicamente de si, mas os discursos existem sempre em relação uns com outros discursos, apontando uns para os outros e se sustentando uns nos outros.

Outro elemento importante a ser considerado nesse aspecto, já trazido em análises anteriores, são as relações de força (Orlandi, 2020), e que dizem respeito à potência que o lugar de enunciação tem nas relações interdiscursivas. Analisar o discurso da mídia alagoana sobre a mineração, assim como o discurso de mídia da própria Braskem, portanto, não significa isolar esse(s) sujeito(s) de enunciação dessas dinâmicas coletivas. A questão importante a ser levantada, outrossim, é aquela acerca do lugar que essa posição-sujeito (a da mídia) tem nas relações de força presentes nessas discursividades quando se trata de pensar em processos de interpelação ideológica e de estabilização de sentidos.

A significância política do crime socioambiental com o qual estamos trabalhando pode ser aferida pelo campo de discursividades que ele mobiliza. Cada sujeito de enunciação aí envolvido, assim como as práticas discursivas derivadas dessa ocorrência, poderia suscitar, inclusive, múltiplos objetos de pesquisa para a própria AD. Para dar nomes a esses sujeitos de enunciação, estamos nos referindo, em primeiro lugar, aos entes do próprio Estado, representados pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, importantes não somente para as intervenções concretas na situação, mas também para a produção de sentidos acerca da mesma. O Estado fala, e sua fala também determina os rumos de sentido sobre o crime socioambiental em questão. Dentro dos limites próprios de sua posição de classe, falam também as comunidades violentadas pela agenda mineradora. Sua fala se faz a partir tanto de ações individuais como de ações articuladas por meio de associações de bairro e de outros coletivos.

Falam ainda os movimentos sociais, sejam aqueles fundados pela própria situação<sup>40</sup>, sejam aqueles com existência pregressa e que se sentem “irmanados” pela violência sofrida na relação com outras formas de extrativismo<sup>41</sup>. Falam os veículos de mídia nacional e local, sobre os quais nos debruçaremos em seguida. E, finalmente, fala a própria Braskem, que, como veremos, dá continuidade a uma longa praxe de investimentos em comunicação social no campo da mineração industrial, e que se exacerbam quando da ocorrência de crimes socioambientais praticados por essas empresas. Portanto, é de uma intensa disputa de sentidos que estamos tratando. Como veremos, essas disputas são parte marcante da luta de classes, o que lhes confere um caráter profundamente assimétrico. A mídia, por sua vez, tem um papel muito peculiar nessas mesmas lutas.

Antes de irmos às superfícies linguísticas que nos interessam nessa seção, consideramos importante situar essa empreitada numa longa história de interesses da AD em relação ao discurso midiático. Nesse ponto de nossa discussão estamos tomando o conceito de mídia a partir de suas possibilidades parafrásticas para pensar em procedimentos diversos como a publicidade e a propaganda, o discurso jornalístico e “informativo”, o entretenimento, e outros possíveis gêneros midiáticos que aqui poderiam ser citados.

Desde cedo esse campo de discursividades tem sido objeto de atenção da AD, com destaque para as produções de Pêcheux (2015b), de Courtine (2003), de Gregolim (2003, 2003b), de Mariani (1996, 2007) e de Dela-Silva (2016), para ficar com uns poucos exemplos<sup>42</sup>. Em seu início, ainda na França, o interesse da AD pelos fenômenos de mídia e de comunicação de massa estiveram pautados pelo interesse primordial no discurso político. Gradativamente, especialmente no contexto brasileiro, esse interesse vai fazendo um movimento pendular em direção a um conjunto de investigações interessadas no próprio discurso midiático e seu lugar na movimentação de sentidos que subjaz nossas formações sociais, assim como seu lugar nos processos de interpelação ideológica e de assujeitamento em face da reprodução das condições de produção nessas mesmas formações.

---

<sup>40</sup> Estamos aqui nos referindo ao Movimento Unificado de Vítimas da Braskem (MUVB). Para mais detalhes, ver cap. 5.

<sup>41</sup> Aqui, duas referências especiais ao Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e suas respectivas representações em Alagoas. Esses coletivos têm participado dessas lutas não apenas com a elaboração de notas de repúdio à Braskem, mas também com a participação presencial em atos de rua junto às comunidades diretamente violentadas por este crime socioambiental.

<sup>42</sup> No âmbito específico do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), gostaríamos de destacar neste mesmo campo de estudos os importantes trabalhos de Pimentel (2015) e de Ramires (2017), este segundo já citado.

O reconhecimento de que os veículos de mídia possuem função estratégica nas relações de poder que configuram as formações sociais sob a égide do capitalismo, na verdade, extrapola em muito o campo pontual dos estudos da linguagem, de tal modo que não seria possível (nem é nossa intenção nesse trabalho) oferecer um sumário dessas produções. Desse modo, contentamo-nos em apontar os estudos da Teoria Crítica relativos aos aspectos constitutivos da noção de “indústria cultural” (Adorno; Horkheimer, 1985) como um momento-chave nas reflexões que buscam discernir o lugar dos grandes meios de comunicação de massa nas relações de poder em formações sociais como as ocidentais.

Desde sua proposição ainda na década de 1960, também a Sociologia do Conhecimento tem feito importantes leituras acerca dos fenômenos de mídia e de sua função social, com destaques para os trabalhos seminais de Berger e Luckman (2014). Mais recentemente, e com o foco no gênero jornalístico, autores como Alsina (2009) vêm refletindo acerca das funções da mídia na “construção social da realidade”, oferecendo-nos uma espécie de anatomia da produção, da circulação e do consumo da “notícia”. Para esse autor, por exemplo, a notícia é “uma representação social da realidade cotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (Alsina, 2009, p. 14).

Mas apesar de reconhecermos a importância desses estudos para o aprofundamento da compreensão do papel que as mídias passaram a possuir no Ocidente, sobretudo a partir do século XX, consideramos que o não-reconhecimento da ideologia, enquanto categoria crucial para a elucidação do funcionamento e da manutenção do *status quo* nas formações sociais capitalistas, se configura como um sério limite nessas abordagens. Em nosso entendimento é preciso ir além do vaticínio de que o discurso é constitutivo do real. Ele o é. Mas em formações sociais com um profundo histórico de colonização e de subalternidade, discursivizadas ontem e hoje enquanto “fonte de riquezas materiais” para os centros de dominação geopolítica, o discurso é muito mais que constitutivo do real. E é justamente na noção de ideologia que se pode vislumbrar o alcance dos processos discursivos e sua relação com a reprodução das condições materiais de existência nessas mesmas formações sociais.

De outro modo, como também já mencionamos em outra seção, nossa filiação ao materialismo histórico-dialético faz com que nossos gestos de interpretação tomem como pressuposto as lutas de classe que marcam decisivamente a formação social alagoana. Assim, o discurso e a ideologia não corroboram com uma mera “construção social da realidade”, mas existem enquanto realidades decisivas nos jogos de poder, determinando os antagonismos de classe aí presentes.

Por essas razões consideramos oportuno voltarmos a Althusser (1980). Na terceira seção desta tese tomamos a concepção althusseriana de aparelhos repressivos do Estado para aprofundar nossa discussão acerca das relações entre o estado burguês e o setor de mineração. Como vimos, nos estados burgueses o uso da repressão violenta e da força física têm sido práticas sistemáticas que visam preservar os interesses do setor minerário em face das constantes resistências testemunhadas nessa longa história de conflitividades junto às comunidades violentadas.

Nesse ponto de nosso trabalho, em primeiro lugar, gostaríamos de retornar a Althusser para examinar como as concepções de aparelhos ideológicos de Estado (AIE) e de ideologia podem ser úteis quando se trata de analisar as discursividades que encontramos em alguns dos grandes veículos de mídia alagoanos, tratando-se do crime socioambiental da Braskem e sua incidência desde 2018. Em segundo lugar, precisamos nos questionar, e é o que desejamos fazer com nossas análises, como os efeitos de sentido produzidos pelos processos discursivos que encontramos na mídia alagoana interpelam e posicionam os diferentes sujeitos aí implicados. Para tanto, é preciso ir além de Althusser, e é com Pêcheux (1997; 2014; 2015a) que buscaremos dialogar.

Dentre a grande quantidade de práticas que podem ser identificadas como midiáticas, por hora concentraremos nossa atenção no jornalismo “informativo”, reconhecendo aí um espaço de profunda produção e circulação de sentidos, com grande impacto na vida social. Segundo Gobatto (2020, p. 380) “o discurso jornalístico é uma modalidade de ‘discurso sobre’, ou seja, sob um efeito de distanciamento, o jornalista constrói um imaginário de que fala de um lugar neutro, de observador”. De fato, os discursos da “neutralidade”, da “objetividade”, de “isenção”, do “compromisso com a verdade” costumam ser estratégias retóricas muito comuns no âmbito dessas atividades, na busca pela adesão e pela fidelização da audiência.

Na contramão desse entendimento e ancorados numa perspectiva da AD, compreendemos que o jornalismo de tipo “informativo” se configura como um dos tipos de atividade de comunicação de massa onde se dá a tentativa cotidiana de “re-produção de consensos de significação” (Mariane, 1996, p. 46), que, como desenvolveremos mais adiante, resulta na reprodução das relações de produção existentes. Isso é possível em função dos processos de identificação do sujeito-jornalista em relação a certas formações discursivas, ao seu assujeitamento pela ideologia, e aos esquecimentos apontados por Pêcheux (2014) que estão na base dos processos de assujeitamento, fazendo com que esse sujeito (o jornalista) acredite ser a origem de seu discurso. Conforme Gobatto (2020, p. 384)

ao escrever uma notícia, o sujeito jornalista esquece o que o determina, esquece que é assujeitado e precisa do efeito de evidência de que é o “senhor” de seu discurso, como se o que escrevesse não fosse atravessado por outros discursos e como se tivesse um único efeito de sentido.

Como pontua Mariane (1996), o discurso jornalístico, como qualquer outro, está sujeito à ilusão referencial da linguagem. Guilbert (2020) também dá significativa contribuição às reflexões sobre a dinâmica própria do discurso jornalístico na atualidade, a partir de sua pesquisa acerca da naturalização do discurso neoliberal nos veículos de mídia franceses. Para este autor (Guilbert, 2020, p. 14), durante o processo de produção da “informação” jornalística, “a escolha das palavras e expressões não é anódina”, uma vez que elas remetem a uma certa leitura de mundo. Desse modo, o sujeito jornalista não deve ser entendido como um “transmissor de informações” que estariam prontas à sua espera para serem posteriormente difundidas. Para Guilbert (*idem*), a função jornalística tem a ver, outrossim, com a possibilidade de dar sentido aos acontecimentos, já que estes não existem em si mesmos:

O acontecimento não é, pois, um fato, mas a *colocação em palavras* desse fato. Antes de transmitir esse fato em informação, o jornalista começa por selecioná-lo e decifrá-lo: ele detém, por suas competências e seu *status*, o direito de extrair da massa dos fatos um “sentido” que não estaria acessível a todos (Guilbert, 2020, p. 15) [grifos no original].

Com base no que foi dito até aqui, nossas análises nessa seção partem do pressuposto de que o jornalismo “informativo”, nas formações sociais capitalistas, constitui parte do que Althusser (1980, p. 44) chamou de “aparelho ideológico da Informação” (doravante AII), que, segundo esse autor, compreende a imprensa, o complexo rádio-televisivo, e hoje precisaríamos incluir os meios digitais incumbidos desse gênero. Diferentemente dos aparelhos repressivos do Estado, discutidos na terceira seção em sua relação com o setor de mineração, os AIE se caracterizam por operar massivamente pela ideologia.

Para Althusser (1980), o objetivo de todos os aparelhos de Estado – ideológicos e repressivos – tem a ver com a reprodução das condições de produção nas formações sociais capitalistas, e apesar de suas distinções internas em relação uns aos outros e da heterogeneidade de suas práticas, esses aparelhos encontram sua unidade no serviço que prestam aos interesses das classes dominantes. Como nos lembra Gobatto (2020), os AII costumam operar pelo excesso de “informação” e pelo silenciamento.

Para essa autora (Gobatto, 2020, p. 390), além do excesso e da saturação das “informações” cotidianas, as práticas dos AII estão associadas a uma memória lacunar “que se esburaca de silêncios e/ou apagamentos”. De uma perspectiva da AD, podemos dizer que o

gesto de “noticiar”, próprio das práticas jornalísticas, se constituiria como uma forma de “recorte do interdiscurso” (idem, p. 392). Uma vez que não se pode dizer tudo que está no interdiscurso, o jornalista vai mobilizar aqueles sentidos relacionados com a(s) formação(ões) discursiva(s) com a(s) qual(ais) se identifica.

Temos repetido que dentre os papéis desempenhados pelos veículos de comunicação de massa, aqui identificados como AII, está a estabilização dos sentidos nas respectivas formações sociais. Isso se justifica, como também já sinalizamos, em função da conflitividade discursiva suscitada pelos eventos cotidianos (Freire, 2021). Os discursos existem sempre em disputa. No caso em que estamos analisando, estamos nos referindo a um evento com amplas consequências políticas e que toca em diferentes interesses econômicos, urbanísticos, culturais etc., mobilizando a articulação de sujeitos sociais pertencentes a diferentes classes.

Mas além da estabilização de sentidos, as práticas que encontramos nos veículos de mídia também têm a ver com a construção do que Mariane (1996) chamou de “memória social”. Na verdade, a constituição de uma memória social estável, em detrimento da grande diversidade de posicionamentos discursivos acerca dos fatos sociais, decorre justamente dos gestos de estabilização que encontram no trabalho cotidiano dos meios de comunicação um grande impulso.

Ainda na década de 1980, Davallon (2007) chamava a atenção para o lugar que os arquivos de mídia passaram a ter na consolidação das memórias sociais. Segundo esse autor (Davallon, 2007, p. 23)

o aparecimento da imprensa parecia já ter tornado fora de uso as ‘artes da memória’ antigas e medievais. Com razão mais pertinente, o desenvolvimento dos *meios de registro da imagem e do som* (essas extensões dos sentidos, se acreditamos em McLuhan), que permitem estocar e depois restituir o saber quase tão bem quanto os acontecimentos, parece hoje nos afastar definitivamente da necessidade de situar uma parte da memória social na ‘cabeça’ dos (ou de certos) sujeitos sociais: a memória social estaria inteiramente e naturalmente presente nos arquivos das mídias [grifo no original].

Uma vez que, via de regra, esses meios operam a partir de uma identificação com a ideologia dominante, é esta que fornecerá as representações<sup>43</sup> cruciais para a formação das respectivas memórias sociais.

---

<sup>43</sup> Estamos tomando o termo “representação” na acepção dada a ele por Althusser (1980, p. 77-91) em sua descrição do caráter da ideologia. Para esse autor, a ideologia consiste justamente na “‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência” (Althusser, p. 77). Voltaremos a esse ponto quando

Por essas razões todas temos afirmado que a mídia exerce funções muito estratégicas no contexto das lutas que perpassam o corpo social. O tipo de poder que a mídia exerce, entretanto, não deve ser entendido como da ordem da repressão, da ameaça ou da restrição. Para dialogar com Foucault (1979), estamos falando de uma concepção de poder que é muito mais incitante e produtiva que propriamente repressiva. Nos termos de Medeiros (2012, p. 31-32), “a mídia é observada em um lugar de poder, não o poder que vigia ou ameaça, mas o poder que regulariza a versão possível – já condicionada em uma prática (técnica e ideológica) instituída, que tem lugar social definido”. Mais adiante a mesma autora (Medeiros, 2012, p. 34) completa suas observações acerca dos modos do exercício do poder midiático afirmando que

a mídia tem um papel determinante no processo de difusão de saberes e valores na sociedade contemporânea. No caso da mídia, como meio de circulação de sentidos, se o controle não ocorre pela via da vigilância repressora da presença e da ordenação do olhar de sujeitos em presença, se dá na emergência de modelos de realidade; no agenciamento da consciência, como praticante de gestos de interpretação, produtoras de fatos de linguagem, de posições-sujeito e instituições atuantes na esfera de organização e política social.

Pela posição que ocupa na produção do saber cotidiano em nossas formações sociais, sobretudo através da saturação de “informações” que diuturnamente circulam como gestos de interpretação dos fatos considerados “mais relevantes” e “noticiáveis”, os AII são responsáveis pela produção de modelos de realidade, por meio de um agenciamento da consciência, que é o resultado do processo de interpelação ideológica. Em face dessas reflexões, consideramos oportuno enunciar que, para os fins de nossas análises, compreendemos que todos os termos-chave acerca do crime socioambiental da Braskem, presentes nas matérias jornalísticas veiculadas pelos grandes grupos de comunicação de massa em Alagoas estão decididamente marcados pelo assujeitamento da ideologia capitalista-mineradora.

Isso não quer dizer que haja completa estabilização de sentidos em conformidade com essa ideologia, nem que tais fatos de linguagem produzam uniformidade no campo das posições-sujeito. É sempre oportuno recordar a metáfora de Pêcheux (2014) quando dizia que “só há causa daquilo que falha”. Como tentaremos argumentar na última seção desse trabalho, esses rituais de interpelação que encontram reverberação na mídia alagoana produzem significativos pontos de deriva que necessitam ser levados em consideração.

Com o início das convulsões sociais desencadeadas pela irrupção das subsídências nos cinco bairros maceioenses, em decorrência da extração de sal-gema nessas localidades, o

---

procederemos nossos gestos de análise acerca das representações presentes no discurso do noticiário alagoano acerca do crime socioambiental da Braskem em Maceió, a partir de 2018.

noticiário local viu-se tomado por uma nova pauta retornada cotidianamente. A despeito dos múltiplos aspectos envolvendo a questão – jurídicos, habitacionais, trabalhistas, geológicos etc. – os noticiários locais foram gradativamente assumindo suas posições na tarefa de “informar” acerca da evolução da problemática. Obviamente, é o olhar da(o) analista que vai discernindo essas posições, que agora passaremos a analisar. A sequência discursiva que segue foi extraída de matéria do portal *G1 Alagoas*<sup>44</sup>, publicada no dia 03 de dezembro de 2021. No título da matéria encontramos o seguinte (SD 6):

**Figura 1** – Ato em Maceió cobra agilidade nas indenizações de famílias afetadas pelo afundamento do solo



**Fonte:** Portal *G1 Alagoas*, 03/12/2021

Na SD 6 gostaríamos de destacar o enunciado “afundamento do solo”, que passará aparecer constantemente no noticiário alagoano, e que consideramos um dos termos-chave para compreendermos como a ideologia capitalista-mineradora tem determinado os debates públicos acerca do crime socioambiental de que temos nos ocupado. Para exemplificar esse efeito de ressonância discursiva em torno do enunciado “afundamento do solo”, apresentamos abaixo outros exemplos extraídos deste portal (*G1 Alagoas*) e de outros veículos de comunicação alagoanos:

**Figura 2** – Documentário sobre o afundamento do solo é exibido em Maceió na quinta-feira

<sup>44</sup> O G1 Alagoas é um portal de notícias na internet, pertencente ao Grupo Arnon de Mello. Como parte do complexo de comunicação desse grupo, o G1 Alagoas é uma das filiais da Rede Globo e extensão do portal G1 (Globo.com), dedicado a publicações voltadas para a população alagoana. Esse complexo pode ser considerado o maior grupo midiático do estado.



Fonte: Portal *G1 Alagoas*, 21/08/2021

**Figura 3** – MPE vai fiscalizar termos entre Braskem e famílias afetadas pelo afundamento do solo



Fonte: Portal *TNH1*, 10/08/2020

**Figura 4** – Estudo avalia percepções de pessoas afetadas pelo afundamento de solo



Fonte: Portal *Tribuna Hoje*, 11/03/2022

Lidas a partir da ilusão de transparência da linguagem, as notícias acima mencionadas objetivam “informar” às/aos suas/seus leitoras/es acerca de uma nova demanda na cidade de Maceió, que tem a ver com preocupações diversas que envolvem os temas da moradia, da saúde, da (in)segurança pública e geológica, do futuro das atividades comerciais, e outros temas que gravitam em torno do problema que está sendo noticiado. E aqui é importante já sinalizarmos que a própria função “informativa” requerida pela mídia, com todas aquelas pretensões de “imparcialidade”, de “objetividade” e “busca da verdade”, deve ser entendida como um efeito de evidência ideológica.

É importante também salientar que esse efeito de evidência, ligado à concepção da linguagem como meio “informativo” de maneira alguma se restringe às práticas de mídia, mas tem a ver também com outras práticas linguageiras, dentre elas as científicas. Paul Henry colocará em relevo essa questão ao discutir como Pêcheux concebia as funções da linguagem. Segundo Henry (1997, p. 25)

Pêcheux recusa completamente a concepção da linguagem que a reduz a um instrumento de comunicação de significações que existiriam e poderiam ser definidas independentemente da linguagem, isto é, “informações”. Esta teoria ou concepção da linguagem é, para ele, uma ideologia cuja função nas “ciências humanas e sociais” (onde ela é dominante) é justamente mascarar sua ligação com a prática política, obscurecer esta ligação e, ao mesmo tempo, colocar estas ciências no prolongamento das ciências naturais.

Portanto, sob o efeito da ideologia da “informação”, os veículos de mídia alagoanos passam a colocar o “afundamento do solo” no centro da questão, que desde então trouxe o medo, a insegurança, a incerteza e o clima de instabilidade acerca dos temas acima listados. Como se nota no modo como essas “notícias” são apresentadas a seus leitores e leitoras nesses portais da internet, é justamente o “afundamento do solo” que tem produzido instabilidade e preocupação às populações das áreas em questão.

O “afundamento do solo” surge como a origem das convulsões que agora demandam mobilizações dos movimentos sociais (“Ato em Maceió cobra agilidade nas indenizações...”), da classe artística (“Documentário sobre o afundamento do solo é exibido...”), dos entes públicos (“MPE vai fiscalizar...”), e de parte da comunidade científica (“Estudo avalia percepções...”), afim de que o bem-estar das populações residentes nesses territórios possa ser garantido e preservado. Gostaríamos, portanto, de penetrar no caráter opaco dessas enunciações para ver como nelas há uma mobilização de sentidos em sua relação com certas memória discursiva (interdiscurso). Além disso, precisamos nos perguntar como o assujeitamento pela ideologia capitalista-mineradora determina a construção dessas “notícias”.

Como vimos a partir das considerações de Gobatto (2020), o processo de produção de “notícias”, enquanto prática discursiva e enquanto exercício da função enunciativa, não está imune aos esquecimentos nº 1 e nº 2 apontados por Pêcheux (1997, 2014), necessários a todo processo discursivo. Também o jornalista, o redator, ou simplesmente o produtor de notícias, esquece a formação discursiva que lhe determina, compreendendo-se como a origem dos seus dizeres e sustentando, desse modo, as (auto)projeções relacionadas com a “imparcialidade”, a “neutralidade”, a “objetividade” e o “compromisso com a verdade e com os fatos”, entidades retóricas muito caras às suas práticas profissionais.

Por essas razões precisamos nos perguntar: que formação discursiva está na base do enunciado “afundamento do solo”? Além dessa questão pontual, há outras que consideramos imprescindíveis para nosso dispositivo de análise, tais como: que silenciamentos estão sendo produzidos na circulação das “notícias” acerca do “afundamento do solo” em Maceió, a partir de 2018? Aqui, estamos nos perguntando acerca da relação do enunciado com o interdiscurso e com o pré-construído que ele agencia e põe em circulação durante a produção de sentidos.

Por sua vez, a pergunta pelos elementos pré-construídos agenciados por esse discurso radica sua relevância no fato que tais elementos sempre incidem nos processos de interpelação ideológica. Tomando esse conceito do trabalho de Paul Henry, Pêcheux (2014, p. 142) se refere ao pré-construído como o “retorno do estranho no familiar”, relacionando-o a construções anteriores e exteriores. Como um dos elementos do interdiscurso, o pré-construído é reinscrito no discurso dos sujeitos durante a interpelação/identificação ideológica, fornecendo-lhe “evidências de sentido”. Veremos mais à frente como isso funciona na circulação dos enunciados “afundamento do solo” e “fenômeno geológico”.

Nessa análise, remetemos o enunciado “afundamento do solo” a uma formação discursiva que chamaremos de **formação discursiva das Geociências**. Temos aqui um campo muito variado de atividades científicas, cuja unidade tem a ver com os estudos que se debruçam sobre as chamadas “esferas da terra”, a saber: a litosfera (ou geosfera), a hidrosfera, a atmosfera e a biosfera (Miller Jr., 2008). Para os objetivos de nossa discussão, interessa sobretudo o campo dos estudos geológicos, situados no domínio da litosfera. Na descrição apresentada por Miller Jr. (2008, p. 304), a Geologia é descrita como “a ciência dedicada ao estudo dos processos dinâmicos que ocorrem na superfície terrestre e em seu interior”.

Assim como os demais campos das Geociências, também a Geologia interage com outras áreas como a Física, a Química, a Matemática e a Biologia. Pensadas a partir da tipologia sugerida por Mario Bunge (2014) para a classificação das atividades científicas, as Geociências devem ser compreendidas como um grupo de saberes de caráter “factual natural”.

Esse elemento, isto é, seu pertencimento a um conjunto de ciências caracterizadas como “naturais”, em detrimento das ciências chamadas “humanas” e “sociais”, é um aspecto decisivo para a compreensão da formação discursiva das Geociências, uma vez que as ciências naturais, de um modo geral, e as Geociências, de um modo particular, herdaram da Modernidade a cisão epistemológica que aparta o campo dos fenômenos humanos em relação ao campo dos fenômenos cognominados “naturais”. Voltaremos a esse ponto, pois em nossa análise

consideramos que isso tem implicações diretas para a produção de sentidos em torno do enunciado “afundamento do solo”.

Antes de examinar melhor o tópico acima mencionado, gostaríamos de analisar um outro aspecto do funcionamento do enunciado em questão, e que tem relação com uma das características do discurso midiático em geral. No modo como essas matérias colocam em circulação as “notícias” sobre o “afundamento do solo” nos cinco bairros maceioenses está em questão um gesto de corte no real e de circunscrição de uma dimensão específica do ocorrido, em detrimento das muitas dimensões presentes em eventos dessa natureza. No caso em que analisamos, a circunscrição tem a ver com as dimensões geológicas da questão, com suas consequências e impactos concretos para as populações residentes nos bairros, em detrimento das dimensões político-econômicas originárias do problema que também compõem o cenário que resultou no “afundamento dos bairros”.

Discursivamente falando, poderíamos dizer que estamos nos referindo ao apagamento de certas dimensões concretas relacionadas com o acontecimento – históricas, políticas, econômicas –, em detrimento da dimensão e das consequências geológicas. Chauí (2006) chamou de acronia a essa ausência de referências temporais, próprias do modo como as “notícias” são produzidas e postas em circulação pelos veículos de comunicação atuais. Para essa autora

os acontecimentos são relatados como se não tivessem causas passadas nem efeitos futuros: surgem como pontos puramente atuais ou presentes, sem continuidade no tempo, sem origem e sem consequências; existem enquanto são objetos de transmissão e deixam de existir se não são transmitidos. Têm a existência de um espetáculo e só permanecem na consciência dos ouvintes e espectadores enquanto permanece o espetáculo de sua transmissão (Chauí, 2006, p. 46).

Compreendemos que quando diferentes veículos de mídia colocam em circulação as “notícias” sobre o “afundamento do solo”, apagando suas determinações históricas e suas referências temporais, o que se produz, enquanto efeito de sentido, é um movimento de despolitização da questão. Veremos em seguida como a filiação do enunciado “afundamento do solo” à formação discursiva das Geociências contribui com esse processo. Esse movimento de despolitização da questão, a nosso ver, não pode ser visto como fortuito ou acidental, enquanto prática institucionalizada própria dos meios de comunicação<sup>45</sup>. Ele é parte do

---

<sup>45</sup> É importante sinalizar que no âmbito das produções em AD no Brasil, pode-se encontrar gestos de interpretação semelhantes a este que estamos propondo, relacionando os efeitos de sentidos do discurso da mídia com a noção de despolitização. Grigoletto e De Nardi (2016), por exemplo, analisam como o discurso midiático de heroicização

movimento da ideologia dominante que, como nos tem sinalizado a AD, opera também pelo silêncio (Orlandi, 2007).

A despeito desse caráter mais insidioso e sorrateiro do funcionamento da ideologia, é importante considerar também, como nos lembra Chauí (2006) em suas análises da mídia, que os meios de comunicação são empresas privadas, isto é, são uma indústria que opera em um nicho específico, regida pelos interesses do capitalismo. Em decorrência disso, não gostaríamos de excluir de nossa análise as filiações concretas que unem os veículos de mídia ao grande capital, instituídas especialmente por meio da publicidade, e que fazem com que o poder midiático seja compreendido – acertadamente, a nosso ver – como “suporte do capital” (Chauí, 2006, p. 74), ou, voltando a Althusser (1980), como aparelho ideológico da Informação a serviço da ideologia capitalista. É a esses interesses, portanto, que a despolitização midiática da questão sobre o “afundamento do solo” em Maceió serve.

De que modo, portanto, a filiação do enunciado “afundamento do solo” à formação discursiva das Geociências corrobora essa despolitização da questão que estamos abordando? Como sinalizamos acima, a formação discursiva das Geociências, apesar de sua grande diversidade interna relacionada a um grande conjunto de saberes e de práticas, tem como atravessamento característico e unificador sua inserção como uma ciência da natureza. Herdeiro das tradições do Positivismo, esse conjunto de saberes trabalha a partir de distinção radical entre natureza e cultura, entre ser humano e meio-ambiente, e entre epistemologia e política.

O mundo dos fenômenos naturais é concebido como constituído por regularidades que devem ser conhecidas e manipuladas por meio da técnica, tendo em vista os benefícios que daí podem ser auferidos. Inteiramente identificada com os ideais da ciência moderna, a formação discursiva das Geociências está associada à possibilidade do conhecimento objetivo e neutro, e à possibilidade da previsão e do controle dos fenômenos que toma como seus objetos. Esses saberes, portanto, são produzidos a partir de rituais que se creem capazes de conjurar os “vieses ideológicos” que seriam próprios de outras formações discursivas no campo das práticas científicas, sobretudo aquelas autodenominadas como “críticas”. Assim, a exclusão da política é condição fundamental para a produção dos saberes que constituem isso que temos aqui chamado de formação discursiva das Geociências.

---

de certas figuras públicas do mundo político e religioso produz como efeito de sentido a despolitização da sociedade.

Como vimos na descrição de Miller Jr. (2008), a Geologia, que nos interessa especialmente, se dá como objetos de estudos dois entes do campo natural: os processos dinâmicos que ocorrem (1) na superfície terrestre e (2) em seu interior. Por “processos dinâmicos” tem-se uma referência a um conjunto de objetos denominados naturais, cuja existência e dinâmica majoritária, conforme as Geociências, independem das intervenções de caráter antrópico. Dentre esses objetos estão: a) as três principais zonas da Terra: núcleo, manto e crosta; b) os processos geológicos internos e externos, como o movimento das placas tectônicas, por exemplo; c) os processos geológicos na superfície terrestre; d) a natureza de minerais e rochas.

Apenas eventualmente encontram-se no interior dos conhecimentos produzidos a partir dessa formação discursiva temas de natureza sociopolítico-econômica, especialmente voltados para os efeitos da exploração de minerais não-renováveis sobre os nichos ecológicos (Miller Jr., 2008). É precisamente nesse campo de saberes que o enunciado “afundamento do solo” deve ser situado, e é a partir dessa posição ideológica que devemos compreender os sentidos a ele associados. Tal posição ideológica, digamos mais uma vez, está assentada na cisão radical entre entes, fenômenos e práticas das ciências “naturais”, em contraposição aos entes, fenômenos e práticas políticas, e, portanto, totalmente enviesadas pelos valores humanos.

Isso posto, compreendemos que a circulação midiática do enunciado “afundamento do solo”, como o encontramos na SD 7 e como o encontramos amplamente ecoado nos demais veículos de mídia alagoanos, demarca a identificação desse(s) lugar(es) de enunciação com a formação discursiva indicada (formação discursiva das Geociências), movimentando sentidos que colocam os eventos em questão no campo das “ocorrências naturais”. Desse modo, a despolitização da questão é produzida por dois movimentos contíguos: (1) por um reducionismo do problema às consequências geológicas que ele produz; (2) e pelo silenciamento acerca das causas que estão na base das alterações geológicas percebidas nos bairros maceioenses.

A despolitização da questão, neste caso, não se dá necessariamente pela afirmação da impossibilidade das intervenções estatais e pela impossibilidade de remediação dos efeitos deletérios delineados na seção anterior. A magnitude do corrido com os bairros maceioenses impõe aos diferentes entes do Estado a responsabilidade por essas intervenções, a despeito da viabilidade da própria dinâmica urbana na cidade de Maceió. Como vimos acima, há um conjunto de respostas de natureza política, estatais e não-estatais, orquestradas por atores sociais distintos, relacionado com o dilema experimentado pelas populações residentes nas áreas destruídas pela mineração da Braskem nesses territórios. Outrossim, a despolitização que aqui

sugerimos tem a ver com a culpabilização da natureza/terra, que, como veremos, é uma das linhas-de-frente do discurso sobre a mineração não apenas em Alagoas, mas em outros contextos que hospedam atividades de extrativismo mineral em grande escala.

Pela culpabilização da natureza/terra – neste caso, da configuração geológica e topográfica dos bairros em questão – a ideologia dominante isenta o modelo de produção presente no capitalismo minerador de sua insustentabilidade ecológica e socioambiental. Desse modo a reprodução das condições de produção nesse setor ficam intocadas. Esse mesmo efeito de sentido nós encontraremos em outro enunciado (“fenômeno geológico”) que analisaremos mais à frente, e que também passará a circular com assiduidade a partir das posições-sujeito da própria empresa Braskem e por diversos veículos de mídia local.

Esse é um bom exemplo para compreendermos o que Althusser (1980, p. 77) quis dizer quando indicava que “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”. Precisamos citar Althusser mais demoradamente para explicitar como a atuação dos meios de comunicação alagoanos reproduzem a ideologia capitalista-mineradora como forma de “representação imaginária” dos indivíduos em relação às suas condições reais de existência. Assim nos dirá esse autor:

toda ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas derivam), mas antes de mais nada a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas derivam. Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem (Althusser, 1980, p. 82).

Em primeiro lugar a ideologia dominante, conforme está posto nessa citação, evita a remissão direta às relações de produção existentes, interpondo em seu lugar a remissão a uma relação “imaginária” com essas condições. Trata-se de um movimento de esquiva em relação ao conhecimento do funcionamento do capitalismo, mas também, como mostraremos em seguida, ao conhecimento da relação deste com o estado burguês. É o que observamos no funcionamento do enunciado “afundamento do solo”, na SD 7 e nas demais situações de enunciação onde ele aparece como prática da mídia alagoana. Remeter diretamente o consumidor dessas “notícias” às relações de produção existentes significaria proporcionar a estes sujeitos um encontro com o modelo minerador, com sua história de devastações socioambientais, e com a violência inerente às suas práticas.

Além desses aspectos, a remissão direta a essas condições de produção proporcionariam a exposição das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que em relação à exploração de minérios em Alagoas tem a ver com a exploração exaustiva do subsolo de cinco bairros de sua capital, com a imposição sistemática do risco às comunidades adjacentes ao respectivo complexo industrial, com a dilapidação dos nichos ecológicos (complexo lagunar, orla marítima etc.), em detrimento de contrapartidas ínfimas quando comparadas às expectativas “messiânicas” suscitadas pelas promessas de “desenvolvimento/progresso” atreladas a esse setor.

Em segundo lugar, esse mesmo movimento de “deformação necessariamente imaginária” operado pela ideologia dominante se faz pela recusa em se abordar as relações entre o capitalismo, aqui corporificado no setor de mineração industrial, e o estado burguês. Essas relações históricas, tematizadas na seção 3 desse trabalho, compõem o que aqui Althusser chama de “sistema de relações reais que governam os indivíduos”. No caso alagoano, ela remeteria à persistência histórica da monocultura da cana, determinante para os rumos econômicos e políticos de Alagoas. Remeteria ainda às alianças entre o extrativismo minerário e as autoridades políticas locais, e ao autoritarismo político que possibilitou a exploração mineralógica no estado ainda na década de 1970.

Pensando de modo especial no crime socioambiental acerca do qual temos abordado, essa reflexão remeteria ao modo parcimonioso com que o Estado e seus entes sempre trataram a sequência histórica de violações às normas ambientais praticadas pela Braskem em Alagoas, permitindo a exaustão dos recursos naturais e o colapso material para cinco bairros residenciais. Em lugar dessas remissões, que representações imaginárias a ideologia dominante cria e oferece aos indivíduos por meio das práticas discursivas da mídia alagoana? Justamente as que se vinculam ao enunciado “afundamento do solo”. Afinal, como aponta Orlandi (2020, p. 44), “é este o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”.

O “afundamento do solo” é uma representação imaginária produzida pela ideologia dominante para que os alagoanos (ou os indivíduos de outras ambiências) se situem em relação às suas condições concretas de existência, que, neste caso, tem a ver o colapso geoespacial e sociocomunitário produzido nos territórios em questão. De fato, há o afundamento do solo (subsidência) enquanto ocorrência empírica, material, situada na concretude espacial da cidade de Maceió, e precipitado a partir do ano de 2018. Por outro lado, entendemos que o significativo midiático “afundamento do solo” é um fato de linguagem determinado ideologicamente.

Enquanto tal, é parte dos gestos de interpretação do real inserido em movimentos de interpelação ideológica. Tendo os veículos de mídia locais como sujeitos de enunciação, servem à construção do imaginário e da memória social (Mariane, 2007), e servem ao sistema capitalista de produção, aqui representado pelos interesses da mineração industrial em Alagoas.

Contudo, nesse ponto de nossa análise é preciso nos perguntarmos sobre as condições de possibilidade que fazem com que esse enunciado signifique. Como nos tem indicado a AD, as palavras não significam a partir de um vazio semântico. Elas significam, como já sinalizamos, a partir de sua inscrição em certas formações discursivas e na filiação que possuem em relação a certas memórias (interdiscurso). Na perspectiva de Orlandi (2020, p. 30) “elas significam pela história e pela língua”. Não sendo propriedades particulares, as palavras só significam hoje porque significaram ontem nos dizeres de outros sujeitos.

Estamos no campo da memória discursiva e seu funcionamento. Segundo Courtine (2014, p. 104) “toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta – *faz circular* – formulações anteriores, já enunciadas” [grifo no original]. Por sua inscrição na formação discursiva das Geociências a evocação do enunciado “afundamento do solo”, ao produzir sentido, o faz por meio da retomada de memórias associadas aos chamados “desastres naturais”, especialmente aqueles ligados às ocorrências envolvendo abalos de natureza sísmica.

Portanto, no interdiscurso que sustenta esse enunciado encontraremos as noções pré-construídas de “desastre”, de “tragédia”, de “fatalidade”, de “acidente”, em que o dado natural, neste caso geológico, tem proeminência e preponderância. Se o enunciado “afundamento do solo” funciona como um significante para representar as ocorrências que destruíram os bairros maceioenses em questão, é porque essas palavras já significaram numa longa e recorrente memória histórica. Esse efeito de repetição do pré-construído presente no enunciado que estamos analisando é evocado de modo explícito na SD 7, relativa a uma matéria publicada na versão digital e impressa do jornal alagoano *Tribuna Independente*, em sua edição de 03 de março de 2023:

**Figura 5** – Tremor de terra que afunda bairros faz cinco anos sem ninguém punido



Fonte: Portal *Tribuna Independente*, 10/02/2023

Mais uma vez encontramos a repetição do enunciado acerca do “afundamento do solo” (“afunda bairros”), desta vez precedido da causalidade natural tematizada nessas “notícias”. Para além de seu caráter opaco, a SD 7 se articula pelo equívoco enquanto possibilidade da língua, uma vez que afirma não haver “ninguém punido” em função de um evento natural/geológico. Afinal, se o afundamento dos bairros e seus consequentes efeitos deletérios têm como causa um “tremor de terra”, por que se falar em “punição”? Aqui estamos diante da falha nos rituais da língua, neste caso, oriunda do movimento da ideologia dominante durante o processo de produção das representações que buscam mediar as relações dos interlocutores dessas “notícias” e suas condições reais de existência.

As falhas, para Orlandi (2017, p. 80-81), “arregimentam diferentes movimentos de sentidos”, e no caso da SD 7 reforçam a estratégia ideológica de culpabilização da natureza/terra, silenciando sobre os aspectos mais importantes que dizem respeito à destruição dos territórios em questão. Lembremos, a ideologia opera também pelo equívoco e se estrutura pela contradição. Portanto, neste ponto de nossa análise precisamos responder à questão já colocada acerca de quais silenciamentos estão presentes nessa movimentação de sentidos que encontramos com frequência na maneira como os veículos de mídia de Alagoas passaram a falar da questão. E a resposta a essa pergunta tem a ver com a história da relação entre industrialização capitalista e urbanização, que tem traços específicos no Sul Global.

Orlandi (2007c, p. 59) nos indica que “a memória é feita de esquecimentos, de silêncios, de sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos”. No caso de nosso objeto de análise, esses esquecimentos, silêncios, sentidos não ditos e a não dizer, e esses silenciamentos estão relacionados tanto à história particular da mineração, quanto ao processo de desenvolvimento histórico da relação entre industrialização capitalista e urbanização. A cidade, como realidade histórica, preexiste ao capitalismo e tem seu nascimento condicionado por fatores de outra ordem (Lefebvre, 2001; Sposito, 2010).

Contudo, o capitalismo transformará a cidade de tal modo que o processo de urbanização surgirá como condição fundamental para a expansão desse sistema de produção econômica, principalmente a partir de sua fase monopolista e concorrencial. Nas palavras de Lefebvre (2001, p. 11), “o processo de industrialização é, há século e meio, o motor das transformações na sociedade. [...] A industrialização caracteriza a sociedade moderna”. A industrialização terá uma importância central na história do capitalismo, visto que significou novas possibilidades para a exploração do trabalho, para a ampliação da produção do mais-valor e para o acirramento da exploração da própria natureza. A cidade, conforme Sposito (2010), passou a ser a base territorial desses processos, já que nela se concentram capital e força de trabalho.

Apesar de apontarmos para a importância que a industrialização capitalista teve para a cidade, não é nosso objetivo produzir uma narrativa das minúcias presentes nessa transição histórica decisiva para as mudanças no urbano. O que desejamos demonstrar especificamente é o conjunto de traços que vinculam a indústria capitalista e a cidade, com atenção especial para a mineração industrial. Nossa intenção, como dito acima, é analisar os silenciamentos presentes no enunciado “afundamento do solo”, que também têm a ver com o modo como o capitalismo se relaciona com as realidades urbanas. Em sua descrição das relações entre industrialização e urbanização, Lefebvre (2001) nos oferecerá alguns elementos muito úteis para pensarmos nessas relações. O primeiro desses elementos, já mencionado neste trabalho, tem a ver com a localização geográfica das indústrias, cuja escolha será determinada por fatores estratégicos que potencializem a produção.

Desse modo, a indústria se instalará na proximidade de um conjunto de condições materiais que terão peso estratégico para suas atividades: fontes de energia (rios, florestas etc.); de meios de transportes (rios e canais, portos, estradas de ferro, estradas de asfalto etc.); de matérias-primas (minerais etc.); e de reservas de mão-de-obra. Como tivemos ocasião de

mencionar na seção anterior, o trabalho de Gonçalves (2009) vai demonstrar como a escolha da localização geográfica da mineradora Braskem esteve pautada por todos esses critérios.

E aqui é importante ressaltar, como também já o fizemos, que além dessas condições materiais, o contexto sociopolítico e cultural, neste caso caracterizado por uma situação de profunda carência econômica, também precisa ser considerado no conjunto desses fatores. Em outros termos, o discurso do “afundamento do solo”, em sua circulação midiática, e em seu funcionamento e significação, silencia acerca das consequências disruptivas das promessas de “desenvolvimento/progresso”, datado da instalação da mineradora Braskem em Alagoas.

Um segundo aspecto a ser tratado nesta análise se refere aos modos da relação entre indústria e cidade. Essa relação histórica, acerca da qual o crime socioambiental da Braskem em Maceió comparece como excelente exemplo contemporâneo, é sistematicamente tensa, violenta, e ecologicamente degradante como toda relação de exploração. Para Lefebvre (2001), essas tensões estão presentes tanto na relação da indústria com as cidades antigas que ela encontra e se apossa, quanto nas realidades urbanas criadas pelo próprio capitalismo (guetos, subúrbios, divisões espaciais etc.). Esse autor vai usar um conjunto de metáforas bastante incisivas para se referir a essas relações. Desse modo, ele nos dirá:

lá onde preexistir uma rede de cidades antigas, a indústria a toma de assalto. Apodera-se da rede, remaneja-a segundo suas necessidades. Ela ataca também a Cidade (cada cidade), assalta-a, toma-a, assola-a, tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se destes. O que não impede a extensão do fenômeno urbano, cidades e aglomerações, cidades operárias, subúrbios (com a anexação de favelas lá onde a industrialização não consegue ocupar e fixar a mão-de-obra disponível). [...] Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial (Lefebvre, 2001, p. 16).

Mais adiante o mesmo autor reitera:

A indústria e o processo de industrialização assaltam e saqueiam a realidade urbana preexistente, até destruí-la pela prática e pela ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência. Conduzida segundo uma estratégia de classe, a industrialização se comporta como um poder *negativo* da realidade urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial (idem, p. 28) [grifo no original].

Para ampliar o conjunto de metáforas incisivas usadas por esse autor nos trechos acima citados, diríamos que a relação entre a indústria e a cidade (e com a natureza/terra!) é uma relação profundamente parasitária. Pensando especificamente em nosso objeto, ao naturalizar essa dinâmica do real, a ideologia da “informação” visa apagar os traços que fazem do extrativismo minerador não apenas uma atividade produtiva insustentável, mas também um tipo

de atividade produtiva parasitária e autoritária. As expressões metafóricas de Lefebvre sugerem que, de um modo geral, a indústria saqueie a natureza/terra e a cidade, servindo-se destas em função da produção indiscriminada de mais-valor, e pautada na apropriação privada de seus recursos naturais.

A história da mineração – como vimos desde suas formas pré-industriais no período colonial, até suas configurações atuais como a “indústria das indústrias” (ver seção 3) – é um exemplo muito convincente de como o saqueio arbitrário e autoritário de territórios e corpos é um *modus operandi* arraigado e sistemático inerente à agenda do capital. Portanto, a partir disso compreendemos que o enunciado “afundamento do solo”, tal como passou a circular nos meios de comunicação midiática de Alagoas, significa por meio do silenciamento de uma longa história de saqueios, de usurpações, de assaltos arbitrários e autoritários que caracterizam o *modus operandi* da grande indústria mineradora, e de como tudo isso se reproduz na história da Braskem em Maceió, de um modo particular. Mais resumidamente, poderíamos dizer que, neste caso, a ideologia dominante funciona pelo esquecimento da presença parasitária da Braskem em Alagoas.

O terceiro ponto desse momento de nossa análise tem a ver com a dimensão de classe que perpassa todo esse processo. Ainda em referência ao “assalto da cidade pela industrialização”, Lefebvre (2001, p. 21) nos diz que esse não é um processo “natural”, “sem intenções”, “sem vontades”. Pelo contrário, quando nos referimos à dinâmica industrial nas formações sociais sob a égide do capitalismo, estamos sempre nos referindo a processos onde interveem diretamente os interesses de classe, ou no mínimo de “frações de classe”, como afirmará esse autor. Já tivemos a oportunidade, neste trabalho, de confirmar a atualidade dos marcadores de classe como imprescindíveis para a compreensão de como funcionam nossas formações sociais na atualidade.

Queremos avançar, ainda nesta tese, acerca da discussão que situa os desafios ecológicos de nosso tempo no campo dos antagonismos de classe. Afinal, no caso da produção industrial a exploração do trabalho nunca existe sem a concomitante exploração da natureza/terra e da exaustão de seus recursos. Ao circular e produzir sentidos originados na formação discursiva das Geociências, o enunciado “afundamento do solo” silencia e apaga a dimensão do protagonismo de quem detém os meios de produção que tornaram possíveis o colapso das áreas destruídas pela mineração, e os muitos prejuízos produzidos para as populações ali residentes.

Em decorrência do que afirmamos, consideramos fundamental que o trabalho de análise que estamos propondo explicitamente como os antagonismos de classe estão na base do crime socioambiental da Braskem em Maceió. Para tanto, precisamos retomar os paralelismos que estabelecemos entre os modelos monocultor e minerador, a partir de suas presenças históricas em Alagoas. Naquele ponto de nossa discussão, tínhamos como objetivo central demonstrar, a partir de Marx (2017b), a generalização da violência como uma “potência econômica”, e o modo como essa violência estava presente nos dois modelos de produção em questão. Retomamos agora ao mesmo paralelismo com outro propósito, que é o de situar a apropriação privada e autoritária da natureza/terra como um gesto inerente à classe dominante. A apropriação privada da terra também é típica dos modelos monocultor e minerador, cujas consequências históricas temos tematizado.

É importante ratificar também que isso só é possível em função do funcionamento do complexo capital/Estado, como também discutimos na seção 3 deste trabalho. E aqui, nos referindo pontualmente ao modelo minerador, é preciso retomar um dado que discutimos muito vagamente na seção 3, e que é muito relevante para compreendermos a dinâmica de classe que estamos explicitando. Esse dado tem a ver com o fato de que a exploração de minérios no Brasil é uma prerrogativa do Estado, na qual a iniciativa privada participa apenas como concessão<sup>46</sup>.

O caso da Braskem em Alagoas tem a ver com a exploração estatal das jazidas de sal-gema a partir da segunda metade da década de 1970, e com a gradativa transferência dessa prerrogativa para o grande capital, sob os ventos do neoliberalismo nas décadas de 1990 e 2000. A nosso ver, essa cronologia tem a mais alta relevância, na medida em que ela indica como as mudanças macroeconômicas relacionadas com a consolidação do neoliberalismo no Sul Global foram tornando possível ao capital e às classes burguesas a apropriação de áreas consideradas “estratégicas” economicamente. O colapso do bloco socialista na União Soviética, como sabemos, gerou as bases para a ideologia do “fim da história” e para os movimentos de desapropriação por despossessão que fizeram as classes dominantes avançar para importantes setores anteriormente geridos pelo Estado. Estamos falando, portanto, dos avanços dos interesses da classe dominante em um determinado período histórico, com reflexos diretos na realidade socioeconômica alagoana.

---

<sup>46</sup> De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 176, “as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra” (Brasil, 1988).

Para a mineração em Alagoas, isso significou em termos concretos um clima de “liberdade produtiva”, em paralelo à frouxidão do papel regulador do Estado, que agora se reflete na exaustão dos biomas ecológicos explorados por quatro décadas. Consideramos que isso consiste no acirramento da apropriação privada da terra por uma determinada classe social, que tem em Alagoas um histórico progresso vinculado com a monocultura canavieira. Em decorrência do exposto afirmamos que o funcionamento da ideologia dominante, tal como a encontramos no trabalho da mídia alagoana sobre o crime socioambiental da Braskem em Maceió, apaga as determinações de classe aqui resumidas, colocando no lugar delas representações que significam esse acontecimento como pertencente ao campo dos fenômenos geológicos<sup>47</sup> e naturais.

## **5.2 A publicidade mineradora e seus rituais discursivo-ideológicos**

Como tivemos oportunidade de discutir na seção anterior, o clima instalado com a ascensão do neoliberalismo no Sul Global nas décadas de 1990 e 2000 produziu variados impactos administrativos no setor de mineração em todo o mundo. Dentre eles esteve a renovação do discurso sobre a mineração, agora afinado com a retórica da “sustentabilidade” que também passaria a ter grande impulso em amplos setores do capitalismo. Além da renovação das estratégias administrativas, sobretudo daquelas que dizem respeito ao fortalecimento de sua relação com o Estado, o setor de mineração não economizará investimentos na produção e na difusão social de significações acerca de si mesmo e de suas relações com as distintas formações sociais. Como veremos com as análises a seguir, o conceito de formações imaginárias (Pêcheux, 1997) é bastante fecundo quando se trata de interpretar essas dinâmicas.

A empreitada mineradora, nessa nova conjuntura sociopolítica e cultural que tem na “sustentabilidade” um valor produtivo dito absoluto, não se fará sem que haja intervenções poderosas no campo da produção de sentidos. Minerar sentidos passará a ser uma estratégia cada vez mais valorizada nesse campo. Examinando o contexto latino-americano em relação a esse debate, Aráoz (2020, p. 40-41) indicará que

A publicidade pró-mineração dos governos e das empresas inunda até a saturação o diversificado espaço semiótico de nossa época, com páginas inteiras de jornais e revistas, folhetos, programas na televisão e até emissoras de rádio próprias; logotipos de mineradoras em tantas obras públicas quantas

---

<sup>47</sup> “Fenômeno geológico” é outro termo-chave desse debate, fortemente presente nas enunciações da própria empresa Braskem, cujo funcionamento buscaremos analisar adiante.

estiverem em execução, de escolas a templos, passando por hortas, hospitais e rodovias.

Como se pode deduzir, a mídia, por sua ampla capacidade de difusão de “informações”, tem papel fundamental em toda essa dinâmica. Entretanto aqui, no lugar do jornalismo “informativo” que analisamos anteriormente, temos a publicidade, que no caso específico da mineração vai se apresentar sempre como um misto de “informação” e “propaganda”. A publicidade mineradora vai funcionar sempre como extensão das políticas internas de “responsabilidade social”, que, como também pudemos discutir na seção anterior, emerge como estratégia empresarial em amplos setores produtivos sob a batuta do neoliberalismo. Há na literatura especializada, especialmente no contexto latino-americano, inúmeros estudos de caso que visam compreender o funcionamento dessa nova maquinaria discursiva, seus objetivos e sua incidência sobre diferentes ambiências.

No estudo empreendido a partir do contexto argentino, Godfrid (2016) concluirá que as estratégias comunicacionais integram um relevante conjunto de políticas de “responsabilidade social”, com destaque, além da comunicação empresarial, para as prestações diretas de serviços comunitários pelas empresas mineradoras e para um suposto monitoramento participativo das comunidades em relação à gestão dos recursos naturais implicados na extração de minérios. Uma ressalva, contudo, se faz necessária. Essa dinâmica que aqui resumimos diz respeito à relação ordinária das empresas mineradoras com diferentes comunidades, em que não há necessidade de gestão de crises. Em situações de gestão de crises, como no caso da Braskem em Maceió, a publicidade mineradora inundará ainda mais o cotidiano reforçando significativamente sua participação na disputa por sentidos presente no corpo social.

Examinando o caso específico da Braskem em Maceió, Cavalcante (2020, p. 87) concluirá que

Na série histórica de acidentes, a máquina de propaganda e marketing da empresa [Braskem] sempre procurou adotar um padrão: a de amenizar os acontecimentos, propalar normalidade e reiterar a assistência prestada às vítimas. No cotidiano, uma equipe competente buscou relacionar-se intensamente com o mercado da comunicação, com investimento considerável em mídia.

Em acordo com as asseverações de Cavalcante acima mencionadas, também reconhecemos que a movimentação de sentidos, tal como a encontramos na publicidade mineradora em situações de crise, se faz por meio de uma tríade: (1) de sentidos vinculados com a “amenização” de acontecimentos; (2) de sentidos vinculados com a normalização de

certos eventos; (3) e de sentidos vinculados ao papel que a própria mineração exerce em certas formações sociais.

Essa mesma tríade discursiva, que Cavalcante apresenta como uma praxe histórica por parte da Braskem, nós encontraremos na publicidade produzida a partir do crime socioambiental de que estamos tratando nesta tese. Dentre a farta quantidade de objetos significantes e de fatos de linguagem à nossa disposição relacionados a este caso, decidimos realizar a análise de algumas sequências discursivas extraídas das peças publicitárias sob a alcunha *Braskem explica*, disponíveis na plataforma digital YouTube Brasil, em jornais impressos de circulação local, e exibidas de modo diário e intermitente em algumas estações de rádio alagoanas e nos dois maiores canais de TV aberta do estado.

As convulsões sociais desencadeadas a partir de 2018 nos territórios minerados pela Braskem em Maceió ensejaram uma grande movimentação de sentidos, e como afirmamos antes, uma acirrada disputa discursiva. Vale ressaltar mais uma vez que em formações sociais marcadas pela diversidade cultural e pela estratificação em classes sociais, há sempre discursos em disputa (Freire, 2021), proporcionando uma grande diversidade de assujeitamentos pela(s) ideologia(s). A mídia, como temos indicado, ocupa posições muito relevantes nesses processos todos, embora estejamos atentos à ressalva de Pêcheux (2014, p. 131) quando o mesmo nos adverte que a reprodução das condições de produção numa dada formação social é sempre operada “pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado que essa mesma formação social comporta” [grifo no original].

Antes de prosseguirmos com as análises das SD que aqui nos interessam, uma breve reflexão se faz oportuna. As peças publicitárias sob a alcunha *Braskem explica* devem ser situadas não apenas em referência às disputas discursivas fomentadas pelo crime socioambiental aqui abordado, mas também como expressão das próprias dissimetrias da luta de classes. Outra vez, é Pêcheux (2014) quem nos sugere a direção do argumento.

Em suas reflexões sobre as contradições próprias da reprodução/transformação das condições de produção, na terceira parte de *Semântica e discurso*, Pêcheux (2014, p. 134) afirmará que “a forma de contradição inerente à luta ideológica entre as duas classes antagonistas não é *simétrica*, no sentido em que cada uma tenderia a realizar, em proveito próprio, a mesma coisa que a outra” [grifo no original]. Em outros termos, há uma profunda desigualdade inerente aos recursos empregados no antagonismo entre as classes sociais, e a comunicação de mídia perfaz grande parte dessa desigualdade. Observemos como isso se

confirma quando analisamos a atuação da Braskem em referência aos sentidos produzidos acerca do crime socioambiental de 2018 em Maceió.

No caso em que analisamos, essa dissimetria se expressa na brutal desigualdade observada no modo como cada classe social produz e difunde significações. Como uma das maiores empresas mineradoras operando na América Latina, a Braskem pode dispor de amplos canais de comunicação de mídia como difusores intermitentes de suas enunciações. Além de toda a assessoria no campo da comunicação organizacional, esta empresa e outros grandes grupos ligados ao extrativismo minerador dispõem de recursos midiáticos suficientes para “saturar o diversificado espaço semiótico de nossa época”, como nos lembrava Aráoz (2020, *idem*). Dentre as posições-sujeito antagônicas, isto é, dentre aquelas cujas significações têm a ver com o sofrimento imposto pela mineração, se não vigora o silêncio, vigoram meios incomparavelmente limitados de produção e de difusão de sentidos<sup>48</sup>.

Desde a irrupção dos processos de desterritorialização nos bairros destruídos pela mineração em Maceió, a peça publicitária *Braskem explica* passaria a fazer parte da programação cotidiana de um conjunto de dispositivos de mídia local: em um site na internet<sup>49</sup>, em programas de rádio<sup>50</sup>, em um canal no YouTube<sup>51</sup>, em dois números de telefone para ligações gratuitas<sup>52</sup>, e nos dois principais canais de TV aberta de Alagoas<sup>53</sup>. Cada peça possui um minuto de duração, e consiste em material de natureza audiovisual cujo objetivo tem a ver com a divulgação das ações da Braskem nos territórios destruídos por sua atividade de mineração.

Os textos estão sempre acompanhados de imagens relacionadas às referidas ações, e versam sobre temáticas como a segurança pública das áreas destruídas, sobre questões relacionadas à infraestrutura, a cuidados sanitários em vias públicas e outras intervenções que estão previstas nos “acordos de cooperação” entre a Braskem e o estado alagoano, como

---

<sup>48</sup> Iremos dedicar a penúltima seção deste trabalho às derivas do discurso sobre a mineração em Alagoas. Para analisar esse (contra)discurso e sua heterogeneidade, tomaremos diferentes objetos significantes oriundos das manifestações populares dos moradores dos bairros destruídos pela Braskem, assim como objetos provenientes de produções artísticas audiovisuais.

<sup>49</sup> Na internet, o programa *Braskem explica* é descrito nos seguintes termos: “Campanha informativa para prestação de contas das ações da Braskem em jornais impressos, televisão, rádio e no WhatsApp”. O site pode ser encontrado no seguinte link: <https://www.braskem.com.br/alagoas>

<sup>50</sup> As duas principais estações de rádio FM que veiculam de modo diário e intermitentemente o *Braskem explica* são a Rádio Pajuçara e a Rádio Gazeta. Ambas representam os dois maiores complexos de comunicação midiática do estado.

<sup>51</sup> Cf. <https://www.youtube.com/@braskemexplica6967>

<sup>52</sup> 0800 006 3029 e 0800 954 1234

<sup>53</sup> Estamos nos referindo à TV Gazeta e à TV Pajuçara, repetidoras da TV Globo e da TV Record em Alagoas.

discutimos na seção anterior. As peças publicitárias com os diferentes temas acima resumidos são exibidas a cada uma hora nos dispositivos midiáticos acima sumarizados.

Diante dessas considerações, nosso entendimento é o de que dentre as condições de produção do discurso sobre a mineração industrial em Alagoas estão as alianças entre o capital minerador, a indústria da “informação” e o próprio Estado, tendo em vista que os canais de TV aberta, apesar de pertencerem a grupos privados, são concessões públicas. Essas considerações reforçam mais uma vez a ressalva de Pêcheux (2014) quanto ao papel do conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado na reprodução/transformação das condições de produção nas formações sociais conformadas pelo capitalismo. Desse modo, compreendemos que uma análise dos processos discursivos relacionados ao crime socioambiental da Braskem em Maceió não pode prescindir da descrição/interpretação das condições de produção aqui resumidas, que interpelam por meio do excesso e da saturação de significações que, como veremos, posicionam a Braskem de um modo muito peculiar no contexto desses embates.

Gostaríamos de iniciar nossas análises do funcionamento das formações imaginárias presentes no discurso da Braskem tomando o próprio título *Braskem explica* como uma sequência discursiva (SD 8), com o objetivo de dessuperficializá-la. E aqui, uma primeira questão se impõe: que posições-sujeito a Braskem ocupa no jogo de enunciações sob o mote “Braskem explica”?

Pelo enunciado *Braskem explica* (SD 8) temos a constituição de uma posição-sujeito dominada pela prerrogativa do “conhecimento” e do “saber”, afinal, quem explica sabe. Na projeção que faz acerca de si, esse sujeito de enunciação posiciona-se no lugar da “explicação”, que por efeito parafrástico, é o lugar do “saber”, do “conhecimento”, da “verdade”, logo, também do “ensino”, do “esclarecimento”, da “maestria” e da “pedagogia”, e porque não, da “adulterz”.

Como referenciamos na seção anterior, a dúvida, o desconhecimento e as incertezas estiveram presentes desde os primórdios do crime socioambiental aqui abordado. Inicialmente, tais dúvidas/desconhecimentos/incertezas estiveram centralizados na busca acerca da causalidade das subsidências nos bairros posteriormente destruídos. Com o transcorrer dos acontecimentos, outras dúvidas/desconhecimentos/incertezas somaram-se às anteriores, mas agora com assento nos destinos das comunidades violentadas, no futuro dos territórios espoliados, e nas consequências jurídicas relativas ao setor da mineração industrial em Alagoas.

Como formação imaginária, esse posição-sujeito busca superpor-se no domínio do sentido e do saber.

É animada por essa (auto)projeção que a respectiva posição-sujeito assumirá a prerrogativa de “informar” cotidiana e exaustivamente as(os) alagoanas(os) acerca das “ações da Braskem”. Dentre todo o material “informativo” posto em circulação pelo *Braskem explica*, encontramos alguns conteúdos alusivos à causalidade das subsidências nos bairros do Pinheiro, Bom Parto, Mutange Bebedouro e parte do bairro Farol. Essas enunciações estão pautadas pela (auto)projeção que posiciona esse sujeito de enunciação em um lugar de saber, neste caso, acerca das causalidades técnicas do problema.

Em sua versão textual na internet, o *Braskem explica* apresentará uma “linha do tempo” dos acontecimentos em torno dos bairros destruídos, e, identificando-se com a mesma formação discursiva provedora dos sentidos acerca do “afundamento do solo”, remeterá seus interlocutores a uma explicação causal nos termos de um “fenômeno geológico”. Examinemos a SD relacionada a esta questão:

**SD 9:**

*Fenômenos geológicos em Maceió. Em março, um tremor de terra é registrado em vários bairros de Maceió e, depois disso, são identificadas rachaduras nas casas e prédios do bairro do Pinheiro.*

A partir desse lugar de enunciação, como vemos na SD 9, temos uma interpretação acerca das causas da subsidência nos bairros maceioenses cujos sentidos têm a ver com “fenômenos geológicos”, isto é, com variáveis naturais, topográficas e geológicas ligadas aos processos de compactação da crosta terrestre e de suas camadas subterrâneas. Analisaremos mais abaixo o funcionamento desse discurso, mas antes gostaríamos de ratificar esse funcionamento em relação à formação imaginária que lhe subjaz. Pelo *Braskem explica*, ou seja, pela posição-sujeito que funciona a partir da prerrogativa do “saber”, do “conhecimento” e da “verdade”, à sociedade alagoana é “explicada” a raiz dos efeitos deletérios mais tarde precipitados sobre os territórios em questão. E a raiz desses efeitos, neste discurso, tem a ver com a natureza/terra, com o subsolo e com suas dinâmicas próprias.

De modo semelhante ao que afirmamos sobre o enunciado “afundamento do solo”, compreendemos que o enunciado “fenômeno geológico” também extrai seu sentido da FD que cognominamos de formação discursiva das Geociências. Por sua relação com a expressão “tremor de terra”, também presente na SD 9, o enunciado “fenômeno geológico” produz sentido

ao mobilizar no interdiscurso noções pré-construídas como as de “catástrofe natural”, “desastre”, “fatalidade”, do mesmo modo como ocorre com os sentidos mobilizados pelo enunciado “afundamento do solo”. Além da despolitização e da culpabilização da natureza/terra, que também identificamos como efeitos de sentido produzidos pelo enunciado “fenômeno geológico”, essa enunciação produz um efeito específico, que está diretamente relacionado à (auto)projeção que a Braskem faz de seu lugar na relação com a sociedade alagoana e com o crime socioambiental de que temos tratado.

Para compreendermos isso melhor, precisamos questionar: que silêncios estão contidos no enunciado “fenômeno geológico”? Esse questionamento está fundamentado na ideia de que em seu funcionamento discursivo, o sentido se produz não necessariamente pelo que é dito, mas pelos não-ditos, ou, se preferirmos, por formas específicas de silêncio. Conforme aponta Orlandi (2020, p. 81), “sabe-se por aí que, ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam”. Ainda sobre esse tipo de silêncio, esta autora insistirá: “consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz ‘x’, o não-dito ‘y’ permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de ‘x’” (id. *ibid.*).

Ao mobilizar o enunciado “fenômeno geológico” nessas circunstâncias específicas, o movimento de significação produzido pela ideologia dessa posição-sujeito está afirmando o caráter não-antrópico da causalidade das subsidências nos territórios em questão. Dito de um modo mais simples, diz-se “fenômeno geológico” (“x”) para silenciar e não dizer “causalidade antrópica” (“y”). Esse é um exemplo convincente acerca da natureza da função da ideologia, conforme assumida pela análise materialista de discurso.

Seu funcionamento e eficácia (da ideologia) não estão radicados na ocultação ou na falta, mas na positividade e na saturação de produções simbólicas orientadas em certas direções. Outra vez, conforme os rituais postos em movimento pela ideologia capitalista-mineradora, a natureza/terra será culpabilizada, enquanto as forças produtivas do capitalismo minerador serão isentadas de sua violência e insustentabilidade. E pelo mesmo movimento de significação a natureza/terra, vítima primeira da mineração, passará ao lugar de fonte produtora e raiz do problema.

Conforme Guilbert (2020), estaríamos aqui no campo do que este autor, inspirado nos trabalhos do sociólogo Erving Goffman, chamou de manipulação dos quadros primários. Guilbert explica que toda situação inédita e inabitual elicia certos modos de interpretação e de significação, sobretudo quando não existem referências prévias para a compreensão da

respectiva situação. Trata-se do imperativo da interpretação, acerca do qual escreveu Orlandi (2007b). Esses movimentos de significação recebem o nome de “quadros primários”, que, conforme Guilbert (2020, p. 82), são de dois tipos: “ou percebemos a situação como não tendo nem causa nem intenção humanas, ou analisamos a situação como sendo ‘conduzida’ socialmente ou como tendo uma origem humana”.

Ao colocar em circulação o enunciado “fenômeno geológico”, essa posição-sujeito está operando no campo da manipulação dos quadros primários, dando aos acontecimentos uma causalidade natural e sem intencionalidades humanas. Na discussão acerca dos quadros primários, Guilbert (2020, p. 83) ainda indica que “pode ser vantajoso e lucrativo deixar pairar a dúvida sobre o aspecto conduzido ou não de um acontecimento”.

Em outros termos, em situações específicas a manipulação dos quadros primários tem a ver não exatamente com o vaticínio conclusivo acerca da natureza de um acontecimento, mas com a dúvida acerca de sua causalidade. Os indicativos de que esse tipo de manipulação discursiva possa ser vantajosa e lucrativa, como indicado na citação acima, são absolutamente coerentes com a situação que estamos analisando, tendo em vista os enormes benefícios judiciais auferidos com esse discurso por parte da empresa Braskem.

Mas o enunciado “fenômeno geológico” não funciona apenas pelo não-dito que ele elicia, cujo efeito de sentido é a isenção do modelo minerador de qualquer responsabilidade acerca dos eventos em questão. Ele funciona também por sua relação com as formações imaginárias que presidem esse processo. Estamos afirmando isso porque conforme o *Braskem explica*, a Braskem não apenas “sabe”, como também “faz”. Repete-se no caso específico que temos analisado uma tendência que encontramos nas discursividades que a mineração coloca em circulação onde quer que aporte. Estas discursividades, em estreita relação com as formações imaginárias, têm a ver com a produção de sentidos que posicionam cada empresa mineradora no lugar de “benfeitora” das formações sociais, no lugar de “parceira do Estado”, e como vetor de “desenvolvimento/progresso”, sempre calculados em termos de rentabilidade monetária.

Na projeção que produz acerca de seu lugar em face da destruição dos cinco bairros maceioenses, como podemos encontrar no *Braskem explica*, essa posição-sujeito faz circular sentidos que colocam a Braskem em uma posição de desresponsabilização em relação à destruição dos territórios em questão. Mais que isso. Por meio das formações imaginárias subjacentes a esses processos discursivos, a Braskem passa a ser “parte da solução”. Vemos

esse discurso em seu funcionamento, por exemplo, na SD abaixo, também extraída do programa *Braskem explica*:

**SD 10:**

*Desde que o fenômeno geológico foi registrado em Maceió, a Braskem se colocou à disposição das autoridades na busca por soluções para as áreas afetadas. Coerente com seu compromisso histórico com Alagoas e as comunidades do seu entorno, a Braskem desenvolve iniciativas pela segurança e manutenção e cuidado das áreas de desocupação e monitoramento. Conheça quais são as ações em andamento (...).*

Na SD 10 temos a ratificação da desresponsabilização da empresa mineradora, uma vez que se faz menção a um “fenômeno geológico”. Mas com base na (auto)projeção própria dessa posição-sujeito, vai-se adiante pela afirmação de que “a Braskem se colocou à disposição das autoridades na busca por soluções para as áreas afetadas”. Como já indicamos, dessa posição-sujeito são produzidos sentidos que colocam a Braskem como parte da solução para as áreas destruídas e como parceira do Estado na construção e efetivação dessas soluções.

Nesse ponto, o movimento da ideologia dominante tem a ver com a produção e a circulação repetitiva dessas significações, operadas a partir de formações imaginárias em que o capitalismo extrativista assume feições paternalistas, como aquele que “sabe” e que “faz”. É importante ratificar que a repetição, característica marcante no funcionamento do *Braskem explica*, é um gesto de grande importância na produção de evidências. Dessa posição ideológica, portanto, a destruição dos territórios na cidade de Maceió surge como oportunidade pontual para que um discurso se repita: a natureza/terra é instável e perigosa, e o capitalismo é uma força progressista à serviço da sociedade.

No âmbito da descrição das formações imaginárias que presidem esses processos estão as projeções acerca do interlocutor, neste caso, as comunidades destruídas pela mineração em Maceió. Duas questões nos parecem mais importantes nesse quesito. Primeiro, nessas projeções as comunidades desterritorializadas são posicionadas em um lugar de não-saber, visto que a elas são endereçadas as “explicações” que encontramos no *Braskem explica*. A essas comunidades precisam ser “explicadas” a origem das subsidências, que, conforme a posição ideológica que descrevemos acima, têm a ver com quadros primários não-antrópicos.

Segundo, nessas mesmas projeções as comunidades violentadas são posicionadas como beneficiárias das “ações da Braskem”, resumidas na SD 10 como “iniciativas pela segurança e manutenção e cuidado das áreas de desocupação e monitoramento”. É o complexo dessas

“ações” de “benefício” às comunidades desterritorializadas que comporá a pauta de “informações” que cotidianamente passaram a circular nos principais meios de mídia locais.

É importante ratificar alguns elementos acerca dessa movimentação discursiva posta em circulação pela Braskem a partir do crime socioambiental que estamos abordando. Primeiro, ela é coerente com o discurso sobre a mineração industrial como o encontramos em outras ambiências geoespaciais, especialmente em situações de gestão de crises envolvendo acusações de crimes socioambientais. Em todas essas situações repetem-se a culpabilização da natureza/terra, a criminalização das forças de resistência à mineração, a desresponsabilização jurídica das empresas mineradoras, e a assunção, por parte da mineração, de prerrogativas que historicamente têm sido atribuídas ao Estado, especialmente aquelas vinculadas com os serviços reparatórios junto a comunidades em situação de urgência e de emergência. Como já sinalizamos anteriormente, o funcionamento dos discursos tem a ver não apenas com as disputas por interpelação, mas também com os rumos concretos dados aos conflitos no contexto da luta entre classes, e com a memória coletiva construída acerca deles.

### **5.3 O verbal e o não-verbal no discurso sobre a mineração**

Antes de finalizarmos nossas análises do discurso sobre a mineração, assim como esse passou a circular na mídia alagoana a partir de 2018, gostaríamos de tocar na questão que concerne aos desafios da análise de produções simbólicas não-verbais, no contexto da AD. Isso porque a multimodalidade é um dos traços mais marcantes da comunicação midiática, em que se imbricam diferentes formas de linguagem.

Os meios eletrônicos e digitais – poderosas formas de comunicação midiática na atualidade –, apesar de não terem inventado a multimodalidade, constituem-se como instrumentos por meio dos quais ela pode ser exacerbada. Como tivemos a oportunidade de exemplificar na seção anterior, para o setor de mineração esses meios têm sido fundamentais quando se trata da produção de sentidos acerca de seu próprio lugar no conjunto das distintas formações sociais, assim como para a circulação dos ideais de “sustentabilidade”, frequentemente presentes em sua publicidade.

De nossa parte, possuímos ao menos duas razões fundamentais para incluir análises de produções simbólicas não-verbais nesse trabalho. A primeira delas, de natureza material, tem a ver com o uso recorrente desse tipo de produção, como o encontramos nas práticas discursivas da Braskem, a partir de 2018 em Maceió. Para além dos conteúdos verbais aí presentes, encontra-se uma variedade significativa de materiais simbólicos onde elementos não-verbais

são preponderantes, e devem ser considerados como materialidades do mesmo discurso que estamos a analisar.

Dentre essas produções, acentuamos a importância da imagem e da cor, enquanto dispositivos de significação (Marques, 2018). Concretamente, estamos fazendo referência à porção de nosso *corpus* composta por panfletos, por fotos diversas, por peças audiovisuais e pelo uso deliberado da cor verde. Fizemos, em outro lugar (Nascimento; Silva Sobrinho, 2022), a análise de parte desse material, que agora retomamos com vistas a situá-lo no conjunto das análises das produções midiáticas da Braskem em Alagoas.

A segunda razão para essa inclusão, de natureza teórica, tem a ver com a importância que o não-verbal possui para a própria AD. Já na década de 1980 Courtine (2006) apresentou o conceito de intericonicidade, em face do que ele chamou de “metamorfoses do discurso político”. Tratava-se, àquela época, de proposição de renovação dos dispositivos analíticos em AD, até então centralizados em materiais textuais, majoritariamente oriundos dos discursos dos partidos de esquerda franceses. O conceito de intericonicidade leva em consideração a heterogeneidade empírica dos discursos, e tenta compreender as propriedades específicas do imagético. Dentre elas, destacamos o fato de que toda imagem é produtora de um eco, quando evocada ou simplesmente imaginada. Além disso, conforme Courtine (2006), imagens podem ser usadas para apagar outras imagens, que veremos nas análises que se seguem.

Seguindo essa linha, de acordo com Orlandi (1995), quando pensada no contexto geral da Linguística, à AD deve-se atribuir o mérito de restituir ao fato de linguagem sua complexidade e sua multiplicidade. Essa autora parte da crítica aos paradigmas que dão precedência ao verbal, dando a este primazia sobre o não-verbal, ou, ainda, produzindo uma sobredeterminação do verbal em relação ao não-verbal. “Todo processo de produção de sentidos”, diz Orlandi (1995, p. 35), “se constitui em uma materialidade que lhe é própria”. Mais adiante, a autora seguirá a mesma discussão sugerindo que

O sentido tem uma matéria própria, ou melhor, ele precisa de uma matéria específica para significar. Ele não significa de qualquer maneira. Entre as determinações – as condições de produção de qualquer discurso – está a da própria matéria simbólica: o signo verbal, o traço, a sonoridade, a imagem etc. e sua consistência significativa. Não são transparentes em sua matéria, não são redutíveis ao verbal, embora sejam intercambiáveis, sob certas condições. Quando isso se faz, produz-se uma paráfrase (Orlandi, 1995, p. 39).

Assim como haveria uma necessidade do sentido que só significaria pelo silêncio (Orlandi, 2007), há necessidades de sentido que só podem significar por meio de formas de

linguagem não-verbais. É desse modo que Orlandi (idem, p. 40) conclui que “a significação é um movimento, um trabalho na história e as diferentes linguagens com suas diferentes matérias significantes são parte constitutivas dessa história”. Estamos no terreno da incompletude das linguagens e do “não fechamento do simbólico” (id. *ibid.*). O processo de significação, enquanto imperativo histórico, só se torna possível justamente porque os sujeitos dispõem sempre de um conjunto heterogêneo de linguagens.

Refletindo ainda nas razões teóricas para a inclusão da análise de produções não-verbais nessa tese, apoiamos-nos, em conformidade com Souza (1998) e com Marques (2018), na possibilidade concreta de alargar o domínio dos objetos de análise em AD. Esse alargamento, por sua vez, não consiste em um mero capricho quantitativo, mas deve estar radicado na possibilidade de compreensão efetiva das relações entre o verbal e o não-verbal, e como ambos se coadunam reciprocamente na produção de sentidos específicos.

Conforme Marques (2018), nesse tocante a(o) analista de discurso se vê diante de duas tarefas: a de reconhecer a heterogeneidade da substância fônica dos discursos (escrita, imagem, cor etc.), e a de reconhecer a que lugares sócio-históricos elas se vinculam com o intuito de atribuir-lhes sentido. Na mesma linha de Orlandi (1995), também esse autor reconhece que “há sentidos que só significam quando o suporte do discurso é o não-verbal” (Marques, 2018, p. 131).

A comunicação de mídia posta em circulação pela Braskem, relacionada aos seus posicionamentos em face do crime socioambiental que estamos discutindo, vai seguir fielmente essas tendências, produzindo significações não somente por meios de argumentos textuais. Essas discursividades mobilizarão um repertório considerável de imagens, de cenas fotográficas, de cores e de visualidades em que elementos específicos de seu discurso serão postos em circulação.

Não obstante, em consonância com o que pontuamos até aqui, concluímos que há uma materialidade significativa no não-verbal em sua dimensão discursiva. Os gestos de interpretação/análise a serem produzidos acerca dessas produções simbólicas, entretanto, exigem rigor por parte da(o) analista, uma vez que é necessário pressupor, como nos lembra Souza (1998), a relação dessas produções com a cultura, com o social, com o histórico, ou, ainda, com a formação social específica de onde elas procedem. Para Souza (1998, p. 9) “a interpretação do texto não-verbal se efetiva, então, por esse efeito de sentidos que se institui

entre o olhar, a imagem e a possibilidade do recorte, a partir das formações sociais em que se inscreve tanto o sujeito-autor do texto não-verbal, quanto o sujeito-espectador”.

Tivemos a oportunidade, na terceira seção desta tese, de discutir a dimensão de conflitividade como um elemento recorrente na história da mineração na América Latina, de um modo geral, e no Brasil, em particular. Como nos mostrou Aráoz (2020) de um modo muito convincente, o tipo de produtividade industrial própria do modelo minerador, ao se apropriar de amplos recursos naturais como a terra, os rios, as florestas, o subsolo dos espaços urbanos etc., sempre suscita uma série de impactos socioambientais produzindo vítimas na natureza e nas sociedades humanas. Daí o recorrente histórico de conflitos, onde o poder do capital (em sua parceria com o Estado) impõe enorme sofrimento coletivo. Discutiremos um pouco na seção 6 desse trabalho como essa dinâmica suscita a revolta e a resistência de setores específicos em nossas formações sociais, pensando especialmente no caso alagoano.

Isso posto, afirmamos desde já que os materiais que analisaremos aqui são parte do modo como o discurso sobre a mineração significa a relação direta entre a Braskem e as comunidades violentadas por suas atividades em Maceió a partir de 2018. Como poderemos ver adiante, por meio de um conjunto de imagens fotográficas e de produções audiovisuais, o sujeito enunciador Braskem faz circular sentidos que jogam com a ideia de ausência de conflitividade junto às comunidades destruídas, de “harmonia” nas negociações e de “acordo” no que concerne às “compensações financeiras” oferecidas a essas mesmas comunidades. O que vigora aqui, enquanto funcionamento da ideologia dominante, é o apagamento dos antagonismos concretos entre a classe dominante e a classe trabalhadora em Alagoas.

Tomemos uma primeira produção simbólica de natureza multimodal (SD 11), pertencente ao site *Braskem explica*, em que as imagens exercem importante função discursiva:

**Figura 6** – Entenda como a Braskem faz a compensação financeira dos moradores das áreas de risco

**INFORME PUBLICITÁRIO**  
**PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E APOIO À REALOCAÇÃO**

## Entenda como a Braskem faz a **COMPENSAÇÃO FINANCEIRA** dos moradores das áreas de risco

Os moradores atendidos no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação contam com **assistência durante todas as etapas** e com a garantia do Termo de Acordo assinado entre a Braskem e as autoridades. **Profissionais especializados** ajudam a reunir os documentos necessários, abrir uma conta bancária, fazer a mudança, encontrar abrigo para os animais ou uma casa temporária para a família, e ainda oferecem apoio psicológico. Mas como a Braskem calcula e paga as indenizações a esses moradores? É bem simples de entender:

**O ATENDIMENTO**  
 Depois de fazer a avaliação junto à Braskem e desocupar sua moradia na área de risco, o morador entra em contato com o **Fluxo de compensação**, apoiado por profissionais que o auxiliam e permanentemente acompanhado pelas autoridades. Nessa etapa, ele conta com um **Facilitador** do Programa para reunir todos os documentos de que vai precisar e tomar outras providências que vão **agilizar seu atendimento**.

O morador também é acompanhado por um **advogado** que ele mesmo escolhe, ou por um **defensor público**, durante todo o fluxo de compensação. A Braskem paga os honorários do advogado.\*

**OS DOCUMENTOS**  
 Quando os documentos **de imóvel e de toda a família** chegarem para o equipe do Programa, começa a análise que vai ser usada na **avaliação**. Esta etapa é fundamental porque documenta o imóvel que incorpora para causar danos no caso. Por isso mesmo é que o **Facilitador** dedicado pelo equipe do Programa continua acompanhando o morador, e fica à disposição todo o tempo para orientar e auxiliar qualquer dúvida.

Para chegar ao **valor de compensação financeira**, são levados em conta o **benefício** econômico e simbólico, além da **localização, área construída e tamanho do terreno**. Na avaliação, são calculados os valores de mercado.

**A PROPOSTA FINANCEIRA**  
 Toda avaliação chega ao momento do **propósito de compensação financeira**. Todo o histórico da família é considerado para **cada caso é tratado de maneira única**. A apresentação é feita numa reunião entre o morador, seu advogado ou defensor público, o facilitador que o atende durante todo o fluxo de compensação e um representante legal da Braskem. Nessa reunião, o morador pode tirar todas as dúvidas e até mesmo pedir um tempo para pensar. Mas, se o morador optar pelo Fluxo simplificado, recebe a proposta por e-mail e não precisa de reunião.

**A aceitação das propostas chega a 99,9%**, mostrando que elas têm sido **consideradas justas e adequadas**.

Uma vez aceita a proposta, as partes assinam o **Termo de Realocação**, que segue para homologação da Justiça. E em até 5 dias úteis após a homologação, que dá ainda mais segurança de todo o processo ao morador e sua família, os valores são pagos.

A partir do momento em que a toda a documentação é completa, o pagamento da indenização leva **em torno de 60 dias**.

**OS NÚMEROS**  
 Até o final de janeiro, cerca de **4.000 propostas financeiras** já foram aceitas para os moradores das áreas de Risco de Inundação, Relevo e Escorregadia.

Os benefícios do atendimento, das propostas e de tudo que diz respeito ao Programa são compartilhados de perto pelas autoridades\* que fazem parte do acordo com a Braskem, para apoiar a realocação das famílias nos bairros de Maceió afetados pela movimentação do solo.

\* Autorizada pelo Ministério e pelo Defensoria Pública de Alagoas, Defensoria Pública do Estado, Ministério Público do Estado de Alagoas e Ministério Público Federal.

\* Receber os fluxos de indenização segue o cronograma em até 60 dias.

Figuras das Fotos acima: Fotos feitas através de câmeras de segurança para o controle e prevenção da Covid-19



**Braskem**

Fonte: Portal Braskem explica

Nesta SD, extraída dos materiais midiáticos produzidos pela Braskem com a finalidade de ampla circulação, temos uma composição entre o verbal e não-verbal, em que vigora a temática das “compensações financeiras” e da efetivação dos “acordos”, descritos na seção anterior, entre a empresa mineradora e as populações desterritorializadas. Reconhecemos aqui três elementos principais funcionando de modo articulado nessa produção simbólica (multimodalidade): a) as significações sustentadas pelo verbal – neste caso, a “explicação” textual da efetivação das “compensações financeiras”; b) a utilização da cor verde como um dispositivo de significação, presente na apresentação do *layout*, do texto escrito e dos ícones presentes no material; c) e o jogo de imagens fotográficas posicionado à direita. Em conjunto, esses elementos simbólicos põem em circulação significações específicas, que, como veremos, negam a dimensão de conflitividade ensejada pelo crime socioambiental em questão.

Como dedicaremos o último tópico desta seção especificamente à análise do uso da cor como um dispositivo de significação, concentremos nossa atenção, por hora, nas imagens fotográficas aqui presentes. Dois tipos de imagens fotográficas chamam a atenção na SD 11: a imagem aérea e panorâmica de parte da cidade de Maceió, e as imagens de reuniões entre funcionários da empresa Braskem e moradores(es) dos bairros destruídos pela mineração. As imagens panorâmicas e distantes de Maceió são bastante recorrentes nos materiais de mídia produzidos pela Braskem, se apresentando como alternativas às imagens mais próximas e

específicas das regiões destruídas<sup>54</sup>. Enquanto funcionamento discursivo, reconhecemos aqui o que foi sugerido por Courtine (2006), em sua reflexão acerca de como imagens são produzidas para negar outras imagens. Ao discurso sobre a mineração interessa, portanto, o geral, que aqui funciona como forma de apagamento das dimensões atomísticas<sup>55</sup> do sofrimento coletivo.

Em segundo plano encontramos as imagens de reuniões entre os funcionários da Braskem e as(os) moradoras(es) das áreas destruídas. Em conjunto com os elementos verbais presentes na SD 12, essas imagens falam da efetivação das “compensações financeiras” junto às comunidades. Por seu funcionamento discursivo, as imagens aqui eliciadas colocam em circulação a confirmação de que há “acordo” efetivo sendo cumprido entre empresa e comunidades.

Outra vez, também aqui as imagens funcionam para negar outras imagens, uma vez que no decorrer das negociações deste caso ocorreu um conjunto de protestos, inclusive nas proximidades das instalações do complexo industrial da Braskem, como expressão do desacordo entre as comunidades violentadas e a empresa mineradora<sup>56</sup>. Nesse discurso, portanto, não há conflitos ou antagonismos decorrentes da destruição dos bairros maceioenses. Como parte da totalidade dessas discursividades, as produções simbólicas aqui analisadas fazem circular a ideia de que, em face de um evento natural (geológico), a mineração assume a parceria junto ao Estado no “auxílio” às comunidades em sofrimento.

Para utilizar as categorias próprias do materialismo histórico-dialético, relacionando-as ao caso que temos analisado, concluímos que é parte fundamental do movimento da ideologia se não o apagamento total dos antagonismos de classe, ao menos sua simplificação. Marx e Engels já haviam chamado a atenção no *Manifesto comunista* para uma “simplificação dos antagonismos de classe” (Marx; Engels, 2005, p. 40), como uma estratégia de luta própria das sociedades burguesas. Em lugar de abolir os antagonismos de classe, o que a sociedade burguesa moderna teria feito, segundo esses autores (id. *ibid*), foi “estabelecer novas condições

---

<sup>54</sup> Na seção seguinte faremos um contraponto disso em relação ao modo como as imagens das áreas destruídas foram produzidas pelo documentário *A Braskem passou por aqui: a catástrofe de Maceió*. Nessa produção audiovisual, no lugar de imagens panorâmicas e distantes, vigoram as imagens produzidas em solo, no interior das edificações destruídas, configurando, conforme nossas análises, outras formas de interpelação.

<sup>55</sup> Não queremos, com isso, minimizar a dimensão de sofrimento imposto às populações violentadas pela mineração em Maceió. A expressão “dimensões atomísticas” utilizada aqui tem valor metafórico, em referência aos casos individuais de sofrimento e de dor relativas ao processo de desterritorialização das áreas destruídas.

<sup>56</sup> Dentre os inúmeros protestos que poderiam ser citados, organizados por diferentes coletivos da sociedade civil em Maceió contra as cláusulas dos “acordos” consagrados entre a Braskem e o Estado, destacamos as mobilizações do dia 03 de dezembro de 2021 em frente ao complexo industrial da mineradora, reunindo movimentos sociais do campo, lideranças comunitárias, sindicais e religiosas, além da significativa presença de vítimas das áreas destruídas.

de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado”. A nosso ver, precisamos reconhecer que as atuais possibilidades tecnológicas oportunizadas pelo mercado da comunicação, inexistentes no século XIX, são um componente poderoso à disposição do capital. Elas compõem as “novas condições de opressão e as novas formas de luta”, em que o sentido e a ideologia continuam a ser preponderantes.

Em sua discussão sobre a relevância do pensamento de Althusser para a compreensão da luta de classes na atualidade, Silva Sobrinho (2017, p. 35) toca nessa questão afirmando que

Tomar essas afirmações sobre a luta de classes traz consequências teóricas e práticas importantes, uma vez que consideramos haver uma tendência (ideológica) ao apagamento e esquecimento das lutas de classes nas práticas cotidianas da conjuntura histórica atual. Essa temática nos exige uma atenção especial, justamente porque intervir na teoria e na prática política é colocar-se na contramão da perspectiva dominante que lança determinados sentidos e “explica” a realidade histórica como se não houvesse mais classes sociais, muito menos conflitos, lutas ou alguma perspectiva revolucionária.

Um pouco mais adiante esse autor reitera:

As relações econômicas não são meras relações entre sujeitos tecnicamente divididos por suas formações e qualificações, e os sujeitos não são indivíduos “cidadãos abstratos”, mas sujeitos de classes, agentes na produção e nas lutas sociais. Por tudo isso, retomamos Althusser para reafirmar o cuidado na leitura dos acontecimentos, pois as lutas não surgiram antes das classes, nem as classes antes das lutas. Classes e lutas surgiram juntas (idem, p. 47).

A referência a Althusser, nesta última citação, acrescenta a esta análise elementos muito relevantes, uma vez que este filósofo marxista nos apresentou apontamentos importantes para pensar na perenidade e nas novas configurações da luta de classes. Dentre esses elementos, talvez o principal tenha a ver com a advertência althusseriana de que não existem produção, distribuição e circulação econômicas “puras”, isto é, que não ocorram sob determinadas relações sociais, que são relações tácitas de exploração (Althusser, 1983). Neste sentido, haverá sempre uma estrutura social de classes onde a produção econômica se organizar em torno da exploração do trabalho, e, acrescentaríamos, em torno da exploração privada da natureza/terra com fins mercadológicos.

Ao considerar que essa dinâmica discursiva produz como efeito de sentido a simplificação dos antagonismos de classe, estamos nos filiando às perspectivas mais recentes que, a partir da tradição do marxismo, buscam refletir sobre a atualidade dessas lutas e sobre a natureza do proletariado. Harvey (2014), por exemplo, nos chama a atenção para o fato de que tanto a esquerda tradicional quanto certos setores acadêmicos persistem na identificação

reducionista do proletariado com a classe trabalhadora industrial. Desse modo, a luta de classes teria a ver propriamente com um lugar de trabalho (a fábrica), isto é, com um dos locais onde se dá a produção de mais-valor.

É preciso entender, segundo Harvey (2014, p. 230), “que a dinâmica da exploração de classe não se restringe ao local de trabalho”. A cidade como um todo pode ser palco de tal exploração, na medida em que a cidade, para além dos centros industriais, também produz valor. Harvey (2014) mencionará uma série de setores que compõem o fluxo da produção de mais-valor, sendo nevrálgicos para o funcionamento do capitalismo, tais como o de transportes, os de manutenção e consertos, dentre outros. Dessa forma, conclui este autor, “quando ampliamos a lente para melhor observar o meio social em que se dá a luta, altera-se a percepção da natureza do proletariado e de quais poderiam ser suas aspirações e estratégias operacionais” (Harvey, 2014, p. 238).

O discurso da Braskem simplifica esses antagonismos por colocar em circulação sentidos de assistencialismo e de tutela em relação às populações violentadas por sua mineração. Essas produções simbólicas significam também pelo silêncio acerca do protagonismo da própria classe trabalhadora, alguns dos quais analisaremos na penúltima seção. Nesse sentido, os significantes “acordos de cooperação” e “compensação financeira” funcionam a partir de concepção de estabilidade entre as diferentes classes em disputa. Nesse discurso, os prejuízos gerais decorrentes do crime socioambiental em questão (sumarizados na seção anterior), em lugar de serem disputados no campo da luta de classes, são tendenciosamente “negociados” pacífica e harmoniosamente entre a mineração e as comunidades desterritorializadas.

Examinemos ainda outra produção simbólica de teor semelhante (SD 12), para ver o funcionamento do mesmo discurso, cujo efeito de sentido tem relação com a simplificação dos antagonismos de classes implicados na situação:

**Figura 7** – Central do Morador



Fonte: Portal *Braskem explica*

Na SD 12 encontramos o mesmo conjunto articulado de elementos simbólicos que descrevemos em relação à SD anterior, desta vez dominados pela temática do funcionamento da “Central do Morador”. Funcionam aí, novamente, as “explicações” textuais, o uso da cor verde como um dispositivo de significação e o uso de imagens fotográficas, pondo em circulação sentidos associados à negociação, ao diálogo, e, especialmente, à ideia de efetivação dos “acordos de cooperação” entre a empresa Braskem e os moradores desterritorializados por sua mineração. Outra vez, em lugar dos antagonismos, das dissonâncias e dos conflitos, circulam sentidos de concordata, de alinhamento e de pacificação.

A SD 12 acrescenta a essas significações a alusão a uma “Central do Morador”, que neste discurso configura-se como um complexo de “serviços colocados à disposição das comunidades” para a efetivação do “Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação”. Tais “serviços”, como descritos nesta SD, vão desde salas para atendimentos individuais, passando pela oferta de atenção psicossocial, jurídica e assistencial. Nesse ponto de nossas análises compete refletir que se os próprios sindicatos trabalhistas são arrolados por Althusser (1980) e por Pêcheux (2014) como pertencentes ao complexo dos AIE, por funcionarem como “mediadores do diálogo” entre a classe burguesa e os trabalhadores, no discurso em tela o que está em questão é o caráter não mediado, consensual e pacífico dessa relação.

Pela SD 12 e pela utilização repetitiva de outras produções não-verbais de caráter midiático, o discurso sobre a mineração trabalha na construção da evidência acerca do caráter altruísta e socialmente responsável desse setor produtivo. O extrativismo minerador “serve aos

moradores”, “assiste às comunidades”, “socorre as populações atingidas pelo fenômeno geológico”, “compensa às famílias”. Como parte de seu “compromisso histórico com Alagoas”, o extrativismo minerador manifesta sua face “progressista”, colocando à disposição da classe trabalhadora estruturas de intervenção que possibilitam a resolução pacífica dos conflitos, assim como a restituição dos danos causados por sua atividade produtiva. Para recordar uma citação de Dom Helder Câmara, faz-se aqui – por meio de um sofisticado mecanismo de produção e de circulação de sentidos – a “paz dos pântanos”, isto é, “a paz enganadora que esconde injustiças e podridão”.

Queremos finalizar nossas análises sobre o funcionamento do discurso sobre a mineração nas mídias alagoanas dando alguma atenção ao que já temos chamado, em diálogo com as reflexões de Marques (2018), de uso da cor como um dispositivo de significação. Como afirmamos anteriormente, já realizamos em outro o lugar a análise de produções não-verbais ligadas à comunicação de mídia da Braskem (Nascimento; Silva Sobrinho, 2022), em que exploramos as especificidades do uso da cor verde como um importante dispositivo de significações, por meio do qual aspectos importantes do discurso sobre a mineração são postos em circulação. Ratificamos a crítica que ali fizemos à ilusão de transparência desses materiais, assim como a uma suposta aleatoriedade na escolha da cor verde.

Em lugar menosprezar o potencial de significação desse tipo de produção simbólica, ou de situar-lhe no campo do fortuito, do acaso ou do aleatório, gostaríamos de atravessar sua opacidade e aprofundar sua dessuperficialização, por considerar que sua utilização faz circular dimensões muito próprias do discurso sobre a mineração, tendo como referência a situação concreta que nos interessa. Afinal, esse tipo de análise não pode prescindir de seu enquadramento em relação às formações sociais em que se inscrevem o sujeito-autor da produção simbólica não-verbal, e o sujeito-espectador, como vimos com a indicação de Souza (1998). Estamos tratando de um crime socioambiental de grandes proporções. Nessas situações, as questões específicas de teor ecológico acabam sendo grandemente mobilizadas.

Isso posto, queremos trabalhar com a ideia de que, em determinadas situações, a cor funciona como um dispositivo de significação por sua filiação a certas formações ideológicas. Do mesmo como “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe ‘em si mesmo’, [...] mas existe em referência às *formações ideológicas*” (Pêcheux, 2014, p. 146-147) [grifo no original], o uso da cor segue a mesma dinâmica em certas situações empíricas. Assim como “não existe uma relação transparente de literalidade do significante” (id. *ibid*) em relação ao uso das palavras, também não existe essa relação no uso da cor. Não

significando em relações de literalidade e fixidez, a cor significa ideologicamente. Analisar sua utilização e funcionamento é um dos caminhos para a compreensão do movimento da ideologia, quando pensamos no crime socioambiental que nos ocupa.

Orlandi (2020) tratou ligeiramente dessa questão específica, ao trabalhar com o conhecido exemplo da análise do enunciado “vote sem medo”, posto em circulação em uma situação de eleições em um *campus* universitário por meio de uma faixa preta com largas letras brancas. O preto da faixa, segundo a autora, carrega uma memória: “se a observarmos do ponto de vista da cromatografia política, o negro tem sido a cor do fascismo, dos conservadores, da ‘direita’ em sua expressão política” (Orlandi, 2020, p. 27). Sob os mesmos pressupostos teóricos a autora nos indica também que “a cor vermelha está ligada historicamente a posições revolucionárias, transformadoras” (id. *ibid*). Ou seja, quando utilizada em determinadas situações, a cor significa a partir de sua filiação a determinadas memórias, em referência às diferentes posições ideológicas em disputa<sup>57</sup>.

Antes de operarmos a remissão do uso da cor verde presente nos materiais midiáticos da Braskem à sua respectiva formação ideológica, examinemos sua utilização concreta. A cor verde irá dominar os materiais midiático/visuais da Braskem, alusivos ao crime socioambiental que estamos abordando. Produz-se, assim, uma forma de efeito de ubiquidade, tendo em vista a padronização cromática de todas as peças midiático/visuais que a Braskem mobilizará nesta situação específica. Desse modo, o verde prevalecerá na apresentação do *layout* de sites na internet, no *layout* de panfletos virtuais (nos títulos de textos, nos ícones e molduras utilizadas etc.), nas vinhetas das peças audiovisuais do *Braskem explica*, e até na fachada dos departamentos da empresa e na roupa dos apresentadores dos conteúdos em questão. Exemplifiquemos inicialmente essa ubiquidade pela exposição do seguinte material (SD 13):

**Figura 8 – Atualização Maceió**

---

<sup>57</sup> A atualidade da vida política brasileira tem oferecido à AD fartas possibilidades de se trabalhar nessa esteira. Um dos exemplos mais interessantes, a nosso ver, se encontra no enunciado “nossa bandeira jamais será vermelha”.

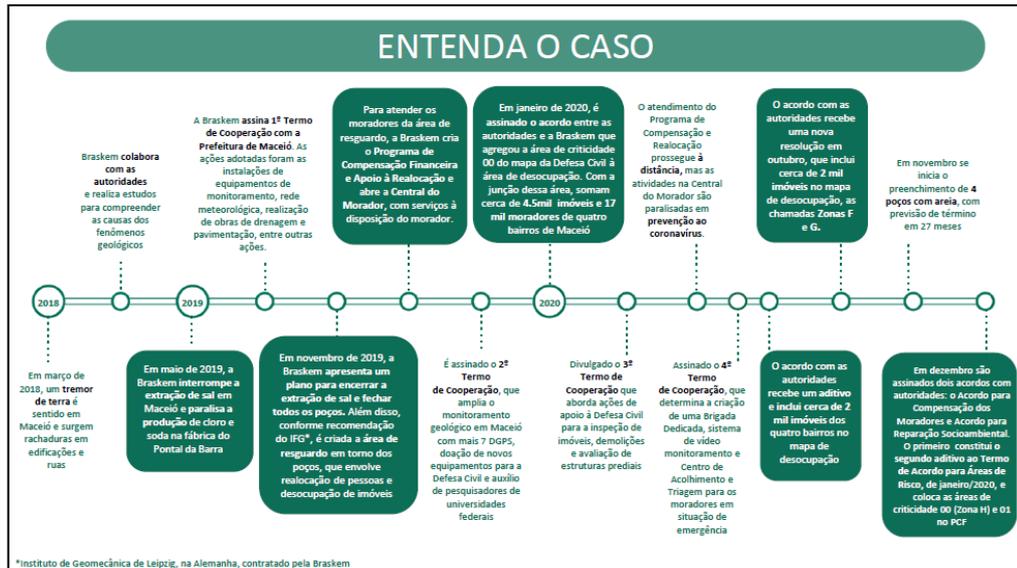


Fonte: Portal *Braskem explica*

Na SD 13 encontramos a capa de um panfleto disponível na internet, e com a finalidade de circulação ampla, intitulado “Atualização Maceió”. Seu objetivo está atrelado às intenções de “informar” a sociedade maceioense acerca dos desdobramentos do colapso geoespacial dos bairros destruídos pela mineração, dar detalhes sobre a desocupação desses territórios, e expor os andamentos da execução dos “acordos” firmados entre a Braskem e os órgãos públicos que em Alagoas tem mediado as condições jurídicas deste caso. No plano principal, encontramos uma imagem aérea da cidade de Maceió, recoberta por um recurso gráfico que faz a cor verde dominar a composição.

Observemos ainda outro exemplo (SD 14):

**Figura 9** – Entenda o caso



Fonte: Portal *Braskem explica*

Na SD 14, por sua vez, encontramos uma produção simbólica intitulada “Entenda o caso”, que tem o objetivo de oferecer a seus interlocutores uma cronologia dos acontecimentos em torno do que temos qualificado como o crime socioambiental da Braskem em Maceió. Embora nosso intuito de momento seja analisar o funcionamento da cor como um dispositivo de significação, consideramos oportuno apontar para as especificidades presentes no modo como a partir desta posição-sujeito esses acontecimentos são situados cronologicamente.

Como se nota, nessa construção simbólica, a gênese temporal dos acontecimentos está situada em 2018, ano em que “um tremor de terra é sentido em Maceió e surgem rachaduras em edificações e ruas”. Outra vez, o discurso sobre a mineração se sustenta no silêncio acerca das relações históricas entre industrialização e urbanização, para situar a origem dos efeitos deletérios sobre os bairros maceioenses dentro de marcos temporais precisos, culpabilizando a natureza/terra. Também nesta SD a cor verde predomina, desta vez na composição de todo *layout*: na moldura do título, na cor do texto verbal, nos itens gráficos para a demarcação das balizas temporais, e nas molduras que cercam a descrição de algumas etapas do processo.

Examinemos ainda como a cor verde será dominante das peças publicitárias audiovisuais do *Braskem explica*, produzidas para serem especialmente veiculadas na TV aberta e na plataforma digital YouTube (SD 15):

Figura 10 – Entenda as ações da Braskem em Maceió



Fonte: Programa *Braskem explica* (YouTube e TV aberta)

Também nessas produções simbólicas, aqui representadas na SD 15, reproduz-se o efeito de ubiquidade em que a cor verde é dominante. Como se pode notar na imagem acima, o verde está presente desde a edição do plano de fundo visual (*chroma key*), até a própria roupa dos apresentadores. Do mesmo modo como o encontramos em outras produções simbólicas com fins midiáticos postas em circulação pelo *Braskem explica* (a exemplo da SD 14), outros componentes gráficos como *layouts*, molduras, textos verbais, ícones etc., também serão dominados pela cor verde nas peças publicitárias representadas pela SD 15. Reconhecer o caráter programático dessas produções publicitárias, em que o verde comparece sob o efeito de ubiquidade, não nos exime de questionar acerca de como o esquecimento e o inconsciente estão presentes na constituição dessas discursividades.

Desse modo, buscamos aqui aprofundar as reflexões que fizemos anteriormente (Nascimento; Silva Sobrinho, 2022), onde remetemos essas discursividades não-verbais a uma formação discursiva que chamamos de **formação discursiva ecocapitalista** (ou da economia verde). Conforme Nascimento e Silva Sobrinho (2022, p. 21), “é a partir de sua inscrição nessa mesma FD que a cor verde funciona produzindo efeitos de sentido específicos, simulando vínculos com as noções de preocupação com o meio ambiente, com a saúde dos ecossistemas e com a preocupação com as reservas naturais do planeta”. Enquanto parte do caráter multimodal da comunicação midiática da Braskem, situada no presente quadro de referência sócio-histórica, o verde em questão busca colocar em circulação sentidos vinculados com as ideias de “sensibilidade ecológica” e de “sustentabilidade”.

Para descrever o percurso de constituição histórica dessa FD, afim de compreendermos o funcionamento discursivo das produções não-verbais aqui mencionadas, precisamos recuar à década de 1980, onde o conceito de “desenvolvimento sustentável” passará a ocupar a atenção dos centros hegemônicos da produção capitalista no Norte Global. Na verdade, uma década antes os conflitos decorrentes das contradições entre a produção capitalista e os limites de suportabilidade da natureza já estariam postos no cenário internacional (Diniz; Berman, 2012). Proposta na década de 1980, a noção de “desenvolvimento sustentável” terá sua primeira formulação no Relatório Brundtland: “o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 12).

Os gargalos socioambientais decorrentes da relação entre capitalismo e natureza, a partir desse período, vão oportunizar o surgimento de um conjunto de neologismos, que, como veremos em relação aos significantes “ecocapitalismo” e “economia verde”, estarão ligados às tentativas de renovação do próprio capitalismo em face das suas consequências socioambientais, cada vez mais agudas<sup>58</sup>. Na linguagem, essas condições de produção específicas ensejarão o aparecimento de um conjunto de significantes e de discursividades que mobilizarão conceitos como os de “codesenvolvimento”, de “ecoeficiência”, de “modernização ecológica”, de “capital natural”, de “eficiência energética”, dentre outros.

Formulada inicialmente no contexto da conferência Rio-92 por iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente como um caminho para a efetivação dos ideais de um “desenvolvimento sustentável”, os conceitos de “ecocapitalismo” e de “economia verde” são apresentados em referência a “uma economia que resulta na melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica” (PNUMA, 2023). Significando a partir de sua inscrição no interdiscurso, em que a cor verde tem representatividade significativa nos movimentos ecológicos do século XX, diz-se “economia verde” – pretensamente “sustentável” – como indicação da superação de uma “economia marrom”, avaliada como insustentável (Kischner *et al.*, 2018).

No fluxo das estratégias pela estabilização de sentidos associados ao crime socioambiental que estamos abordando nesta tese encontramos um movimento de saturação de

---

<sup>58</sup> Evitamos a utilização do termo “crise ecológica” por reconhecer, como indica Zacarias (2012), que a crise não é ambiental, e sim do sistema capitalista. A questão ambiental, por sua vez, deve ser compreendida como uma das manifestações dessa crise, e não como sua causa.

significações onde o verde é praticamente onipresente. Sustentamos, desse modo, que essas materialidades não-verbais de teor cromático extraem seu sentido da formação discursiva ecocapitalista descrita acima, a partir da qual, pelo efeito da memória, o verde remeteria aos “compromissos socioambientais do capitalismo” assumidos nas últimas décadas. Assim, o efeito de ubiquidade da cor verde nos materiais midiáticos da Braskem serve à produção de uma evidência: a mineração industrial é um setor progressista, radicalmente aliado aos ideais de “sustentabilidade” assumidos pelo capitalismo desde a década de 1970.

Um das conclusões a que devemos chegar a partir dessas análises é a de que o esverdeamento do discurso, nessa situação específica, funciona como um dos modos com que a mineração industrial busca se esquivar das consequências jurídicas dos fatos decorridos em Maceió, a partir de 2018. Como já indicamos por meio da reflexão de Orlandi (2020), diz-se “X” para não se dizer “Y”. No caso em questão, diz-se “verde” para não se dizer “marrom”. Desse modo, o movimento da ideologia corrobora a reprodução das condições de produção, na medida em que as forças produtivas do extrativismo minerador ficam imunes ao conjunto de sanções legais cabíveis. O estado burguês e o capital seguem firmes em seu *continuum*.

Pela posição-sujeito que assumimos neste trabalho – assentada na crítica ao modo de produção capitalista como a encontramos na tradição do materialismo histórico-dialético – corrobora o conjunto de análises que compreenderão o “ecocapitalismo” e a “economia verde” no contexto das articulações que visam, antes de tudo, a sobrevivência do próprio capitalismo, a despeito da qualidade de vida nas diferentes formações sociais que lhe hospedam. Araújo e Silva (2012, p. 127), por exemplo, se referem à “economia verde” como uma “nova ofensiva ideológica do capital, na sua busca de encontrar mecanismos de exacerbação das potencialidades lucrativas de exploração do meio ambiente, mercantilizando, ao extremo, os recursos naturais”. A partir de sua natureza de classe, o objetivo de uma “economia verde”, para esses autores, é “alagar as fronteiras da acumulação capitalista por meio da conversão do conjunto dos ecossistemas e de serviços ambientais em novos nichos de mercado” (idem, p. 129).

Um dos núcleos centrais dessas tendências críticas se radica no fato de que o “ecocapitalismo” e a “economia verde”, enquanto caminhos para um “desenvolvimento sustentável”, não operam a crítica do sistema capitalista, mas se constituem como “alternativas” inerentes ao próprio sistema. Assim, por exemplo, se posicionam Araújo e Silva (2012, p. 134):

Chama a atenção, no discurso dos ideólogos da economia verde, a ausência de crítica ou mesmo de proposições alternativas quanto aos atuais padrões de

produção e de consumo, marcados pela obsolescência programada das mercadorias – com vistas a encurtar a velocidade de rotação do capital – com enormes dispêndios de recursos naturais e de energia, além dos impactos já amplamente constatados do aumento da produção de lixo.

Brand e Lang (2021) acrescentam a essa discussão um item importante, especialmente quando pensamos nos desafios colocados pelos diferentes tipos de extrativismo industrial. Para esses autores, um dos “pontos cegos” da economia verde tem a ver com sua ênfase no crescimento econômico, o que significa um aumento considerável na extração de recursos para a produção de bens e serviços. A partir disso, Brand e Lang (2021, p. 139-140) concluem que

As estratégias para uma economia verde permanecem inseridas na racionalidade capitalista. A lógica da constante orientação para novos investimentos, lucros e para a dinâmica da competição não é questionada. A economia verde corre o risco de intensificar a enganosa valorização capitalista da natureza. Como resposta à destruição ambiental em algumas partes do mundo, ela permanece alinhada às necessidades das corporações e dos ricos, e permite a estabilização dos modos de produção e de vida capitalistas, patriarcais e imperiais. Em algumas partes do planeta, o capitalismo verde significa de fato a continuidade da oligarquização do modo de vida imperial.

Em síntese, nessas perspectivas críticas a economia verde corrobora a manutenção da ordem socioeconômica vigente, no lugar de sua mudança. Nas palavras de Zacarias (2012, p. 147), trata-se de “uma proposta para solucionar os problemas ambientais dentro da lógica do mercado, sem questionar as estruturas do capitalismo”. Subjacente aos conceitos de “ecocapitalismo” e de “economia verde” está a ideia de que é possível reformar o capitalismo, dando a este uma face “verde”, isto é, “sustentável” e “responsável” de um ponto de vista socioambiental. Quando avaliamos as dimensões concretas dessas propostas, o que temos é a continuidade da apropriação privada dos recursos naturais pelas classes dominantes, cuja finalidade tem a ver com a manutenção do produtivismo capitalista e sua extensão correlata com a ideologia do consumismo.

No discurso que a Braskem faz circular por meio de seus aparatos de mídia, a ubiquidade do verde, enquanto materialidade não-verbal, põe em movimento sentidos de “sustentabilidade”, de “responsabilidade socioambiental”, e de um “capitalismo novo”, atento às consequências ecológicas de seus processos produtivos. Estamos falando, assim, da produção de um conjunto de evidências forjadas pelo jogo da repetição (GUILBERT, 2020). E como já indicamos, desse modo a ideologia dominante opera para a reprodução das condições de produção nessa respectiva formação social.

Mas a despeito dos efeitos de sentido associados a estas perspectivas hegemônicas, a revolta e a resistência precisam ser afirmadas como constituintes do processo discursivo que investigamos. Seja pela determinação do caráter de falibilidade próprio de qualquer ritual de interpelação ideológica (Pêcheux, 2014), seja pela densidade do sofrimento imposto às populações residentes nos territórios destruídos, é preciso reconhecer que estamos falando de um movimento de disputas por sentidos. Queremos, portanto, acentuar o lugar das lutas e dos enfrentamentos no conjunto de “evidências” acima descrito.

Os conflitos que temos abordado neste trabalho suscitam um campo de resistências que é vasto, pois se relaciona com interesses diversos associados aos prejuízos ocasionados pelo crime socioambiental da Braskem em Maceió. Não temos, nos limites dessa pesquisa, como inventariar todos esses gestos. Por nosso foco nas afetações específicas da língua, na próxima seção trabalharemos com um campo de referência discursivo reduzido, dando atenção aos gestos de resistência em que a significação é prioritária. É desse modo que a arte e os gestos de revolta popular passam a compor o escopo de nossa investigação.

## 6. SENTIDOS EM DERIVA E EM RESISTÊNCIA: NOTAS SOBRE UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO

*A mesma dificuldade que muita gente tem em entender que a terra é um organismo vivo, eu tenho em entender que o capitalismo é um ente com qual podemos tratar. Ele não é um ente, mas um fenômeno que afeta a vida e o estado mental de pessoas no planeta inteiro – não vejo como dialogar com isso.*

*(Ailton Krenak, A vida não é útil)*

### 6.1 Resistência e acontecimento discursivo: Alagoas em questão

Apesar da compreensão de que o Brasil não é um país de larga tradição mineradora (Porto-Gonçalves, 2020), há algumas décadas os conflitos socioambientais decorrentes dessas atividades industriais fazem parte do cotidiano da realidade brasileira. Nesse sentido, o país segue a mesma tendência observada em toda América Latina, que nos últimos anos tem presenciado a intensificação dos extrativismos mineralógicos e dos respectivos conflitos sociais que sempre acompanham esse setor de produção. Atualmente, em países como o Equador, a Bolívia, o Chile e a Argentina, de um modo especial, os grandes projetos mineradores mobilizam enorme discussão política e acadêmica (Aráoz, 2020; Acosta; Brand, 2018), colocando em questão os limites do que Svampa (2020) identifica como um neoextrativismo na América Latina.

De acordo com o *Mapa de conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*<sup>59</sup>, publicado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no ano de 2023 havia no Brasil 124 focos de conflitos ensejando situações de injustiça ambiental, com impactos significativos sobre a saúde coletiva, relacionadas com atividades de mineração. Esses conflitos estão espalhados por todas as regiões do país, e incluem também aqueles provocados por atividades de garimpo e siderurgia. Minerodutos, oleodutos e gasodutos, por sua vez, são responsáveis por 26 conflitos com implicações de injustiça ambiental com impactos sobre a saúde coletiva no país no mesmo ano. Em termos gerais, 30 desses conflitos se processam na região nordeste, e em Alagoas aqueles desencadeados pela exploração urbana de sal-gema têm destaque.

---

<sup>59</sup> Para mais detalhes, cf. <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>

Como já tivemos oportunidade de nos referir nesse trabalho, o extrativismo minerador tem como característica um conjunto muito variado de atividades industriais, atreladas à diversificada natureza dos minérios explorados. Essa diversidade de modalidades extrativistas, por sua vez, produz diferentes formas de incidência nos nichos ecológicos e comunitários, ensejando variados tipos de impactos socioambientais. Dentre os mais comuns, as contaminações de fontes hídricas e do ar, os efeitos geológicos decorrentes de subsidências (fissuras, trincas, rachaduras em edificações e crateras no solo) e da prospecção de novas minas, a poluição sonora decorrente do uso de maquinários de grande porte e de explosões de formações rochosas, e as consequências quase sempre devastadoras do rompimento de barragens de rejeitos.

O caráter colonialista que faz com que a mineração seja, ao longo da história, uma “atividade de conquista” (Aráoz, 2020) está confirmado na literatura acadêmica que se debruça sobre esses conflitos na América Latina (Sant’ana e Rigotto, 2020). Duas razões fundamentais sustentam esta afirmação: (1) os grandes projetos da mineração industrial estão sempre marcados pelo uso constante dos métodos colonialistas (Mendonça *et al.*, 2020) em que ganham relevo a expropriação dos territórios e o concomitante governo das populações aí situadas; (2) via de regra, tais projetos produzem violações constantes e sistemáticas sobre os direitos de um conjunto de comunidades historicamente atreladas às lutas coloniais, desconsiderando suas formas de organização social. Comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de pequenos agricultores, mas também muitas comunidades periféricas no contexto das cidades estão no centro desses movimentos de expropriação.

O avanço da mineração industrial na América Latina e no Brasil nas últimas décadas, aqui brevemente indicado, se constitui como um complexo cenário de conflitividades e de lutas em que se pode observar um respectivo aumento das articulações de resistência. Examinando especificamente o contexto brasileiro dos últimos anos, Coelho *et al.* (2021) nos oferecem uma espécie de sumário dessas articulações que buscam resistir à lógica de expansão do capital global, que tem no setor de mineração um de seus mais importantes representantes. Nas palavras de Charles Trocate (*apud* Coelho *et al.*, 2021, p. 4), coordenador do Movimento Nacional pela Soberania Popular na Mineração (MAM)

De 2000 a 2019, nós vamos vivenciar o surgimento de algumas articulações que são importantes. Em 2006, surge no Maranhão a Justiça nos Trilhos (JnT), que articula os atingidos pela ferrovia Paraná-Maranhão (Estrada de Ferro Carajás). Em 2007, a gente faz uma grande jornada de luta, na qual fica mais claro o poder da indústria da mineração no Brasil, em relação ao governo e à

sociedade. Em 2008 e 2009, a gente constrói outras articulações amazônicas, o movimento dos garimpeiros em Serra Pelada, o Movimento em Ação, no oeste paraense. Em 2012, a gente faz a primeira reunião nacional, em Parauapebas, com a presença de 36 pessoas de 8 estados do Brasil, e a gente toma essa decisão de continuar essa articulação denominada MAM. Em 2013, surge o Comitê Nacional de Defesa dos Territórios Frente à Mineração, e aqui o debate do Novo Marco Regulatório da Mineração, que se conclui em novembro de 2017. Seis anos de luta no Congresso Nacional para se aprovar um código [de mineração]. Em 2013, surge o Comitê com 69 organizações, com a característica de fazer o conflito institucional para o que o Código não saísse a cara das empresas, mas não teve jeito. E em 2014, surge uma articulação a partir das igrejas, que é a Rede de Igrejas e Mineração, na América Latina.

Como se pode depreender a partir da citação acima, “a luta em territórios minerados ou onde a mineração pretende se instalar é complexa. São diferentes grupos, classes sociais, culturas, biomas e territórios envolvidos” (Coelho *et al.*, 2021, p. 9). Pela heterogeneidade das comunidades e dos contextos que sofrem com a violência inerente aos processos produtivos da mineração industrial, no âmbito dos movimentos de resistência encontramos uma rede complexa de grupos e organizações. Em outros termos, essas lutas devem ser descritas em seu caráter de intersetorialidade, na medida em que estão envolvidos diferentes coletivos como movimentos sociais (nacionais e internacionais), organizações não-governamentais (ONGs), universidades, grupos de base popular e entidades de caráter religioso.

Embora não esteja no escopo desta tese empreender uma descrição detalhada de todas essas articulações contra-hegemônicas, também consideramos importante mencionar a diversidade de estratégias de luta e de resistência que aqui encontramos. Esse conjunto heterogêneo de estratégias e de lutas se desenvolve a partir das demandas concretas que encontramos em cada situação particular, nas quais devem ser considerados o tipo de extrativismo específico e os danos por ele causados, assim como as possibilidades socioeconômicas e culturais das comunidades em questão. Dessa forma, encontramos desde litígios no âmbito da política institucional e parlamentar que envolvem lutas por reassentamentos (Coelho *et al.*, 2021), conflitos que envolvem a luta entre grupos armados, incluindo as forças do Estado (Mendonça *et al.*, 2020), passando pela formação política das comunidades violentadas pela mineração (Costa *et al.*, 2020), até expressões no campo das artes (Gerhardt; Araújo, 2020).

Em um primeiro balanço, podemos concluir que o impulsionamento do extrativismo minerador na América Latina e no Brasil, como o temos visto nas últimas décadas, tem proporcionado resistências correlatas, muitas delas de base popular. Passamos ao largo da

discussão se essas lutas todas são anticapitalistas ou somente “reformistas” (Harvey, 2014)<sup>60</sup>. Como desenvolveremos adiante, a nós interessa saber como, no campo das disputas pela estabilização dos sentidos, se dá a resistência nessas “zonas de sacrifício” (Gerhardt; Araújo, 2020). É preciso reconhecer com Pêcheux (1975, 2014) que os rituais de interpelação ideológica estão profundamente sujeitos à falha, e que isso é decisivo para entendermos como, numa dada formação social, em lugar da uniformidade de posições políticas encontremos a diversidade, o dissenso e as derivas.

Não se pode afirmar que haja no estado de Alagoas uma longa e estruturada tradição de resistências à mineração industrial. Mas também não é correto afirmar que os primeiros gestos de resistência às atividades da Braskem neste estado tenham começado a partir de 2018, com o crime socioambiental acerca do qual temos refletido. Seguindo a tendência que observamos no Brasil como um todo, também presente em Alagoas, esses movimentos contra-hegemônicos têm características mais responsivas, assumindo o protagonismo anti-minerador a partir de situações concretas e pontuais que colocam em risco a saúde e a existência de inúmeras comunidades espalhadas pelo país. Essa característica mais responsiva, entretanto, não diminui a importância que essas articulações têm na disputa por sentidos, que, como temos indicado, são decisivas no contexto da luta de classes.

Não obstante, é preciso fazer justiça a duas organizações que no contexto dos enfrentamentos à mineração industrial no Brasil apresentam caráter mais estrutural e programático. São elas a Justiça nos Trilhos (JnT) – organização de direitos humanos criada em 2007 e situada no Maranhão, que atua em apoio a comunidades violentadas pela mineração no denominado Corredor Carajás, através de assessoria jurídica, educação popular e comunicação; e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) – organização que surge em 2012, a partir da acumulação da experiência de espoliação histórica da mineração no Brasil, alinhada às últimas lutas amazônicas em torno da expansão da mineração na região de Carajás e outros pontos da Amazônia.

Indicamos na quarta seção deste trabalho algumas das principais vozes de resistência à mineração industrial em Alagoas. Nesse histórico de dissidências contra-hegemônicas devem ser incluídos: os posicionamos de José Geraldo Marques, primeiro secretário do Meio Ambiente

---

<sup>60</sup> Harvey (2014) trabalha com a distinção entre lutas anticapitalistas e movimentos reformistas. Enquanto os reformismos enfrentam o Capital sem necessariamente produzirem mudanças estruturais nesse modo de produção econômica e de organização da vida social, “uma luta anticapitalista deve, em última análise, chegar às entranhas do sistema capitalista e extirpar o tumor canceroso das relações de classe na produção” (Harvey, 2014, p. 218).

de Alagoas, e que recusou o aval para a instalação da Salgema em Maceió na década de 1970; as lutas do movimento social intitulado Movimento pela Vida contra a duplicação do complexo industrial da Salgema em Maceió, na década de 1980; as requisições parlamentares solicitadas pelo deputado federal Mendonça Neto, alusivas à mudança do local da empresa Salgema, também na década de 1980; e ainda, no campo das artes, a publicação do conto *A Salgema explodiu: socor...*, de autoria do jornalista Noaldo Dantas<sup>61</sup> no mesmo período (Cavalcante, 2020).

O crime socioambiental que destruiria os cinco bairros maceioenses a partir de 2018 ensejará a continuidade desses enfrentamentos históricos. A partir dele novas articulações contra-hegemônicas vão se estruturar. Em nossa interpretação, esse conjunto de lutas pode ser compreendido a partir das seguintes articulações: (1) do campo da organização popular de caráter formal, exemplificado por algumas associações de bairro e por organizações não-governamentais como o S.O.S. Pinheiro<sup>62</sup>; (2) do campo dos movimentos sociais, com destaque para o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB)<sup>63</sup> e sua parceria junto a outros movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT-AL)<sup>64</sup>; (3) e das manifestações populares sem caráter institucional<sup>65</sup>.

Como se pode depreender da heterogeneidade das articulações coletivas acima mencionadas, muitas frentes de luta diferentes fazem parte da resistência à mineração industrial em Alagoas. Algumas destas linhas de frente atuam no campo da garantia de direitos, tendo em vista que o episódio da destruição dos bairros, do ponto de vista legal, se apresenta como uma série de violações a direitos civis garantidos pela Constituição Federal brasileira: direito à

---

<sup>61</sup> Apesar de lamentarmos o fracasso na tentativa de localizar esse texto literário, reconhecemos sua importância histórica no campo das disputas de sentido acerca da presença e das atividades de mineração em Alagoas.

<sup>62</sup> O movimento S.O.S. Pinheiro foi a primeira articulação de moradores mobilizada, ainda no ano de 2018, no apoio às necessidades das(os) moradoras(es) do bairro do Pinheiro, e nas lutas por reparação por parte da empresa Braskem.

<sup>63</sup> O MUVB tem a proposta de ser uma articulação ampla de diferentes sujeitos implicados nas disputas com a Braskem. Além de congrega moradoras(es) dos cinco bairros destruídos pela mineração em Maceió, esse movimento conta também com a participação de comerciantes, de empresários e de prestadores de serviço que exerciam suas atividades nas áreas devastadas.

<sup>64</sup> A CPT foi criada em 1975 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e um suporte para a sua organização. Em Alagoas, a CPT atua desde 1998. Para mais detalhes, ver <https://www.cptnacional.org.br/>

<sup>65</sup> Estamos considerando aqui as manifestações espontâneas das vítimas dos bairros destruídos, referentes a um mosaico de manifestações textuais deixadas nas frentes das casas e outras edificações, durante o processo de evacuação compulsória. Como parte do *corpus* dessa pesquisa, apresentaremos à frente algumas análises de parte desses materiais significantes.

moradia, à livre associação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à cultura etc<sup>66</sup>. O trabalho do MUVB, nesse sentido, está alinhado estreitamente a essas primeiras lutas. Embora entendamos que nesses casos a ideologia constitui também um elemento determinante da ação (Althusser, 1980), as disputas de sentido têm aqui lugar secundário, uma vez que essas frentes centram sua atuação prioritária na reparação dos danos materiais ocasionados pelo crime socioambiental em questão.

Numa segunda frente de lutas e de resistências estão aqueles movimentos que trabalham aberta e diretamente com o sentido<sup>67</sup>. Aqui, queremos destacar os domínios da arte e das manifestações populares. No modo como esses dois domínios estão presentes enquanto práticas de resistência à mineração industrial em Alagoas, reconhecemos um *continuum* entre ambos. Nesse *continuum* a arte reverbera e amplifica, a seu modo, o grito presente nas zonas de sacrifício produzidas pelo capital. Reconhecemos também que esses domínios expressam a necessidade de revolta como resposta à dominação de classe, indicada por Pêcheux (2014, p. 281) por meio da fórmula “não há dominação sem resistência”. Aqui, a ideologia e o sentido em seu caráter material são a matéria primeira e última de luta.

A nosso ver, todas essas lutas indicam que é cedo, em perspectiva histórica, para reduzirmos o fenômeno do poder a suas manifestações microfísicas (Foucault, 1979). Se as dimensões microfísicas do funcionamento do poder não podem ser desconsideradas para a compreensão de como nossas formações sociais se organizam, as dimensões macrofísicas – que tomam em consideração o poder da mídia, das grandes corporações capitalistas e do próprio Estado – também não podem. Afirmar que o poder não tem donos, e que este circula em todas as direções, não pode produzir a ilusão de que, no palco dos grandes enfrentamentos político-econômicos em formações sociais como a alagoana, todos os grupos podem o mesmo. Como nos lembra Pêcheux (2014), eles não podem, pois as condições em que se dá a luta de classes são sempre dissimétricas.

Antes de analisarmos as produções simbólicas pertencentes a essa segunda frente de lutas em que a ideologia e o sentido comparecem no *front*, é preciso tecer algumas considerações gerais. Primeiro, é necessário considerar sua inscrição no todo da dinâmica discursiva eliciada pelo crime socioambiental que se apresenta como condição de produção

---

<sup>66</sup> Exemplificamos esse ponto pela menção ao trabalho em andamento intitulado *Direitos Humanos e direito à cidade: uma análise sobre violações de direitos no caso da mineradora Braskem S/A em Maceió-AL*, de autoria da mestrande Rikartiane Teles Cardoso, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

<sup>67</sup> Não há qualquer hierarquização entre as lutas que aqui são referidas como “primeiras” e como “segundas”. Ambas constituem, cada qual a seu modo, frentes necessárias no conjunto das resistências à mineração industrial em Alagoas.

(CP) dos discursos aqui analisados. Assim, novamente, é importante não perdermos de vista que “não há discurso que não se relacione com outros”, assim como “um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (Orlandi, 2020, p. 37). Portanto, não podemos cindir os discursos aqui analisados de suas condições de produção. Essas CP têm a ver com a resistência ao modo como a mídia alagoana e a própria mineração fazem circular os sentidos produzidos acerca do colapso dos cinco bairros maceioenses.

Em segundo lugar, por mobilizar muitas questões silenciadas pelo/no discurso da mídia alagoana e da mineração, os sentidos dissidentes manifestam no intradiscurso elementos do interdiscurso em filiação a outras formações discursivas (desidentificação), antagônicas àquelas que subsidiam o discurso hegemônico sobre a mineração. Isso é possível, segundo Pêcheux (2014), justamente porque nunca há interpelação ideológica que produza assujeitamento pleno. Conforme esse filósofo, “apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (Pêcheux, 2014, p. 277) [grifo no original]. Como já indicamos ao nos referirmos ao caráter dissimétrico das lutas de classes, em lugar dos grandes aparatos de mídia que operam pela repetibilidade e pela saturação semiótica, os sentidos dissidentes vão operar por vias alternativas, algumas das quais absolutamente artesanais.

Pensada a partir dos desenvolvimentos teóricos acerca da noção de sujeito assumida na AD, diríamos que as resistências de que temos tratado são possíveis graças ao processo de desidentificação (Indursky, 2008) que essas lutas potencializam. Não havendo nunca assujeitamento pleno em face da interpelação ideológica, a desidentificação é descrita na AD como uma das possibilidades de relação do sujeito com a ideologia. Como Indursky sugere (2008, p. 5), “a modalidade de desidentificação sinaliza que existe *um certo* espaço de liberdade, de manobra para o sujeito do discurso” [grifo no original]. É o espaço da resistência, diríamos. E muito embora isso não signifique a liberdade frente à ideologia, isso significa que o sujeito pode resistir desidentificando-se com certas formas-sujeito para identificar-se ou com outras formas-sujeito já existentes, ou com alguma outra em processo de constituição.

A partir do que Indursky (2008) chama de “fragmentação da forma-sujeito”, reconhece-se, portanto, que o sujeito pode desidentificar-se com uma determinada formação discursiva para se identificar com outra. Esse processo é marcado por uma ruptura e um antagonismo radical em relação aos sentidos que circulavam na formação discursiva anterior, oportunizando o surgimento de novos sentidos ainda não pensados. Para essa autora (Indursky, 2008, p. 12), “os novos sentidos que resultam desta deriva determinam o surgimento de um novo domínio

de saber, organizados por uma nova forma-sujeito. Trata-se do surgimento de um novo sujeito histórico”. Estamos então no campo do que a mesma autora conceitua como um “acontecimento discursivo”, que é da ordem da raridade.

Em nossa compreensão, a conjuntura histórica das últimas décadas na América Latina e no Brasil, em que a expansão do extrativismo minerador significou a imposição do sofrimento extremo para muitas comunidades, produziu um vasto movimento de desidentificação em relação à formação discursiva de mercado. A partir de então, passam a circular novos sentidos antagônicos às promessas de “desenvolvimento/progresso”, próprias da mineração industrial. Para além da crítica e da relativização de noções como “desenvolvimento/progresso”, como “sustentabilidade”, como “responsabilidade social das empresas”, assim como a denúncia do produtivismo minerador, bandeiras de luta como os Territórios Livres de Mineração (Malerba; Wanderley; Coelho, 2022) passarão a fazer parte do novo domínio de saber surgido a partir desses processos de desidentificação.

Em referência a este domínio de saber, Malerba, Wanderley e Coelho (2022, p. 9) definem o conceito de Territórios Livres de Mineração nos seguintes termos:

Instituir e propor territórios livres de mineração representa negar o modelo mineral vigente. É romper com o mito da ‘vocaç o mineral’, que imp e a todos os lugares onde existem min rios a obriga o de serem minerados; e opor-se   expans o desenfreada por mais extra o, novas minas, novas infraestruturas e superexplora o de lavras antigas. Significa defender um modelo de repara o justo aos atingidos de hoje e, ao mesmo tempo, construir uma transi o justa para um mundo com menos minera o e n o subordinado aos interesses mineradores.

Conforme a caracteriza o formulada por Indursky (2008), podemos concluir que essa rede emergente de articula es dissidentes em rela o ao modelo minerador constitui tamb m um acontecimento discursivo. As raz es para tal conclus o s o estas: (1) essa rede emergente de articula es se configura como um campo em expans o e em processo de constitui o; (2) ela rompe radicalmente com a forma o discursiva de mercado e seus sentidos instituídos, de onde deriva grande parte das discursividades mineradoras; (3) ela proporciona o surgimento de uma nova forma o discursiva e de uma nova forma-sujeito de discurso; (4) ela produz saberes excludentes que n o permitem nenhum modo de conviv ncia com os saberes da forma o discursiva de mercado. Portanto,   no contexto de tal acontecimento discursivo que queremos situar as materialidades analisadas adiante.

## **6.2 Arte, pol mica e sentidos em deriva**

Iniciamos nossas análises dos discursos de resistência à mineração postos em circulação a partir da destruição dos cinco bairros maceioenses evocando parte do *corpus* desta pesquisa relativo ao documentário *A Braskem passou por aqui: a catástrofe de Maceió* (Pronzato, 2021). Dessa forma, pretendemos retomar e ampliar a discussão que iniciamos em outro lugar (Nascimento, 2023), onde além de situar o discurso presente nessa materialidade significativa no contexto das disputas por sentido em face do crime da Braskem, discorremos acerca de seu caráter polêmico-político. Para além desses objetivos, nos interessa agora situar os sentidos presentes neste documentário no contexto do acontecimento discursivo a que aludimos acima.

O documentário em questão é uma produção de caráter audiovisual, dirigida e roteirizada por Carlos Pronzato, e está disponível na plataforma digital YouTube<sup>68</sup>. Tem duração de 1:21:46', e grande parte de suas filmagens foram produzidas diretamente a partir das áreas destruídas pela mineração da Braskem a partir de 2018 em Maceió. Trata-se de um mesmo texto falado por muitas vozes, na medida em que estão presentes em seu roteiro vítimas residentes nos bairros destruídos, representantes de associações de bairro e outros líderes comunitários, acadêmicos de diversas áreas, militantes de movimentos sociais, líderes religiosos e representantes de órgãos de Estado. Vigora aqui também o que Gobatto (2020, p. 394) apontou como sendo o papel da mídia alternativa: “enquanto a reprodução da ideologia dominante é garantida pelos veículos da grande mídia, cabe à mídia alternativa a tarefa de tentar ‘ousar pensar por si mesma’”.

Temos por conveniente lembrar que essa produção artística não pode ser considerada sem o quadro de referência maior que lhe subjaz, relativo às disputas de sentido em torno do crime socioambiental em questão. De um ponto de vista imediato, são essas as condições de produção do discurso aí presente. Como indicamos em outro lugar (Nascimento, 2023), com a produção e a circulação desse material audiovisual temos um tipo de enfrentamento e de resistência aos movimentos de estabilização dos sentidos presentes nas práticas discursivas da própria mineração, e, como estamos a propor nesta tese, também em amplos setores da mídia alagoana. Por sua centralidade nos sentidos produzidos pelas comunidades violentadas, estamos falando de um gesto de dissidência, de luta e de resistência no campo do simbólico. Assim, é a uma nova forma-sujeito que estamos nos referindo.

---

<sup>68</sup> O documentário foi lançado com exibição na íntegra em evento presencial realizado no templo da Igreja Batista do Pinheiro, em Maceió, em 05 de agosto de 2021, e desde então encontra-se disponível na referida plataforma. Posteriormente, a produção ganhou legendas em inglês, objetivando ampliar seu alcance para outros contextos além dos lusófonos. Confira a produção em <https://www.youtube.com/watch?v=zBOJbOGcBwo&t=1954s>

Contudo, não é de “representação” que se trata quando consideramos a importância desse produto audiovisual. O documentário *A Braskem passou por aqui...* não “representa” o acontecimento. Na medida em que trabalha a tessitura de imagens e de sons, de sujeitos específicos e de seus dizeres, o documentário não pode ser compreendido como “representação” do acontecimento, mas como tomada de posição em relação a este. Portanto, tomamos essa produção artística em sua qualidade de discurso, cujas materialidades verbais e não-verbais também se inscrevem em determinadas formações discursivas, refletindo na linguagem uma posição ideológica específica que buscaremos descrever.

Como já indicamos neste trabalho, em diálogo com Orlandi (1995, 2006) e com Marques (2018), é fundamental para o dispositivo de análise em AD que se considere a natureza própria das materialidades significantes com as quais trabalhamos. Como nos lembra Orlandi (2006, p. 56-57), por exemplo, “faz parte da relação entre o dispositivo teórico e o analítico refletir sobre a natureza do material analisado. Materiais diferentes exigem modos de construção do dispositivo analítico diferentes e esta é uma das tarefas do analista”. Retomamos este ponto justamente porque estamos falando de uma produção simbólico-política em que imagens, dizeres, sons, cenários, contrastes etc. estão imbricados numa tessitura que, como pretendemos demonstrar, produz formas de interpelação e efeitos de sentido muito peculiares.

Também consideramos oportuno refletir sobre a dimensão política desse tipo produção simbólica, e conseqüentemente desse tipo de luta. Nesse sentido, estamos de acordo com Orlandi (2006, p. 55) em sua indicação de que

O político, ou melhor, o confronto do simbólico com o político, como diz M. Pêcheux (1975), não está presente só no discurso político. O político, tal como o pensamos discursivamente, está presente em todo discurso. Não há sujeito, nem sentido, que não seja dividido, não há forma de estar no discurso sem constituir-se em uma posição-sujeito e, portanto, inscrever-se em uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, é a projeção da ideologia no dizer. As relações de poder são simbolizadas e isso é o político. A análise de discurso trabalha sobre relações de poder simbolizadas em uma sociedade dividida.

A consideração de que “o político – pensado discursivamente – está presente em todo discurso”, é fundamental para rechaçar certos estreitamentos ideológicos que não reconhecem o papel e a efetividade que as linguagens da arte possuem em meio aos muitos embates político-sociais que nos interpelam cotidianamente. Em contraposição a esses estreitamentos, a história política do Brasil, assim como o variado conjunto de lutas sociais contemporâneas, e sobretudo o cotidiano de inúmeras comunidades que vivem em condições de precariedade demonstra

como as linguagens da arte podem se constituir em formas legítimas de dissidência, de resistência e de existência (Silva Sobrinho, 2021).

À guisa de exemplificação do que aqui afirmamos, tomamos as reflexões de Orlandi (2006) referidas ao documentário *São Carlos/1968*, produzido por João Massarolo no âmbito da resistência à ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985. De um ponto de vista discursivo, diz Orlandi (2006, p. 55), estamos falando de um “objeto memorial, ou seja, que faz movimentar a memória”. Enquanto objeto memorial “o documentário fala de um acontecimento que se torna, por assim dizer, político, para além da ‘intenção’ declarada de seus participantes” (id. *ibid.*). E o político no documentário de Pronzato (2021), nas disputas por sentido entre essas diferentes posições-sujeito, consiste justamente em fazer circular sentidos contidos e silenciados.

Na qualidade de “objeto memorial” o documentário em questão tem um papel importante na construção da memória social em torno do acontecimento aqui tratado. Compreendida a partir dos conflitos sociais que permeiam sua produção, a memória social é conceituada por Mariane (1996, p. 35) como

um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais.

Como esta autora explicará, apesar de não produzir um apagamento total dos sentidos dissidentes, as lutas que envolvem a produção da memória social têm por objetivo a estabilização de sentidos, a imposição dos sentidos dominantes e sua naturalização. Nos termos dessa autora (id. *ibid.*)

Naturaliza-se, assim, um sentido ‘comum’ à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa. Isto não quer dizer, porém, que o sentido predominante apague (anule) os demais ou que ele(s), todos) não possa(m) vir a se modificar. Muitas vezes os sentidos ‘esquecidos’ funcionam como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico.

Junto à dimensão política presente no documentário *A Braskem passou por aqui...*, queremos também ratificar seu caráter polêmico, dando continuidade às reflexões que iniciamos em outro lugar (Nascimento, 2023). Estamos no campo das tipologias. E embora elas não sejam uma prioridade para o dispositivo de análise em AD, sua formulação tem importância quanto ao conhecimento de aspectos particulares do discurso em questão. Para Orlandi (2020), mais importante que as tipologias é o reconhecimento da propriedade dos processos discursivos, quais sejam: o acesso a suas condições de produção, a remissão às respectivas formações

discursivas e seu modo de funcionamento. Isso posto, situamos o discurso presente nesse documentário como um discurso artístico de traços polêmicos, com grande incidência política enquanto objeto de significação.

Estamos qualificando o discurso dessa peça audiovisual como um discurso artístico de traços polêmicos tomando como referência os três grandes tipos apresentados por Orlandi (2020, p. 85):

**a. discurso autoritário:** aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor;

**b. discurso polêmico:** aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos;

**c. discurso lúdico:** aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos [grifos no original].

Temos, portanto, três grandes traços distintivos do discurso polêmico: (1) o controle polissêmico, (2) a disputa em torno do referente por parte dos interlocutores implicados, e (3) o tensionamento como um traço da disputa por sentidos. Orlandi (2020) também reconhece que em formações sociais como a nossa há uma tendência para a dominância do discurso autoritário. No caso acerca do qual nos debruçamos, reconhecemos sua presença nas práticas discursivas da Braskem, na medida em que estas carregam o conjunto de traços que marcam o discurso autoritário: a contenção polissêmica operada pelo apagamento do referente (o colapso dos bairros) e pela posição de exclusividade da locução (da Braskem), e o apagamento da relação com o interlocutor (as comunidades violentadas).

Em contrapartida à frequência dos discursos autoritários, Orlandi (2020, p. 86) conclui que “o discurso polêmico é possível e configura-se como uma prática de resistência e afrontamento”. Os discursos polêmicos são, via de regra, exercícios de deriva. Assim sendo, eles instauram a diversidade no processo social de estabilização de sentidos. Seu papel político consiste em conter a homogeneização e o consenso que estão virtualmente presentes como estratégias de luta social, e que se constituem como marcas frequentes das ideologias dominantes em diferentes épocas. Ou seja, ao operar com a ideologia, a polêmica urde uma forma de resistência à dominação.

A despeito de sua opacidade, no caso em questão, o discurso polêmico do documentário *A Braskem passou aqui...* busca produzir fissuras no conjunto de “evidências” produzidas pelo

movimento da ideologia capitalista-mineradora. A disputa pelo referente (o colapso dos bairros) está no centro dessa produção artística, o que faz com que tenhamos aqui uma contra-narrativa a serviço da desconstrução desse conjunto de “evidências” postas em circulação pelos meios hegemônicos à disposição dos interesses mineradores. Sem pretensões de exaustividade, nossas análises buscarão apresentar, a partir de elementos verbais e não-verbais, o papel político-polêmico dessa produção audiovisual, e como ela se inscreve em um movimento maior relativo ao acontecimento discursivo que aludimos anteriormente.

Na condição de material audiovisual em formato de documentário, essa produção simbólica nos coloca o desafio de explorar o funcionamento discursivo de seus aspectos não-verbais. Somado a isso temos a natureza própria do referente aí presente, relativo à devastação material de 300 hectares de área urbana. É dessa forma que somos incitados a tomar como ponto inicial do batimento descrição/análise (Pêcheux, 2015a) esses aspectos não-verbais, mobilizados sobretudo a partir do jogo de imagens, de sons, de formas e de movimentos produzidos nas áreas destruídas pela mineração. Portanto, para a dessuperficialização das discursividades dessa posição-sujeito, os aspectos não-verbais são uma ótima porta de entrada.

Sugerimos anteriormente (Nascimento, 2023) um olhar atento à produção das imagens e à movimentação da câmera, que no documentário é única. Em contraposição às imagens aéreas, distantes, abertas e generalizantes que com frequência estão presentes nas produções midiáticas e audiovisuais da Braskem, no documentário em tela as imagens são urdidas para reproduzir uma caminhada no perímetro das áreas destruídas. Desse modo, as imagens são terrestres, com enquadramento fechado e com acento nos detalhes. A câmera percorre ruas, circula pela margem de lagoas e por diferentes locais de atividades laborativas. Expõe crateras em vias públicas, fendas, fissuras e rachaduras em edificações. Adentra residências vazias e outras edificações abandonadas em função da evacuação compulsória.

Em momentos específicos, o jogo de edição oportuniza ao espectador visualizar imagens de como algumas zonas e edificações específicas eram antes da destruição ocasionada pela mineração, e como esses mesmos locais foram modificados pelo efeito devastador das subsidências. Dessa forma, a memória comparece como referencial para que se dimensionem as perdas ali ocasionadas. Para Orlandi (2006), um acontecimento nunca para de produzir sentidos. E a evocação da memória é um dos modos como no documentário *A Braskem passou aqui...* produzem-se sentidos acerca dos danos ocasionados nas dimensões comunitárias e identitárias das populações das áreas destruídas.

O modo como essas imagens são produzidas faz com que o sofrimento ganhe a atenção do interlocutor. Para além da dimensão coletiva de tal sofrimento, interessa a exposição do detalhe, do pequeno, e da dimensão microscópica dos efeitos deletérios da mineração para as áreas em questão. Palavra e imagem se entrelaçam em um composto semiótico cujo objetivo é produzir um modo muito peculiar de interpelação. Neste, a proximidade com a dor, com o sofrimento coletivo, com a devastação da vida, com as perdas materiais, com as redes de sociabilidade são aspectos centrais. Ao fazê-lo desse modo, o discurso presente no documentário aqui abordado põe em circulação sentidos que apontam para a dimensão devastadora e “espetacular” de um processo que determinou a destruição e a morte dos cinco bairros maceioenses.

Nesse ponto voltamos a Orlandi (2006) e sua assertiva de que produções artísticas dessa natureza, ao significar acontecimentos dessa monta, põem em contradição o que se esquece e o que não é para esquecer. Isso porque, conforme a mesma autora (Orlandi, 2006, p. 61), “para que haja memória é preciso que o acontecimento saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância”. Havíamos afirmado que o modo de interpelação ideológica mobilizado no documentário *A Braskem passou aqui...* funciona para produzir sensibilização (Nascimento, 2023). Avançando nessa compreensão, reconhecemos que o movimento de sentidos aqui presente vai muito além desse objetivo, inscrevendo o acontecimento de um modo peculiar na rede de memórias em construção.

Dessa forma, primeiramente é pelo acento na fenomenologia do horror (Aráoz, 2020), que retira esse acontecimento da indiferença e da insignificância, que a produção de Pronzato (2021) interpela seu interlocutor. Portanto, não se trata de simples sensibilização. Trata-se, outrossim, de um discurso que aponta na direção do imponderável, como uma forma de luta contra a naturalização do inaceitável. Na tessitura argumentativa presente no documentário, o jogo de imagens inscreve o acontecimento no campo do absurdo, do incomum e do distópico. E em seu aspecto de contra-narrativa em relação ao discurso hegemônico aqui tematizado, o discurso que agora analisamos produz questionamentos acerca da possibilidade de “compensação” para os danos decorrentes do crime em questão.

Para compreendermos melhor esse aspecto do discurso do documentário *A Braskem passou aqui...*, materializado pelo jogo de imagens em seu entrelace com as enunciações verbais aí presentes, exploremos um pouco as seguintes sequências discursivas:

**SD 16:**

*Hoje você anda pelos bairros e a sensação é de um ambiente de guerra. A única coisa a que se pode comparar o visual dos bairros atingidos pela Braskem, por esse crime ambiental da Braskem, a única coisa a que se pode comparar realmente é a uma guerra (vítima 1).*

**SD 17:**

*Olha a situação que você vê aqui: parece uma guerra no Iraque. [O bairro de] Bebedouro se acabou, não existe mais não (vítima 2).*

**SD 18:**

*Se filmar isso aqui do ponto de vista aéreo e comparar com uma imagem da Síria talvez as pessoas não saibam separar o que aconteceu com o Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto, Mutange, do que aconteceu na guerra da Síria, tamanha a devastação (jornalista).*

Como partes do discurso dessa produção audiovisual, as três sequências discursivas acima mobilizam o significante “guerra” para interpretar os resultados deletérios da exploração mineral no subsolo dos bairros Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto, Mutange e parte do bairro Farol, feita pela Braskem. A devastação geoespacial produzida como decorrência do crime socioambiental em questão elicia “a sensação de um ambiente de guerra”, “parece uma guerra no Iraque”, “se assemelha ao que aconteceu na Síria, tamanha a devastação”. Por um deslizamento polissêmico, o substantivo “guerra” significa aqui porque significou antes, na memória relacionada aos grandes conflitos bélicos ocorridos no Oriente Médio nas últimas décadas (Iraque e Síria).

Mas ocorre aqui, como em todo movimento polissêmico, um deslocamento e uma ruptura nos processos de significação (Orlandi, 2020), em que o substantivo “guerra” deslizará para uma nova formação discursiva, e em lugar de descrever conflitos bélicos, dará novos sentidos aos efeitos devastadores da exploração mineral. Dessa forma, a exploração mineral passará significar como uma “guerra”. Lembremos que é justamente nesse jogo entre paráfrase e polissemia, isto é, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam (Orlandi, 2020). E ao significar, os sujeitos se significam e se constituem (Pêcheux, 2014).

É dessa forma que se conclui que, nas SDs acima citadas, o acontecimento em questão sai da insignificância e da indiferença por um processo de significação em que o substantivo “guerra” assume o lugar do indizível. Nesse processo, em que ao significar os sujeitos se significam, o discurso do documentário *A Braskem passou aqui...* aponta para a presença do antagonismo, do tensionamento e da luta, que posiciona em campos opostos a Braskem e as populações residentes nas áreas devastadas. Dadas as dissimetrias próprias de tal antagonismo

(Pêcheux, 2014), os sujeitos que aí falam significam-se enquanto derrotados. No entanto, para efeito de análise dos processos discursivos em gestação, importa a irrupção de uma nova forma-sujeito, para quem a mineração significa a presença da violência generalizada. Pela referência à “guerra”, é do antagonico que os sujeitos falam quando falam da Braskem.

Na intensa disputa de sentidos em torno deste referente, relacionado ao colapso dos bairros maceioenses, o discurso aqui analisado cumpre um importante papel, que lhe vincula ao acontecimento discursivo anteriormente indicado. Esse papel está relacionado às derivas que atingem o “esverdeamento” do discurso sobre a mineração. Como indicamos na terceira seção deste trabalho, as promessas de “desenvolvimento/progresso”, por exemplo, têm funcionado para garantir o *continuum* mineração/Estado. Numa fase posterior, as retóricas da “sustentabilidade”, da “responsabilidade social” e “ecológica” das empresas mineradoras serão fundamentais para superação da crise instalada no capitalismo no início de sua fase neoliberal.

Tendo esse quadro maior de referência, compreendemos que os sentidos postos em circulação pelo documentário *A Braskem passou aqui...*, materializados nas SDs acima, funcionam como um contradiscurso na medida em que afrontam o discurso sobre a mineração e seus significantes como “desenvolvimento/progresso” e “sustentabilidade”, por exemplo. Se antes tínhamos, enquanto forma-sujeito, a aderência e a aceitação silenciosa da presença das atividades de mineração enquanto “vetores de desenvolvimento local”, nessa nova forma-sujeito essa presença se converte em conflito, em antagonismo, ou, nas palavras mesmas desses sujeitos, em “guerra”.

A formação ideológica em que essas práticas de afrontamento e de resistência se inscrevem possibilitará um importante deslocamento semântico relativo ao campo da mineração. Associada pela formação discursiva de mercado ao “desenvolvimento/progresso” e atravessada pelos ideais de “sustentabilidade”, para essa nova forma-sujeito dissidente a mineração passará a contar nos campos do “colonialismo” e da “colonialidade”<sup>69</sup>. Dessa forma, mesmo diante da consciência da necessidade de reflexões posteriores para o aprofundamento dessa questão, sugerimos denominar essa formação ideológica emergente como **decolonial**. Há, a nosso ver, uma interessante mobilização interdiscursiva no modo como esses sujeitos se referem aos danos da mineração em Maceió como uma “guerra”.

---

<sup>69</sup> Para Aráoz (2020) o colonialismo se refere ao plano concreto do exercício do poder econômico, político e militar a serviço da apropriação de riquezas e recursos, da exploração, dominação e hierarquização racial de populações e territórios. A colonialidade, por sua vez, se expressa no que esse autor vai chamar de “narrativas sociais”, que operam a naturalização e a legitimação da ordem colonial. Para maiores detalhes, ver Aráoz (2020, p. 48-52).

Abrimos a seção 3 deste trabalho afirmando que “um discurso atravessa a história das sociedades latino-americanas desde as primeiras investidas coloniais do século XV”, e que esse discurso tinha a ver com as significações da América Latina como um chão a ser saqueado em função do projeto de “civilização” europeu. Convém lembrar que a guerra é um componente onipresente nos projetos coloniais. Como discutimos naquela seção, as relações coloniais são sempre relações belicosas. Na América Latina, desde então, essa beligerância tem significado a presença do horror e da possibilidade de extinção para as comunidades originárias do continente, e posteriormente para outros povos, culturas e etnias. Na base econômica, o mesmo ímpeto acumulativo-extrativista. Na materialidade linguística, o mesmo discurso sugerindo a “salvação”, o “desenvolvimento” e o “progresso”.

A guerra, a violência e o saqueio de territórios e de corpos estiveram (e estão) no centro da ordem colonial. Em grande parte, essas estratégias significaram (e significam) a pulverização geográfica de populações específicas, junto com o estrangulamento de sua cultura, de seus modos de organização social e de suas fontes de trabalho e vida. Genocídios, ecocídios e epistemicídios aparecem como faces do mesmo projeto de mundo. Como indicamos na terceira seção, apoiados em Marx (2017b), não se deve apartar o processo de construção da hegemonia colonial do processo de acumulação primitiva do sistema capitalista. A guerra e a violência, como também indicamos, compõem estratégias perenes dos modos de produção desse sistema econômico.

Para referendarmos as afirmações acima em um exemplo de pesquisa histórica, vejamos o modo com que um autor como Ziegler (2011), por exemplo, se refere às empreitadas coloniais francesas no continente africano. Aqui a guerra não é uma metáfora, mas um *modus operandi*. Ziegler trabalhará com um conjunto de significantes pelos quais se conclui que o avanço dos projetos coloniais não “se assemelha” a uma guerra, mas é a própria guerra contra os povos autóctones. É desse modo que sua narrativa do avanço colonial francês no século XIX (Ziegler, 2011, p. 58-61) trará referências como “as campanhas militares francesas”, ou “o exército colonial francês”, ou “as tropas conquistadoras do comandante Henri Rivière”. E para indicar a generalidade da beligerância colonial, esse autor (idem, p. 58) concluirá que “não é preciso dizer que a mesma violência, a mesma crueldade presidiu as conquistas inglesa, holandesa, belga, italiana, espanhola e portuguesa”.

Portanto, ao dizer as relações atuais entre a Braskem e os bairros maceioenses como uma “guerra”, o discurso desse documentário significa a partir da mobilização que produz nessa memória colonial que tem na guerra, na dominação, no saqueio, no ecocídio, elementos muitos

familiares. O gesto de afrontamento presente nesse discurso dissidente consiste em nos lembrar acerca da atualidade da ordem colonial. Eis, então, os deslizamentos de sentido aqui presentes: em lugar da “salvação/redenção” próprias das promessas coloniais e neocoloniais, aponta-se aqui na direção da “perdição/danação” legadas por esses projetos; em lugar da “sustentabilidade” do capitalismo tardio, aponta-se na direção de sua incurável vocação para a fratura do metabolismo sociedade/natureza. Numa palavra, em lugar do “verde”, aponta-se aqui na direção do “marrom”.

O modo como os sentidos são postos em circulação no documentário de Pronzato (2021) faz emergir outros elementos importantes relacionados a essa formação ideológica decolonial e contra-hegemônica. Até aqui, temos dado certa ênfase em como a violência colonial-capitalista-extrativista atinge culturas, formas de organização de vida distintas, e os respectivos territórios com seu rico conjunto de bens naturais. O discurso presente na produção artística em questão mobiliza, além dessas dimensões acima listadas, a temática dos corpos e de seu padecimento em face do crime da mineração em Maceió. Silenciados nas práticas discursivas da Braskem, os efeitos do crime em questão sobre os corpos surgem aqui sob os contornos do sofrimento, da humilhação e da dor.

Enquanto posição-sujeito, falam aqui as vítimas da volúpia colonial e extrativista:

**SD 19:**

*Eu já emagreci muito; meus cabelos já caíram um bocado, não tenho mais a minha cabeleira; tenho a boca amarga, o estômago dói, tenho bolhas nos pés; quer dizer, aí vem a questão da saúde, entendeu? Eu acho que pra mim é o pior, porque ela vai derrubando a pessoa; você vai perdendo o sentido da vida, porque isso aqui pra mim era a realização de um sonho, era o meu futuro; quer dizer, você perde o chão, o seu porto seguro (empresária).*

Na SD 19 o crime socioambiental da Braskem produz um conjunto de padecimentos à saúde, desvelando as dimensões microfísicas e mais radicais desse evento. A devastação progressiva de prédios, de ruas, e das demais estruturas físicas dos bairros, é extensiva à devastação das estruturas corporais: produz emagrecimento, queda capilar, compromete a motricidade e atinge o funcionamento visceral. Na mesma SD, outro conjunto de perdas é sumarizado. O crime da Braskem (1) destrói progressivamente as redes de significado fundamentais para a saúde e o bem-estar: vai-se “perdendo o sentido da vida”; (2) destrói o senso de realização dos projetos de vida: “isso aqui era a realização de um sonho”; (3) e destrói os afetos que produzem estabilidade e tranquilidade: “você perde o chão, o seu porto seguro”.

Portanto, para além da devastação na fisiologia dos corpos, a radicalidade do crime da Braskem se estende às dimensões mais íntimas da subjetividade. Em outros termos, poderíamos afirmar, conforme nossa interpretação desses dizeres, que aqui estamos falando de um apagamento radical da vida, da saúde, das subjetividades e identidades. Como discutimos na seção 3 desta tese, a volúpia colonial por minérios, ao produzir a guerra contra os povos “inimigos da civilização” e do “progresso”, sempre produziu apagamentos radicais extensivos às culturas, aos saberes locais, às identidades e aos corpos. Enquanto voz das vítimas, é essa memória de dor radical que os dizeres aqui analisados mobilizam interdiscursivamente.

Nas SDs 20 e 21 encontramos a temática do suicídio e de outros adoecimentos e agravos à saúde, articulados nos dizeres abaixo:

**SD 20:**

*É muito tenso falar da Braskem, né? Porque [ela] destruiu muita gente. Eu vi gente se suicidar por conta disso. A gente ouviu falar de gente que se suicidou, ou morreu mesmo de ataque cardíaco porque se preocupou demais com o medo do que ia acontecer, pra onde ia, se ia receber mesmo o dinheiro ou não (vítima 3).*

**SD 21:**

*Nove pessoas tiraram suas vidas porque não suportaram ver a destruição das suas memórias, dos seus afetos, nessa região criminosamente destruída (líder religioso).*

As consequências devastadoras do crime socioambiental da Braskem em Maceió, como se pode conferir nesses dizeres, impõe a presença do “medo do que ia acontecer, pra onde ia, se ia receber mesmo o dinheiro [das indenizações] ou não”. Elicia-se aqui o pânico em torno das possibilidades de sobrevivência material, em que os sujeitos passam a conviver com a incerteza absoluta. E embora esse elemento não apareça nesses dizeres, as incertezas geradas pela pandemia de coronavírus a partir do ano de 2020 também devem consideradas como condição de produção desse discurso. O “pânico sanitário” decorrente dos efeitos da pandemia soma-se àqueles gerados pela situação pontual dos bairros maceioenses.

Na SD 21, entretanto, as raízes desse processo de adoecimento coletivo são identificadas com outros elementos, como a “destruição da memória e dos afetos”. Enquanto na SD 20 o processo de adoecimento se instaura em função das ameaças ao futuro (“medo do que ia acontecer”), aqui o mesmo processo se instaura em função de seus efeitos sobre o passado (“destruição da memória”). A “destruição da memória” é coextensiva à “destruição dos afetos”, visto que memória e afetos estão imbricados. Ao imbricar memória e afeto, o dizer presente na SD 21 faz a memória significar enquanto produtora de identidades. E ao produzir a devastação

em monumentos históricos, em residências recentes e antigas, e em outras edificações públicas e privadas, o crime da Braskem produz a destruição de memórias, de afetos e de identidades.

O suicídio irrompe nesses dizeres como uma resposta verificada em decorrência dos eventos devastadores aqui discursivizados. Para os sujeitos que aqui falam, há uma correlação direta entre o adoecimento psíquico e seu desfecho suicida e a destruição dos bairros Pinheiro, Bom Parto, Mutange Bebedouro e parte do bairro Farol: “eu vi gente se suicidar por conta disso”; “nove pessoas tiraram suas vidas porque não suportaram ver a destruição...”. Nesse discurso, a radicalidade da violência mineradora induz o desespero dos moradores das áreas destruídas aos seus limites. A fratura no metabolismo natureza/sociedade alcança aqui seu ápice, colapsando os corpos, embora reconheçamos que é somente a partir da inscrição na formação discursiva neoliberal que se possa concluir tratar-se aqui de gestos “individuais” e “sem intenção política”.

Também nesse ponto o discurso do documentário *A Braskem passou por aqui...* mobiliza importantes elementos interdiscursivos. No fluxo do desenvolvimento histórico do colonialismo e do capitalismo, o suicídio tem sido uma resposta recorrente para os sujeitos que sofrem com os efeitos da violência decorrente desses dois projetos de poder sobre a vida. Desse modo, em nosso gesto de interpretação entendemos que os dizeres aqui analisados dialogam com uma memória discursiva em que o suicídio perde seus significados patologizantes, porque inscritos numa formação discursiva biomédica, para inscreverem-se em outra formação discursiva na qual esse termo (“suicídio”) significa politicamente. Os elementos patologizantes de natureza biomédica e psiquiátrica estão ausentes da própria superfície linguística dessas enunciações (SD 20 e SD 21), pois é no político que estamos.

A historiografia do período colonial, por sua vez, tem nos oferecido elementos importantes para concluir que o suicídio tem sido um gesto recorrente entre os sujeitos antagônicos ao colonialismo. Destacamos aqui os trabalhos que se debruçam sobre esse tema tomando como referência o sofrimento indígena<sup>70</sup> (Souza *et al.*, 2020) e negro (Ferreira, 2004; Oliveira e Oda, 2008). A maneira como o suicídio é discursivizado nesse documentário põe em relevo o sofrimento radical imposto pela mineração aos corpos, ao mesmo tempo em que dialoga com uma memória em que a recusa dessa ordem de coisas elicia a supressão da própria

---

<sup>70</sup> Respondendo a uma questão sobre a incidência de mortes por suicídio entre a juventude indígena brasileira nos últimos anos, Krenak (2020a, p. 109-110) afirmará: “Uma vez me perguntaram: ‘Por que tantos jovens indígenas estão se suicidando?’. Porque eles estão achando a vida tão cretina e essa experiência tão insalubre que estão preferindo ir para outro lugar. Eu sei que falar disso é doloroso, muitas famílias perderam crianças, meninos, adolescentes, mas a gente não precisa ter medo de nada, nem disso”.

vida. Significando pela língua e pela história, esse discurso ratifica a afirmação de que toda morte traz à tona as marcas da sociedade onde ela ocorre (Netto, 2013).

No discurso do documentário em questão os efeitos deletérios da mineração produzem a “morte psicológica todos os dias”, como podemos ler na SD 22:

**SD 22:**

*Hoje se morre psicologicamente todos os dias, porque quem não saiu [dos bairros] se depara com uma situação como essa. Praticamente um Iraque da vida, a destruição presente. Aí vem a insegurança, vêm os focos de doença, **porque o poder público não se faz presente** (vítima 4).*

Ditos durante o processo de evacuação compulsória dos bairros, os sentidos presentes na SD 22 retratam uma situação de indefinição relativa aos moradores que ainda não haviam deixado as áreas destruídas. Dessa forma, a SD 22 traz uma especificidade que apontamos na seção 3 e que aqui retomamos. Essa especificidade se reflete na maneira como o progresso das subsídências afeta as pessoas e condiciona a produção de sentidos. Impõe-se aqui, como indicamos, uma violência lenta (Pavese, 2022) capaz de “matar psicologicamente todos os dias”. O significante “morte psicológica” funciona para produzir a evidência de um suplício coletivo formatado a partir da dor, da desilusão, da insegurança e da desesperança que atinge os corpos.

O sofrimento assim discursivizado se dá em consonância com a “insegurança pública” e com os “focos de doença”, percebidos como produtos da ausência do “poder público”. Dessa forma, na SD 22 o discurso do documentário *A Braskem passou por aqui...* a violência que faz definhar corpos e mentes é produzida, de um lado, pela ação predatória da mineração, e, por outro lado, pela parcimônia do Estado. Ao produzir esse movimento nos sentidos e na ideologia, o discurso aqui analisado acrescenta um ponto importante ao que discutimos na terceira seção deste trabalho, quando refletirmos sobre ao *continuum* histórico entre capitalismo e estado burguês.

Por sua inscrição numa formação discursiva do Estado de bem-estar social, o enunciado “o poder público não se faz presente” (SD 22) funciona a partir de uma evidência de sentido em que o Estado deve proporcionar segurança e saúde públicas de modo indiscriminado a toda população sob sua tutela. Dessa posição-sujeito, o Estado é uma entidade onipresente que opera acima das diferenças de classe. Assim sendo, compreendemos que o encontro com real, de que nos fala Pêcheux (2015a), aqui materializado numa situação de sofrimento radical, produz nos sujeitos a sensação de desamparo. Se, por um lado, o *continuum* capitalismo/estado burguês é

mantido pela repressão das resistências, aqui esse *continuum* é mantido pela parcimônia estatal, que, para os sujeitos, se traduz em formas outras de sofrimento.

A dor e o sofrimento impostos aos corpos, tal como discursivizados na presente produção artística, somam-se a outras dimensões que ainda merecem destaque nos movimentos de análise aqui empreendidos. Dentre essas dimensões, gostaríamos de refletir sobre os sentidos produzidos acerca dos efeitos do crime socioambiental em questão sobre o trabalho, a localidade e a identidade. Aqui também encontramos pontos de deriva importantes em relação aos ditos e aos não-ditos pelo discurso sobre a mineração em Alagoas, especialmente pensando nas suas materialidades midiáticas. Apesar de serem significantes distintos, trabalho, localidade e identidade fazem parte de mesma teia sociocultural que constitui subjetividades, e dinamiza diferentes arranjos comunitários.

A SD 23 vai mobilizar sentidos relacionados ao colapso de certas atividades trabalhistas presentes nas áreas destruídas pela mineração em Maceió, mostrando como esses sentidos ultrapassam em muito as necessidades básicas de sobrevivência:

**SD 23:**

*Isso aqui era a vivência da gente. Uns trabalhavam de carroça, outros no sururu. Ela [a Braskem] acabou com a vida da gente (vítima 5).*

O enunciado acima é construído a partir da indistinção entre vida e trabalho. “Trabalhar de carroça” e “no sururu”<sup>71</sup> não são referências a atividades técnicas, laborativas, produtivas economicamente. Essas atividades são “a vivência da gente”. Portanto, o crime da Braskem não acabou apenas com as fontes de renda de parte dessas populações, mas atingiu a vida e a existência total das mesmas (“acabou com a vida da gente”). Os efeitos da mineração sobre atividades como a pesca de sururu, por exemplo, impõem a extinção e a morte de um importante patrimônio imaterial presentes nessas regiões, formado a partir de saberes culturais, populares e intergeracionais. Para além de seus significados para a sobrevivência material nessas comunidades, esses saberes são conferidores de sentido e de identidade.

Esse aspecto do discurso do documentário *A Braskem passou por aqui...* reverbera a denúncia dos traços coloniais dos grandes projetos mineradores, como a encontramos em outras

---

<sup>71</sup> O sururu é um molusco que vive em águas doces, facilmente encontrado nas partes mais baixas das lagoas. Muito presente na Lagoa Mundaú, sua pesca é parte importante da história de algumas localidades destruídas pelo crime socioambiental da Braskem, nos bairros Bebedouro e Flexais. O Sururu de Capote, prato importante da culinária alagoana, foi reconhecido em 2014 como Patrimônio Imaterial do Estado pelo Conselho Estadual de Cultura de Alagoas. Para mais detalhes, ver <https://projetoalagoas.com/>

latitudes. Em muitos outros contextos além do maceioense, a imposição da exploração mineral tem significado o fim de atividades laborais tradicionais e artesanais, muitas delas voltadas para a agricultura familiar, para outras atividades de pequeno extrativismo e para atividades de caça e pesca, própria dos povos originários (Mendonça *et al.*, 2020). A despeito do risco para a segurança alimentar das comunidades implicadas, o “desenvolvimento” e o “progresso”, próprios do discurso colonial, não podem suportar formas de organização social tidas por “ultrapassadas” e “arcaicas”.

Como podemos notar no discurso aqui analisado, ao destruir as condições de produção e de renda de um significativo número de sujeitos, o crime socioambiental da Braskem produz concomitantemente uma fratura na subjetividade coletiva, uma vez que o trabalho, conforme Marx (2017) e Lukács (2018), está na base da formação do ser social. Para esses autores, o trabalho é a atividade por meio da qual as pessoas interveem e transformam a natureza, ao mesmo tempo em que se transformam por meio dessa atividade. O trabalho, portanto, é categoria fundamental para a compreensão dos processos de produção de identidades, além de ser categoria central para a compreensão da organização das distintas formações sociais.

Para além dessa discussão relacionada aos processos identitários e de constituição de subjetividades, a erosão das condições de trabalho e produção de renda nas áreas destruídas pela Braskem coloca em cheque a sobrevivência concreta e cotidiana de muitos homens e mulheres, uma vez que a “realocação” é incapaz de proporcionar condições ambientais e materiais semelhantes às quais viviam essas famílias. Para comunidades ribeirinhas, por exemplo, não importam somente as condições materiais diretas como a disponibilidade de rios, lagoas e instrumentos de trabalho. Importa, para além disso, a inserção em coletivos como associações de pescadores, grupos cooperativistas, dos quais esses trabalhadores e trabalhadoras extraem um número considerável de vantagens.

Na SD 24 vemos emergir nesse discurso a questão da localidade e as significações dadas a ela pelos sujeitos que aí se pronunciam:

**SD 24:**

*A Braskem roubou a minha casa, o meu lugar. Eu não consigo mais passar por lá porque eu sempre fico pensando assim: esse era o meu lugar em Maceió, e agora ele é propriedade da Braskem (vítima 6).*

Na relação antagônica com os sentidos de “acordo de compensação” e de “realocação”, colocados em circulação de modo exaustivo pelos canais de mídia da Braskem, o dizer da SD

24 nos põe diante de uma outra interpretação acerca das causas da evacuação dos bairros: “a Braskem roubou a minha casa, o meu lugar”. Dessa posição-sujeito estamos tratando de um “roubo”, isto é, de um crime, de um ato de ilegalidade e de arbitrariedade. Em lugar de perceberem a si mesmos como beneficiários de um “acordo”, esses sujeitos significam a si mesmos como vítimas de um crime. E em lugar de perceberem a si mesmos enquanto “realocandos” sob uma situação de “insegurança geológica”, esses sujeitos significam a si mesmos como vítimas de um gesto de arbitrariedade.

A Braskem “roubou” a “casa” e o “lugar”, “o meu lugar em Maceió”, que passa ser “propriedade da Braskem”. Há aqui um jogo entre os significantes “casa” e “lugar”, cujos sentidos dão a atender que as perdas materiais são acompanhadas de perdas imateriais também inestimáveis. Perde-se a casa e perde-se a localidade. A localidade é provedora de importantes dispositivos com grande relevância para a vida social. Um desses dispositivos tem a ver com as redes de apoio, que podem ser formais quando provêm de equipamentos estatais e paraestatais. Dentre estes estão os equipamentos de saúde coletiva e de educação e segurança públicas, além da rede de serviços privados que atendem a várias demandas sociais, como a diversidade de atividades comerciais e o setor de serviços<sup>72</sup>.

A localidade também costuma ser provedora de uma rede de serviços religiosos, que, de acordo com certa tradição na Sociologia da Religião (Weber, 1966; Berger, 1985), está associada à provisão de importantes elementos relacionados às identidades individuais e coletivas e à ritualização de importantes aspectos da vida, conforme os respectivos sistemas de crenças que encontramos em cada cultura. A própria obra marxiana privilegiou o estudo das expressões religiosas de uma formação social como parte importante para a compreensão do funcionamento dessas mesmas formações (Marx, 2005). Ou seja, compreende-se melhor uma formação social a partir da compreensão de suas formas de ritualização religiosa.

Desse modo, ao significar a saída dos moradores das regiões destruídas como resultante de um “roubo”, esse discurso toca em duas questões centrais em todo esse debate: (1) ele resiste ao processo de naturalização e culpabilização da natureza/terra, mobilizados por enunciados como “afundamento do solo” e “fenômeno geológico”, (2) e transfere o debate para o campo

---

<sup>72</sup> Essas redes de apoio, contudo, também podem ser informais, incluindo grupos que não estão na jurisdição do Estado, compostos de amigos, vizinhos, familiares, e que proveem outras demandas também relevantes para a vida social, como atividades culturais e de lazer, além de atenderem eventualmente algumas demandas que estariam na esfera de abrangência do Estado.

do político, marcado por um gesto de usurpação do capital minerador em relação aos direitos de ocupação do espaço por parte das comunidades aí residentes. Nos termos de Guilbert (2020), diríamos que ao mobilizar esses sentidos, o discurso do documentário em tela desconstrói os quadros primários instituídos pelo discurso hegemônico sobre a mineração, apontando para as relações de produção capitalistas como a origem do acontecimento.

A SD 25 nos apresenta dizeres que corroboram os sentidos ligados à desagregação dessas redes comunitárias, ao sofrimento imposto aos corpos, e ao confronto de significantes como o de “realocação”:

**SD 25:**

*Eu não conceituo isso como realocação de populações. Eu conceituo isso como remoções, que são deslocamentos forçados de populações, e com impactos na vida, na carne, nos corpos dessas pessoas (vítima 7).*

Na SD acima, ao mobilizar termos como “remoções” e “deslocamentos forçados”, o discurso do documentário em questão objetiva acentuar o caráter de arbitrariedade do processo que resultou na desterritorialização de cerca de 60 mil pessoas. Em nossa compreensão, há aqui uma disputa específica pelo referente relativo à movimentação dessas populações. Os sentidos de “remoção” e de “deslocamento forçado” estão em luta e em antagonismo frente aos sentidos de “acordo de cooperação” e de “realocação”. Enquanto no discurso hegemônico sobre a mineração produzem-se efeitos de sentido enquanto “auxílio”, “cooperação”, e “mutualidade” entre capitalismo e comunidades, os efeitos de sentido aqui presentes se referem ao “roubo”, à “pilhagem”, à “arbitrariedade”, e, como vimos mais acima, à “guerra”.

Para além de todas as questões até aqui discutidas, tal como elas estão mobilizadas no discurso do documentário *A Braskem passou por aqui...*, os tópicos da produção e da circulação de sentidos propriamente ditos também estão contemplados nesse gesto de resistência. Como veremos, na superfície linguística eles surgem a partir do questionamento da relação entre capitalismo e mídia. Como indicamos na seção anterior, dialogando com as contribuições de Althusser (1980), os aparelhos de mídia cumprem uma função decisiva nos processos de interpelação ideológica dinamizados nas formações sociais capitalistas. O confronto em relação ao papel que eles exercem surge aqui como parte dos sentidos dissidentes postos em circulação por essa produção artística.

Para a mineração, desde a fase neoliberal do capitalismo e da nova demanda por minérios produzida pela mesma, esses aparelhos ganharam uma importância inédita enquanto

espaços de investimento em sentidos que vinculam as atividades de mineração ao discurso da “sustentabilidade”. Isso significa o fortalecimento do *continuum* mineração/estado burguês, uma vez que essas atividades industriais são vistas como “estratégicas” economicamente. Em situações de crise resultantes de conflitos socioambientais, esses aparelhos ideológicos tendem a exacerbar seu funcionamento, afim de que haja uma estabilização de sentidos que visam proteger o capitalismo da crítica. O cotidiano, como nos diz Araújo (2020), torna-se um espaço de saturação dessas significações.

Na avaliação de Gehardt e Araújo (2020), essa dinâmica tem por objetivo garantir a continuidade da extração mineral e de outras práticas industriais com grande custo socioambiental. Para esses autores (Gehardt; Araújo, 2020, p. 473), “atividades com alto potencial de causar impactos ecológicos e constrangimentos sociais procuram produzir, junto à população local, um movimento em direção à sua aceitabilidade”. Para Araújo (2020) essa movimentação de sentidos tem incidências importantes sobre os sujeitos. O que esse autor (Araújo, 2020, p. 267) vai chamar de “manipulação das percepções”, nós compreendemos como a culminância do assujeitamento pela ideologia capitalista-mineradora. É o sentido (e os sujeitos) tomando direções específicas (Orlandi, 2016). Na ponta do processo temos os mesmos resultados: a fabricação de sensibilidades adequadas ao negócio mineiro.

Em afrontamento a esses processos discursivos e ao tipo de assujeitamento que ele produz, o discurso do documentário de Pronzato (2021) apontará na direção das relações entre capitalismo, mídia e Estado, exacerbando as consequências dessa tríplice coalisão para a situação específica que estamos abordando:

**SD 26:**

*Ela [a Braskem] manipula a mídia, mostrando lá fora que aqui está tudo bem, que ela é a grande empresa colaboradora do Estado, do município, do poder público, e nós, as vítimas, ficamos à mercê dessa empresa (vítima 8).*

No dizer da SD 26 a Braskem “manipula a mídia”. Pela formação discursiva na qual se inscreve, o verbo “manipular” significa aqui a partir da evidência de sentido de que existe uma relação de “engodo” que faz com que o capitalismo oculte suas “reais intenções” no uso que faz dos meios de comunicação. Os sentidos de “manipulação” que aqui encontramos são coerentes com muitas perspectivas críticas, para as quais o mecanismo do funcionamento ideológico tem a ver com a “dissimulação” e com o “ocultamento” de aspectos importantes da realidade, sempre relacionados com os diferentes interesses de classe. Enquanto matrizes de

sentido e de assujeitamento, essas formações discursivas também estão presentes nas práticas de linguagem dos sujeitos que resistem à mineração.

A partir do modo como concebemos o funcionamento da ideologia na AD, interessamos reconhecer a partir da SD 26 como a tríplice aliança entre capitalismo, mídia e Estado funciona enquanto engrenagem de interpelação ideológica e de estabilização de sentidos. Nos dizeres que aqui analisamos o movimento de interpelação ideológica é situado, primeiramente, a partir de seu alcance espacial. Ele visa a “mostrar lá fora...”. Nesse discurso, interessa à Braskem romper as barreiras geográficas maceioenses e alagoanas e estender os rituais de interpelação ideológica a outras ambiências. Compete-nos questionar, nesse movimento de análise, os fundamentos que dão a esse processo discursivo contornos tão peculiares.

Já dialogamos algumas vezes nesta tese com a assertiva de Orlandi (2020) de que os discursos estão sempre circulando em referência a outros discursos. E aqui apontamos para a relação dessa enunciação (“mostrando lá fora...”) com as condições de produção que presidem o discurso sobre a mineração na atualidade. Para além do acontecimento discursivo que tem feito emergir novas formas-sujeito e novos sentidos sobre a mineração na América Latina e no Brasil, os grandes crimes socioambientais que passaram a circular na mídia nacional<sup>73</sup> impõem às empresas mineradoras a necessidade de amplificação de sua comunicação empresarial, aqui compreendida como práticas discursivas onde se dá um intenso movimento de interpelação ideológica.

Em outras palavras, o que estamos afirmando é que em função dessas condições de produção, nas quais os impactos deletérios da mineração industrial circulam através dos grandes meios de comunicação do país, o discurso sobre a mineração se vê forçado a amplificar seu alcance geográfico, conforme encontramos na SD 26. No centro da interpelação aqui destacada encontram-se duas enunciações: (1) a de que há paz social apesar dos acontecimentos (“aqui está tudo bem”), (2) e a significação da Braskem como “colaboradora do Estado, do município, do poder público”. Como discutimos na seção anterior, esse último ponto está relacionado ao funcionamento das formações imaginárias que presidem essas discursividades.

Pensando esse aspecto do discurso do documentário que estamos analisando sob o prisma das formações imaginárias, temos outro elemento importante a ser destacado. Dessa posição-sujeito não há parceria de nenhuma natureza entre a Braskem e as comunidades. Em

---

<sup>73</sup> Com atenção especial, mais uma vez, para os casos aqui já mencionados das mineradoras Samarco em Mariana-MG, e da Vale em Brumadinho-MG, respectivamente em 2015 e em 2019.

lugar disso, na relação que aí se estabelece os sujeitos significam a si mesmos de um modo muito peculiar: “nós, as vítimas...”. Ao enuncia-lo nesses termos, o discurso da produção artística em questão põe em movimento sentidos muito caros à formação ideológica decolonial. Dentre os tais, precisamente aqueles para os quais o “desenvolvimento/progresso” nunca se impõe sem a produção de múltiplas vítimas, quer sejam nichos ecológicos ou comunidades humanas, quer sejam ambos concomitantemente.

Comentando a produção de vítimas históricas por parte do “progresso” colonial-minerador, Araújo (2020, p. 256) afirma que

A história da mineração moderna no mundo todo, mas em particular em Nossa América Latina, é uma história de massacres; de territórios, trabalhadores e povos imolados sacrificialmente no altar do progresso. O progresso mineiro foi o progresso das “artes da guerra”; foi também o progresso do colonialismo; sua expansão e globalização. Primeira indústria global, a mineração moderna impulsionou a sangue e fogo a ocidentalização do mundo; e segue fazendo-o enfurecendo-se especialmente contra as populações *inferiorizadas* [grifo do autor].

Dessa forma, afirmamos que a mobilização de sentidos que se dá pela forma-sujeito do documentário *A Braskem passou por aqui...* cria um elo identitário entre as comunidades urbanas massacradas pela mineração em Maceió, e as comunidades rurais de pequenos agricultores, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, e tantas outras também massacradas pela mineração ontem e hoje na América Latina.

Em função do que afirmamos com nossas análises, situamos o discurso dessa produção audiovisual como um discurso artístico de natureza político-polêmica, cujos efeitos de sentido têm a ver com a resistência a um conjunto de “evidências” postas em circulação pelo discurso hegemônico sobre a mineração em Alagoas. O discurso aqui analisado se insere no âmbito do acontecimento discursivo que instaura sentidos não pensados acerca da mineração no Brasil, como temos assistido nos últimos anos. Por sua inscrição numa, os sentidos mobilizados nesse discurso se originam de diferentes formações discursivas, com prevalência das perspectivas ditas “críticas”. Emerge aqui, como já dissemos, uma nova forma-sujeito, antagônica ao discurso minerador e seus significantes centrais.

### **6.3 Dos dizeres populares anti-mineração**

Neste ponto de nossa análise consideramos oportuno retomar a discussão que iniciamos na terceira seção deste trabalho, quando postulamos a existência de uma relação entre elementos de memória relacionados com a formação discursiva canavieira e o modo como em Alagoas se

dá a relação entre capital e trabalho. Havíamos identificado, como parte do funcionamento da ideologia nessas relações históricas, a presença de um silêncio que nomeamos como naturalizador, a partir do qual toma-se a violência inerente a certos processos de produção capitalistas como parte natural da vida social.

A partir disso, sugerimos que a maneira como amplos setores da sociedade alagoana se posicionavam em face do crime socioambiental da Braskem em Maceió estava atravessada pela herança dessa memória de relação com o poder político-econômico onde vigem o silêncio e a submissão. Dito com um neologismo, estaríamos assim diante de uma “canavieirização” das condutas e das relações sociais em Alagoas. Em sua pesquisa sobre o lugar da economia canavieira no desenvolvimento histórico da sociedade alagoana, Diegues Jr. (2002) chega a afirmar que o mundo canavieiro forjou em Alagoas traços culturais marcados pela obediência, pelo silêncio e pela submissão popular em sua relação com o poder político-econômico<sup>74</sup>.

Ampliando agora esse debate para os efeitos da mineração no Ocidente, nos defrontamos com outro interessante neologismo sugerindo uma “mineralização da condição humana” (Aráoz, 2020). O pressuposto aqui é o de que o modo de produção capitalista é produtor de mercadorias e de subjetividades. Sem a produção de subjetividades afeitas ao modo de vida no capitalismo, em que vigoram o consumo e a acumulação, a engrenagem produtivista não faria nenhum sentido. A mineração ocupa um lugar muito estratégico na cadeia do produtivismo capitalista, visto que a extração de minérios é o ponto de partida para os variados setores que compõem a cadeia produtiva. Daí decorre a (auto)projeção na qual a mineração é significada como “indústria das indústrias”. Consequentemente, opor-se à mineração é opor-se à “modernidade” e ao “desenvolvimento”.

É nesse sentido que Aráoz (2020, p. 252) se referirá a uma “mineralização da subjetividade”, por meio da qual a mineração “pré-construiu as bases do *habitus moderno*; foi moldando suas formas típicas, normais, de pensar, de sentir, de atuar, de ver, de valorizar; portanto, também de não ver, não sentir, não valorizar” (id. *ibid.*). Mais adiante, esse autor ainda dirá que

A mineração precisa construir subjetividades bem educadas na razão indolente; plenamente incorporadas à civilização. Elas negam autenticamente a existência da violência; acreditam claramente que violentos são os outros; que não há

---

<sup>74</sup> A despeito dessas afirmações, é sempre oportuno não deixar de fazer referência ao campo das resistências e das lutas contra-hegemônicas. Especialmente no contexto campesino, sempre houve resistências importantes à monocultura da cana em Alagoas. Mais recentemente, os avanços do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Pastoral da Terra (CPT-AL) são importantes exemplos disto.

devastação nem contaminação. [...] O exercício sistemático da violência cristalizou e calcificou as afetividades; produziu um corrosivo processo de mineralização das emoções e dos sentimentos. Surgem dessa maneira subjetividades que não se alteram diante das explosões e das drenagens ácidas, da destruição dos glaciares, dos corpos perfurados pela fome; observam imparcialmente as cenas de repressão; registram impávidos as descrições dos impactos ambientais. Nada os comove, nada os perturba (Aráoz, 2020, p. 268).

Como podemos depreender desse trecho acima citado, a “mineralização da condição humana”, ou a “mineralização das subjetividades”, ou a ainda a “mineralização das emoções e dos sentimentos”, têm a ver com a naturalização da violência inerente a essa modalidade de produção industrial, e com a consequente inação frente aos danos socioambientais que ela produz. Sob a ótica da AD, nosso entendimento é que temos aqui um dos resultados do movimento da ideologia nas formações sociais capitalistas. Mas, como assevera Insdusrky (2008), há sempre fragmentações no processo de constituições de subjetividades. E é justamente por causa dessa fragmentação da forma-sujeito que encontramos, no caso em questão, posições individualistas e resignadas intercaladas com gestos de resistência no mesmo indivíduo.

Como veremos com as análises seguintes, as áreas destruídas pela mineração em Maceió estão cheias de manifestações populares, marcadamente expressas em dizeres significativos que visam resistir no campo das significações. Esse movimento discursivo deve sua origem à devastação causada pelo crime socioambiental da Braskem. Concomitantemente, a postura personalista, assim como a tendência individualista no trato com a Braskem também marcam a resposta verificada em grande parte das comunidades desterritorializadas. Se por um lado o sofrimento faz emergir a revolta e a resistência, com incidências importantes no campo dos sentidos, o assujeitamento promovido pela ideologia capitalista e neoliberal faz com que as articulações coletivas sejam enfraquecidas e as lutas sejam individualizadas<sup>75</sup>.

O gradativo processo de desocupação compulsória iniciado em 2018 nos bairros Pinheiro, Bom Parto, Mutange Bebedouro e parte do bairro Farol, na cidade de Maceió, foi trazendo consigo modificações rápidas e intensas na paisagem urbana. Concomitante com a degradação das estruturas físicas de prédios, residências e de outras edificações, a visualidade do espaço urbano passa a ser tomada por manifestações languageiras que aqui nomearemos como dizeres populares anti-mineração. Ao refletir sobre as mesmas materialidades acerca das quais nos ocupamos aqui, Souza, Simas e Eduardo (2023, p. 2) indicam que “tais intervenções

---

<sup>75</sup> Além dessa explicação para a desmobilização coletiva, vinculada com o individualismo neoliberal, deve-se levar em consideração as estratégias específicas articuladas pela própria Braskem com esse fim. O modo de execução do programa de “compensações financeiras” deve ser arrolado no conjunto dessas estratégias.

acionam memórias, frustrações, denúncias e reivindicações dos moradores frente à impossibilidade de permanecer nos bairros onde construíram suas trajetórias de vida”.

Conforme indicam os autores acima citados, não estamos falando de um caso inédito nem isolado. No âmbito da antropologia urbana haveria um conjunto de estudos fundados no conceito de “evento crítico”, configurando o que se convencionou chamar de literatura sobre ruínas. Nesse âmbito, fenômenos urbanos como as pichações, os *graffiti*<sup>76</sup> e os *catastroffiti*<sup>77</sup> são significados enquanto “recursos expressivos que permitem aos sujeitos falar sobre as perdas materializadas na paisagem espectral dos bairros fantasmas” (id. *ibid.*). A associação entre crimes socioambientais perpetrados por mineradoras e o surgimento dessas formas de manifestação popular é recorrente no Brasil (Souza; Simas; Eduardo, 2023), embora não tenham sido até o momento tomadas como objeto de análises discursivas.

Na forma de pichações, de grafitagens e de inscrições pintadas nas fachadas das casas, em muros, e em outros lugares com visibilidade pública, os dizeres populares anti-mineração aqui referidos estão expressos como poemas, metáforas, assertivas curtas, lamentos, denúncias, injúrias e outros modos de expressão do descontentamento popular proporcionado pelo crime socioambiental da Braskem. Marcados pela diversidade de gêneros, esses dizeres se caracterizam por uma tácita unicidade temática: a significação da mineração como vetor do caos, da desagregação e do horror. Como gesto derradeiro nas áreas destruídas pela mineração, os sujeitos inventam uma nova destinação para as estruturas físicas com visibilidade pública. Elas passam a ser espaço de catarse, de denúncia e de revolta, em que o simbólico tem predominância.

Mais uma vez destacamos a dissimetria existente entre as classes em luta (Pêcheux, 2014), manifestada aqui na flagrante desproporcionalidade entre os recursos da classe trabalhadora e os recursos à disposição dos detentores dos meios de produção. Enquanto o discurso hegemônico sobre a mineração dispõe de amplos canais de mídia, operando na produção de “evidências” com base na repetibilidade e na saturação semiótica imposta ao cotidiano maceioense, os gestos de resistência aqui descritos dispõem da precariedade dos recursos e do caráter artesanal que marca sua produção. Restritas às áreas destruídas pela

---

<sup>76</sup> Souza, Simas e Eduardo (2023) conceituam os *graffiti* enquanto uma prática disruptiva oriunda do movimento hip-hop, que, primeiramente no contexto estadunidense, estiveram inseridas nas lutas em torno das desigualdades sociorraciais na década de 1970 em diante.

<sup>77</sup> Os *catastroffiti*, conforme Souza, Simas e Eduardo (2023), são uma forma de expressividade surgida a partir de contextos específicos de ocorrência de catástrofes, e são realizados na própria residência ou estabelecimento comercial por seus proprietários.

mineração, e sem as vantagens técnicas da digitalidade, as produções simbólicas às quais estamos nos referindo estão sujeitas à fugacidade, tendo em vista a deterioração gradativa das construções prediais e a transferência imobiliária que se vai concretizando em favor da empresa Braskem.

Conforme descrevem Souza, Simas e Eduardo (2023, p. 11-12),

a indenização aos moradores é feita a partir da compra de seus imóveis pela Braskem, de modo que a empresa passa a ter controle de grande parte do território atingido pela mineração. Por consequência, as intervenções [dizeres populares anti-mineração] também são rapidamente cobertas ou derrubadas pela empresa ou por companhias terceirizadas contratadas, de modo que as fotografias realizadas ao longo dos últimos cinco anos são essenciais para manter um acervo das pichações e registrar as súbitas transformações da paisagem.

Impossibilitados de fazer circular sua palavra nos espaços hegemônicos de produção e circulação de sentidos (especialmente rádio e TV aberta), as comunidades desterritorializadas o fazem a céu aberto, nos muros e fachadas. Sem as vantagens tecnológicas próprias da mídia hegemônica, as comunidades em sofrimento usam tecnologias alternativas e artesanais. Sem o alcance proporcionado pelo rádio, pela TV e pela internet, as populações agonizantes lançam mão do que podem a tinta e o concreto. O silêncio, enquanto efeito ideológico que por décadas acompanhou a presença da mineração nessas áreas, dá lugar a gritos, a pesares, a denúncias, a sentidos antes não pensados, fazendo do espaço urbano um grande painel onde uma nova palavra se fará materialidade: mineração é dor, é desolação e morte. Em um gesto de revolta e resistência, os sentidos interditados nos espaços hegemônicos ganharão as ruas.

Estamos nos referindo a gestos de resistência popular frente a relações de interdição e de censura. Lembremos que de um ponto de vista discursivo “a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas diferentes posições” (Orlandi, 2007, p. 104). E como sugere Orlandi (id., p. 105), há interdições do discurso político também na ausência das ditaduras. É justamente nos interstícios dessas relações que emergem os sentidos dissidentes que passamos a analisar.

Tomemos inicialmente a SD 27, na qual encontramos um dizer popular anti-mineração articulado como um poema. Ele ocupa a fachada externa de uma residência pertencente às áreas destruídas, e por meio da linguagem poética tematiza acerca da origem do acontecimento e acerca do sofrimento vivenciado pelo processo de destruição do bairro Pinheiro, em Maceió:



Fonte: Projeto Cotidiano Fotográfico

No dizer popular anti-mineração da SD 27, o sofrimento vivenciado pelas vítimas do bairro Pinheiro é remetido à “ganância dos homens”. Passando ao largo do modo genérico do referente “homens”, o discurso em questão ratifica a dimensão antrópica do colapso dos bairros, disputando com os sentidos de naturalização expressos em enunciados como “fenômeno geológico”, por exemplo. Para as comunidades desterritorializadas não há discussão acerca do lugar que a mineração ocupa no acontecimento. Na manipulação dos quadros primários (Guilbert, 2020) como a encontramos nesse discurso, a origem do acontecimento tem a ver com as coisas humanas, isto é, ele pertence à política e à economia.

Na SD 27 os sentidos são mobilizados a partir do recurso metafórico. Como nos lembra Orlandi (2007) em suas análises da Música Popular Brasileira (MPB) frente à ditadura militar brasileira, a metáfora está entre as construções linguísticas que apontam para importantes deslocamentos de sentidos<sup>78</sup>. Nos seus termos, esse dizer se articula como lamento e como presságio. Usa-se o discurso botânico para se remeter ao político. Ao modo dos poetas, dos literatos, dos cordelistas e dos compositores que, ao longo da história da sociedade brasileira fizeram de sua arte um discurso de resistências, aqui se diz “X” para se dizer “Y”. Desse modo

<sup>78</sup> Além das metáforas, outras construções linguísticas implicadas no deslocamento de sentidos apontadas por Orlandi (2007) são as substituições, as repetições em lugares estratégicos, os jogos com o significante, o uso de proparoxítonas, o uso de referências à natureza brasileira, a relação intertextual, o jogo de palavras e a referência a literatos que trabalham com a ideia de revolução. Para mais detalhes, ver Orlandi (2007, p. 120-122).

deslocam-se sentidos ao mesmo tempo em que se escapa das retaliações jurídicas e policiaiscas possibilitadas pela situação.

O Pinheiro (bairro) significa em referência a um pinheiro (árvore). A “ganância dos homens” (ideologia do lucro) faz “sangrar a raiz do pinheiro” (colapsar a vida comunitária), faz “cair suas folhas uma a uma” (produz evacuação compulsória e progressiva), faz “cair o coração” (produz adoecimento) do narrador, e instiga a “plantar em outros campos” (construir a vida comunitária em outro território). Os “homens e mulheres fortes e guerreiras” (trabalhadores e trabalhadoras), incapazes de conviver com tamanho gesto de devastação “não suportam e tombam” (deixam o território, morrem). Culminando, “não haverá ouro que pague” (não há “compensações” possíveis) pelos efeitos finais do ocorrido, isto é, “quando só o tronco restar do pinheiro” (o fim da vida comunitária dos territórios).

Tabela 1 – Deslocamento de sentidos na SD 27

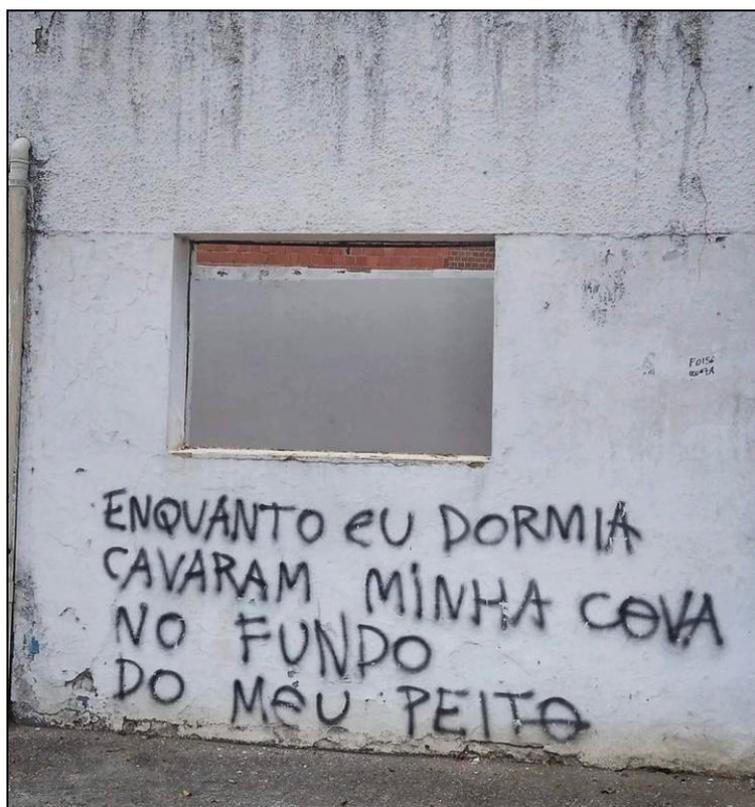
<b>SIGNIFICANTE</b>	<b>DESLOCAMENTO</b>
ganância dos homens	ideologia do lucro
pinheiro	bairro do Pinheiro
sangrar a raiz do pinheiro	colapsar a vida comunitária
cair suas folhas uma a uma	evacuação compulsória e gradativa
cair o coração	Adoecer
plantar em outros campos	construir a vida comunitária algures
homens e mulheres fortes	trabalhadores e trabalhadoras
não suportar e tombar	deixar o território, morrer
não haverá ouro que pague	não há “compensações” possíveis
quando só o tronco restar	fim da vida comunitária

Em seu caráter opaco e metaforizado, o dizer popular anti-mineração da SD 27 visa resumir os pontos centrais desse debate. Indica a gênese dos conflitos, aponta para as consequências socioambientais e comunitárias, aponta na direção da classe derrotada, lamenta o adoecimento e as perdas, e denuncia a gestão da crise, especialmente pela referência à política das “compensações” imposta pelo capital-Estado. Mobilizados por meio do discurso botânico, os sentidos aqui produzidos invertem o processo de naturalização fortemente presente no discurso hegemônico sobre a mineração. Neste, a natureza/terra com seu caráter “indomável” e “imprevisível” está na raiz da questão. No discurso da resistência, por sua vez, há indistinção

entre ecologia e sociedade (pinheiro e Pinheiro), e ambas são vítimas da ideologia do lucro que opera no centro do modo de produção capitalista.

Analise uma segunda sequência discursiva (SD 28) para ver como outros sentidos são mobilizados no discurso das populações desterritorializadas pelo crime socioambiental da Braskem em Maceió:

**Figura 12** – Dizer popular anti-mineração no bairro do Bebedouro, Maceió-AL



**Fonte:** Projeto Cotidiano Fotográfico

O dizer da SD 28 tem em sua materialidade uma declaração curta que dialoga com o silêncio acerca da presença histórica das atividades de mineração em Maceió. Também construído a partir do recurso metafórico, destacamos primeiramente os efeitos de sentido eliciados a partir do verbo “dormir”. Pelo enunciado “enquanto eu dormia” faz-se referência não necessariamente ao “desconhecimento” acerca da extração de sal-gema nesses territórios. Analisados em seu caráter de discursividade, os efeitos de sentido desse “dormir” metaforizados nesta situação têm a ver com a interdição histórica que não permitiu a esses sujeitos a inscrição em certas formações discursivas. O que dissemos acima acerca da interdição e da censura, em diálogo com Orlandi (2007), também se aplica aqui. “Dormir”, no caso em questão, é estar fora das formações discursivas cujos sentidos resistem à mineração e à sua história de massacres.

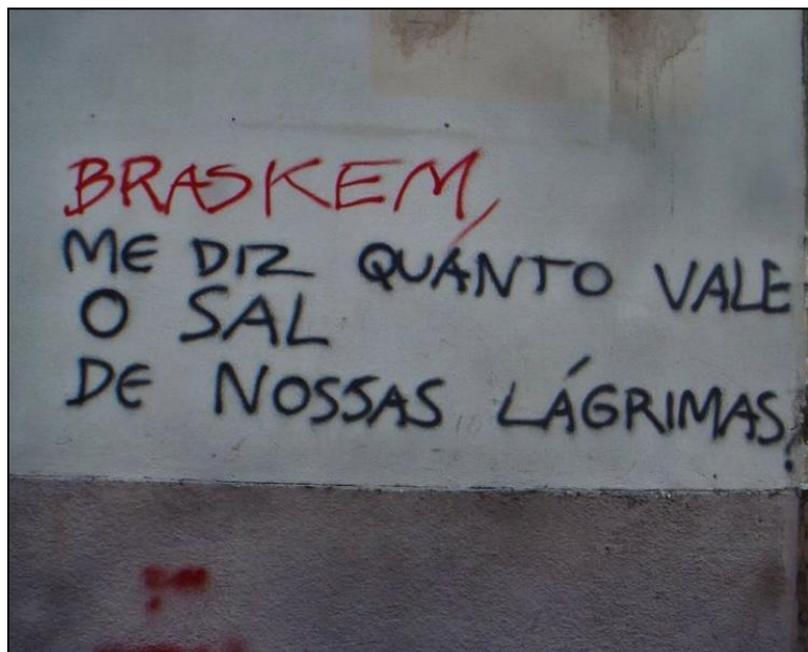
Os efeitos deletérios da mineração nesses territórios, ao atingirem a vida comunitária, a integridade dos corpos, as fontes de renda e trabalho, produzem um movimento coletivo que passa a inscrever esses sujeitos em novas formações discursivas. Surgem outros sentidos antes impensados, mas agora dizíveis. Na SD 28 o impensado tem a ver com as mais de quatro décadas de exploração de sal-gema nos territórios minerados na capital alagoana. Pela inscrição nessa nova formação discursiva dá-se uma ressignificação do presente e da história. Em outras palavras, mudam os sentidos que faziam da Braskem um “investimento na diversificação da economia de Alagoas”. Pela formação discursiva em questão, a extração de sal-gema passa a significar, metaforicamente, como um longo manejo fúnebre lentamente ritualizado em desfavor desses sujeitos: “cavaram minha cova no fundo do meu peito”.

Diante disso, reconhecemos que os sentidos postos em circulação pelo discurso da resistência, como estão presentes nessa curta materialidade significativa, disputam com sentidos que remetem à história da Braskem em Alagoas. Trata-se, desse modo, de uma reinscrição desses sujeitos na história. Lembremos, conforme discutimos na quarta seção deste trabalho, que as atividades de extração de minérios são inseridas em Alagoas sob o ímpeto da retórica desenvolvimentista dos governos militares brasileiros (Gonçalves, 2009), assim como sob o discurso da “redenção” econômica de Alagoas (Carvalho, 2015; Cavalcante, 2020).

Historicamente submetida ao monopólio econômico da cana, desde a década de 1970 Alagoas passa a ser um dos territórios onde as promessas capitalistas escorrem ao tom “modernizante” que tem na mineração um dos vetores de “desenvolvimento regional”. Mais recentemente, como também discutimos, a esses discursos agregam-se sentidos de “sustentabilidade” e de “responsabilidade socioambiental”, que funcionam para garantir a continuidade da exploração da natureza/terra e do trabalho por parte da industrialização capitalista. Diante disso, nos novos sentidos aqui postos em circulação pela população dos bairros destruídos, em lugar de se significarem como beneficiários da “salvação” capitalista, os sujeitos passam a se significar como vítimas de um projeto em que vigora a morte.

Em meio às diferentes estratégias semânticas acionadas na produção das materialidades significantes aqui analisadas encontramos também o jogo de palavras. Em sua apreciação específica dessa estratégia de linguagem, Orlandi (2007, p. 122) indica que “relações de sentido trabalham abundantemente para significar ali onde o sentido não pode ser dito”. Na SD 29 o dizer popular anti-mineração dirige um questionamento diretamente à mineradora Braskem, por meio de um jogo de palavras em que o termo “sal” pendula entre diferentes formações discursivas:

**Figura 13** – Dizer popular anti-mineração no bairro do Pinheiro, Maceió-AL



**Fonte:** Projeto Cotidiano Fotográfico

Em seu questionamento, esse locutor cria uma zona de desconforto em seu interlocutor, uma vez que o termo “sal”, por seu trânsito em diferentes formações discursivas, produz aqui uma aproximação entre a extração histórica de sal(-gema) e o sofrimento vivenciado pelas comunidades nos territórios correlatos a essa exploração. Ao indagar “quanto vale o sal de nossas lágrimas”, esse dizer produz de um questionamento acerca da precificação da dor, que nessa situação de enunciação tem a ver com a política das “compensações financeiras”. No mais, estamos diante de um discurso sobre os limites do que pode ser mensurado em termos do capital, isto é, sobre os limites da mercantilização de importantes dimensões da vida.

Como descrevemos na quarta seção, as “compensações financeiras” representam um capítulo importante nos conflitos aqui tratados. Vale ressaltar mais uma vez que não se trata de intervenções pontuais e restritas ao caso maceioense. As “compensações financeiras” constituem uma lógica e uma política praticadas de um modo geral pela mineração industrial, estando sujeitas à rentabilidade de cada projeto (Aráoz, 2020). Vinculadas aos setores de “responsabilidade social” das grandes empresas, as “compensações financeiras” contribuem diretamente para o tipo de percepção social almejado pelas empresas mineradoras, pressupondo a existência de um “preço aceitável” para potenciais efeitos deletérios de seus empreendimentos.

Ao colocar tal lógica sob questionamento, o dizer da SD 29 expressa o sentimento de injustiça fortemente presente entre as comunidades violentadas pela extração mineral em Maceió. Para a forma-sujeito aqui gestada, há dimensões da vida que não podem entrar no cálculo da produção de mercadorias. O próprio Estado deve ser compreendido como destinatário indireto desse tipo de questionamento, tendo em vista a anuência do Poder Judiciário alagoano em relação à efetivação dos “acordos de cooperação” e das “compensações financeiras”. Por essa razão, consideramos que perguntas simples com a que encontramos no dizer popular anti-mineração da SD 29 são importantes para a compreensão de como funcionam as formações sociais sob o capitalismo.

Pela movimentação de sentidos tal como encontramos nessa SD, o discurso das comunidades em questão toca em um dos axiomas do capitalismo, já problematizado no âmbito do materialismo histórico-dialético, concernente ao modo de dominação burguesa. Na descrição das relações gerais entre o modelo de sociedade burguesa e o modo de produção capitalista, Marx e Engels (2005) fazem alusão àquilo que chamaremos de um processo de “dessacralização” radical do real, sem o qual o avanço desse modelo produtivo não seria possível. Marx e Engels (2005) vão mostrar como o avanço do projeto burguês de sociedade deu-se por meio de uma revolução de valores, fazendo solapar antigos sentimentalismos de diversas naturezas, submetendo-os ao cálculo frio do mais-valor.

Nos termos desses autores

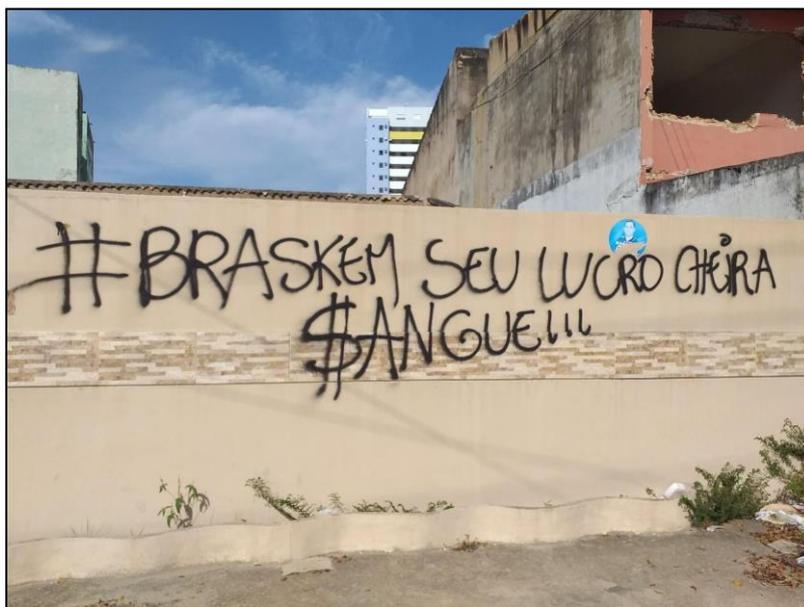
Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus “superiores naturais”, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do “pagamento à vista”. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta e brutal (Marx; Engels, 2005, p. 42).

Como depreendemos da citação acima, o avanço da sociedade burguesa tem como condição de possibilidade uma revolução de valores marcada pela substituição de vínculos sentimentais de diferentes tipos pela objetividade requerida pela exploração capitalista da natureza e do trabalho. Nesse ínterim, a “dignidade pessoal” é engolida pelo valor de troca. E é justamente no âmbito dessa “dignidade pessoal” mencionada por Marx e Engels que alocamos

a indagação “quanto vale o sal de nossas lágrimas”. Por meio dela, esses sujeitos reivindicam a dignidade de ocupar um território e nele constituir relações diversas, memórias e identidades.

A lógica das “compensações”, dita aqui por meio do silêncio que acompanha a indagação “quanto vale o sal de nossas lágrimas”, deve ser compreendida como um elemento subordinado à ideologia do lucro e sua maximização. Como está indicado desde Marx e Engels (2005) e de Marx (2017a), a produção de mais-valor e a maximização do lucro estão no centro do sistema capitalista. São esses os axiomas aqui questionados pelos gestos de rebeldia e revolta materializados nas manifestações populares que estamos analisando. Mas se, por um lado, encontramos um gesto de revolta contra a ideologia do lucro que significa pelo silêncio (SD 29), encontramos nessas mesmas manifestações populares aqueles que se constroem por referências diretas, como na SD 30 abaixo:

**Figura 14** – Dizer popular anti-mineração no bairro do Pinheiro, Maceió-AL



Fonte: o Autor

O dizer popular anti-mineração da SD 30 assume um caráter de radicalidade, entendida como “tomar as coisas pela raiz” (Marx *apud* Silva Sobrinho, 2016, p. 92). A partir de um estilo lacônico, quem “cheira \$angue” (sic) não é a exploração mineral, nem a destruição física dos territórios, nem o sofrimento imposto às comunidades aí residentes, mas “o lucro da Braskem”. O caráter de radicalidade consiste justamente na produção de sentidos acerca do lucro, que é a finalidade do sistema capitalista de produção de mercadorias. A metáfora olfatória do “cheirar

§angue” (sic), por sua vez, significa em função de sua filiação a noções pré-construídas em que o cheiro de sangue faz referência à violência, à brutalidade, à morte e à guerra.

Convém mencionar que esses efeitos de sentidos dissidentes são produzidos a partir de uma situação de enunciação marcada pelos recordes de lucratividade da Braskem em Maceió após o ano de 2018. Os sentidos produzidos sobre o tema do lucro, tais como emergem no conjunto dessas enunciações, desloca o problema da geologia para o campo político-econômico. Pelo silêncio, a natureza/terra saem do lugar de algozes para compor o conjunto das vítimas. Por sua vez, o “lucro que cheira §angue” (sic) significa como denúncia a um modelo de sociedade pautada pela concorrência produtivista (Löwy, 2014). Inscrito numa formação discursiva anticapitalista, o dizer popular anti-mineração da SD 30 mobiliza sentidos no interdiscurso para os quais “se o dinheiro vem ao mundo com manchas de sangue numa das suas faces, o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os lados” (Marx, 2017b, p. 830).

Para encerramos essa seção, consideramos importante reafirmar que o discurso do documentário *A Braskem passou por aqui: a catástrofe de Maceió*, e os discursos da resistência materializados nos dizeres populares anti-mineração devem ser situados no acontecimento discursivo anteriormente mencionado. Como indicamos, tem-se aí uma nova forma-sujeito em que se dá a produção de um novo campo de saber para o qual a mineração é significada como um símbolo de dominação e de violência. A formação ideológica que denominamos como decolonial comporta, por sua vez, diferentes formações discursivas, especialmente de caráter crítico e anticapitalista. É dessa formação ideológica que derivam os discursos que resistem ao conjunto de “evidências” produzidas diuturnamente pelo discurso hegemônico sobre a mineração, disputando com este a produção da memória social em Maceió.

Não obstante, analisar sentidos dissidentes como os que aqui foram trazidos se constitui em um dos modos privilegiados de conhecermos como funcionam as formações sociais onde o capitalismo estabeleceu sua hegemonia. Lembremos que Alagoas ainda preserva traços muito peculiares de sua história com o poder político-econômico. Por exemplo, enquanto o crime socioambiental da Braskem em Maceió tem mobilizado desde 2018 uma disputa de sentidos protagonizada por posições-sujeito em diferentes campos de atividade social, os efeitos deletérios da monocultura da cana sobre o espaço alagoano têm produzido reações situadas e episódicas, ora nas lutas campesinas, ora na produção acadêmica. Tudo isso indica que os rituais ideológicos no capitalismo operam para a naturalização do inaceitável. A “ousadia da revolta”, para pensar com Pêcheux, não deveria esperar até os limites do suportável para emergir.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O direito à cidade é muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades é um dos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados.*

*(David Harvey, Cidades rebeldes)*

A despeito da grande rede de resistências à mineração emergente no Brasil, esse setor industrial segue sua marcha. Alavancada pelos *lobbies* parlamentares e pelas benesses político-judiciárias em diferentes conjunturas, a mineração nada a braçadas largas nas raias da ideologia “desenvolvimentista” sob a lógica do capital. Sua presença em Alagoas, historicamente adstrita às cidades de Maceió e Marechal Deodoro, na Zona da Mata, vai-se ampliando para o agreste e para o norte do estado. No agreste alagoano desde 2007, a mineradora Vale Verde leva adiante a extração de cobre em minas a céu aberto. No litoral norte de Alagoas (Paripueira e Barra de Santo Antônio), desde 2020 a Agência Nacional de Mineração autorizou a pesquisa de novas lavras com vistas à extração de sal-gema, em benefício da empresa Braskem.

Esses movimentos de expansão da mineração no território alagoano são acompanhados pelos mesmos rituais discursivo-ideológicos com os quais trabalhamos nesta tese. A cada novo projeto, repetem-se os mesmos investimentos na produção de significações, materializadas em campanhas de *marketing* e propaganda, por meio das quais o cotidiano é saturado com significantes como “desenvolvimento regional”, “progresso”, “prosperidade”, “sustentabilidade”, “novos empregos”, “diversificação”, “oportunidades” etc. Assombrada por sua história de devastações socioambientais, a mineração atual tornou-se um tipo de atividade industrial inviável sem um poderoso processo de investimentos discursivos. Minerar sentidos é um imperativo.

Nos novos projetos que citamos acima dão-se também a reprodução de antigas formas de sofrimento e a expansão das resistências populares à mineração. Em Craíbas, as comunidades rurais manifestam seu descontentamento em face das explosões das minas de cobre da Vale Verde. Em Paripueira e em Barra de Santo de Antônio, as comunidades urbanas organizam-se para manifestar seu desacordo em relação à extração de sal-gema, ainda em fase

de prospecção. Não há dominação sem resistência (Pêcheux, 2014). Engajados nas lutas por sua sobrevivência e por sua saúde, cada vez mais novas comunidades e novos sujeitos, afetados por outras formações discursivas, desidentificam-se com a FD de mercado para significar a mineração não mais como “vetor de desenvolvimento”, mas como “ameaça à saúde e à vida”.

Em Maceió, o debate acerca do futuro dos territórios destruídos pela mineração está na ordem do dia. De um ponto de vista discursivo, a emergência dessa discussão deve ser compreendida no escopo das resistências à mineração que se fazem no campo dos sentidos. O debate sobre esse tema é proposto exclusivamente pelas comunidades, e circula nas conversações e em outros espaços de produção de sentidos<sup>79</sup>. Enquanto a própria Braskem e a prefeitura do município de Maceió<sup>80</sup> silenciam acerca desse tópico, as comunidades desterritorializadas, e mesmo indivíduos pertencentes a outros lugares, falam sobre as destinações das áreas destruídas: na posse da Braskem, elas serão “objeto de especulação imobiliária”. Em resistência ao silêncio do capital-Estado, produzem-se novos sentidos e novos sujeitos.

Esse discurso, em nosso entendimento, também deve ser situado no conjunto dos sentidos produzidos para significar o acontecimento. Ao falar do futuro dos bairros destruídos nos termos de uma “especulação imobiliária”, essa forma-sujeito produz sentidos sobre a Braskem, sobre o Estado, e também sobre as próprias comunidades violentadas e os interesses do capital. Isso é possível por meio da identificação desses sujeitos com uma formação ideológica anticapitalista marcada sobretudo por saberes críticos acerca da relação entre capitalismo e espaços urbanos. E do mesmo modo como por meio dos gestos de revolta e resistência popular sentidos não pensados acerca da mineração tornaram-se dizíveis, o discurso aqui em questão faz circular outros sentidos antes impensados.

Nessa posição-sujeito há uma identificação junto a uma formação discursiva a partir da qual encontramos uma grande mobilização do conceito de “gentrificação”. Gentrificar, nesse campo de saber, é desapropriar, pela política ou pela violência física, certos espaços urbanos para convertê-los aos interesses do capital financeiro. Tais intervenções nos espaços urbanos, conforme De Marco, Santos e Möller (2020), também costumam ser objetos de disputas

---

<sup>79</sup> Tomando como referência o ano de 2023, é importante registrar que a empresa Braskem segue trabalhando freneticamente nas áreas destruídas em Maceió. Duas questões marcam sua postura até o presente momento: (1) há uma gradativa restrição ao perímetro dos bairros agora em escombros; (2) e há completo silêncio, pela Braskem, acerca do futuro das respectivas áreas.

<sup>80</sup> Estamos nos referindo à gestão do prefeito João Henrique Caldas (JHC), filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

discursivas, e do ponto de vista da AD diríamos que eles mobilizam formações ideológicas antagônicas. Observadas em todas as formações sociais dominadas pelo modo capitalista de produção, essas intervenções consistem em fenômenos de mudança geoespacial gradativas em áreas das cidades onde encontramos a presença sobretudo da classe trabalhadora e pauperizada.

Pautadas pelos interesses das classes dominantes e tocadas à base dos discursos da “revitalização”, da “reurbanização”, da “regeneração”, da “turistificação” etc., essas mudanças gradativas no cenário urbano sempre se constituem como violência e expulsão de comunidades empobrecidas para outras regiões da cidade, em função dos interesses imobiliários atrelados à agenda do capital. Harvey (2014) nos oferece um gama de exemplos, espalhados por todo o globo, em que a produção capitalista de mais-valor deu-se à base de violentos processos de modificação dos espaços urbanos, impulsionados por “destruições criativas”. Para esse autor (Harvey, 2014, p. 49-50)

a absorção do excedente [de capital] por meio da transformação urbana tem um aspecto ainda mais sombrio, uma vez que implica uma grande recorrência de reestruturação urbana por meio de uma “destruição criativa”. Quase sempre isso tem uma dimensão de classe, pois em geral são os pobres, os desprivilegiados e marginalizados do poder político os que sofrem mais que quaisquer outros com esse processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do antigo.

Lefebvre (2001) e Harvey (2014) já haviam chamado a atenção para o fato de que, em si mesmo, o próprio processo de urbanização desempenhou um papel crucial na história da absorção e acumulação de capital por parte da classe burguesa. Para além disso, as modificações violentas na paisagem urbana, em geral, e aquelas citadas como exemplos por Harvey (2014), presentes em todas as formações sociais capitalistas, são levadas à cabo por diferentes entes com interesse financeiro e especulativo, que vão desde grandes corporações relacionadas com o mercado imobiliário, até instituições de ensino superior privadas como as universidades de Yale, John Hopkins e Columbia, nos Estados Unidos.

Analisando a atualidade desse fenômeno na América Latina, De Marco, Santos e Möller (2020) veem nele uma expressão da colonialidade do poder e uma violência ao “direito à cidade”. No centro de tais intervenções está a perpetuação das injustiças contra os pobres, que, como vimos na citação acima de Harvey (2014), são as vítimas mais recorrentes das violências estruturais do Capital.

Em nossa reflexão, reconhecemos as especificidades do caso maceioense e os aspectos distintivos que diferenciam esse caso dos demais processos de “destruição criativa” (Harvey,

2014) que se dão em muitas partes do mundo. De um modo geral, como se pode depreender dos exemplos concretos retirados de diferentes contextos, essas modificações violentas nos cenários urbanos se dão por meio de lentos processos de especulação imobiliária e seu assédio predatório em regiões específicas das cidades, somados à cooptação de setores representantes da burocracia do Estado, o que permite que tais empreendimentos ocorram dentro das normatividades jurídicas presentes em cada situação.

Em outros termos, apesar de representar a perpetuação de profundas injustiças de classe, não estamos nos referindo a um processo necessariamente ilegal em termos jurídicos. Em Maceió, como tivemos ocasião de sumarizar, o processo de apropriação privada do espaço urbano e de desapropriação territorial ocorridos como consequências do crime socioambiental da Braskem estão atravessados por profundas rupturas ao ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo quando refletimos na parcimônia do Estado em face dos eventos aqui resumidos. Há, portanto, importantes elementos que distinguem a média dos movimentos de apropriação do espaço urbano por parte do Capital mundo afora, e a desapropriação fundiária na capital alagoana ocasionada pela Braskem.

Em função dessas questões, falar do futuro dos territórios destruídos em Maceió nos termos de um “objeto de especulação imobiliária” é ocupar posições-sujeito antagônicas ao capitalismo, e fortalecer os gestos de resistência no campo dos sentidos. Diríamos que, no discurso da resistência à mineração em Maceió, essas significações funcionam como um epílogo no conjunto de uma grande narrativa contra-hegemônica. Apesar do caráter supostamente especulativo desse discurso, para os dispositivos de análise da AD interessam a descrição do seu funcionamento e os efeitos de sentido dele derivados. Não obstante, os efeitos de sentido aqui deduzidos têm a ver com significações que posicionam o capitalismo minerador no campo das violações sistêmicas ao direito de ocupação da cidade, apesar da produção industrial e de mais-valor.

À guisa de finalização, passamos a apresentar, agora de modo esquemático, as conclusões gerais a que chegamos com a presente investigação. A primeira delas, desenvolvida especialmente na seção 3, tem a ver com ideia de que os métodos atuais da mineração industrial são coextensivos das práticas da mineração que, em sua fase pré-industrial, foram decisivas para a imposição da ordem colonial e para o enriquecimento europeu. É no período colonial que surgem os sentidos que dão forma ao extrativismo minerador. Ali, a América Latina passará a ser discursivizada como “fonte de extração de riquezas”, constituindo-se como o polo

subalterno no jogo de interesses que funda a Modernidade. Ontem e hoje, estamos falando de uma atividade de conquista (Aráoz, 2020).

Tendo em seu histórico um vasto catálogo de genocídios, de ecocídios, de epistemicídios, e de outros efeitos deletérios contra populações de origens culturais mais variadas, a mineração entra na fase neoliberal do capitalismo refazendo suas estruturas organizacionais internas e renovando seu caráter de *continuum* junto ao estado burguês. Esse setor produtivo assume-se como um poderoso vetor dos ideais desenvolvimentistas (“a indústria das indústrias”), e, no caso brasileiro, de mãos dadas ao autoritarismo dos governos militares (1964-1985), justifica seu próprio avanço territorial como parte das estratégias de “modernização” e de “diversificação” da economia. Conjurar sua herança maldita e criar significações favoráveis passam a ser verdadeiros imperativos categóricos.

A conjuntura alagoana, marcada pela precariedade no campo social, por severos processos de concentração de renda, e pelo monopólio do latifúndio canavieiro, passa a integrar os territórios minerados em crescimento no Brasil. Desse modo, atualiza-se aqui a ordem colonial, por meio de três grandes traços: (1) uma produção econômica com intervenções violentas sobre os ecossistemas; (2) uma apropriação privada da natureza/terra com fins de exportação de bens primários; (3) e um farto histórico de penalizações à integridade da saúde coletiva, dentre as quais o crime da Braskem radicalizado a partir de 2018 é o maior exemplo. Dito de modo direto, estamos nos referindo à atualidade de uma ordem que é colonial, e que, como dissemos na introdução, faz de Alagoas uma geografia dilapidada.

A segunda grande conclusão desta tese, desenvolvida nas seções 4 e 5, está relacionada diretamente ao discurso sobre a mineração. Segundo indicamos, as práticas discursivas da mineração em diferentes conjunturas (e também no caso maceioense) constituem movimentos importantes, embora não exclusivos, na reprodução das condições de produção das formações sociais capitalistas. Nessa conclusão, seguimos as contribuições de Althusser (1980) em sua teoria da ideologia e dos aparelhos ideológicos de Estado (AIE). A partir da análise dos processos discursivos em torno do acontecimento em tela, concluímos que o discurso sobre a mineração legitima a continuidade da exploração da natureza/terra, especialmente de duas maneiras: (1) na construção de quadros primários que deslocam a origem do acontecimento para campo natural/geológico; (2) e nos sentidos vinculados com as formações imaginárias, nos quais a Braskem significa a si mesma como “parte da solução” para o acontecimento.

Para alcançar essas finalidades, a mineração atua como intérprete privilegiado do acontecimento relativo ao colapso dos bairros do Pinheiro, Bom Parto, Mutange, Bebedouro e parte do bairro Farol, a partir do ano de 2018. Tal privilégio, por sua vez, se assenta nas dissimetrias de classe, que faz com que a mineração disponha de amplos canais de mídia em seu exercício de produção de “evidências”. Não obstante, o discurso da Braskem circula concomitantemente com um discurso sobre a mineração presente em alguns veículos de mídia local, identificados com outras formações discursivas de onde emergem sentidos que também naturalizam a questão.

Descrevendo a maquinaria comunicacional da própria Braskem, buscamos analisar o conjunto daquilo que chamamos de rituais ideológicos da mineração. Nesses rituais, identificamos a mobilização de materialidades significantes verbais e não-verbais, por meio das quais essa posição-sujeito não apenas interpreta o acontecimento, mas disputa a estabilização dos sentidos e a produção da memória social (Mariane, 1996). Significando a partir da mobilização de elementos do interdiscurso e de sua filiação a certas formações discursivas, essas materialidades visam o mesmo: produzir a “evidencia” de que a mineração é uma atividade “sustentável”, e que a Braskem, em sua parceria junto ao Estado, se constitui como “parte da solução” para a crise urbana instalada em Maceió a partir de 2018.

A terceira conclusão desta tese, desenvolvida particularmente na seção 6, tem a ver com as expressões de revolta e de resistência à mineração no Brasil e em Alagoas de modo especial. Ao analisarmos o cenário nacional, de onde surge nos últimos anos um conjunto importante de articulações que fazem frente à mineração, reconhecemos a emergência de um acontecimento discursivo, descrito a partir dos critérios sugeridos por Indursky (2008). O processo de desidentificação coletiva com a formação discursiva de mercado, impulsionado pelo número crescente de crimes socioambientais cometidos por mineradoras no Brasil, tem ocasionado o surgimento de um novo campo de saberes, produzidos por uma nova forma-sujeito para quem a mineração significa majoritariamente como ameaça à vida e à saúde.

Em referência ao crime socioambiental da Braskem em Maceió, buscamos selecionar dentre o campo das resistências à mineração, dois exemplos em que a disputa por sentidos é prioritária, para situá-los no escopo do acontecimento discursivo acima mencionado. O primeiro exemplo tem a ver com as análises que realizamos do discurso do documentário de Pronzato (2021), identificando seu caráter político-polêmico enquanto gesto de interpretação do acontecimento. Em nossas análises, remetemos esse discurso a uma formação ideológica que nomeamos como decolonial, a partir da qual pudemos identificar a presença de algumas

formações discursivas filiadas ao campo do anticapitalismo. A partir da articulação de elementos verbais e não-verbais, buscamos descrever como o discurso dessa produção artística se insere nesses debates como uma contra-narrativa.

Ainda no campo das resistências, analisamos um fragmento muito especial de nosso *corpus*, relacionado com o que nomeamos como dizeres populares anti-mineração. Composto de pichações e de inscrições produzidas pelas comunidades desterritorializadas durante o processo de evacuação compulsória dos cinco bairros maceioenses, situamos essas manifestações populares na disputa por sentidos, acentuando o caráter de censura aí presente. Como pudemos concluir, os dizeres populares anti-mineração, enquanto parte do discurso da resistência, produzem sentidos anteriormente impensados sobre a Braskem. Enquanto tais, essas materialidades indicam, de novo, a emergência de uma nova forma-sujeito, por meio da qual se dá a recusa das significações hegemônicas que posicionam a mineração no campo do “desenvolvimento/progresso”, da “diversificação econômica” e da “sustentabilidade”.

Convém ainda assinalar que ao tomar o discurso sobre a mineração em Alagoas como um objeto de análise, não estamos necessariamente reclamando um caráter de ineditismo em relação a esse objeto. Afinal, o recorte por meio do qual o demarcamos não lhe aparta das discursividades presentes nas práticas históricas da mineração na América Latina, em geral, e no Brasil em especial. Como tem assinalado a AD, esses procedimentos metodológicos, na verdade, já fazem parte dos trabalhos de análise (Orlandi, 2020).

Foi pensando a partir de uma conjuntura mais ampla histórica e geograficamente, que procuramos trabalhar com as discursividades mobilizadas em torno do acontecimento que denominamos como o crime socioambiental da Braskem radicalizado em Maceió a partir do ano de 2018. Como procuramos resumir nesse trabalho, Alagoas tem sua própria história com o colonialismo, majoritariamente marcada por sua relação com o latifúndio canavieiro. Essa história de relações com o poder político-econômico traz as marcas do autoritarismo e do patrimonialismo, que Schwarcz (2019) descreveu recentemente como próprias da história da formação social brasileira. Essas marcas configuram a gestão das consequências do crime da Braskem em Maceió. De certo modo, observar o desenrolar da trama atual em torno desse crime é uma forma de ver esses traços culturais em movimento.

Nesse sentido, partimos desde sempre da convicção de que a AD, enquanto disciplina de entremeio proposta por Michel Pêcheux, pode oferecer uma perspectiva *sui generis* dos conflitos aqui discutidos. Obviamente, esse trabalho não chega perto de esgotar as

possibilidades que podem ser abertas pela AD em face da situação aqui estudada. Pelo contrário, ele se junta a conjunto de esforços provenientes de outros campos acadêmicos também incitados pelos eventos aqui descritos. Nos servindo da metáfora utilizada por Pêcheux (2015a, p. 16) em sua exposição acerca das atualizações heurísticas no interior do marxismo, diríamos que o esforço científico em torno do acontecimento aqui abordado também exige que se “contraíam relações extraconjugais” com outras áreas do saber.

Em nossos gestos de análise tentamos nos guiar por aquela radicalidade que encontramos nos momentos fundantes da AD materialista. Essa radicalidade tem a ver com a relação entre a teoria e a vida, entre a teoria e a realidade, e com a possibilidade de transformação das relações sociais, próprias da postura pessoal de Michel Pêcheux (Ferreira, 2016). Na conjuntura em que vivemos, tal radicalidade não pode se efetivar sem a crítica à sociedade burguesa, onde o capitalismo produz mercadorias e subjetividades. Como sugere Silva Sobrinho (2016, p. 91), essa crítica exige considerar a AD como “teoria revolucionária, capaz de captar efetivamente a complexidade do real sócio-histórico e, sobretudo, vislumbrar e efetivar alternativas de transformação”.

De nosso ponto de vista, analisar discursos é um modo muito especial de compreender como funcionam as formações sociais. Como disciplina de entremeio que assume dimensões teóricas importantes do materialismo histórico-dialético, a AD nos convida a insistir em um dos conceitos mais polissêmicos e problematizados no campo das ciências humanas e sociais, que é o de ideologia. A ideologia, em Pêcheux (2014, 2015), é um dos elementos cruciais para a reprodução das condições de produção no capitalismo. E como pudemos discutir nesse trabalho, em seu funcionamento atrelado ao campo da mineração ela busca garantir essa reprodução/transformação por meio de um viés desenvolvimentista e por meio da naturalização do inaceitável.

Os genocídios, os ecocídios, os epistemicídios que abundam na história da América Latina são inaceitáveis. As incontáveis desterritorializações de comunidades tradicionais, efetivadas sob os discursos do “desenvolvimento regional”, da “prosperidade econômica”, da “diversificação produtiva” e do “ecocapitalismo”, são inaceitáveis. As centenas de casos de injustiça socioambiental decorrentes de atividades ligadas ao garimpo ilegal e à mineração industrial, e catalogados nas últimas décadas no Brasil, são inaceitáveis. O crime socioambiental da Braskem em Maceió, radicalizado a partir de 2018, é inaceitável. A insistente fratura do metabolismo sociedade/natureza, próprio do modo de produção capitalista e já denunciado no século XIX por Marx (Foster, 2005), é inaceitável.

Ao colocar em questão os modos de interpelação ideológica que acompanham esse conjunto de fenômenos inaceitáveis, a AD pode oferecer um grande contributo às lutas contra-hegemônicas. Afinal, é preciso que se diga que a interpelação pela ideologia capitalista-mineradora não precisa se traduzir necessariamente em nenhum tipo ativismo. A eficácia dessa interpelação, outrossim, é percebida no silêncio, na passividade e na tolerância em relação ao autoritarismo e à violência do modo de produção minerário. É nesse sentido que entendemos a AD como companheira privilegiada daquela “necessidade de revolta” de que falava Michel Pêcheux. É preciso incluir o discurso sobre a mineração no amplo catálogo de discursos autoritários em circulação em nosso tempo.

É dessa forma que concluimos (concluimos?) este trabalho na expectativa de que a presente discussão, em seu caráter circunstancial e inconcluso, enseje novos movimentos de análise discursiva pêcheutiana sobre a incidência do capitalismo minerador na América Latina e no Brasil. No esforço de analisar as resistências a esse discurso, apenas esboçamos os contornos gerais do acontecimento discursivo, relacionado ao campo da mineração no Brasil, por meio do qual tem se produzido um novo campo de saber e novas formas-sujeito. E do mesmo modo como as lutas por justiça fundiária, especialmente aquelas protagonizadas por movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram capazes de despertar o interesse de muitas(os) analistas de discurso, nosso desejo é que o mesmo ocorra em relação às lutas que se organizam por territórios livres de mineração.

No âmbito da Teologia da Libertação, especialmente em sua fase dos anos 1960 e 1970, falava-se no fenômeno da “idolatria de mercado” para se referir às pretensões do capitalismo de ser uma realidade insuperável. Dele (do mercado) viria a “salvação” dos povos latino-americanos. Como um “deus pré-cristão”, que viveria às custas do sacrifício humano, o “deus mercado” também exigiria o sacrifício dos pobres, sujeitos preferenciais da crítica social naqueles dias. Era a linguagem religiosa funcionando em nome da denúncia ao capitalismo e a seus fenômenos desagregadores, já agudos naqueles anos. Discursivamente considerada, a Teologia da Libertação produziu um deslocamento nos sentidos do político, por meio da desliteralização do discurso bíblico-religioso (Orlandi, 2007b).

Mas não é com a análise discursiva da Teologia da Libertação que gostaríamos de encerrar essas discussões. O que nos interessa é o instigante deslocamento de sentidos articulado a partir da metáfora do “sacrifício no altar do progresso capitalista”. Ligadas a essas heranças culturais, onde a linguagem religiosa é praticamente onipresente, vozes mais recentes seguem se referindo às vítimas do capitalismo, do colonialismo e da mineração como

“sacrificialmente imoladas no altar do progresso” (Aráoz, 2020, p. 256). Reiteremos, portanto: a produção de vítimas, no capitalismo, não é um “acidente”. Na mineração, ela não decorre de “desastres naturais”, nem de qualquer outra forma. Pelo contrário, no capitalismo, esse “sacrifício” faz parte do cálculo inerente à produção do lucro e do mais-valor.

O trabalho de análise aqui realizado assume sua posição em favor das vítimas do “sacrifício capitalista”, seja em Maceió seja em outras latitudes. Queremos integrar nossos esforços acadêmicos ao conjunto do acontecimento discursivo em gestação no Brasil, por meio do qual tem sido possível imaginar outros sujeitos e dizer outras relações sociais, pautadas pela superação da forma-sujeito do colonialismo e pela utopia dos territórios livre de mineração. Pelo caráter de teoria revolucionária presente nos fundamentos históricos e epistemológicos da AD (Silva Sobrinho, 2016), ela se constitui como uma parceria imprescindível tanto na revolta contra a manutenção da ordem colonial, quanto na (re)imaginação de outras cidades e de outros mundos possíveis.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** Tradução de Tadeu Breda, São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016
- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista.** Tradução de Tadeu Breda, São Paulo: Elefante, 2018
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985
- ALBUQUERQUE, Cícero F. **Cana, casa e poder.** Maceió: EDUFAL, 2009
- ALSINA, Miquel R. **A construção da notícia.** Tradução de Jacob A. Pierce, Petrópolis: Vozes, 2009
- ALTHUSSER, Louis. Apresentação de Louis Althusser. In: HARNECKER, Marta. **Conceitos elementais do materialismo histórico.** Tradução de Emir Sader, São Paulo: Global, 1983
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação.** Tradução de Joaquim José de Moura Ramos, São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980
- AMARAL, Maria V. B. **Discurso e relações de trabalho.** Maceió: EDUFAL, 2005
- AMARAL, Maria V. B. **O avesso do discurso: análise de práticas discursivas no campo do trabalho.** Maceió: EDUFAL, 2007
- ARÁOZ, Horacio M. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da Modernidade.** Tradução de João Peres, São Paulo: Elefante, 2020
- ARAÚJO, Eliane; FERNANDES, Francisco R.C. Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais. In: GUIMARÃES, Paulo E.; CEBADA, Juan D. P. (orgs.). **Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica: o passado e o presente.** Rio de Janeiro: Évora, 2016
- ARAÚJO, Nailsa M. S.; SILVA, Maria G. Economia verde: a nova ofensiva ideológica do ecocapitalismo. In: **Temporalis, Brasília (DF)**, ano 12, n. 24, p. 127-143, jul.-dez., 2012
- BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião.** Tradução de José Carlos Barcellos, São Paulo: Paulinas 1985
- BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 2014
- BRAND, Ulrich; LANG, Miriam. Economia verde. In: KOTHARI, Ashish *et al.* (orgs.). **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento.** Tradução de Isabella Victoria Eleonora, São Paulo: Elefante, 2021
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010

- BRASIL. Legislativo Federal. **Constituição Federal**. Brasília: Legislativo Federal, 1988
- BRASIL. Serviço Geológico Brasileiro (CPRM). **Estudos sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro (Maceió-AL)**. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2019
- BUNGE, Mario. **La ciencia, su método e su filosofía**. Buenos Aires: Sudamericana, 2014
- CABETTE FÁBIO, André. **Reinvenção do garimpo no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022
- CARVALHO, Cícero P. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2010
- CARVALHO, Cícero P. **Formação histórica de Alagoas**. 3ª edição, Maceió: EDUFAL, 2015
- CAVALCANTE, Joaldo. **Salgema: do erro à tragédia**. Maceió:
- CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006
- COELHO, Tádzio P. *et al.* Os crimes das mineradoras e a luta popular na mineração. In: **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 24, p. 1-11, 2021
- COSTA, Clara F. S. *et al.* “Ver, ouvir e sentir”: vivências, dores, resistências e saberes junto a comunidades atravessadas pela Vale no Maranhão. SANT’ANA JÚNIOR, Horácio A.; RIGOTTO, Raquel M. (orgs.). **Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck *et al.*, São Carlos: EduFSCar, 2014
- COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. Tradução de Carlos Piovezani e Nilton Milanez, São Carlos: Claraluz, 2006
- COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria R. V. (org.). **Discurso e mídia: na cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003
- COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a análise de discurso? In: CONEIN, Bernard *et al.* (orgs.). **Materialidades discursivas**. Tradução de VV.AA., Campinas: Editora da Unicamp, 2016
- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre *et al.* (orgs.). **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes, 2ª edição, Campinas: Pontes, 2007
- DE MARCO, Christian M.; SANTOS, Paulo J. T.; MÖLLER, Gabriela S. Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora. In: **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. n. 12, p. 1-13, 2020
- DELA-SILVA, Silmara. Do acontecimento jornalístico e do arquivo: efeitos do/no discurso. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S. (orgs.). **A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes, 2016

- DIEGUES JR. Manuel. **O Bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 2ª edição, Maceió: EDUGAL, 2007
- DINIZ, Eliezer; BERMAN, Celio. Economia verde e sustentabilidade. In: **Estudos avançados**, n. 26, v. 74, p. 323-329, 2012
- ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Tradução de Nélio Schneider, Rio de Janeiro: Boitempo, 2015
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. 5ª edição, São Paulo: Globo, 2008, vol. I
- FERREIRA, Jackson. “Por hoje se acaba a lida”: suicídio escravo na Bahia (1850-1888). In: **Afro-Ásia**, n. 31, p. 197-234, 2004
- FERREIRA, Maria C. L. Pêcheux, nossa bússola inspiradora. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S. (orgs.). **A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes Editores, 2016
- FIGUEIREDO, Lucas. **Boa ventura: a corrida do ouro no Brasil (1697-1810)**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2011
- FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Teresa Machado, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de A. Sampaio, São Paulo: Loyola, 2009
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado, 10ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979
- FREIRE, Sérgio. **Análise de discurso: procedimentos metodológicos**. 2ª edição, Manaus: EDUA, 2021
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas, 19ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983
- GALINDO, Abel. **Comunicação oral**. Maceió, 2021
- GERHARDT, Cleyton; ARAÚJO, Lair M. No fundo do buraco de uma mina se esconde um lixão: mobilização e resistência cotidiana na zona de sacrifício. In: SANT’ANA JÚNIOR, Horacio A.; RIGOTTO, Raquel M. (orgs.). **Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020
- GOBATTO, Lisiane S. O silenciamento e a construção de novas memórias pelo dissenso nas mídias. In: **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 376-403, set.-dez., 2020
- GODFRID, Julieta. La estrategia comunicacional en el sector mega-minero. Um estudio del caso La Alumbrera en Argentina. In: **Questión: Revista Especializada en Periodismo y Comunicación**. v. 1, n. 50, abr.-jun., p. 297-314, 2016

- GONÇALVES, Vanessa M. M. **Relembrar o passado, reconhecer o presente:** a identidade do Pontal da Barra pelas lembranças de moradores idosos. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFAL, 2009
- GREGOLIN, Maria R. V. (org.). A mídia e a espetacularização da cultura. In: **Discurso e mídia:** na cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003b
- GREGOLIN, Maria R. V. (org.). **Discurso e mídia:** na cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003
- GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S. (Des)politização e resistência no funcionamento dos processos de heroificação construídos pelo discurso da mídia. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S. (orgs.). **A Análise do Discurso e sua história:** avanços e perspectivas. Campinas: Pontes, 2016
- GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia.** Tradução de Guilherme Adorno *et al.*, Campinas: Editora da Unicamp, 2020
- HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. Tradução de João Bittencourt, Rio de Janeiro: Boitempo, 2011
- INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise de discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (orgs.). **Práticas discursivas e identitárias:** sujeito & língua. Porto Alegre: Nova Prova/PPG-Letras/UFRGS, 2008
- IÑIGUEZ, Lupicínio (org.). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais.** Tradução de Vera Lúcia Joscelyne, Petrópolis: Vozes, 2004
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **A mineração de reinventa.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4VBtQ-Zx03w>. Acesso em: 18/07/2022
- KISHNER, Patricia *et al.* A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável: uma abordagem conceitual. In: **Salão do Conhecimento**, v. 4, n. 4, 2018
- KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020a
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020b
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2001
- LIMA, Deivson W. C. *et al.* Historicidade, conceitos e procedimentos da análise do discurso. In: **Revista Enfermagem UERJ**, n. 25, p. 1-4, 2017
- LIRA, Fernando. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 2007
- LÖWY, Michael. **O que é ecossocialismo?** 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2014
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social (I).** Tradução de José Paulo Netto, Rio de Janeiro: Boitempo, 2018

- MALERBA, Julianna; WANDERLEY, Luis J.; COELHO, Tadzio P. (orgs.). **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo**. Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2022
- MARIANE, Bethania S. C. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1992-1989)**. Tese de Doutorado em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1996
- MARIANE, Bethania. Imprensa, produção de sentidos e ética. In: RIBEIRO, Ana Paula; FERREIRA, Lucia M. (orgs.). **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio Branco: Mauad, 2007
- MARQUES, Welisson. Além dos limiares do texto verbal: imagem e cor em *A agonia de um partido*. In: **Línguas & Letras**, n. 43, v. 19, p. 127-147, 2018
- MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: **O Capital: crítica da economia política (Livro I)**. Tradução de Rubens Enderle, 2ª edição, São Paulo: Boitempo, 2017b
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2005
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política (Livro I)**. Tradução de Rubens Enderle, 2ª edição, São Paulo: Boitempo, 2017a
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Cavini Martorano, São Paulo: Boitempo, 2007
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina, São Paulo: Boitempo, 2005
- MEDEIROS, Caciane S. Mídia e sociedade: o poder é um jogo de forças. In: **Revista Línguas**. n. 30, jul.-ago., p. 31-45, 2012
- MENDONÇA, Bartolomeu R. *et al.* Do latifúndio, da madeira, da mineração à resistência: trajetórias de autonomias e vitórias dos povos e comunidades em Açailândia e Buriticupu/MA. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horacio A.; RIGOTTO, Raquel M. (orgs.). **Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução de Flávia Iezzi, São Paulo: Boitempo, 2004
- MILIOLI, Gabriela. **Mineração de carvão e desenvolvimento sustentado na região sul de Santa Catarina: estudo exploratório de percepção, valores e atitudes num bairro do município de Criciúma**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Dissertação de Mestrado, Florianópolis, 1993
- MILLER JR., Tyller G. Geologia e minerais não-renováveis. In: **Ciência ambiental**. Tradução de All Tasks, 11ª edição, São Paulo: Cengage Learning, 2008
- NASCIMENTO, Paulo. **“A Braskem passou por aqui”**: discurso, poder e práticas de resistência à megamineração em Alagoas. **Leitura**, n. 76, p. 1-13, 2023
- NASCIMENTO, Paulo; SANTOS, Wellington. O reino da cana e suas vítimas: terra, teologia e resistência a partir de Alagoas. In: ALMEIDA, Sávio; SILVA LIMA, José C.; OLIVEIRA, Josival S. (orgs.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: EDUFAL, 2013

- NASCIMENTO, Paulo; SILVA SOBRINHO, Helson F. A “língua da mineração”: produção de sentidos na comunicação midiática da empresa Braskem S.A. em Maceió-AL. In: **RUA** [online]. v. 28, n. 1, p. 5-25, 2022
- NETTO, Nilson B. Suicídio: uma questão de saúde pública e um desafio para a psicologia clínica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **O suicídio e os desafios para a Psicologia**. Brasília: CFP, 2013
- OLIVEIRA, Saulo V.; ODA, Ana Maria G. R. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. v. 15, n. 2, p. 371-388, abr.-jun., 2008
- ORLANDI, Eni P. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes Editores, 2006
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13ª edição, Campinas: Pontes Editores, 2020
- ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª edição, Campinas: Editora da Unicamp, 2007a
- ORLANDI, Eni P. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. In: **Revista Rua**, n. 1, p. 35-47, 1995
- ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5ª edição, Campinas: Pontes Editores, 2007b
- ORLANDI, Eni P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* (orgs.). **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes, 2ª edição, Campinas: Pontes, 2007c
- ORLANDI, Eni P. Nota introdutória à tradução brasileira. In: CONEIN, Bernard *et al.* (orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016
- ORLANDI, Eni P. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, Maria C.; INDURSKY, Freda (orgs.). **Análise de discurso no Brasil: mapeando conceitos**. São Carlos: Claraluz, 2007b
- ORLANDI, Eni P. **Terra à vista: discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. 2ª edição, Campinas: Editora da Unicamp, 2008
- ORLANDI, Eni P. Quando a falha fala: materialidade, sujeito, sentido. In: **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. 3ª edição, Campinas: Pontes, 2017
- PAVESE, Cesare. **Violência lenta em tempos rápidos**. Disponível em [https://www.academia.edu/9449535/Viol%C3%Aancia\\_lenta\\_em\\_tempos\\_r%C3%A1pidos](https://www.academia.edu/9449535/Viol%C3%Aancia_lenta_em_tempos_r%C3%A1pidos), acesso em 21/11/2022
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariane *et al.*, 3ª edição, Campinas: Editora da Unicamp, 1997

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso:** textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 4ª edição, Campinas: Pontes, 2015b

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso. PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso:** textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 4ª edição, Campinas: Pontes, 2015c

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura e acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi, Campinas: Pontes Editores, 2015

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória.** Tradução de José Horta Nunes, 2ª edição, Campinas: Pontes Editores, 2007

PECHÊUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi, 5ª edição, Campinas: Editora da Unicamp, 2014

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani *et al.*, 3ª edição, Campinas: Editora da Unicamp, 1997

PENNAFORTE, Charles. **Análise dos sistemas-mundo:** introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein. São Paulo: Cenegri Edições, 2014

PESSOA, Camila Veras. **Lama, luto e luta:** os impactos psicossociais e o enfrentamento dos atingidos pelo rompimento da barragem da mineração em Mariana. Belo Horizonte: Dialética, 2020

PIMENTEL, Mercia. **Política e mídia em discurso:** análise de manchetes do Jornal da Assembleia Legislativa de Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2015

PNUMA. **Rumo à economia verde:** caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza – Síntese para tomadores de decisão. Disponível em <<http://www.unep.org/greeneconomy>>, acesso em 03 de julho de 2023

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. “Ninguém bebe minério”: águas e povos *versus* mineração. In: SANT’ANA JÚNIOR, Horácio A.; RIGOTTO, Raquel M. (orgs.). **Ninguém bebe minério:** águas e povos *versus* mineração. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020

PRONZATO, Carlos. **A Braskem passou por aqui:** a catástrofe de Maceió. Documentário, Maceió, 2021

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: LACSO, 2005

RAMIRES, Lúcia. **“Eles conseguiram”:** os sentidos de “sucesso” no jornalismo de televisão. Maceió: EDUFAL/Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017

RUIZ, Mauro Silva, *et al.* Abordagens de conflitos em casos de subsidência de minas de carvão no Brasil e EUA. In: **Ambiente & Sociedade.** São Paulo, v. XVII, n. 2, p. 129-156, abr.-jun., 2014

- SACHS, Wolfgang. O Dicionário do Desenvolvimento revisitado. In: KOTHARI, Ashish *et al.* (org.). **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento**. Tradução de Isabella Victoria Eleonora, São Paulo: Elefante, 2021
- SAES, Beatriz *et ali*. Justiça ambiental e irresponsabilidade social corporativa: o caso da mineradora Vale S.A. In: **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 24, p. 1-23, 2021
- SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. Tradução de Pedro Davoglio, São Paulo: Boitempo, 2021
- SALOMON, Marta. **Garimpendo com o cocar alheio**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/garimpendo-com-o-cocar-alheio/>, acesso em: 24/07/2022
- SANT'ANA JÚNIOR, Horacio A.; RIGOTTO, Raquel M. (orgs.). **Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020
- SANTOS, Boaventura de S. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010
- SANTOS, Caroline *et al.* **A necessidade de evacuação dos bairros em Maceió-AL e os impactos urbanos socioespaciais: novos desafios para o planejamento urbano na cidade**. Disponível em: <https://pluris2020.faac.unesp.br/Paper954.pdf>, acesso em: 04 de novembro de 2021
- SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019
- SERVULO, Albertino. **Dialética da natureza em Marx: a crítica ambiental do ecossocialismo**. Curitiba: CRV, 2019
- SILVA COSTA, Clara F. *et al.* “Ver, ouvir e sentir”: vivências, dores, resistências e saberes junto a comunidades atravessadas pela Vale no Maranhão. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horacio A.; RIGOTTO, Raquel M. (orgs.). **Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020
- SILVA SOBRINHO, Helson F. Althusser e a luta de classes: um elo teórico e político decisivo. In: SOUZA, Lucília M. A.; GARCIA, Dantielle A. (orgs.). **Ler Althusser hoje**. São Carlos: EdUFSCar, 2017
- SILVA SOBRINHO, Helson F. Michel Pêcheux e a crítica ao capitalismo: “é preciso ousar se revoltar”. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S. (orgs.). **A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes Editores, 2016
- SILVA SOBRINHO, Helson. Discurso, arte e resistência: sentidos “incômodos” no samba-enredo da Mangueira. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 37, Número Temático, p. 52-65, janeiro, 2021
- SIMÕES, Paulo E. M.; CRISTALDO, Rômulo C. análise pêcheutiana do discurso da Braskem face ao crime corporativo em Maceió. In: **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. v. 47, n. 257, p. 601-628, set.-dez., 2022
- SOUZA, Luiza; SIMAS, Aissa; EDUARDO, Carlos. “Enquanto eu dormia, cavaram uma cova no fundo do meu peito”: mineração, deslocamento compulsório e pichações nas ruínas

- de cinco bairros fantasmas (Maceió-AL). In: **Ponto Urbe: Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**. n. 31, v. 1, p. 30-65, 2023
- SOUZA, Ronaldo S. B. *et al.* Suicídio e povos indígenas brasileiros: revisão sistemática. In: **Revista Panamericana de Salud Publica**. n. 44, p. 1-8, 2020
- SOUZA, Tania C. C. Discurso e imagem: perspectivas de análise não-verbal. In: **Ciber legenda**, n. 1, p. 1-13, 1998
- SPOSITO, Maria E. B. **Capitalismo e urbanização**. 15ª edição, São Paulo: Contexto, 2010
- SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Mauro AmatuZZi, São Paulo: Elefante, 2020
- WALLERSTEIN, Immanuel. **World-systems analysis: an introduction**. Nova York: Duke University Press Books, 2004
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4ª edição, tradução de Pierro Nassetti, São Paulo: Martin Claret, 2001
- WEBER, Max. **The sociology of religion**. London: Associated Book Publishers, 1966
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987
- ZACARIAS, Rachel S. Do “desenvolvimento sustentável” à economia verde: as falsas propostas do capital em época de crise. In: **Brasília (DF)**, ano 12, n. 23, p. 125-151, jan.-jun., 2012
- ZIEGLER, Jean. Os massacres coloniais. In: **Ódio ao Ocidente**. Tradução de Marcelo Mori, São Paulo: Cortez, 2011

## ANEXO 1

### Lista de sequências discursivas (SD)

#### SD 1:

*Incrível como as coisas mudam, né? Pensa no bicho-preguiça, aquele animal pacato e na dele! Quem diria que ele iria se tornar uma celebridade da internet?! Eh, o mundo dá voltas! O bicho-preguiça muda, o telefone muda, o carro muda, os penteados mudam, a sociedade muda. Isso inclui eu, você, meu avô e a sua tia que ficou viúva e agora usa o mesmo aplicativo de paquera que você. Até a mineração muda sem parar, e olha que a mineração está aí desde que a minha avó era criança e ouvia historinha pra dormir. Já pensou nisso? Imagine os Três Porquinhos sem a mineração. Coitados! E os Sete Anões? Desempregados! Mas hoje não tem esse lance de picareta e marreta, não. Isso já era! Agora é papo de filme de ficção científica. A coisa não para de evoluir. A mineração ajudou a mudar o mundo, e teve que se reinventar. Mas, peraí: você acha que tem que acabar a mineração? Opa, cadê a cadeira? E o celular? O carro? O ônibus? A bike? Já era! Volta andando pra casa! Aliás, que casa? Tá perdido, amigo! Largado e pelado na vida! Vamos combinar, né?! A mineração tá aí desde o tempo do homem das cavernas. Imagina mandar um “zap” sem o minério que faz o seu celular?! Que dureza! A questão não é parar com a mineração, mas evoluir. É fazer melhor, pra fazer mais e sempre!*

#### SD 2:

*É notório que hoje não há mais espaço para conflitos na área minerária. Empresas e comunidades procuram a mesa de negociação em busca de entendimento. O setor é ocupado por empreendimentos viáveis economicamente, socialmente justos e ambientalmente responsáveis.*

#### SD 3:

*A maior parcela do empresariado brasileiro enxergou a necessidade de enquadrar-se nesse caminho [do desenvolvimento sustentável], até por uma questão de sobrevivência.*

#### SD 4:

*Está ocorrendo desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema, provocando halocinese (movimentação do sal) e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações rúpteis em superfície em parte dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió-AL.*

#### SD 5:

*A Braskem tem compromisso com a segurança das pessoas, tanto de seus integrantes quanto das comunidades em que atua, e analisará juntamente com as autoridades a melhor orientação sobre suas operações locais. A empresa possui laços com Alagoas há mais de quatro décadas e mantém seu compromisso inegociável com a sociedade alagoana.*

**SD 6:****SD 7:****SD 8:**

*Braskem explica.*

**SD 9:**

*Fenômenos geológicos em Maceió. Em março, um tremor de terra é registrado em vários bairros de Maceió e, depois disso, são identificadas rachaduras nas casas e prédios do bairro do Pinheiro.*

**SD 10:**

*Desde que o fenômeno geológico foi registrado em Maceió, a Braskem se colocou à disposição das autoridades na busca por soluções para as áreas afetadas. Coerente com seu compromisso histórico com Alagoas e as comunidades do seu entorno, a Braskem desenvolve iniciativas pela segurança e manutenção e cuidado das áreas de desocupação e monitoramento. Conheça quais são as ações em andamento (...).*

SD 11:

**INFORME PUBLICITÁRIO**  
PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E APOIO À REALOCAÇÃO

## Entenda como a Braskem faz a COMPENSAÇÃO FINANCEIRA dos moradores das áreas de risco

Os moradores atendidos no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação contam com **assistência durante todas as etapas** e com a **garantia do Termo de Acordo assinado entre a Braskem e as autoridades\***. **Profissionais especializados** ajudam a reunir os documentos necessários, abrir uma conta bancária, fazer a mudança, encontrar abrigo para os animais ou uma casa temporária para a família, e ainda oferecem apoio psicológico. Mas como a Braskem calcula e paga as indenizações a esses moradores? É bem simples de entender:

**O ATENDIMENTO**  
Os moradores fazem a matrícula paga pela Braskem e discutem sua situação na área de risco, o morador entra no chamado **fluxo de compensação**, seguindo um cronograma que é atualizado permanentemente de acordo com as autorizações. Nessa etapa, ele conta com um **facilitador** do Programa para reunir todos os documentos de que vai precisar, e tomar outras providências que vão **agilizar seu atendimento**.

O morador também é acompanhado por um **advogado** que, em conjunto com o **defensor público**, garante todo o fluxo de compensação. A Braskem paga os honorários do advogado\*\*.

**A PROPOSTA FINANCEIRA**  
Após a avaliação, chega o momento do **propósito de compensação financeira**. Todo o histórico da família é considerado, mas **o caso é tratado de maneira única**. A apresentação é feita numa reunião entre o morador, seu advogado ou defensor público, o facilitador para atender durante todo o fluxo de compensação e um representante legal da Braskem. Nessa reunião, o morador pode tirar todas as dúvidas e até mesmo pedir um tempo para pensar. Mas, se o morador optar pelo Fluxo Amplificado, recebe o dinheiro por email e não precisa do auxílio.

**A avaliação das propostas chega a 99,8%, mostrando que elas têm sido consideradas justas e adequadas**

Uma vez aceita a proposta, as partes assinam o **termo de transação**, que segue para homologação da Justiça. E em até 5 dias úteis após a homologação, que dá início ao pagamento de todo o processo ao morador e sua família, os valores são pagos.

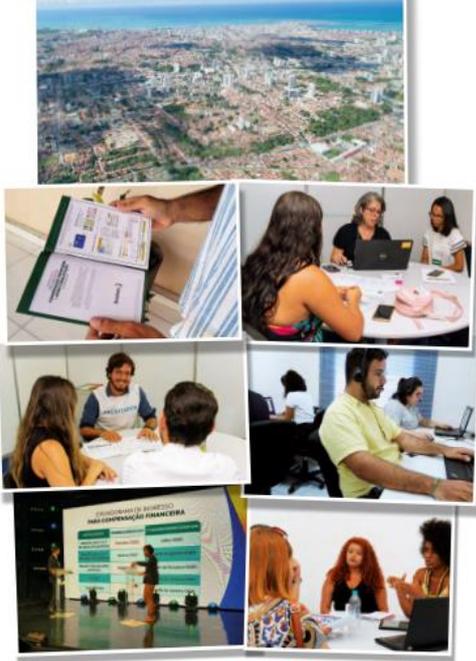
Apartir do momento em que a toda a documentação é completa, o pagamento da indenização leva **em torno de 60 dias**.

**OS DOCUMENTOS**  
Após o envio do documento de **início e de todo o fluxo**, o morador para o registro do Programa, começa a analisar que vai ser usado na **avaliação**. Este é o momento em que o documento pode causar problemas no caso. Por isso mesmo é que o **facilitador** disponibiliza todo o suporte do Programa para ajudar a preencher tudo o tempo para a melhor avaliação.

Para chegar ao **valor de compensação financeira**, são levados em conta os **benefícios existentes no imóvel, além da localização, área construída e tamanho do terreno**. Os valores finais são calculados no valor de cinco meses.

**OS NÚMEROS**  
Até o final de janeiro, cerca de **4.000 propostas financeiras** já foram avaliadas. Hoje, para os moradores das áreas de risco, a Braskem oferece suporte em: Curitiba, Maringá, São Paulo e São Paulo.

Os benefícios do atendimento, são propostos e de tudo que é respeito ao Programa são acordados de perto com as autoridades\* que fazem parte do acordo com a Braskem, para apoiar a realocação das famílias nos bairros de risco afetados pela movimentação do solo.



\*Autorização das Prefeituras e do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT).  
\*\*Honorários de 20% sobre o valor pago ao morador, conforme o art. 40 da Lei nº 13.128/2015.

Alguém das Prefeituras e do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT).

**Braskem**

SD 12:

# CENTRAL DO MORADOR

Com mais de 2 mil m<sup>2</sup> e localizada no Ginásio do Sesi, no Trapiche da Barra, a **Central do Morador\*** foi montada para atender os moradores do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação.

- + de 100 salas individuais para atendimento aos moradores
- Sala de atendimento privado com acompanhamento de psicólogos
- Salas especiais para MPF, MPE, Defesa Civil, OAB, cartórios, bancos e imobiliárias
- Espaço para a Defensoria Pública
- Ambulância para atendimento de emergência
- Sala de amamentação
- Espaço Kids
- 8 vans de transporte para os moradores
- Casa de Apoio Psicológico
- Posto de Atendimento e Informação\*

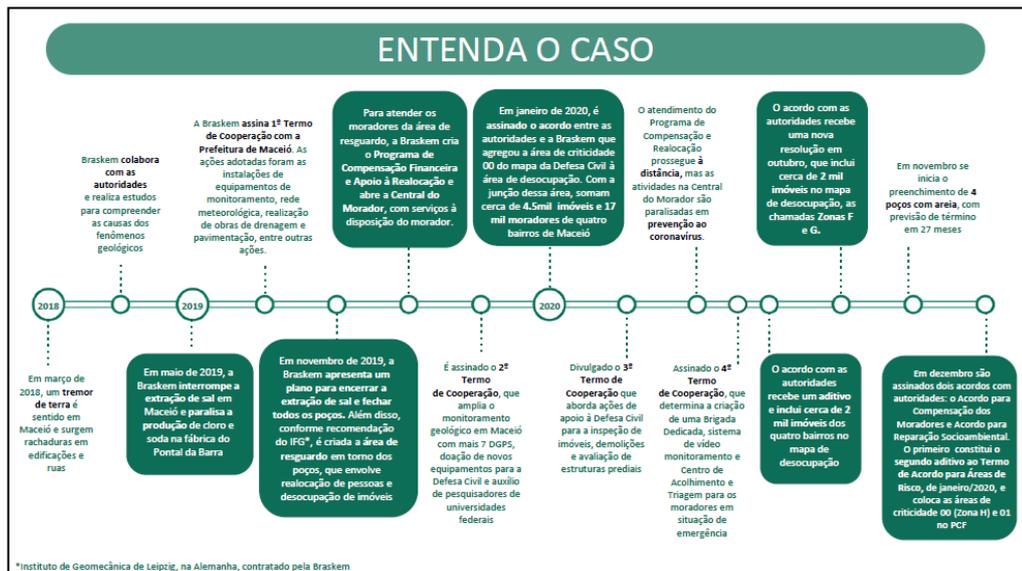
\*fechados desde 23 de março em razão das ações de controle e prevenção ao COVID-19.



SD 13:



**SD 14:**



**SD 15:**

**SD 16:**

*Hoje você anda pelos bairros e a sensação é de um ambiente de guerra. A única coisa a que se pode comparar o visual dos bairros atingidos pela Braskem, por esse crime ambiental da Braskem, a única coisa a que se pode comparar realmente é a uma guerra (vítima 1).*

**SD 17:**

*Olha a situação que você vê aqui: parece uma guerra no Iraque. [O bairro de] Bebedouro se acabou, não existe mais não (vítima 2).*

**SD 18:**

*Se filmar isso aqui do ponto de vista aéreo e comparar com uma imagem da Síria talvez as pessoas não saibam separar o que aconteceu com o Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto, Mutange, do que aconteceu na guerra da Síria, tamanha a devastação (jornalista).*

**SD 19:**

*Eu já emagreci muito; meus cabelos já caíram um bocado, não tenho mais a minha cabeleira; tenho a boca amarga, o estômago dói, tenho bolhas nos pés; quer dizer, aí vem a questão da saúde, entendeu? Eu acho que pra mim é o pior, porque ela vai derrubando a pessoa; você vai perdendo o sentido da vida, porque isso aqui pra mim era a realização de um sonho, era o meu futuro; quer dizer, você perde o chão, o seu porto seguro (empresária).*

**SD 20:**

*É muito tenso falar da Braskem, né? Porque [ela] destruiu muita gente. Eu vi gente se suicidar por conta disso. A gente ouviu falar de gente que se suicidou, ou morreu mesmo de ataque cardíaco porque se preocupou demais com o medo do que ia acontecer, pra onde ia, se ia receber mesmo o dinheiro ou não (vítima 3).*

**SD 21:**

*Nove pessoas tiraram suas vidas porque não suportaram ver a destruição das suas memórias, dos seus afetos, nessa região criminosamente destruída (líder religioso).*

**SD 22:**

*Hoje se morre psicologicamente todos os dias, porque quem não saiu [dos bairros] se depara com uma situação como essa. Praticamente um Iraque da vida, a destruição presente. Aí vem a insegurança, vêm os focos de doença, porque o poder público não se faz presente (vítima 4).*

**SD 23:**

*Isso aqui era a vivência da gente. Uns trabalhavam de carroça, outros no sururu. Ela [a Braskem] acabou com a vida da gente (vítima 5).*

**SD 24:**

*A Braskem roubou a minha casa, o meu lugar. Eu não consigo mais passar por lá porque eu sempre fico pensando assim: esse era o meu lugar em Maceió, e agora ele é propriedade da Braskem (vítima 6).*

**SD 25:**

*Eu não conceituo isso como realocação de populações. Eu conceituo isso como remoções, que são deslocamentos forçados de populações, e com impactos na vida, na carne, nos corpos dessas pessoas (vítima 7).*

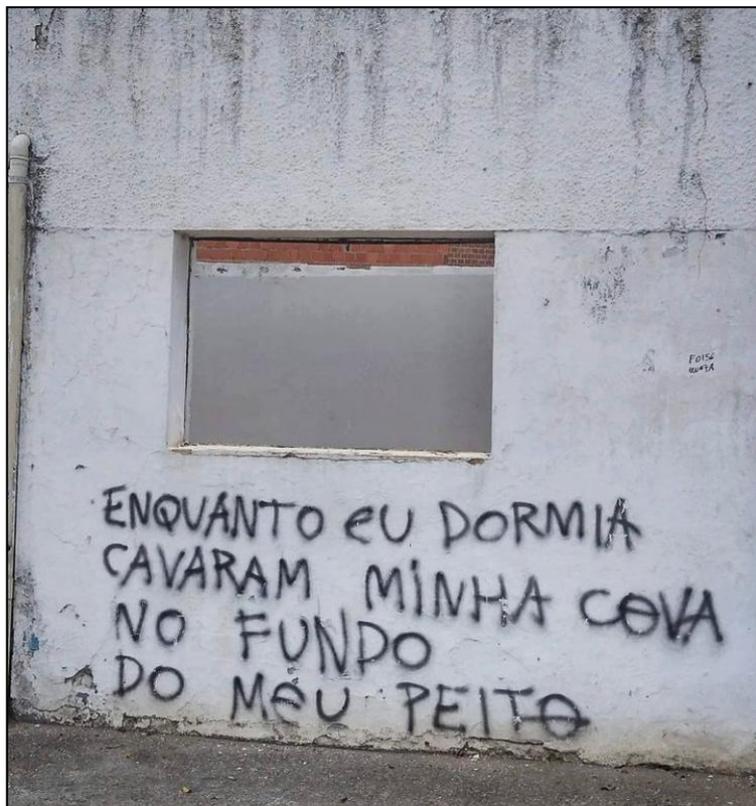
**SD 26:**

*Ela [a Braskem] manipula a mídia, mostrando lá fora que aqui está tudo bem, que ela é a grande empresa colaboradora do Estado, do município, do poder público, e nós, as vítimas, ficamos à mercê dessa empresa (vítima 8).*

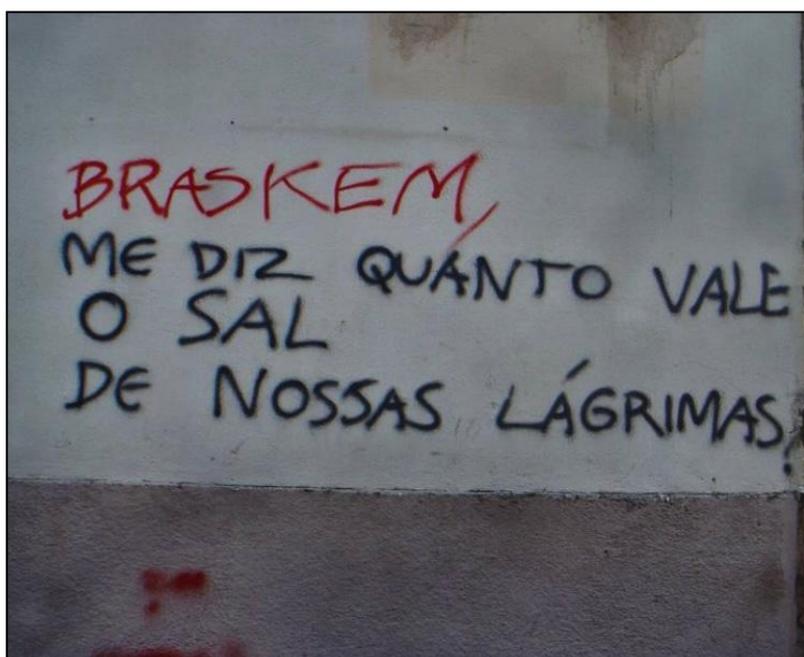
**SD 27:**



SD 28:



SD 29:



SD 30:

